



VALENTIM XIMENES

REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM TIMOR-LESTE ENQUANTO PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO

Tese de doutoramento em Território, Risco e Políticas Públicas, Ramo Regular, orientado por
Professor Doutor Alexandre Manuel de Oliveira Soares Tavares e
Professora Doutora Margarida Queirós e apresentado no Instituto de
Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Março, 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U C • IIIUC INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

REFORMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM TIMOR-LESTE ENQUANTO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO

Valentim Ximenes

Orientadores

Professor Doutor Alexandre Manuel de Oliveira Soares Tavares

Professora Doutora Margarida de M.A.A.V. de Queirós do Vale

Março, 2016



universidade
de aveiro



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Alexandre Manuel de Oliveira Soares Tavares, meu principal orientador, pelo imprescindível e valioso apoio prestado em todas as fases de execução desta tese, desde a ideia original até à redacção, o qual foi sempre pronto e frutuoso, a minha sincera gratidão e profundo reconhecimento.

À Professora Doutora Margarida de M.A.A.V. de Queirós, a quem coube a co-orientação desta tese, desejo manifestar os meus agradecimentos pela pronta disponibilidade, sempre que precisei de ajuda, e pelo encorajamento que naturalmente me foi transmitido.

A todos os Professores do curso de Doutoramento em Território Risco e Políticas Públicas das Universidades de Coimbra, de Lisboa e de Aveiro que abriram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior norteado por mérito que pessoalmente ter sido muito proveitoso.

Ao IPAD [Instituto Português de Apoio Para o Desenvolvimento] (hoje, o Instituto Camões) e o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo fundo concedido, de uma forma, ou de outra, que me apoiaram ao longo da minha formação.

A todos os meus amigos da turma do curso sem mencionar o nome de cada um, pelo incentivo e apoio incondicional. Desejo-lhes muito sucesso nas realizações profissionais, políticas e individuais ao longo das suas carreiras.

Aos meus país, à minha esposa e filha, aos meus irmãos e a toda minha família, que com muito carinho e apoio absoluto, para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

E a todos que directa e indirectamente fizeram parte da minha formação, o meu sincero e profundo agradecimentos.

Dedicatória

À próxima geração de municipalistas timorenses

Resumo

Com o presente trabalho, pretende-se abordar as perspectivas dos stakeholders e populações sobre a reforma político-administrativa municipal em Timor-Leste enquanto processo de reterritorialização com vista à construção da coesão territorial. A abordagem tem como ponto de partida a contextualização territorial na actualidade, a importância da administração territorial na perspectiva histórica e os modelos para a nova administração local pós-independência.

O estudo tem por objectivos fundamentar um modelo de raiz colaborativa, em oposição a modelos de cultura político-institucional e administrativo-organizacional reflectindo as características naturais, relações horizontais e relações verticais que expressem a lógica político-administrativa baseada no controlo social a partir de relações de poder. O modelo que se propõem adequa-se à complexidade e pluralidade de actores, interesses e valores presentes na sociedade timorense. Para concretizar o estudo, utilizam-se dois tipos de metodologia de investigação que dizem respeito ao método misto (qualitativo e quantitativo) e ao método quantitativo na construção de resultados e propostas. Quanto à percepção dos stakeholders sobre a política da reforma administrativa local optou-se por utilizar a metodologia mista com recurso à análise de conteúdo. No que concerne à percepção das populações optou-se por aplicar a metodologia quantitativa com recurso à análise de estatística descritiva, suportada por um questionário pictográfico de aplicação local. A análise efectuada permite entender as opções dos stakeholders e das populações sobre o modelo municipal ao nível do Distrito com poderes políticos e administrativos descentralizados em contraste com o modelo Região com Sub-distritos agregados sugerido pelo Grupo Trabalho Técnico Interministerial (GTTI) em 2006, assim como em contraste com o actual modelo Distrito desconcentrado aplicado desde os Governos IV ao VI.

Palavras-chave: Reforma Político-administrativa municipal, Modelos administrativos, Reterritorialização, Coesão territorial, Percepção dos Stakeholders, Percepção das populações.

Abstract

With the present work pretends to address the perspectives of stakeholders and populations on the subject of local administration reform policy in Timor-Leste as the process of reterritorialization in order to build the territorial cohesion. The study starts with the contextualization of the territory in the present, the territorial administration in the past and new models for the local administration after independence. The research aims to support a collaborative root model, opposite to the models of politico-institutional and administrative-organizational culture reflecting the natural characteristics, the horizontal relations and vertical relationships that express the political and administrative logic based on social control from power relations. The model we propose is suitable for the complexity and plurality of actors, interests and values presents in Timorese society. To achieve the study, we use two types of research methodology, that is, the mixed method (qualitative and quantitative) and quantitative method in constructing the results and proposals. Regarding the perception of the stakeholders on the local administrative reform policy we applied the mixed methodology based on semi-structured interview guide. Meanwhile, for the populations' perception, we used the quantitative methodology by applying the descriptive statistics analysis supported by a pictorial survey of local application. The result of the analysis enable us to recognize the choices of both stakeholders and population on the municipal model at the District level with decentralized political power and administrative functions in contrast to the Region with Sub-district aggregation model as suggested by the Inter-ministerial Technical Working Group (ITWG) in 2006 and divergent to the current municipality model at the District level with some decocentration functions adopted by the IV to VI Government of Timor-Leste.

Keywords: Local administrative reform policy, Administrative models, Reterritorialization, Territorial cohesion, Stakeholders' perceptions, Populations' perceptions,

Índice

Resumo	I
Abstract.....	II
Índice	III
Figuras	VI
Tabelas	IX
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1.Contextualização	2
1.2.Hipóteses, Objectivos e Organização	11
1.3.Enquadramento Territorial	15
1.4.Timor-Leste: um país novo do século XXI	22
1.4.1. Caracterização biofísica	22
1.4.2. Caracterização demográfica e socioeconómica.....	26
1.4.3. Infra-estruturas e equipamentos	32
1.4.4. Caracterização administrativa	33
2. EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM TIMOR-LESTE: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL À ACTUALIDADE	35
2.1.Organização Pré-colonial	36
2.2.Organização no Período Colonial Português entre 1515 e 1975	37
2.3.Organização no Período Colonial Indonésio entre 1975 e 1999	44
2.4.Organização no Período da Administração das Nações Unidas entre 1999 e 2014	46
2.5.Síntese da Evolução da Organização Político-Administrativa.....	48
3. MODELOS ADMINISTRATIVOS DE BASE MUNICIPAL	51
3.1.Enquadramento dos Modelos Administrativos	52
3.2.Processo de Selecção do Modelo de Administração Local	55
4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	67
4.1.Entrevista Estrutura aos Stakeholders – Instrumento de Análise 1	71
4.1.1. Participantes	71

4.1.2. Entrevista aos stakeholders	72
4.1.3. Validação da entrevista	75
4.1.4. Procedimento (Condições de aplicação)	75
4.1.5. Análise do conteúdo das entrevistas	76
4.1.6. Forma de análise	77
4.2. Questionário à População – Instrumento de Análise 2.....	79
4.2.1. Participantes	79
4.2.2. Questionários às populações	81
4.2.3. Validação do questionário.....	85
4.2.4. Procedimento (Condições de aplicação).....	85
4.2.5. Análise dos resultados.....	87
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS 1: PERCEPÇÃO DOS STAKEHOLDERS SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA LOCAL.....	89
5.1. Caracterização da Amostra.....	90
5.2. Análise de Conteúdo	92
5.2.1. Modelos da Reforma da Administração Local	93
5.2.1.1. Grau de conhecimento sobre a implementação da reforma administrativa local	93
5.2.1.2. Importância da reforma administrativa local	97
5.2.1.3. Modelos institucionais para a nova administrativa local	103
5.2.2. Actores da Reforma da Administração Local	109
5.2.2.1. Responsabilidades e competências dos actuais actores da reforma administrativa local.....	111
5.2.2.2. Enquadramento do futuro representante administrativo e/ou político local.....	121
5.2.3. Formas de Relações Territoriais	131
5.2.3.1. Diferenciação territorial	133
5.2.3.2. Representação territorial	134
5.2.4. Contribuições e Potencialidades da Reforma Administrativa Local	138
5.2.4.1. Contribuições na implementação da reforma administrativa local	138

5.2.4.2.Constrangimentos na implementação da reforma administrativa local	146
5.2.4.3.Expectativas sobre a reforma administrativa local.....	147
5.3.Síntese Reflexiva.....	149
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS 2: AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DAS POPULAÇÕES SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA LOCAL	155
6.1.Caracterização da Amostra	156
6.2.Procedimentos Para Análise de Dados	161
6.2.1. Recursos do município.....	161
6.2.2. Desempenho da administração e seus representantes	170
6.2.3. Expectativas das populações sobre missão/actuação futura da administração local.....	175
6.3.Síntese Reflexiva	183
7. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	187
7.1. Discussão dos Resultados.....	188
7.2. Conclusões.....	195
7.3. Desafios Para a Reforma Político-Administrativa Local	203
BIBLIOGRAFIA	205
ANEXOS.....	223
Anexo I: Instrumento de pesquisa para os Stakeholders sobre a reforma da administração local em Timor-Leste – Português	224
Aneksu II: Instrumentu pezquisa ba Stakeholder sira kona-ba reforma administrasau lokál iha Timor-Leste – Tétum.....	234
Anexo III: Instrumento de pesquisa para as populações sobre a reforma da administração local em Timor-Leste (Português e Tétum)	244

Figuras

Figura 1.1. Modelo de investigação	13
Figura 1.2. Mapa de etnolinguística de Timor-Português de 1950	16
Figura 1.3. Carta I – Mapa das ilhas de Malucas e Sonda Pequena pintado por Francisco Rodrigues em 1512 (in Garcia, 2008)	19
Figura 1.4. Carta II – Mapa das Ilhas de Solor e Timor e outras adjacentes pintadas no século XVII (a partir de Tolentino, 2011).....	20
Figura 1.5. Carta III – Planta das Ilhas de Solor e Timor e outras adjacentes construídas segundo as instruções do Roteiro de Horsburgh (Soares, 1836)	20
Figura 1.6. Localização geográfica de Timor-Leste no insular de Sunda Pequena.....	21
Figura 1.7. Representação morfológica de Timor-Leste	23
Figura 1.8. Carta V: Cartografia geológica de Timor. Retirada da obra do Ministério das Colonias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.....	24
Figura 1.9. Carta VI: Cartografia geológica de Timor-Leste. A partir de Leme, J. A. (1964). Centro de Investigação em geociências aplicadas da Universidade Nova de Lisboa.....	25
Figura 1.10. Carta VII: Classes de solos de Timor-Leste	26
Figura 1.11. Evolução demográfica em Timor-Leste entre 1869 e 2010. Resumida de várias fontes	27
Figura 1.12. População de Timor-Leste por faixa etária por regiões. Fonte: Direção Nacional de Estatística 2010	28
Figura 1.13. Distribuição populacional de Timor-Leste por Municípios. Fonte: Direção Nacional de Estatística 2010.....	29
Figura 1.14. Estratigrafia de Timor-Leste mostrando reservatório e fonte de rochas de hidrocarbonetos. A partir de Harahap e Sjapawi, 1996.....	30
Figura 1.15. PIB não petrolífero. A taxa de variação anual real, em percentagem. Fonte: Banco de Portugal, 2013	31
Figura 1.16. Peso das actividades económicas, em % do PIB não petrolífero. Fonte: Banco de Portugal, 2013	31

Figura 2.1. Estrutura da organização tradicional de Timor em 1515. Fonte: Thomaz (1974); Matos (1975) e Gunn (1999)	36
Figura 2.2. Estrutura da organização administrativa de Timor-Português. Fonte: Thomaz (1974) e Matos (1975)	39
Figura 2.3. Carta V: Divisão dos Comandos Militares e das Circunscrições Civis na Província de Timor (esboço) de 1927 pelo Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.....	41
Figura 2.4. Carta VI: Divisão administrativa do território de Timor Português, 1941, segundo Correia (1944)	41
Figura 2.5. Estrutura da organização administrativa de Timor Português entre 1940 e 1963. Fonte: Estatuto Político-Administrativo da Província de Timor-Português de 1963	42
Figura 2.6. Estrutura da organização administrativa de Timor-Português entre 1963 e 1972. Fonte: Decreto nº 45 378, de 22 de Novembro de 1963, sobre o Estatuto Político-Administrativo de Província de Timor	43
Figura 2.7. Carta VII: Nova divisão administrativa da Província de Timor, em 1970, a partir do Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.....	45
Figura 2.8. Estrutura da organização administrativa de Timor-Indonésio entre 1975 e 1999 baseada na Constituição da República da Indonésia, 1945	46
Figura 2.9. Estrutura da organização administrativa de Timor-Leste a partir de 1999 até Agosto de 2014.....	47
Figura 2.10. Estrutura da organização administrativa de Timor-Leste a partir de 30 de Agosto de 2014. Fonte: Lei nº 11/2009 e do Decreto-Lei nº 4/2014	48
Figura 2.11. Esquema síntese da evolução da organização administrativa de Timor-Leste	49
Figura 3.1. Envolvimento dos actores no GTTI para a reforma da administração local de Timor-Leste	57
Figura 4.1. Condições de aplicação de questionários em Aileu	86
Figura 4.2. Condições de aplicação de questionários em Baucau	86
Figura 5.1. Árvore das categorias mais salientes para os modelos da reforma da administração local	94
Figura 5.2. Árvore das categorias mais salientes para os actores da reforma administrativa local.....	110

Figura 5.3. Árvore das categorias mais salientes para as relações territoriais...	132
Figura 5.4. Árvore das categorias mais salientes para a contribuição e potencialidades da reforma administrativa local	139
Figura 5.5. Árvore das categorias mais salientes para a síntese reflexiva.....	154
Figura 6.1. Representação gráfica da função dos recursos do município.....	170
Figura 6.2. Representação gráfica das funções e representações da administração local	175
Figura 6.3. Representação gráfica das expectativas de desempenho e acção da futura administração local.....	182
Figura 6.4. Síntese dos resultados sobre a percepção e expectativas decorrentes da reforma administrativa local.....	185
Figura 7.1. Síntese do enquadramento e percepção da administração local em Timor-Leste.....	199

Tabelas

Tabela 1.1: Actuais unidades administrativas de Timor-Leste. Fonte: Adotado do Diploma Ministerial do Ministério da Administração Estatal nº 199/2009, de 15 de Setembro	34
Tabela 3.1. Resumo dos modelos para a administração local de Timor-Leste	60
Tabela 4.1. Amostra para os stakeholders por municípios	71
Tabela 4.2. Resumo do guião de entrevista semi-estruturada aos stakeholders	73
Tabela 4.3. Amostra para as populações por municípios	80
Tabela 4.4. Inquiridos por sexo por município	80
Tabela 4.5. Resumo dos questionários apresentados às populações	81
Tabela 5.1. Distribuição dos entrevistados por município e sexo	90
Tabela 5.2. Entrevistados por profissão	91
Tabela 5.3. Entrevistados por cargo institucional	91
Tabela 5.4. Entrevistados por tempo de ocupação do cargo	92
Tabela 5.5. Formas de acompanhamento da implementação da reforma administrativa local	95
Tabela 5.6. Grau de conhecimento sobre os instrumentos legais da reforma administrativa local	96
Tabela 5.7. Fontes de informação sobre a implementação da reforma administrativa local	96
Tabela 5.8. Importância da reforma administrativa local para o Estado	98
Tabela 5.9. Importância da reforma administrativa local para os cidadãos	100
Tabela 5.10. Número de modelos conhecidos	103
Tabela 5.11. Conhecimento sobre tipos de modelos que têm vindo a ser aplicados na nova administração local	105
Tabela 5.12. Relação entre o modelo e a coesão territorial	106
Tabela 5.13. Relação entre o modelo e a proximidade	108
Tabela 5.14. Actores responsáveis pela implementação da reforma administrativa local	111
Tabela 5.15. Actor que faz a ligação institucional na implementação da reforma administrativa local	112
Tabela 5.16. Representante administrativo/político mais importante na actual administração local	113

Tabela 5.17. Responsabilidades dos representantes administrativos e/ou políticos para o Estado	114
Tabela 5.18. Responsabilidades dos representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos	116
Tabela 5.19. Competências dos representantes administrativos e/ou políticos para o Estado	117
Tabela 5.20. Competências dos representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos.....	119
Tabela 5.21. Envolvimento dos actores não-estatais na implementação da reforma administrativa local	120
Tabela 5.22. Actores administrativos e/ou políticos mais importantes na nova administração local	122
Tabela 5.23. Responsabilidades dos novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração local.....	123
Tabela 5.24. Competências dos novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração local.....	125
Tabela 5.25. Selecção dos novos representantes administrativos e/ou políticos	127
Tabela 5.26. Competências da nova Assembleia Municipal na nova administração local	128
Tabela 5.27. Selecção dos novos representantes da Assembleia Municipal	130
Tabela 5.28. Diferenciação territorial entre zonas e forma de implementação do modelo municipal	133
Tabela 5.29. Representação territorial.....	135
Tabela 5.30. Contribuição da reforma administrativa para a coesão territorial	140
Tabela 5.31. Contribuição da reforma administrativa para o desenvolvimento social e economia.....	142
Tabela 5.32. Gestão do orçamento da administrativa local.....	143
Tabela 5.33. Impactos positivos da reforma administrativa local	144
Tabela 5.34. Dificuldades administrativas e políticas na implementação da reforma administrativa local.....	146
Tabela 5.35. Expetativas sobre a reforma administrativa local.....	147
Tabela 6.1. Inquiridos por Municípios	157
Tabela 6.2. Inquiridos por Posto Administrativo	158

Tabela 6.3. Inquiridos por faixa etária.....	159
Tabela 6.4. Inquiridos por grau de instrução.....	159
Tabela 6.5. Inquiridos por profissão.....	160
Tabela 6.6. Percepção da população sobre a qualidade de lugar.....	161
Tabela 6.7. Percepção da população sobre os recursos do município disponíveis.....	163
Tabela 6.8. Percepção da população sobre os equipamentos e as infra-estruturas disponíveis.....	165
Tabela 6.9. Percepção da população sobre a qualidade de serviços públicos.....	168
Tabela 6.10. Percepção da população sobre as competências dos representantes administrativos e/ou políticos da administração local.....	171
Tabela 6.11. Percepção da população sobre as funções do representante da administração local.....	172
Tabela 6.12. Percepção da população sobre a proximidade administrativa.....	173
Tabela 6.13. Percepção da população sobre a missão actual da administração local.....	176
Tabela 6.14. Percepção da população sobre a missão/actuação futura da administrativa local.....	177
Tabela 6.15. Percepção da população sobre o melhoramento dos serviços públicos.....	178
Tabela 6.16. Percepção da população sobre o relacionamento institucional.....	179
Tabela 6.17. Percepção da população sobre o financiamento local.....	181

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

De acordo com Gottmann (2005) o território não deve ser visto como um espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, mas sim como um espaço em transformação, no tempo e nas suas múltiplas dimensões (economia, cultura, geopolítica), o que se traduz na construção político-administrativa. O conceito de território como teoria política, enquanto resultado da acção em sociedade, onde se organiza o espaço, tem evoluído do ponto de vista jurídico, cultural e económico, ou ganho uma dimensão de representação como a descrita por Haesbaert (1994) ou Raffestin (2003), em que o território traduz um conjunto de relações sociais, de poder e de dominação, num espaço-processo social construído. Estes autores compreendem o território a partir da relação entre o mundo real, representado pelos sentidos, o mundo das sensações e o mundo das representações, o que traduz a imaterialidade do conceito território. Trata-se assim de reconhecer o movimento histórico, relacional, material e ideológico, como uno e múltiplo, fundamentando as propostas de desenvolvimento, e a construção da identidade territorial, com a participação de diferentes elementos, instituições, ONGs, e de outras formas associativas (Haesbaert, 1994; Saquet, 2010).

O território como um produto social, lugar de vida e de relações com a terra, com a família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos exteriores é igualmente apresentado por Dematteis (1964). Corresponde a uma abordagem racional, considerando interacções territoriais, trans-escalares, entre diferentes lugares e pessoas, e traduzindo relações sociais, económicas e políticas. Esta construção social do território assume desigualdades, que variam à escala local em função de características naturais (solo, clima, ...), de relações horizontais (entre pessoas, produção, circulação, ...) e de relações verticais relacionadas com os sistemas estruturantes (Dematteis, 1970), traduzindo um histórico de humanização do ambiente natural Dematteis (1967). A abordagem do território, a partir dos anos de 1970, é baseada na afirmação da dominação social a partir da expansão do poder do Estado-nação, da geopolítica, da reprodução do capital, e da problematização do desenvolvimento, assim como a importância de signos e símbolos como forma de controlo da vida quotidiana (Saquet, 2010).

Segundo Haesbaert (1994), o território é múltiplo, diverso e complexo, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, numa dupla construção:

concreta e funcional; cultural e simbólica. Mas tal como este autor, é também importante compreender a historicidade do território, as suas alterações de acordo com o contexto geográfico e histórico, pois os processos de territorialização são de dominação e de apropriação, variam ao longo do tempo e do espaço. Neste sentido, o território pode ser abordado de acordo com os sujeitos que o constroem, sejam estes o Estado, as organizações não-governamentais, as empresas e é da interação destes que resulta um controlo social.

É num contexto relacional que se analisam os processos de reorganização administrativa em Timor-Leste, e que envolvem a redefinição político-administrativa dos municípios. Procura-se avaliar as dimensões políticas e imateriais que suportam o modelo a aplicar, assim como foi promovido o envolvimento colectivo na implementação deste. Pretende-se igualmente, observar a construção social associada ao municipalismo com base nos diferentes actores e utilizando como referência o contexto local. Entende-se por municipalismo a política descentralização do poder executivo em favor dos municípios, ou organização político-administrativa que privilegia os municípios (Houaiss, 2003), a qual representa, do ponto de vista ideológico e pragmático, um processo de resposta à centralização política e à ausência de participação e representação (de Melo, 1993).

De acordo com Braathen & Hellevik (2008), os processos de municipalismo são formas de descentralização, capazes de potenciar processos de reorganização pós-conflito e de desenvolvimento. Para Ruivo & Veneza (1998) o municipalismo constitui uma forma de ruptura do tecido social, uma crise de identidade ou de profundas alterações do sistema político, onde o poder local se afirma como processo de reterritorialização, enquanto procura-construção de raízes, de consolidação-reconstrução de imagens e da identidade dos locais (Ruivo, 1991).

E se do ponto de vista político e jurídico a Constituição de Timor-Leste no seu Art.º 4º, define o território de acordo com pressupostos materiais (Vasconcelos et al., 2011), o Art.º 5º que trata a organização territorial e a descentralização, salienta o princípio democrático de reconhecimento dos interesses locais para melhor representação da população, o que consubstancia o reconhecimento e valorização das normas e dos usos costumeiros de Timor-Leste, patente no Art.º 2º (Vasconcelos et al., 2011). Afirma-se assim, a convivência do poder local em Timor-Leste com estruturas tradicionais,

próximas das populações e por elas assumidas como legítimas, bem como se conhece a administração pública em diferentes escalas territoriais, com competências administrativas e órgãos próprios (Art.º 5º e Art.º 71º), em que o poder local (Art.º 72º) promove a participação dos cidadãos na solução dos problemas da comunidade, e no desenvolvimento local.

Esta abordagem geopolítica é consonante com as abordagens e concepções do território definidas por Saquet (2010), no qual o território é definido como um produto social, lugar de vida e relações entre pessoas, e onde os interesses locais e as estruturas tradicionais são demonstrativas das desigualdades em função das características naturais, relações horizontais e das relações verticais (Dematteis, 1970), ou como afirma Ruivo (1990), onde as especificidades locais marcam as culturas e práticas políticas dos seus actores, assim como marcam as relações entre as instituições políticas e administrativas, o que constituem processos de mediação e equilíbrio entre o centro e a periferia do poder político.

Para Sack (1986) o território é entendido como uma área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado de estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. Este conceito de organização social, onde se associam as acções de influência e controlo quer do espaço, dos indivíduos, como das suas actividades e relações a diferentes níveis de escalas, aparece patente no Art.º 71º da Constituição de Timor-Leste, sobre a organização administrativa, onde se salienta a representação do governo central a nível dos diversos escalões administrativos do território. Como refere Vasconcelos et al. (2011) não é linear a relação das estruturas tradicionais, por um lado, com a descentralização administrativa, nem com as obrigações constitucionais de exercício do poder. Assim sendo, pretende-se avaliar se a territorialidade definida por Sack (1986), como componente do poder, que não significa somente a manutenção da ordem, mas também a forma de criar e manter o contexto geográfico e de lhe atribuir significados (ligada a três elementos: a classificação e definição de área, a comunicação e o controlo social a partir de relações de poder), contextualizando o processo de construção político-administrativa do poder municipal em Timor-Leste.

O desenvolvimento territorial é considerado como algo superior à área, à superfície e ao palco de acções, dado que contém igualmente relações internas e externas (de

pequena e grande escala) e funciona como espaço aberto em constante transformação (Muscarà, 1967), e na qual a sustentabilidade territorial do desenvolvimento é formada para além da sustentabilidade ambiental, pela capacidade do território reproduzir, na mudança, a identidade (Magnaghi, 2000).

É neste quadro de discussão que se entende a importância do desenvolvimento territorial de Timor-Leste, em prol de valores de coesão, como apresentados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2002), onde se salienta como objectivos maiores para o povo timorense a transformação da luta pela independência, na luta pelo desenvolvimento. Procura-se alcançar um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, a longo prazo, em que se associa ao desenvolvimento económico o combate à pobreza. As questões de sustentabilidade aparecem associadas ao reconhecimento dos valores locais, no qual a construção político-administrativa do poder municipal parece fundamental.

Para Saquet (2010) o desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado, mas construído de forma participativa, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades, as temporalidades, as territorialidades e a conquista da autonomia. De acordo com a Constituição de Timor-Leste estes são objectivos a atingir com a desburocratização administrativa (Art.º 137º) ou pela participação no poder local (Art.º 72º). Assim, as componentes analíticas do desenvolvimento territorial, devem conter, segundo Dematteis (2001), um conjunto de condições locais, de redes de interacção entre indivíduos e o território local, de relações cognitivas entre a rede local e o meio; a relação entre o local e o extra local. É neste contexto que se pretende conhecer e discutir, a propósito do processo de municipalização em Timor-Leste, as redes locais e relações que suportam o desenvolvimento territorial a partir da visão dos actores locais, promovendo a identidade como unidade processual, relacional e de mediação no desenvolvimento do território (Saquet, 2010).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN 2011-2030, s/data) estabelece uma agenda que reflecte a necessidade da compreensão da história e cultura, assim como do controlo do percurso de desenvolvimento, numa lógica que pode ser entendida como baseada nas estratégias de influência de Sack (1986). Esta visão

reflecte, contudo, uma ausência das inter-relações locais em função das desigualdades das características naturais, relações horizontais e verticais (Dematteis, 1970).

Pretende-se afirmar o interesse público do modelo de governação participativa, definido a partir de diferentes stakeholders, e não unilateralmente pelo Estado (Gaspar, 2007; Ferrão, 2014), para que se verifique uma ponderação de interesses – de natureza pública, colectiva e privada, no exercício de ordenamento do território. Constrói-se a identidade do território, como o produto social da territorialização, formada por elementos construídos, línguas, mitos, ritos e religião, a partir dos actos dos actores sociais (Saquet, 2010; Magnaghi, 2000), ou como salienta Gaspar (1995), o território enquanto processo de ordenamento é necessário o conhecimento da actual realidade socio-cultural, da sua história, das ideias ou intenções para utilizações e transformações futuras.

O ordenamento do território, enquanto política pública, permanece invisível na redacção da Constituição da República de Timor-Leste, embora subjacente no Art.º 72º, referente ao Poder Local, permitindo enquadrar as condições políticas, institucionais e sociais do país.

De acordo com Ferrão (2014) a cultura de ordenamento do território inclui valores e atitudes partilhados, não só pelas comunidades científica, técnica e política, com intervenção directa nesse domínio, mas também pelas instituições em que os membros dessas comunidades desenvolvem os seu trabalho e, ainda, de forma mais genérica, pelos cidadãos. Isto deve-se à ideia de que o ordenamento do território é uma arte de adequar as gentes e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento, em que os seres humanos, as comunidades locais, regionais, nacionais, são os destinatários últimos das acções a empreender, todos sem excepção (Gaspar, 1995).

É esta visão partilhada a partir da auscultação dos stakeholders locais e das comunidades que se fundamentam os objectivos desta tese, permitindo fundamentar um modelo colaborativo de ordenamento do território envolvendo cidadãos, membros da administração e outros actores e grupos de interesse relevantes (Ferrão, 2014), em oposição aos modelos de cultura político-institucional e cultura administrativo-organizacional, dirigidos respectivamente pelas instituições e/ou especialistas em ordenamento do território.

Trata-se de construir um processo de aprendizagem permanente e de intervenção pública sobre a complexidade e os desafios contemporâneos do território (Tavares, 2012), em que se promove a articulação de percepções conflitantes, de adaptação de situações em mudança e de incerteza, de reinvenção dos espaços individuais face aos colectivos, de valorização das escalas locais em complemento de escalas mais alargadas, assim como de reforço da identidade como elemento territorial diferenciador (op. Cit.). Procura-se a partir do processo de definição político-administrativa dos municípios em Timor-Leste dar expressão à visão do ordenamento do território como forma de governança considerada particularmente adequada à complexidade e pluralidade de actores, interesses e valores presentes nas sociedades, ditas pós-modernas, como apresentado por Ferrão (2014). Torna-se ainda possível reduzir as fricções entre actores e valorizar as decisões baseadas na comunidade, como apontam Freire & Lopes (2015).

O ordenamento do território enquanto resultado da implementação espacial coordenada das políticas económicas, social, cultural e ecológica da sociedade, constitui, quer uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada, a qual visa o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço segundo uma estratégia de desenvolvimento (DGOTDU, 2010).

O ordenamento do território constitui, assim, a base de uma política pública que tem por objectivo principal alcançar a qualidade do território, a qual necessita de vontade política dos governantes e da capacidade de aplicar, através da gestão do território respeitando a cultura colectiva integradora dos valores do território (entendido como um espaço geográfico com identidade, com historia, vivido por pessoas conformando pela sociedade) e uma cultura de planeamento que assente no entendimento daqueles valores, incluindo as memórias que tecem a circunstância da arquitectura dos espaços em que vivemos Ferrão (2014).

Segundo Oliveira (2002), o ordenamento do território como política pública, para além das questões de carácter contratual e de incentivo, deve ser suportada por matéria jurídica, de acordo com fundamentando as decisões e acções positivas públicas. Pretende-se em Timor-Leste, para além desta visão jurídico-administrativa, conhecer as interacções entre instrumentos e procedimentos mas, sobretudo, conhecer as crenças,

valores, instituições, comunidades, e modos de aprendizagem e de decisão subjacentes aos processos de decisão política Ferrão (2014). Criam-se assim condições, de acordo com Queirós (2007), para as instituições públicas entenderem os grupos de actores envolvidos no planeamento estratégico do seu espaço de vida, possibilitando a criação de uma nova ordem em que os actores são susceptíveis de produzir resultados inovadores ao redefinir a sua estrutura interna.

Em Timor-Leste o território, nomeadamente desde a independência em 2002, está sujeito aos grandes problemas e desafios de natureza diferente, profundidade e multiplicidade, nomeadamente no domínio da governação e nas acções que promovem a construção da coesão territorial.

Importa ressaltar aqui, a definição da coesão territorial, que segundo a Comissão Europeia no seu Livro Verde (2008), a coesão territorial é considerada como o desenvolvimento harmonioso e em sinergia uns com os outros, rumo às prioridades comuns e objetivos, através da implementação de estratégias com meios e instrumentos adaptados à sua capital territorial, proporcionando um acesso igual aos serviços e às oportunidades para todos os cidadãos europeus. Para Faludi (2006), a coesão territorial, constitui uma dimensão institucional, onde se pretende explorar a interdependência territorial e as oportunidades, encorajar a cooperação e as redes, assegurar a incorporação de agenda de sustentabilidades e a maior coerência e coordenada, entre as políticas sectoriais e regionais. Segundo Gil et al. (2011), a coesão territorial reflecte a luta contra os desequilíbrios territoriais (visando a construção de um território equilibrado e harmonioso) e procura a coordenação e articulação de políticas que afectam o território.

No contexto Português, a coesão territorial compreende o esforço de reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas (A Lei de Bases do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (LBOTDU)).

Em torno do conceito de coesão territorial, são identificadas três componentes principais (Camagni, 2007; Ad Urbem, 2009; Medeiros (2011), que incluem: (1) a qualidade territorial, abangendo a qualidade de vida e ambiente do trabalho, comparação de qualidade de vida por todo território e acesso igual aos serviços do

interesse comum e do conhecimento; (2) a eficiência territorial relacionada com a energia, solo e recursos naturais, a competitividade de produção económica e atratividade do território, a acessibilidade interna e externa e a capacidade de resistir diante das forças de desestruturação relativamente ao processo de globalização; (3) a identidade territorial baseada no capital social, na capacidade de desenvolvimento comum quanto ao futuro, do conhecimento local, da especificidade e competitividade de cada território.

Estas definições de coesão territorial e suas componentes constituem objectivos a desenvolver no caso de Timor-Leste. No contexto do país, genericamente, assiste-se a uma assimetria territorial entre as regiões urbanas e rurais, nomeadamente nos indicadores de densidade populacional, de proximidade administrativa, geográfica política, de acesso aos serviços básicos, da taxa de emprego e desemprego, da renda familiar *per capita* e de incidência da pobreza (CIA, 2001; Hill, 2001; Pelling & Uitto, 2001; Sandlund et al., 2001; PNUD, 2002; GTL, 2003; DNE, 2004; Wisner et al., 2004; RDTL, 2006; GTL, 2006; Méheux et al., 2007; PNUD, 2008; DNE, 2010; SNRIH:1995-2010; Kelman, 2010; IHRU, 2011; PNUD, 2011; ADB, 2012; Mercer et al., 2014).

Para além disso ao território timorense pode associar-se um processo de desterritorialização, enquanto processo de perda de identidade colectiva (Deleuze & Guattari, 1976; Saquet, 2010), o qual é marcado por factores económicos, políticos e culturais, no decurso da descolonização, anexação e independência de Timor-Leste. É neste contexto que se pretende perceber se o processo de redefinição político-administrativa dos municípios constitui um processo de reterritorialização, lógica identitária, ou de consolidação dos fluxos, ligações e homogeneidades territoriais. Contudo, como refere Haesbaert (2013), o limite entre a desterritorialização mais desagregadora e a territorialização mais fechada é por vezes ténue, função de condicionantes de segregação do território ou forma compulsivas de mudança. Para este Autor (Haesbaert, 2005), a desterritorialização constitui um processo de compressão tempo-espço, marcado construção de um emaranhado de formas de poder, e de um espaço social desigual e diferenciado.

Com o início da reforma administrativa do poder local, em 2003, o Governo de Timor-Leste iniciou um processo para estruturar o poder político como fonte da vontade

popular e expressão dos reais interesses e aspirações, dando a conhecer as crenças, valores, instituições, comunidades, e modos de aprendizagem e de decisão subjacentes, procurando combater o processo de desterritorialização, muito em resultado dos fluxos e dinâmicas de desenvolvimento em vigor no território.

A construção do modelo municipal resultante da reforma administrativa, assume, assim, uma dimensão territorial em que a comunidade é levada a implementar a sua própria estratégia de concretização dos seus anseios e interesses, permitindo a reterritorialização (Saquet, 2010) a partir da integração de factores sociais, políticos, económicos e culturais. É com este entendimento que se podem interpretar as Diretrizes das Orientações Políticas Estratégicas da Descentralização e Governação Local (MAEOT, 2008) ou a Política Nacional de Combate à Pobreza (GTL, 2006), onde se refere a construção da coesão territorial como parte integrante do esforço necessário para conceder a todo o território timorense a oportunidade de contribuir para a agenda em matéria de desenvolvimento territorial sustentável.

A este propósito, no esboço da Lei-Bases da Descentralização e do Poder Local, destacam-se as várias competências atribuídas às autarquias locais com vista a solucionar as questões de desterritorialização, visando atingir para uma nova territorialidade para o país, onde o ordenamento do território é visto como uma das políticas públicas que visam uma maior coesão territorial. Para Timor-Leste a gestão pública municipal, permite, segundo Marques & Moreia (2012), estabelecer proximidade com as populações, e torná-las os principais agentes de desenvolvimento local, desempenhando o papel fundamental no quadro do paradigma da territorialidade.

Portanto, com o novo modelo a administração local, procura-se que nos diversos contextos geográficos de Timor-Leste sejam desenvolvidos instrumentos de gestão territorialmente eficientes e mecanismos de atendimento e envolvimento que garantam a participação pública mais activa em todos os níveis da governação, permitindo, como salientam Freire & Lopes (2015), diferenciar respostas e estabelecer envolvimento e conexões que ultrapassam fricções.

É com este sentido que pode ser interpretado o Decreto-Lei nº 4/2014, o qual estabelece a Estrutura Orgânica da Pré-desconcentração com vista a preparar as condições mínimas para a criação dos novos municípios em Timor-Leste, e ao mesmo tempo, preparando a Lei-Bases da Descentralização e do Poder Local.

1.2 Hipóteses, Objectivos e Organização

Com esta investigação, avaliar-se o processo de construção do modelo municipal resultante da reforma administrativa em Timor-Leste desde de 2003 e, simultaneamente, conferir o envolvimento e o grau de conhecimento dos actores envolvidos. Procura-se ainda, avaliar as percepções e expectativas da população sobre o mesmo, enquanto foco da vontade popular e expressão dos seus reais interesses e aspirações.

Com o decurso do processo investigativo buscou-se o entendimento da adequação da organização administrativa local na sociedade timorense no pós-independência (Hipótese 1), de que forma a construção de um novo modelo municipal contribui para a coesão territorial (Hipótese 2), e ainda como a implementação de um novo modelo permitirá reduzir as disparidades de desenvolvimento territorial, funcionando como agregador dos interesses dos indivíduos e das comunidades (Hipótese 3).

A Constituição da República de Timor-Leste estrutura o Estado como unitário, baseado na autonomia local e na descentralização democrática da administração pública como aparecem representadas no Art.º 5º (sobre a descentralização política e administrativo), no Art.º 71º (sobre a desconcentração das funções administrativas), no Art.º 72º (sobre o poder local) e no Art.º 137º (sobre a desburocratização, incluindo a delegação de competências e funções estipulados, por exemplo, na Lei da Função Pública e demais regimes orgânicos dos Governos). Com a reforma da administração local, procurou-se dar resposta aos princípios presentes na Lei fundamental de Timor-Leste, promovendo uma organização político-administrativa mais próxima dos cidadãos, que estimule a coesão territorial, o desenvolvimento socioeconómico e a modernização administrativa.

Como vectores deste trabalho surgem a identificação das fragilidades e condicionantes do modelo administrativo local, através da leitura dos agentes e stakeholders, assim como a percepção sobre a eficácia e adequação do modelo municipal na perceptiva das comunidades envolvidas. A avaliação destes elementos permite fundamentar o modelo de funcionamento mais adequado, através dos contributos dos stakeholders, assim como responder às expectativas individuais de colectivos, a partir da visão dos cidadãos.

São objectivos gerais desta tese a avaliação das dimensões políticas e imateriais que suportam os modelos de definição municipal para Timor-Leste, com expressão na coesão territorial, no desenvolvimento e na cidadania participativa. A partir da auscultação dos stakeholders locais e dos cidadãos fundamenta-se um modelo de raiz colaborativa, em oposição aos modelos de cultura político-institucional e administrativo-organizacional.

Construi-se ainda, um objectivo do trabalho a demonstração de que a reforma administrativa municipal em Timor-Leste reflecte características naturais, relações horizontais e relações verticais, na acepção de Dematteis (1970), e ainda se efectivamente é expressão de uma lógica político-administrativa baseada no controlo social a partir de relações de poder (Sack, 1986) ou se se adequa à complexidade e pluralidade de actores, interesses e valores presentes na sociedade (Ferrão, 2014).

Procurou-se ainda, com este trabalho de investigação avaliar se o processo de redefinição político-administrativa dos municípios constitui um processo de reterritorialização, fruto de uma lógica identitária, ou se se consolidam os processos de desterritorialização. Avaliam-se ainda os factores que condicionam a adequação e o reconhecimento do modelo municipal, através da participação dos stakeholders e cidadãos.

São ainda, objectivos específicos dar respostas às seguintes questões:

- 1) Que modelos de organização político-administrativa de âmbito local são susceptíveis de aplicação no território de Timor-Leste, e quais as condicionantes para a implementação?
- 2) Quais são o grau de conhecimento e as expectativas de aplicação dos modelos de organização político-administrativa de âmbito local pelos stakeholders envolvidos nos processos de decisão ou implementação?
- 3) Qual é o grau de conhecimento e as expectativas da população sobre a administração local e os mecanismos de participação?

Na Figura 1.1 parece reflectido o esquema geral da investigação em função das hipóteses e dos objectivos gerais e específicos formulados.

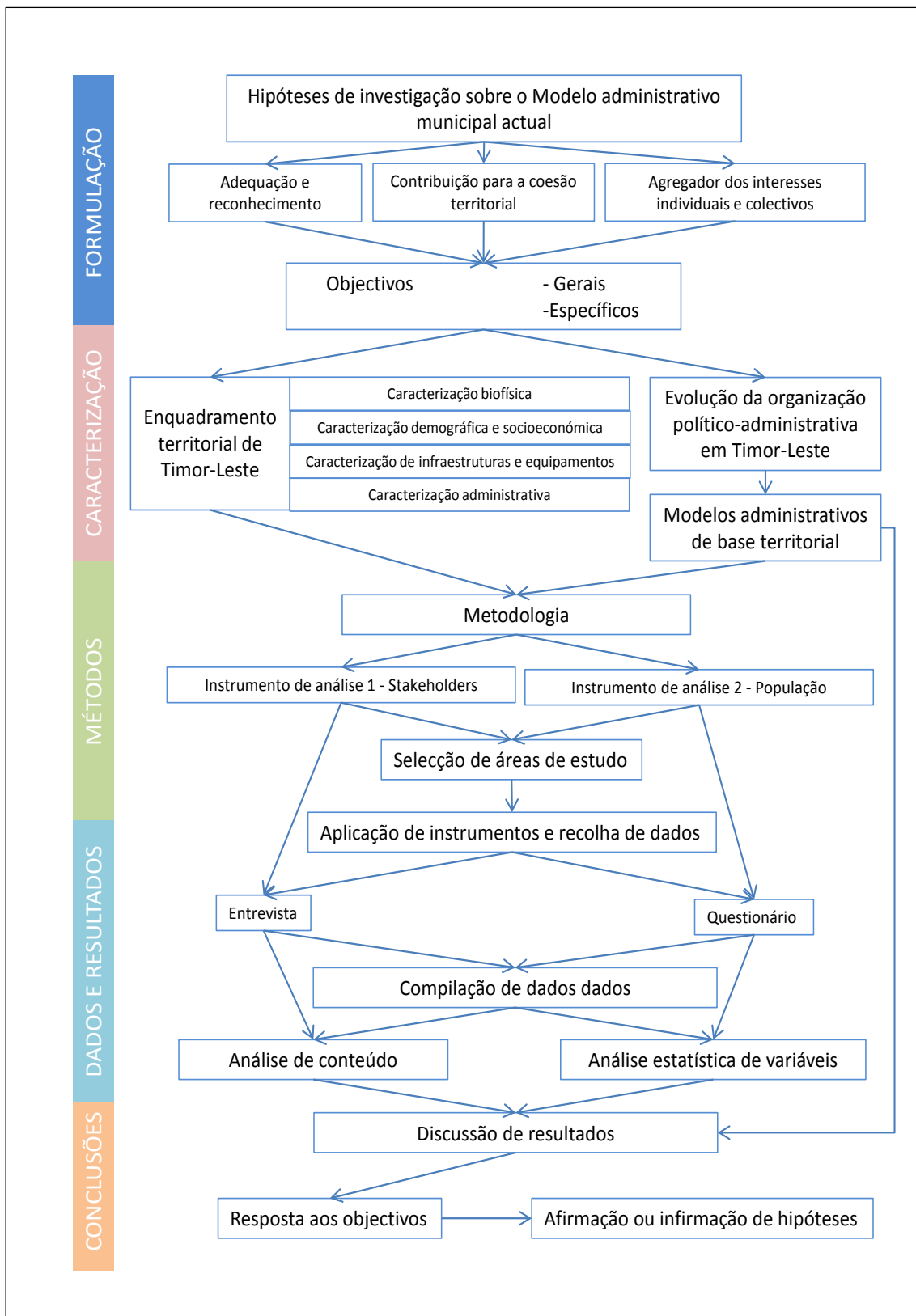


Figura 1.1: Modelo de investigação

Esta tese compreende sete capítulos. O primeiro capítulo trata de contextualização do problema, abordando os conceitos de território, territorialidade, desterritorialização, coesão territorial e municipalismo, através pelas quais se define a nova organização político-administrativa de Timor-Leste. Abordam-se, ainda, as hipóteses, os objectivos e a própria organização de tese, incluindo o enquadramento territorial de Timor-Leste.

O segundo capítulo mostra a evolução da organização político-administrativa nos períodos de antes e depois da independência de Timor-Leste que ocorre entre os anos de 1515 e 2014. Abordam-se as sucessivas formas administrativas ao longo dos séculos que deixaram marcas e têm influenciado a construção de novo modelo da organização político-administrativa de Timor-Leste independente.

O terceiro capítulo apresenta os modelos da administração local resultante dos estudos organizados pelo Grupo Trabalho Técnico Interministerial (GTTI). Encontra-se seis possíveis modelos que devem ser adoptados à realidade local.

O quarto capítulo faz uma breve apresentação sobre a metodologia adoptada na pesquisa. Nesta parte, abordam-se dois diferentes métodos e técnicas diferenciadas de pesquisa, assim como técnicas de análise de dados.

O quinto capítulo identifica a percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa em Timor-Leste. Aborda-se, em primeiro lugar, a caracterização da amostra. Em segundo lugar, avalia e analisa o conteúdo das respostas.

O sexto capítulo aborda a percepção das populações sobre a reforma administrativa. Em primeiro lugar, destaca-se a caracterização de amostra. Seguindo-se a avaliação dos dados extraídos das respostas.

O sétimo capítulo procura dar respostas as questões colocadas inicialmente, discute os modelos e as percepções e apresentar as principais conclusões do estudo. Destaca-se a discussão dos resultados dos dois instrumentos obtidos dos resultados através da investigação aos stakeholders e às populações, para além da discussão dos resultados versus o contexto territorial e apresenta os desafios (recomendações) que podem ser úteis para a melhoria da implementação de reforma da administração local no futuro.

1.3 Enquadramento Territorial

De acordo com Thomaz (1974) a ilha foi povoada por uma mistura de quatro povos: homo sapiens no Paleolítico, raça papua-melanésia no período Neolítico cerca de 3,500 aC, raça Proto malaia no período Neolítico mais avançado - aproximadamente 2,500 aC, e ultimamente pelas raças Indianas e Chineses.

Do ponto de vista etnolinguístico (França & Almeida, 1960) pode-se afirmar que as populações indígenas que ocupam Timor evoluíram a partir das duas etnias primitivas que chegaram à ilha de origem melanésia e polinésia/papua da região Ásia-Pacífica. Estas constatações resultam das escavações em abrigos de rocha onde foram encontrados artefactos líticos, fragmentos de cerâmica e conchas de moluscos. Estes elementos foram encontrados no Posto Administrativo de Baguia, Distrito de Baucau, o que permitiu relacionar com a cultura neolítica das ilhas do Almirantado (Salomão e Nova Guiné). Foram ainda encontrados machados de secção elíptica que testemunham a migração Malaia, vinda do Norte.

Esta evolução pode ainda ser comprovada pelos artefactos encontrados e produzidas por populações paleolíticas referenciadas em Laga (Baucau), por artefactos mesolíticos descobertos em Tutuala (Lautém), e artefactos neolíticos identificados em Baguia (Baucau) e Balibo (Bobonaro). Os dados antropológicos a partir da observação de crânios e indivíduos vivos, salientam esta origem melanésia e polinésia (Almeida, 1968). Segundo este autor a cultura timorense pertence ao ciclo austronésio ou malaio-polinésio e, mais especificamente, ao domínio cultural indonésio ou malaio, caracterizado por dois níveis de civilização: o indonésio (antigo e recente, de que a zarabatana ainda hoje utilizada e outras manifestações ergológicas da cultura são exemplos) e o malaio (onde o emprego do ferro, a canoa com dois flutuadores e alguns são exemplos).

Vian (2008) afirma que por volta do Século XV, os chineses e árabes já comerciavam com os nativos, trocando machados, porcelanas, chumbo e diversos outros utensílios pelas madeiras nobres timorenses, de entre as quais se destacava o sândalo. A influência malaia é ainda hoje visível na língua, no traje, na culinária e nas técnicas de navegação e pesca dos povos ribeirinhos. Esta evolução da ocupação do território por diferentes povos e as suas influências traduz-se no contexto linguístico actual de Timor-

O descobrimento da ilha de Timor pelos ocidentais resultou da busca de produtos aromáticos como o sândalo, o mel e a cera (Matos, 1975). Contudo a data de chegada dos navegadores é desconhecida (Miranda, 2008; Pinto, 2008), por falta de elementos comprovativos ou, como refere Meneses (2008), pode resultar de dois factos: a intenção de manter secreta a descoberta das ilhas de Molucas e Sunda Pequena, junto dos rivais espanhóis, ou em resultado da destruição pelo fogo dos arquivos de Díli, em 1779.

Segundo Matos (1975), e apesar de incerta, a chegada dos portugueses terá ocorrido durante a expedição da armada do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, que conquistou Malaca (1511) e as Ilhas Molucas (1512-1515). Esta suposição deve-se à carta de Rui de Brito Patalim, Governador de Malaca, datada de 6 de Janeiro de 1514, enviada ao Rei D. Manuel sobre a ilha de Timor, em que se salienta que (...) *Timor é uma ilha além de Java. Tem muitos sândalos, muito mel e muita cera. Uma ilha grande de cafés. Por não haver junco, não foram lá* (Pinto, 2008).

Antes de conquistar Timor os portugueses controlaram, em primeiro lugar, as ilhas do arquipélago da Sonda Pequena, particularmente a ilha de Solor. Na versão do Morais (1934) a ilha de Solor foi descoberta por António de Abreu, mandado por Afonso de Albuquerque, em demanda das Molucas.

Nos anos seguintes, a ilha foi visitada por naus portuguesas em busca do sândalo. Os portugueses limitaram-se, numa primeira fase, a frequentar sazonalmente as costas, e a comercializar este produto juntamente com o mel e a cera trocados por panos de algodão, espadas, facas e machados (Matos, 1975). Este mesmo autor afirma que Timor já figurava nos mapas do piloto cartógrafo Francisco Rodrigues na obra de “Atlas do Mundo Moderno” datado de 1511 a 1512, (Figura 1.3), e representados na obra de Garcia (2008). Nesta representação figura o conjunto insular da Insulíndia Oriental, com diversas ilhas ainda mal percebidas pelos portugueses, sendo que a sudeste da ilha das Flores se encontra a ilha de Timor, com indicação que é ali é que nasce o sândalo.

De acordo com Matos (1975) os missionários portugueses da Companhia de Jesus estabeleceram-se primeiro nas ilhas de Solor e Flores, passando depois para a vizinha ilha de Timor, fazendo numerosas conversões ao catolicismo. O primeiro reino convertido foi o de Mena, no Servião (perto de Oecússi), onde em 1590 já havia uma igreja. As missões de Solor e Timor foram confiadas aos frades da Companhia de Jesus, até 1834, na dependência dos Bispos de Malaca. Para defesa das missões e dos

interesses dos portugueses, os missionários ergueram um forte em Solor cuja capitania foi confiada a fidalgos portugueses idos de Goa (Matos, 1975).

Em 1613, os holandeses entraram na ilha de Solor e dominaram algumas partes da ilha de Timor-Português, nomeadamente Maubara, Ambeno e o ilhéu de Ataúro (Morais, 1934). As duas forças entraram num conflito político-militar sobre o domínio daquelas ilhas. Para fazer face à disputa territorial, em 1589 estabeleceu-se um tratado em Lisboa para a demarcação territorial entre as duas forças (Agência Geral das Colónias, 1950), tendo Portugal cedido as ilhas de Flores (Larantuka, Payas e Sika) aos Holandeses, tendo estes cedidos a Portugal o reino de Maubara, enclave de Ambeno (Oecússi), e o ilhéu de Ataúro (Agência Geral das Colónias, 1930; Morais, 1934).

No século XVII é apresentada uma cartografia mais detalhada da ilha de Timor, e compilada por Tolentino (2011) (Figura 1.4). Na Figura 1.5 aparecem representadas as ilhas de Solor e Timor, e outras adjacentes, a partir da representação de Joaquim Pedro Celestino Soares, Capitão Tenente da Armada, em Janeiro de 1836.

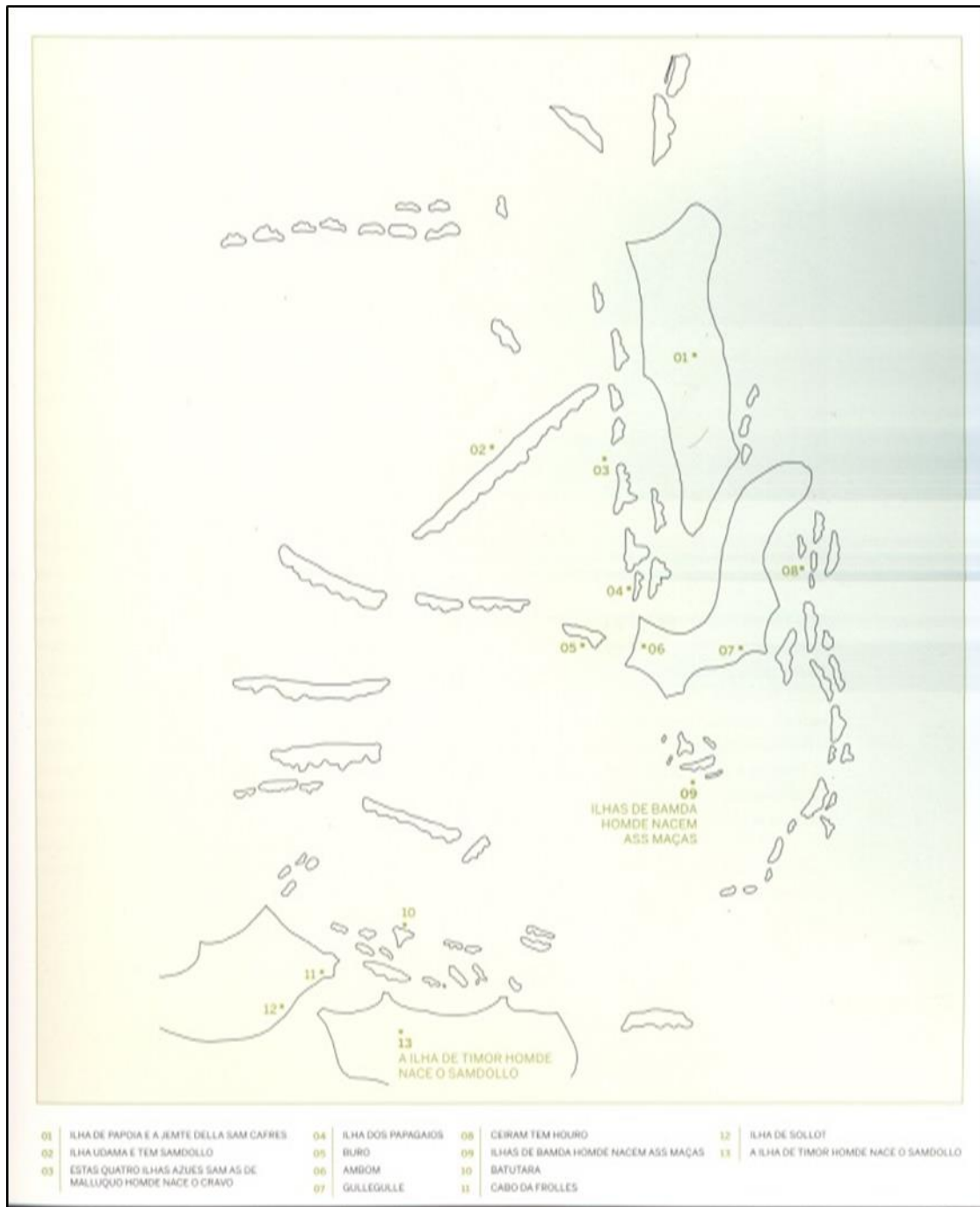


Figura 1.3: Carta I – Mapa das ilhas de Malucas e Sonda Pequena pintado por Francisco Rodrigues em 1512 (in Garcia, 2008)



Figura 1.4: Carta II – Mapa das Ilhas de Solor e Timor e outras adjacentes pintadas no século XVII (a partir de Tolentino, 2011)

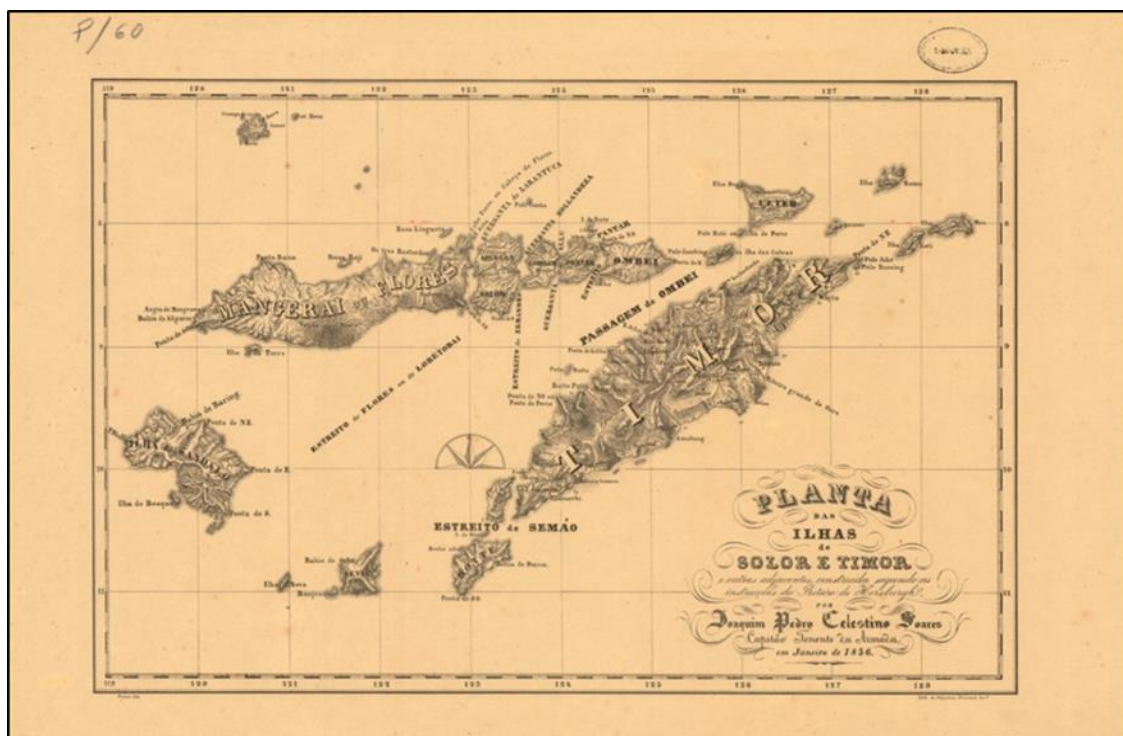


Figura 1.5: Carta III – Planta das Ilhas de Solor e Timor e outras adjacentes construídas segundo as instruções do Roteiro de Horsburgh (Soares, 1836)

Embora seja evidente a importância do tratado de Lisboa, o conflito entre os dois reinos perdurou tendo-se assinado um acordo denominado “Convenção”, em 1893, com resolução última através da Sentença Arbitral acordada em 1904 (Agência Geral das Colónias, 1950).

A divisão da ilha permanece até à actualidade, estando representado na parte ocidental o reino de Senobai, e conhecido como Nusa Tenggara Timur sob a colonização holandesa, hoje parte da República da Indonésia. Enquanto na parte Este, ou seja, Timor oriental, ficou representado o reino de Belo, com assentamentos em We-háli ou Wai-háli sob a colonização portuguesa, hoje, Timor-Leste independente (Figura 1.6).



Figura 1.6: Localização geográfica de Timor-Leste no insular de Sunda Pequena
<http://pt.slideshare.net/manuelatorrespares/timorleste-34497303>

1.4 Timor-Leste: um país novo do século XXI

Timor-Leste é uma das mais jovens nações no século XXI, tendo-se tornado um Estado de direito democrático no dia 20 de Maio de 2002, após um período de administração por parte das Nações Unidas pela UNTAET (The United Nations Transitional Administration in East Timor).

1.4.1 Caracterização biofísica

Geograficamente, no contexto continental, o país localiza-se entre o continente Asiático e a Austrália. Na descrição de Timor é banhado ao norte pelo mar da Banda, ou “tasi-feto” (mar mulher) e ao sul pelo mar de Austrália, ou “tasi-mane” (mar homem). (Almeida, 1968). Timor-Leste é um país insular situada na Insulíndia malaia, distribuindo-se o pequeno arquipélago por 19.000 km² na região Wallacea, área biogeográfica de transição entre as massas continentais da Ásia e da Austrália (Almeida, 1968). Sendo uma região de transição, o território de Timor-Leste possui uma forte vocação marítima, aberto para o mundo e para o intercâmbio cultural.

Do ponto de vista da estrutura geográfica pode-se afirmar que o país é acidentado, sendo que mais de 70% do território é marcado morfológicamente por montanhas (Figura 1.7) (SNIR, 1995-2010). O ilhéu de Ataúro e o enclave de Oecússi são igualmente zonas acidentadas, isoladas e com pouco povoadas, sendo o ilhéu de Jaco despovoado, composto por paisagens naturais.

Nos estudos de Maurício Waldman (2003), Timor-Leste é descrito como possuindo uma imponente cadeia montanhosa central, com vários picos ultrapassando 2000m, autêntica coluna vertebral da topografia. O pico mais alto é o Tatamailau, (hoje mais conhecido com Ramelau), situado na ponta oeste, com 2960 metros de altitude (DNE, 2010), o segundo pico é o Matebian na ponta Leste, com 2380 metros de altitude, e terceiro é o monte Cablaki no centro sul do país com 2100 metros de altitude. Muitas das montanhas terminam abruptamente no mar na costa setentrional. No interior, a cadeia montanhosa é cortada por vales profundos com linhas de água temporárias e que correm transversalmente ao eixo norte-sul da ilha. As vertentes viradas a norte são mais abruptas, do que as que estão viradas a sul. A oriente o relevo é muito condicionado

pela geologia e apresenta-se umas vezes suave, outras vezes muito acidentado, apresentando fortes contrastes (Nogueira & Rodrigues, 2010).



Figura 1.7: Representação morfológica de Timor-Leste (a partir de [http://pt.wikipedia.org/wiki/TimorLeste#/media/File: East_Timor_relief_location_map.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/TimorLeste#/media/File:East_Timor_relief_location_map.jpg)). Acesso em 31 de Março de 2015

No litoral norte encontram-se alguns planaltos litorais, que correspondem a terraços recifais levantados, tais como são as regiões de Baucau ou de Lospalos. A parte sul da ilha principal apresenta menor declive e observa-se uma extensa planície entre as montanhas e o litoral (Op. Cit.). Nas encostas do Noroeste, onde se situam os distritos de Díli e Liquiçá, bem como ao longo das zonas centrais das montanhas, onde se situam os distritos de Aileu, Ermera e Ainaro, os solos são compostos por argilas vermelhas com pouco húmus, sendo a cerca de 500 metros de altitude que o café pode ser cultivado com sucesso. O solo apresenta maior potencial agronómico nas costas do Sul onde a planície, e extremamente fértil.

As Figuras 1.8 e 1.9 representam a geologia do país. A primeira carta ilustra um esboço de cartografia de 1958, aparecendo na Figura seguinte cartografadas as formações litológicas, tendo por base os trabalhos de Azeredo Leme, realizados no início da década de 1960 (Leme, 1964).

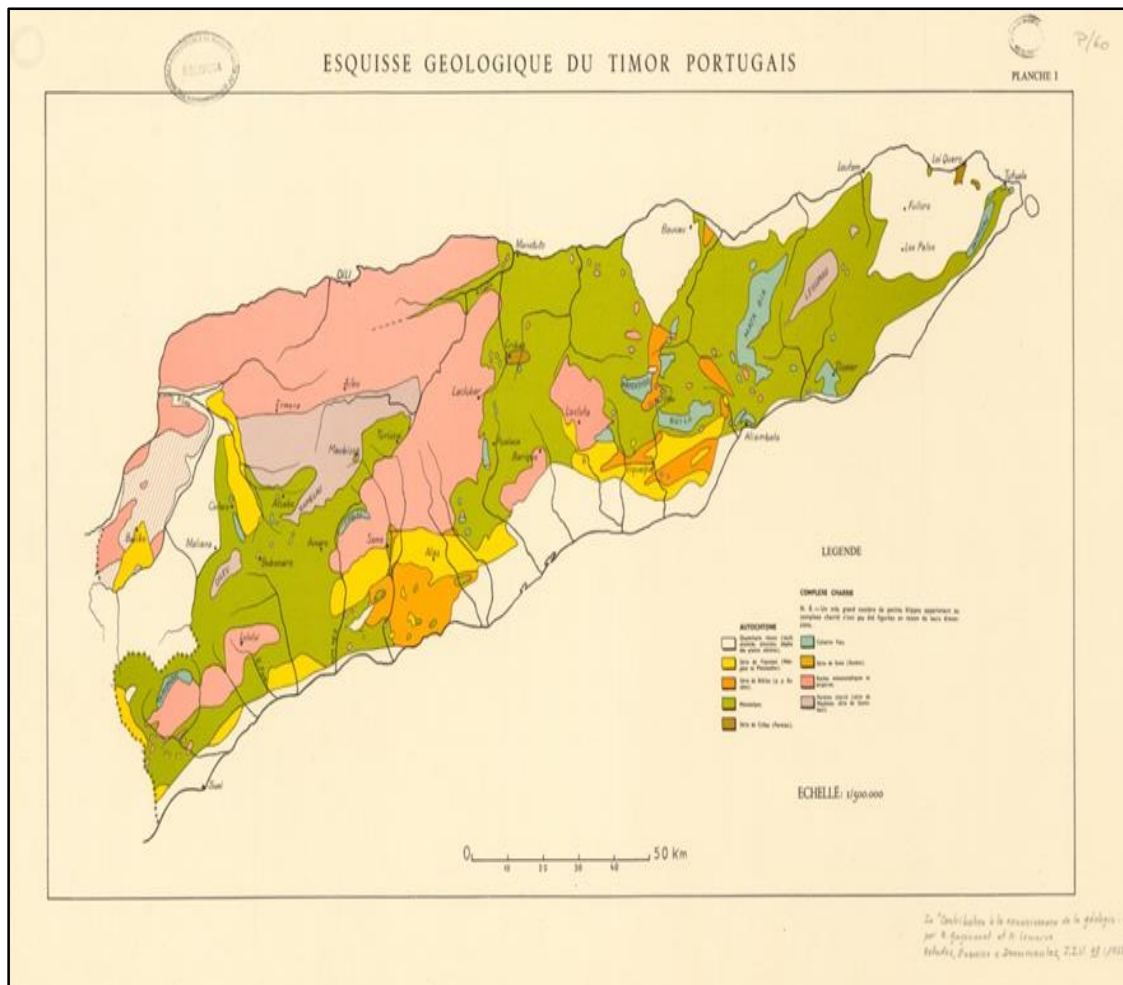


Figura 1.8: Carta V: Cartografia geológica de Timor. Retirada da obra do Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-2361-1958>. Acesso em 25 de Novembro de 2011

De acordo com Thompson (2011) são identificados na base o Complexo Pré-Pérmico de Lolotei formado por rochas sedimentares e vulcânicas metamorfizadas, a que se sobrepõem formações Pérmicas formadas por depósitos marinhos sedimentares. As Formações de Aituto e a Formação de Wai Lili do Triássico e Jurássico são representadas por calcários marinhos, a que se sobrepõem materiais carbonatados e detríticos cretácicos. O Eocénico é representado por calcários marinhos, representando os materiais oligocénicos um episódio vulcânico. O Miocénico exibe calcários, argilitos e conglomerados. As formações Plio-Quaternárias apresentam depósitos arenosos e conglomeráticos e termos carbonatados pouco espessos.

Na Figura 1.10 está representada a Carta de Solos de Timor-Leste a partir de Thompson (2011). Observa-se o domínio dos vertisolos com características argilosas na

zona este de Baucau e Los-Palos, bem como em Manatuto. Na região de Díli dominam os inceptosolos, solos acastanhados com menor aptidão agrícola, mas utilizados na extracção mineral para a construção civil. Os molisolos escuros aparecem representados na zona central do país, em altura, e em Los-Palos, constituindo os solos com maior aptidão agrícola. Os entisolos aparecem representados na orla costeira e no fundo de vales, constituindo solos arenosos pouco desenvolvidos.

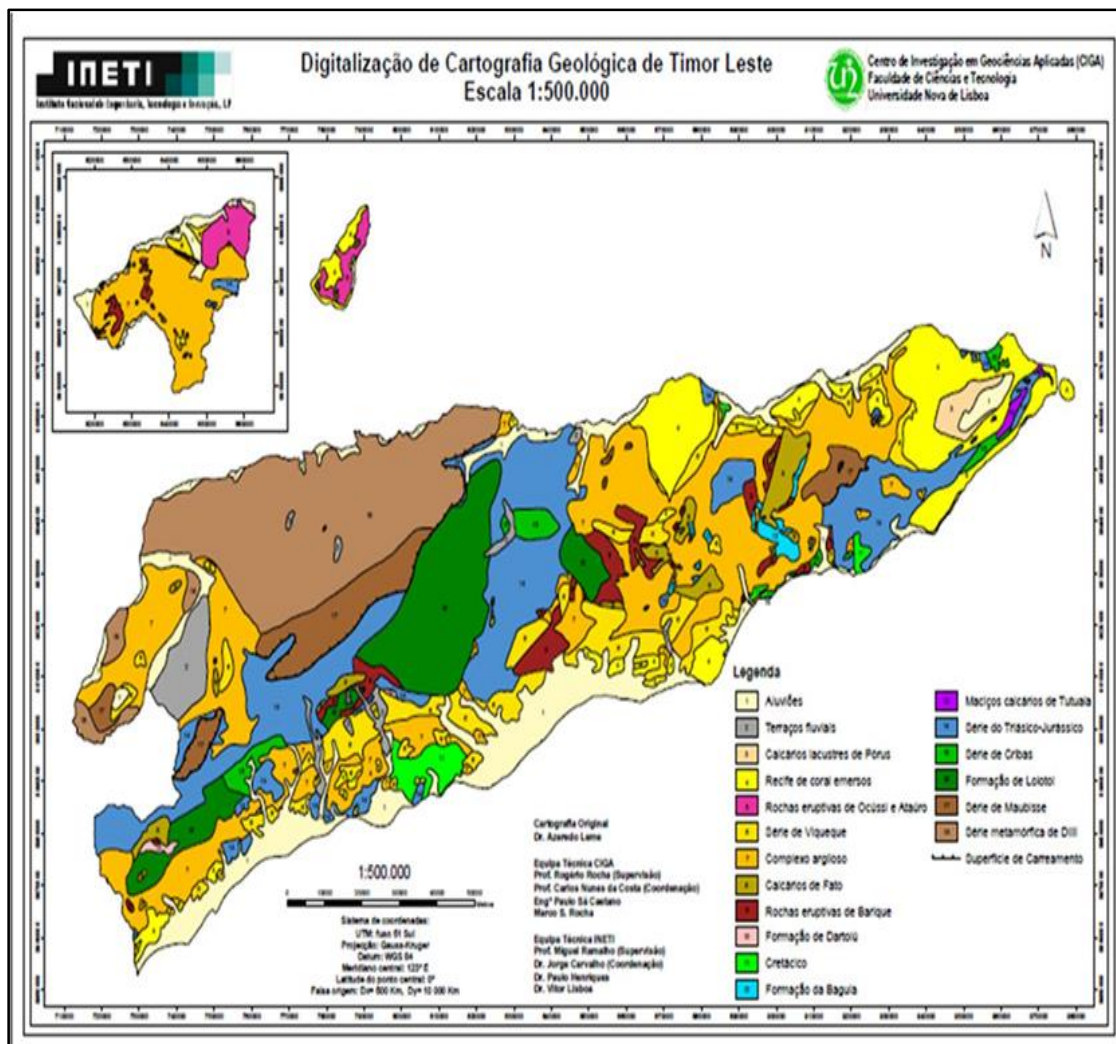


Figura 1.9: Carta VI: Cartografia geológica de Timor-Leste. A partir de Leme, J. A. (1964).
Centro de Investigação em geociências aplicadas da Universidade Nova de Lisboa

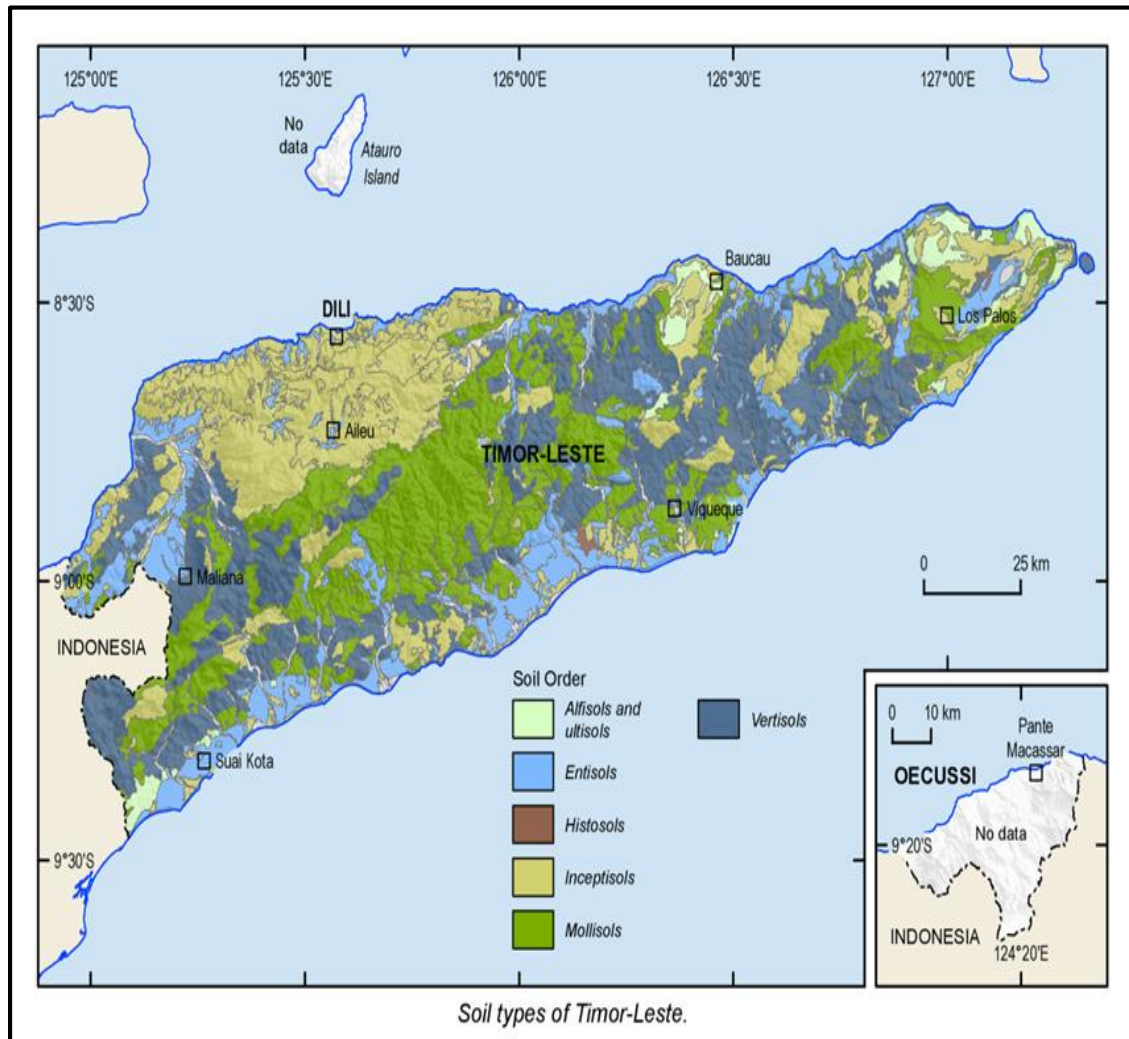


Figura 1.10: Carta VII: Classes do solo de Timor-Leste

1.4.2 Caracterização demográfica e socioeconómica

Do ponto de vista demográfico a população de Timor-Leste tem vindo genericamente a aumentar, suportada pelo aumento da taxa de natalidade. No período anterior à independência de Portugal, o registo da população era de 250.000 no ano de 1869 (Martins, 1978). Em 1940 a população do território teria aumentado para 450.000 segundo Castro (1943). Segundo BienKiernan (2002) durante a invasão japonesa, que decorre entre 1941 e 1945, morreram cerca de 50.000 a 60.000 timorenses, representando as vítimas de guerra aproximadamente 10% da total população.

Uma década e meia mais tarde, já em 1960, depois da invasão japonesa, a população subiu para 570.000 (Almeida, 1968). No Censo de 1970, havia 609.477 habitantes registados, dos quais 599.891 (98% da população) eram Timorenses nativos, 6.120 Chineses, 1.939 Crioulos, 1.463 Europeus, sendo os restantes de origem indiana ou africana. No ano de 1974 o recenseamento indicava 668.711 habitantes (Chrystello, 2012), existindo um registo de 696.000 habitantes em 1975, de acordo com Magalhães (1999).

A invasão de Timor-Leste pela indonésia, segundo o relatório do Centro Informação de Defesa, em Washington, citado por Magalhães (1990) e Tylor (1991), provocou nos primeiros quatro anos de ocupação cerca de 200.000 vítimas, ou seja, mais de ¼ da população. No ano de 1978 havia, assim, 329.271 habitantes a residir em Timor-Leste e em 1980 havia 555.250 habitantes (Chrystello, 2012).

Ainda durante a ocupação indonésia verificou-se um aumento da população, tendo-se registado 779.567 pessoas em 1999. No ano de 2004 foram registados 923.198 habitantes, o que representa um aumento de 15,5%, sendo o país que a nível mundial registou o maior crescimento demográfico, com uma taxa de 2,41% por ano (DNE, 2010). Em 2010, e segundo o Censo Populacional, a população de Timor-Leste registava 1.066.582 indivíduos. A Figura 1.11 sistematiza a evolução da população em Timor-Leste, entre 1869 e 2010, segundo as diferentes fontes.

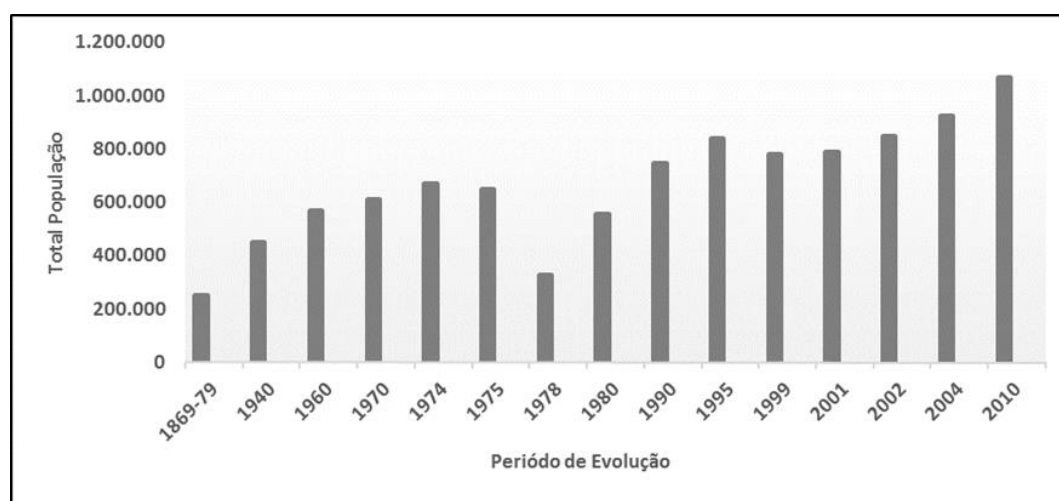


Figura 1.11: Evolução demográfica em Timor-Leste entre 1869 e 2010. Resumida de várias fontes

Na Figura 1.12 é representada a distribuição da população por grupo etário, e discriminando por área rural e área urbana, segundo os critérios da Direcção Nacional de Estatística (DNE, 2010).

A população urbana é cerca de 241.332 habitantes, enquanto a população rural atinge os 681.866 indivíduos. A distribuição mostra uma população jovem, com especial incidência na área rural. Quando se analisa a densidade populacional entre as áreas urbanas e rurais, verifica-se que as primeiras apresentam maiores valores.

Quando se analisa a distribuição geográfica da população, tendo por base os 13 municípios, observa-se na Figura 1.13 que mais de 20% da população se concentra no município de Díli, existindo ainda outros dois municípios que apresentam mais de 100.000 habitantes (Ermera e Baucau). Os dados do Censo (DNE, 2010) sugerem que a população urbana de Díli aumentou muito rapidamente ao longo dos últimos cinco anos, em oposição às zonas rurais. A cidade e o município de Díli tornaram-se o centro de atracção da população das áreas rurais, tendo a população urbana de cidade aumentado de 120.500 habitantes, em 2001, para 175.730 habitantes, em 2004, e para 234.331 habitantes, em 2010 (GTL, 2006).

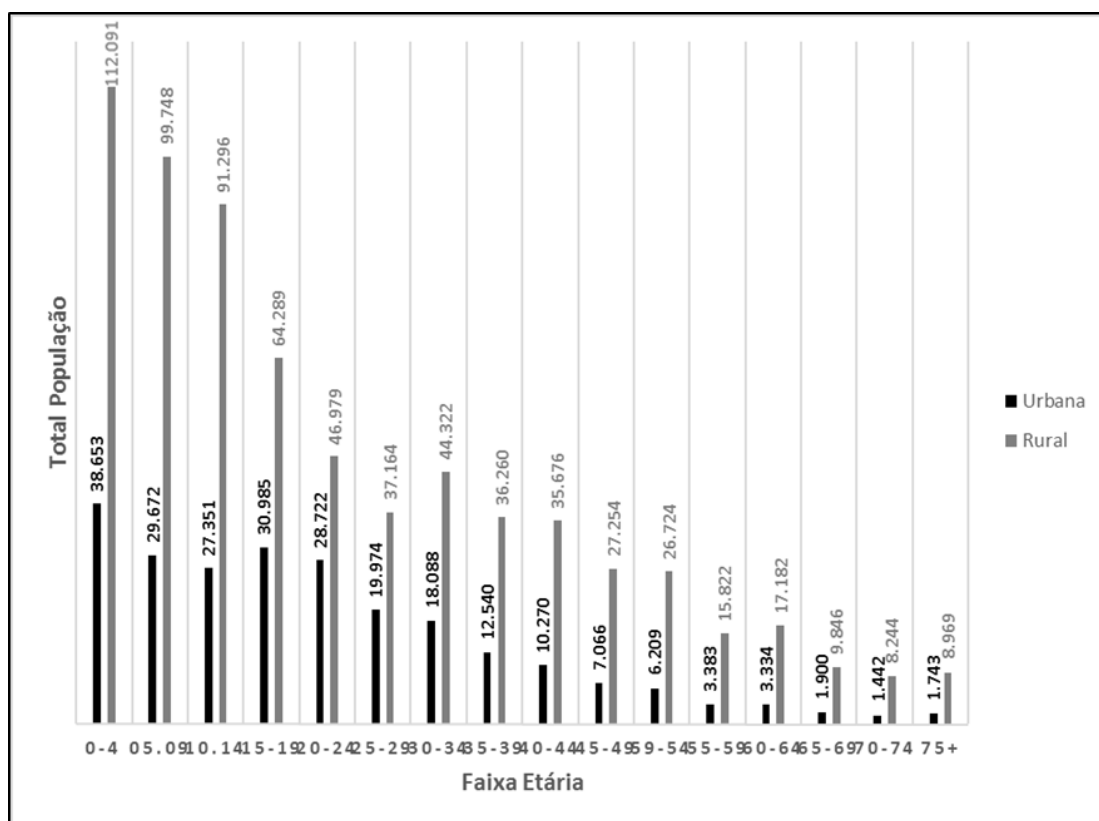


Figura 1.12: População de Timor-Leste por faixa etária por regiões. Fonte: Direcção Nacional da Estatística, 2010

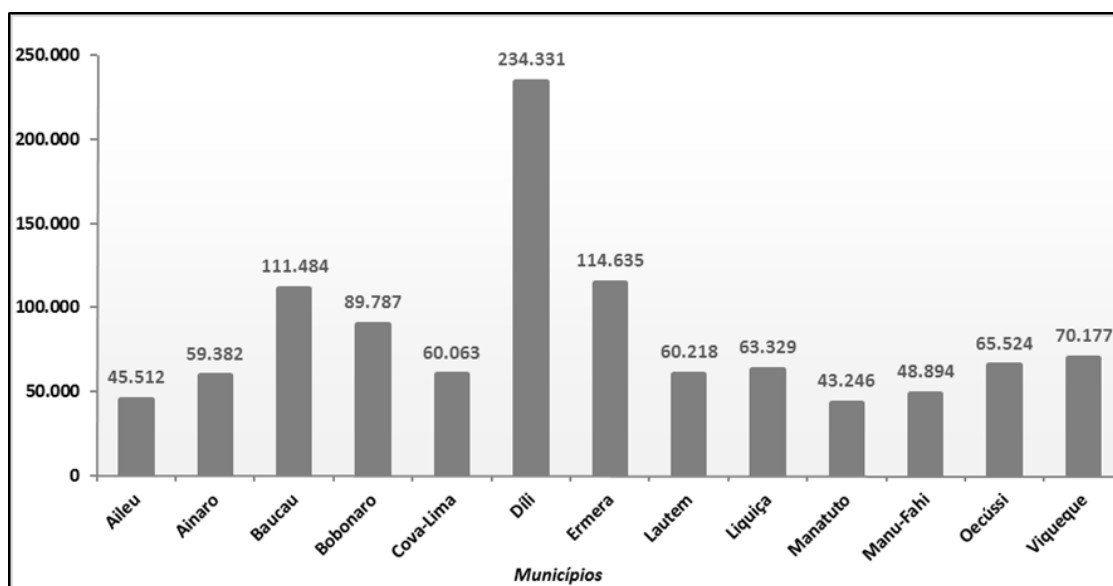


Figura 1.13: Distribuição populacional de Timor-Leste por Municípios. Fonte: Direção Nacional da Estatística, 2010

Os sectores socioeconómicos mais importantes em Timor-Leste são o primário, ligado à agricultura e à exploração de recursos minerais, para além do sector terciário relacionado com o comércio e os serviços, nomeadamente administrativos.

O sector primário engloba os subsectores de agricultura relacionada com as culturas anuais (milho, batata, mandioca, batata doce e hortaliça), a orizicultura (localmente com duas produções anuais), o subsector de plantação que engloba as produções de café, coco, banana, laranjas, manga, papaia e baunilha. O subsector pecuário é igualmente importante (com a criação de vacas, búfalos, cavalos, ovelhas, cabras, porcos e galos), assim como o subsector da pesca artesanal. O subsector da floresta é tradicionalmente relacionado com a exploração de sândalo, e mais recentemente, de teka e eucalipto (DNE, 2010).

Os recursos minerais são actualmente fundamentais na geração de emprego, de criação de receitas, e de desenvolvimento em Timor-Leste. São especialmente relevantes a exploração de hidrocarbonetos, ouro e ferro. Na Figura 1.14 estão assinalados os potenciais reservatórios e as rochas mãe de hidrocarbonetos em Timor-Leste, sendo os recursos petrolíferos, as maiores fontes de receitas do país.

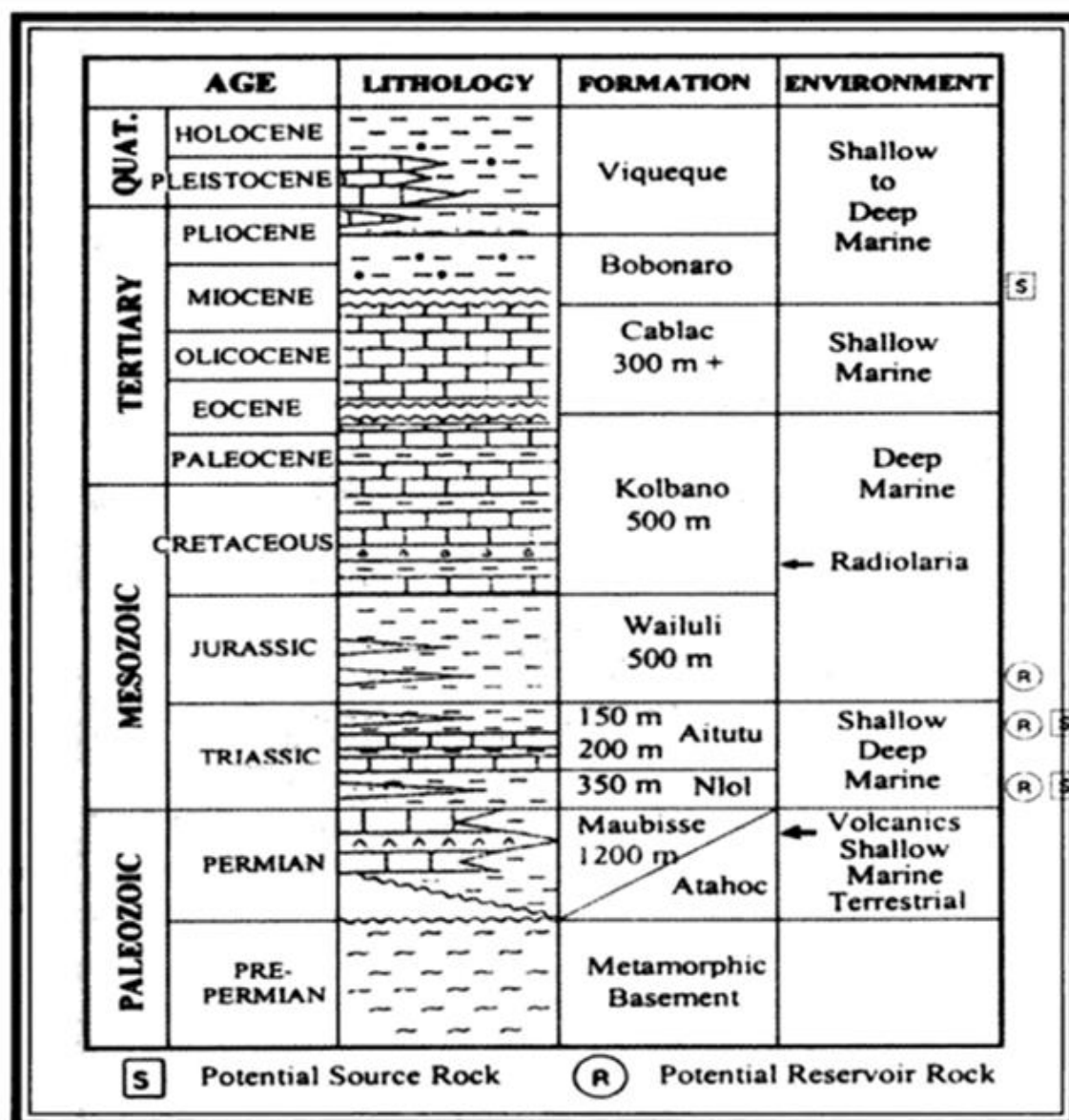


Figura 1.14: Estratigrafia de Timor-Leste mostrando reservatório e fonte de rochas de hidrocarbonetos. Fonte: Reed, Harahap & Sjapawi, 1996

A principal fonte do Orçamento Geral do Estado (OGE), no período de 2002 a 2006, derivou das ajudas externas, enquanto no período 2006 e 2012, o OGE para o desenvolvimento nacional se baseiam, quer em receitas petrolíferas, quer em receitas não petrolíferas (GTL, 2010).

No que se refere às receitas petrolíferas, incluindo gás natural, estas representam 95% das receitas do Estado timorense. Em 2011, a contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) deste recurso foi de USD 4.5 bilhões, dos quais 77% são oriundos do sector

petrolífero (Palatino, 2014). Na Figura 1.15 evidencia-se a baixa importância na economia do país do PIB não petrolífero.

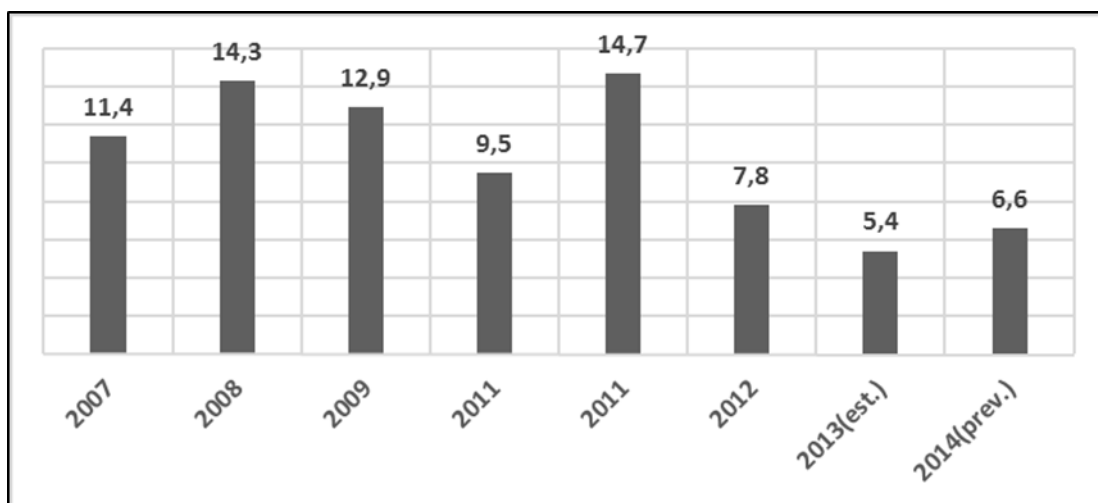


Figura 1.15: PIB não petrolífero Taxa de variação anual real, em percentagem. Fonte: Banco de Portugal, 2013

Ainda referente às receitas não petrolíferas, as maiores contribuições para esta componente do PIB são dadas pela indústria transformadora, com apenas 1%; a agricultura e a construção representam um valor semelhante cerca de 20%; a administração pública cerca de 21%; e o comércio, a indústria e os serviços contribuem com cerca de 40%, como é indicado na Figura 1.16.

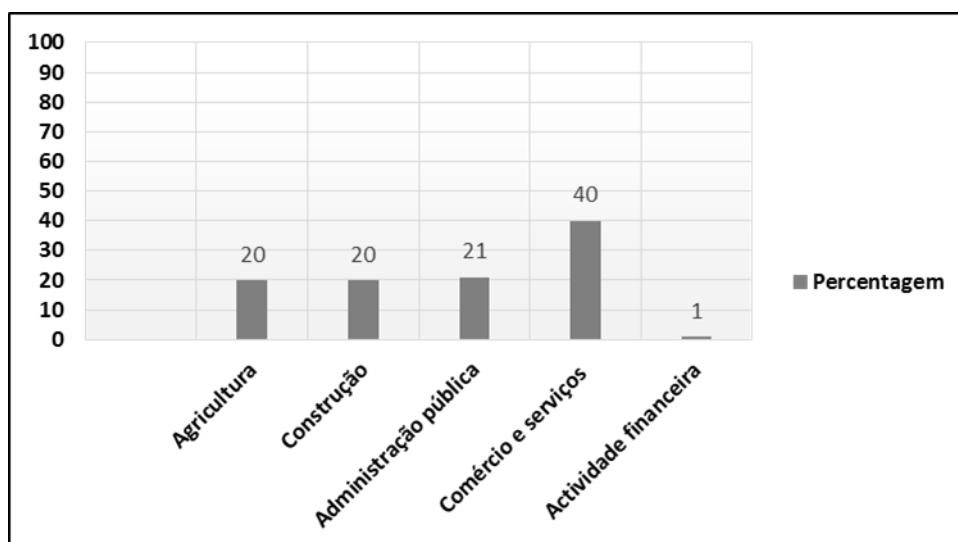


Figura 1.16: Peso das actividades económicas, em % do PIB não petrolífero. Fonte: Banco de Portugal, 2013

O PIB de Timor-Leste, tem evoluído de diferentes formas nos últimos anos. Entre os anos de 2007 a 2011, o seu crescimento foi relevante, com cerca de 10-15% anuais, como resultado de uma política de grande investimento público, de expansão da massa salarial da administração pública e de implementação de novos programas de transferências de subsídios sociais. Nos anos de 2012 e 2013 o PIB que reflecte a actividade económica timorense, reduziu de forma significativa para 7,8% e 5,4%, respectivamente devido à diminuição do preço do petróleo a nível mundial.

1.4.3 Infra-estruturas e equipamentos

As infra-estruturas e os equipamentos públicos são aspectos básicos que condicionam o desenvolvimento do território de Timor-Leste, tendo sido largamente destruído pela guerra até 1999. Segundo Serra (2006), calcula-se que cerca de 30% das infra-estruturas básicas e dos equipamentos sociais do país tenham sido destruído durante a ocupação, em especial entre Setembro e Outubro de 1999.

Após a independência, verifica-se uma recuperação gradual, em especial das infra-estruturas relacionadas com os subsectores de transportes, comunicação, energia, abastecimento de água e saneamento. O subsector de abastecimento de água e saneamento é hoje equacionado para as áreas rurais, através de projectos locais que asseguram o abastecimento e distribuição de água e providencia os recursos para o saneamento. Ao nível urbano, sobretudo em Díli, ressalta-se a necessidade de sistemas eficientes de água e saneamento que acomodem as novas necessidades e pressões.

A produção e distribuição de electricidade, actualmente concentradas em Díli e Baucau, requerem infra-estruturação com a instalação de uma rede alargada a todo o território, e apoiada por recursos tecnológicos complementares (energia solar e eólica, biogás, energia hidroeléctrica e outras opções (PEDN 2011-2020, s/d).

O subsector das telecomunicações, quer de rede fixa, móvel e internet, é considerado como fundamental para assegurar a comunicação individual e colectiva, promover o desenvolvimento de actividades económicas e possibilitar a modernização administrativa.

São ainda consideradas como infra-estruturas relevantes segundo o PEDN 2011-2030 (s/d) as portuárias, quer no apoio à actividade comercial de entrada e exportação de bens, quer no apoio ao sector petroquímico, aeroportuário e rodoviário, enquanto rede fundamental de coesão territorial, de desenvolvimento económico e de suporte à reforma administrativa.

No que concerne aos equipamentos sociais, Timor-Leste estabeleceu estratégias para melhorar a qualidade do ensino (desde o ensino básico até ao ensino superior), e para cuidados de saúde primários, cuidados de saúde hospitalar e especializados, desde o nível hospitalar, até ao nível Sistema Integrado de Serviços Comunitária (SISca).

1.4.4 Caracterização administrativa

Antes de 1999, o território de Timor-Leste era constituído por quase 500 Sucos e mais de 2300 Aldeias, o que reflectia quer as condições morfológicas, o carácter insular do país, mas também a distribuição etnolinguística, e a expressão dos núcleos de resistência política. Esta distribuição na pós-independência passa a ser considerada uma limitação para a coesão territorial, o desenvolvimento económico e social, mas também para a modernização administrativa.

Na Tabela 1.1 aparece a expressão da organização administrativa a partir do Diploma Ministerial, nº 199/2009. Procurou-se com este instrumento legal fixar o número das unidades administrativas para Timor-Leste, sendo este constituído pela parte leste da ilha de Timor, pelo enclave de Oecússi, ilhéus de Ataúro e Jaco, e do ponto de vista administrativo composto por 13 Distritos, 65 Subdistritos, 442 Sucos e 225 Aldeias.

Timor-Leste constitui, no início do século XXI, um território onde os contrastes etnolinguísticos, embora estruturantes da organização tradicional, apresentam-se progressivamente diluídos em função dos processos migratórios internos. A orografia, a aptidão agro-pecuária dos solos ainda constituem, à escala regional e local, formas de diferenciação territorial, de desenvolvimento dos diferentes sectores económicos e de organização social e associativismo. A infraestruturação e dotação territorial de equipamentos, a par da valorização da importância dos recursos energéticos no PIB

nacional, são forçadores de desenvolvimento transversais à organização política e administrativa do país.

Tabela 1.1: Actuais unidades administrativas de Timor-Leste. Fonte: Adotado do Diploma Ministerial do Ministério da Administração Estatal N° 199/2009, de 15 de Setembro

<i>Número</i>	<i>Município</i>	<i>Postos administrativos</i>	<i>Sucos</i>	<i>Aldeias</i>
<i>1</i>	Aileu	4	31	135
<i>2</i>	Ainaro	4	21	131
<i>3</i>	Baucau	6	59	281
<i>4</i>	Bobonaro	6	50	194
<i>5</i>	Cova-Lima	7	30	148
<i>6</i>	Díli	6	31	241
<i>7</i>	Ermera	5	52	277
<i>8</i>	Lautém	5	34	151
<i>9</i>	Liquiça	3	23	134
<i>10</i>	Manatuto	6	29	99
<i>11</i>	Manu-Fahi	4	29	137
<i>12</i>	Oecússi	4	18	63
<i>13</i>	Viqueque	5	35	234
	Total	65	442	2.225

***2. EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM
TIMOR-LESTE: DO PERÍODO PRÉ-
COLONIAL À ACTUALIDADE***

2.1 Organização Pré-colonial

O modelo de organização tradicional do período pré-colonial do território de Timor-Leste foi evoluindo, tendo contudo influenciado, quer a organização no período da administração portuguesa e da indonésia, quer os modelos da administração territorial de Timor-Leste independente.

A história da organização tradicional em Timor-Leste é ainda hoje reconhecida através da existência dos líderes tradicionais, de registos orais populares associados às funções e às representações destes, assim como através de registos bibliográficos e cartográficos. Segundo os referidos registos, a sociedade timorense é composta por numerosos grupos, fragmentados pelas línguas locais e pelo isolamento geográfico, e baseada em linhagens (Thomaz, 1974).

O sistema político tradicional de Timor, frequentemente apelidado de indígena, mesmo depois da chegada dos europeus era monárquico, no qual a tribo era liderada por um Rei (Liurai), (Figura 2.1) pouco mais que honorífico, e sob o jugo de El-Rei em Portugal (Thomaz, 1974; Gunn, 1999).

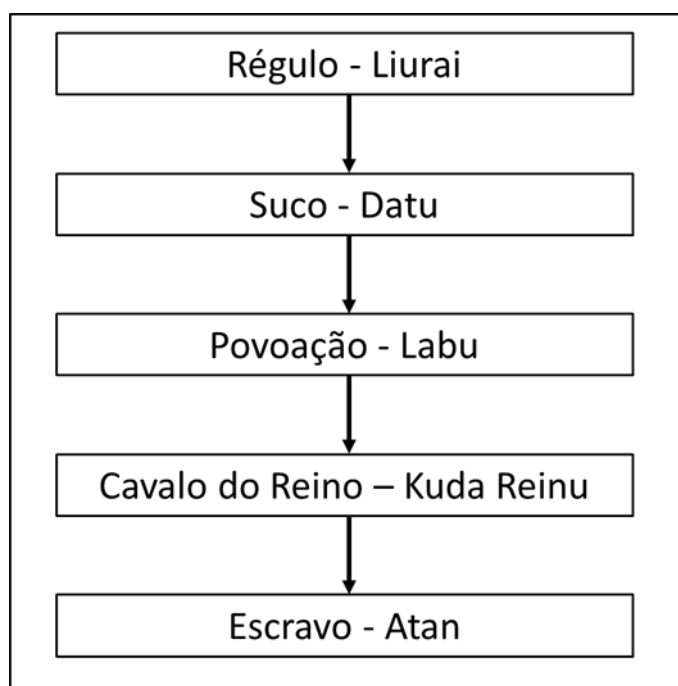


Figura 2.1: Estrutura da organização tradicional de Timor em 1515. Fonte: Thomaz (1974), Matos (1975) e Gunn (1999)

O território era assim povoado por comunidades, organizadas em tribos, cuja estrutura de organização político e administrativa era chefiada pelo Liurai, o qual exercia poder sobre os Régulos com administração em vastos territórios. Estes territórios incluíam vários Sucos, chefiados pelo Dato, que continham as Povoação, chefiada pelo Chefe de povoação, que por sua vez exercia poder sobre o Kuda Reno (cavalo do reino ou povo comum) e os Atan (escravos) (Figura 2.1). Esta estrutura genérica, que se mantém no território até aos dias de hoje, foi adoptada pelas administrações portuguesas (1515-1975) e indonésia (1975-1999).

2.2 Organização no Período Colonial Português entre 1515 e 1975

Passamos agora a descrever a evolução da administração portuguesa em Timor, a qual pode ser separada em dois períodos distintos: entre 1515 a 1702, e entre 1702 e 1975. Esta separação corresponde ao aparecimento em 1702 da administração civil com uma divisão político-administrativa.

Assim, entre 1514 e 1702 a administração territorial da Província de Timor-Português, que integrava as ilhas de Solor e Timor, era dominada por militares com patente de capitão-mor, onde se salientaram os nomes de António Coelho Guerreiro e João Baptista Vieira Godinho (Matos, 1975), no Regimento da Intendência-Geral da Marinha e Fazenda Real de Timor.

Embora a presença portuguesa em Timor e Solor remonte ao ano de 1515, só em princípios do século XVIII, e com o capitão-mor António Coelho Guerreiro, estas ilhas conheceram uma organização político-administrativa, apesar de rudimentar. Durante os primeiros dois séculos de contactos luso-timorenses, os diversos reinos da ilha de Timor mantiveram uma grande autonomia face aos portugueses. Os contactos com os portugueses foram circunscritos a entrepostos no litoral, com esporádicas incursões no interior, com motivação missionária (Loureiro, 2011).

Neste período, como nota Matos (1975), a hierarquia feudal nativa é integrada na organização militar portuguesa, recebendo os Régulos (os chefes dos reinos) a patente de Coronel, os chefes de Suco a de Major, os Chefes de Povoação a patente de Capitão.

Tratou-se assim de aproveitar a organização tradicional na subordinação à autoridade Portuguesa. Assim, reconhece-se a divisão administrativa existente, sendo os respectivos chefes graduados em postos militares, onde a eleição do régulo se continuou a fazer nos módulos tradicionais, cabendo a investidura ao governador militar.

A primeira nomeação civil do governador aconteceu em 1702, sendo António Coelho Guerreiro nomeado Governador Civil de Timor-Português, não tendo contudo competências descentralizadas, dado se considerar que o território não correspondia a uma Província autónoma. Após a separação militar de Solor, Timor tornou-se uma Província do Ultramar em 1863, administrada simultaneamente pelos Governadores da Índia e de Macau (Gunn, 1999). A partir de 15 de Outubro de 1896, Timor foi declarado um Distrito autónomo, embora ainda dependente, financeira e em recursos humanos administrativos, de Macau, Goa e da Metrópole. Apesar de ser um território autónomo, Timor recebia de Macau, um subsídio anual obrigatório de 60.000 patacas (Esquível, 1936).

Os estudos de Thomaz (1974) salientam que até ao fim do século XIX, Timor permaneceu numa situação de semi-dependência, com uma presença efetiva portuguesa de carácter quase exclusivamente militar e religiosa, limitada a dois ou três pontos do território, com os régulos governando segundo uma suserania pouco mais que nominal da Coroa Portuguesa. Na Figura 2.2 representa-se a estrutura da organização administrativa de Timor-Português, a qual traduz a evolução relativa à organização anterior ao período colonial.

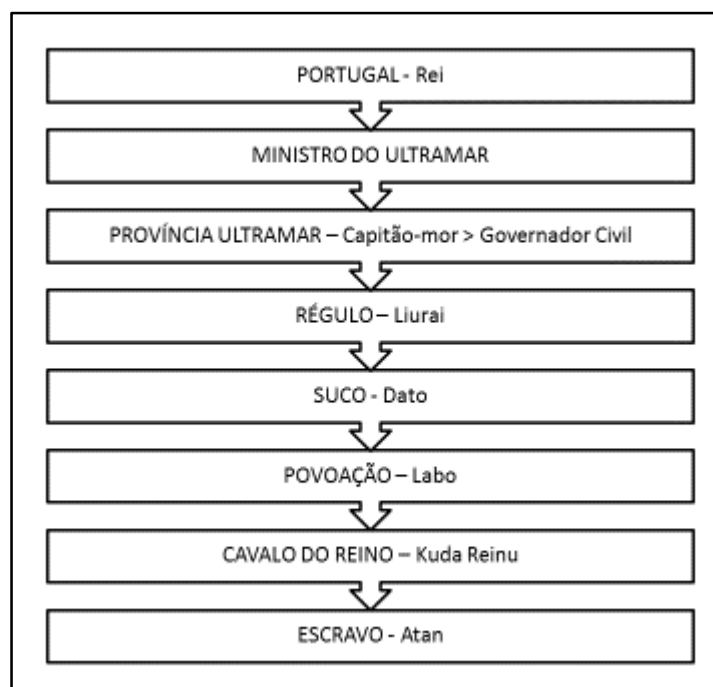


Figura 2.2: Estrutura da organização administrativa de Timor-Português. Fonte: A partir de Thomaz (1974) e Matos (1975)

Contudo, e utilizando o estatuto político de maior autonomia, os governadores da Província de Timor, começaram a reorganizar a cidade e arredores de Díli, construindo edifícios públicos e quartéis militares, bem como estradas e pontes, escolas primárias, alguns colégios e unidades de cuidados de saúde básicos (Esquível, 1936).

Na primeira década de 1900, as autoridades de metrópole procuraram reorganizar a divisão administrativa do território da província, tendo por objectivo melhorar a prestação dos serviços públicos e tornar a administração mais eficaz.

Assim, numa primeira fase, a administração pública de Timor-Português era centrada em 10 comandos militares e quatro circunscrições civis (Figura 2.3). Os comandos definidos eram os de Bobonaro, Cova-Lima, Lautem, Manatuto, Suro, Hato-Lia, Motael, Viqueque, Lautem, Oecússi e as circunscrições civis de Liquiçá, Aileu, Manatuto e Baucau (Agencia Geral das Colonias, Ibidum). Esta divisão permaneceu até 1927, e pode ser observada na cartografia presente na Figura 2.4.

Como justificações, há época, para a criação dos comandos militares pode-se apresentar: (1) reduzir os conflitos étnicos; (2) combater as revoltas contra a presença

militar portuguesa; (3) prevenir a expansão holandesa em reflexo da conquista do Posto Administrativo de Maubara e da ilha de Ataúro.

Duas décadas mais tarde, já em 1940, a metrópole criou as primeiras circunscrições civis com vista a melhorar o funcionamento da administração pública na província. Deste modo, a divisão administrativa de Timor-Português, nos estudos de Castro (1943) e Correia (1944), era constituída por sete circunscrições, como pode observar-se as circunscrições civis (Fialaro, Fronteira, Dilly, Suro, Manatuto, São Dominogs, e Lautém) na Figura 2.4.

- 1) Circunscrição Civil de Fialaro inclui Lamak Hitu (Balibo) e os concelhos de Oecússi-Ambeno (Vila Taveiro – Oecússi, Nítibe, Oesilo e Pássabe).
- 2) Circunscrição Civil de Fronteira inclui Bobonaro (Kutubaba, Memo, Lebos, Vila A. Monteiro - Bobonaro, Mape, Lebos); Cailaco (Cailaco, Vila Ourem-Atsabe); Covalima (N. Monchique-Fatu-Lulik, Oliveira-Fatu-Mean); N. Gouveia (Fohoren); Maucatar (Tilomar).
- 3) Circunscrição Civil de Dilly abrange os concelhos de Maubara Liquiça (Maubara, Liquiça, Vila Eduardo Marquez-Bazartete); Motael (Dilly, Laulara, Remixio).
- 4) Circunscrição Civil de Suro engloba os concelhos de Turiscai (Vila Ermera, M. Óbidos-Lete-Foho, Vila General Carmona Aileu, Vila Celestino da Silva-Hato-Lia, Turiscai, Viriato-Hatu-Builico, Vila de Ainaro-Suro); Suro (Suro-Hato-Udo, Vila Felomeno da Câmara-Same e Alas); Manumear (Maubesse e Mindelo Maubesse).
- 5) Circunscrição Civil de Manatuto envolve os concelhos de Lacro (Lacro); Laicore Manatuto (Laleia); Laclubar (Vila de Ourique-Laclubar); Barique (Nova Anadia-Fatu-Berlio e Barique); Luca; e Samoro (Lacluta).
- 6) Circunscrição de São Domingos inclui os concelhos de Funar (Vemasse), Baucau (Vila Salazar, Vila Viçosa-Venilale, Laga, Bela Vista-Calicai e Bagueia); Viqueque (Belas (Ossu, Viqueque e Leca-Hato-Lari).
- 7) Circunscrição de Lautem abrange os concelhos de Lautem (Vila Nova Malaca, Luro, Lore, Ilomar, Irutalo, Matabufo e Tetuas).

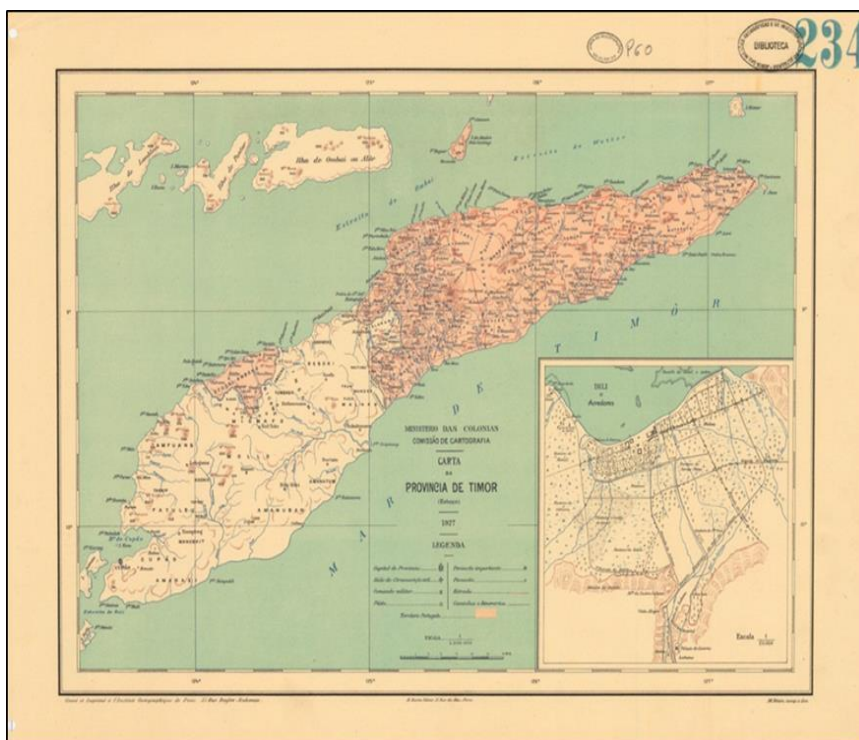


Figura 2.3: Carta V: Divisão dos Comandos Militares e das Circunscrições Cívis na Província de Timor (esboço) de 1927. Preparado pelo Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, Portugal.
<http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-2317-1927>. Acesso em 25 de Novembro de 2011

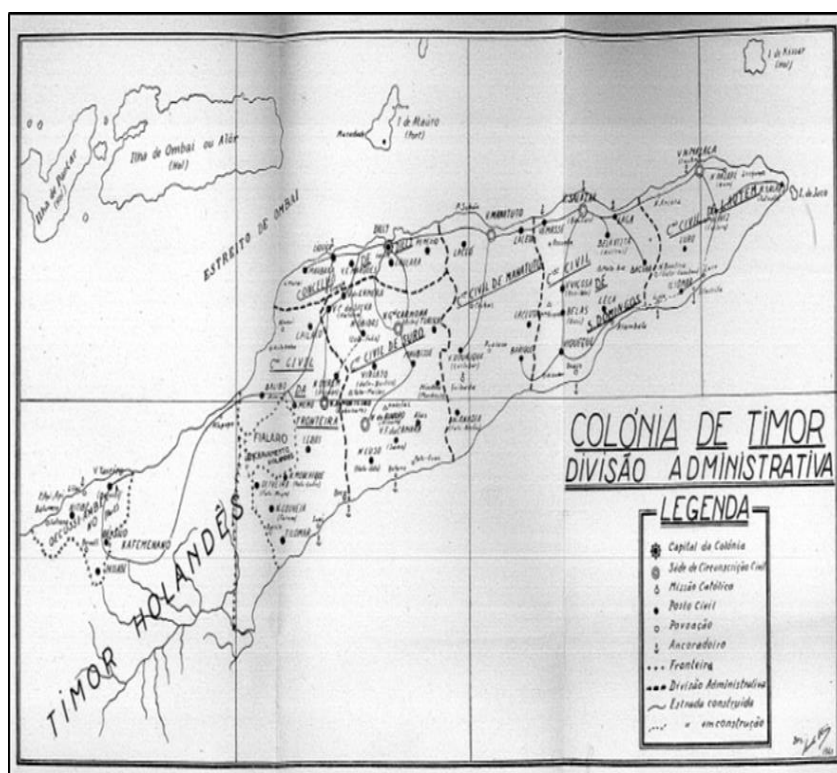


Figura 2.4: Carta VI: Divisão administrativa do território de Timor-Português de 1941, segundo Correia (1944)

No mesmo período de 1941, foi criado o primeiro Concelho de Díli. Pode-se dizer que, estas circunscrições constituíram uma forma de criação de regiões administrativas no ultramar português, permitindo melhorar a articulação entre a Província e a Metrópole. Na Figura 2.5 evidencia a estrutura administrativa resultante para o território, expressando a consolidação administrativa e burocrática, e facilitando a comunicação entre a Metrópole, o Governador, as autoridades da Província, e os reinos de Timor.

Em 1960, deu-se a integração dos militares locais na estrutura dos colonizadores portugueses, o que correspondeu ao rearranjo de patentes em que aos chefes foram atribuídas graduação militar de 2ª linha: Régulo (Major); Chefe de Suco Independente (Capitão); Chefe de Suco Dependente (Tenente); e Chefe de Povoação (Sargento-Ajudante) (Barata,1963). Em Maio de 1960, foram criadas as Comissões Municipais, com aplicação a todas as circunscrições, excepto no território de Oecússi devido ao seu estatuto de “enclave”. No seguimento desta reorganização foram realizadas obras nas áreas do ensino, distribuição de água, arranjo de cemitérios, mercados, entre outros (Barata, 1963).

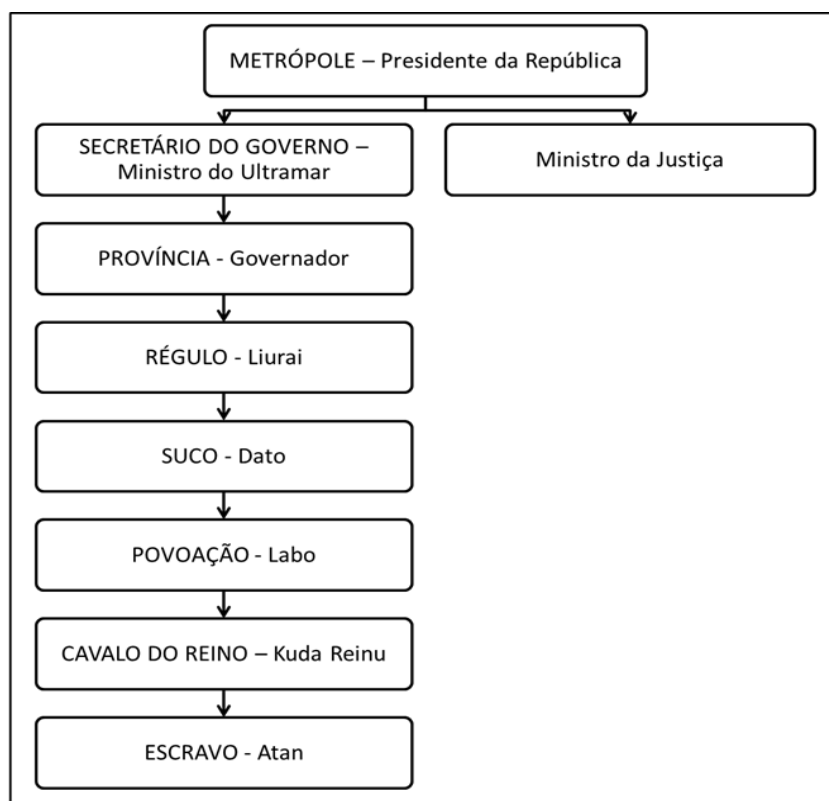


Figura 2.5: Estrutura da organização administrativa de Timor-Português entre 1940 e 1963.
Fonte: o Estatuto Político-Administrativo da Província de Timor de 1963

***Evolução da organização política e administrativa em Timor-Leste:
do período pré-colonial à actualidade***

Com o Decreto nº 45 378, de 22 de Novembro de 1963, relativo ao Estatuto Político-Administrativo de Província de Timor, a administração de Timor-Português passou a assentar em nove Concelhos: Bobonaro, Cova-Lima, Ermera, Lautém, Díli, Suro, Manatuto, Viqueque e Lautem. Os Concelhos de Liquiçá e Ainaro foram criados apenas no início de 1970. Em 1973, a circunscrição do enclave de Oecússi-Ambeno foi elevada a Concelho, e a unidade administrativa de Aileu, foi desarticulada de Díli, e adquirindo o estatuto de Concelho.

Na Figura 2.6 aparece representada a estrutura administrativa criada pelo Decreto nº 45 378, de 22 de Novembro de 1963. Importa salientar que, com a criação de Concelhos, o exercício da descentralização do poder político começou a ser posto em prática.

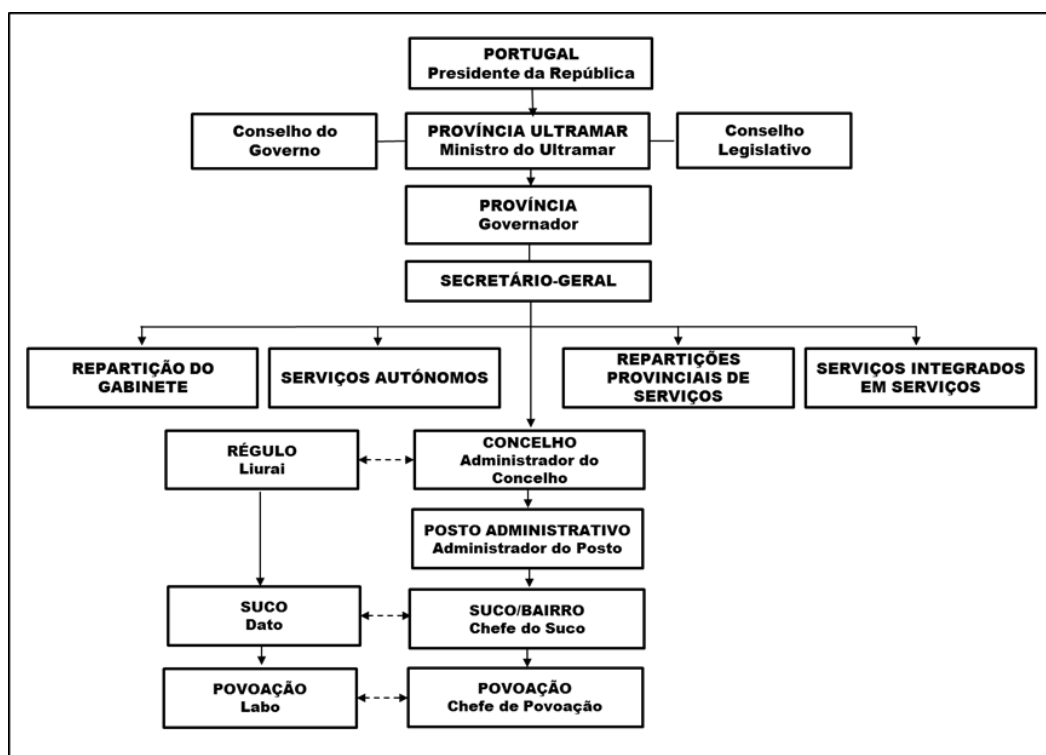


Figura 2.6: Estrutura da organização administrativa de Timor-Português entre 1963 e 1972.
Fonte: O Decreto nº 45 378, de 22 de Novembro de 1963, sobre o Estatuto Político-Administrativo de Província de Timor

Portanto, a partir do início da década 1970, a divisão administrativa do território passou a contar com 13 Concelhos, 65 Postos Administrativos, 442 Sucos, e mais de 2220 Aldeias. A Figura 2.7 apresenta esta divisão, aparecendo coloridos os diferentes

Concelhos que figuraram até à invasão de Timor-Leste pela Indonésia, em 7 de Dezembro de 1975.

2.3 Organização no Período Colonial Indonésio entre 1975 e 1999

Após a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, que ocorreu em 7 de Dezembro de 1975, com a anexação do território em 17 de Julho de 1976, a divisão administrativa, como descrita na Figura 2.7, não foi substituída. De facto, o regime da Indonésia administrou o território com base na divisão administrativa anterior, ajustando-se apenas as unidades ao nível dos Postos Administrativos, dos Sucos e das Aldeias.

As alterações consistiram em reajustar o Posto Administrativo de Turiscai do Concelho de Ainaro para o Concelho de Manufahi, e o Posto Administrativo de Hatudo que passou a pertencer a Ainaro; foram ainda criados novos Sucos e Aldeias.

Na década de 1990, o Governo de Jacarta, depois de ter ouvido o Governador da Província, estabeleceu três regiões administrativas desconcentradas designadas por Regiões Auxiliares ao Governador (Wilayah Pembantu Gubernur, na língua Indonésia), com o objectivo de melhorar as operações militares e o desenvolvimento político do território, e chefiadas por militares indonésios. Todavia, essas regiões não se constituíram como regiões administrativas descentralizadas.

Como tal, sob a administração da Indonésia, a Província era constituída por 3 Regiões Auxiliares, 13 Concelhos (Kabupaten), 65 Postos Administrativos (Kecamatan), 443 Sucos (Desa) e mais de 2230 Aldeias (Dusun). A estrutura organizacional e administrativa implementada pelo Governo Indonésio transpõe na Figura 2.8.

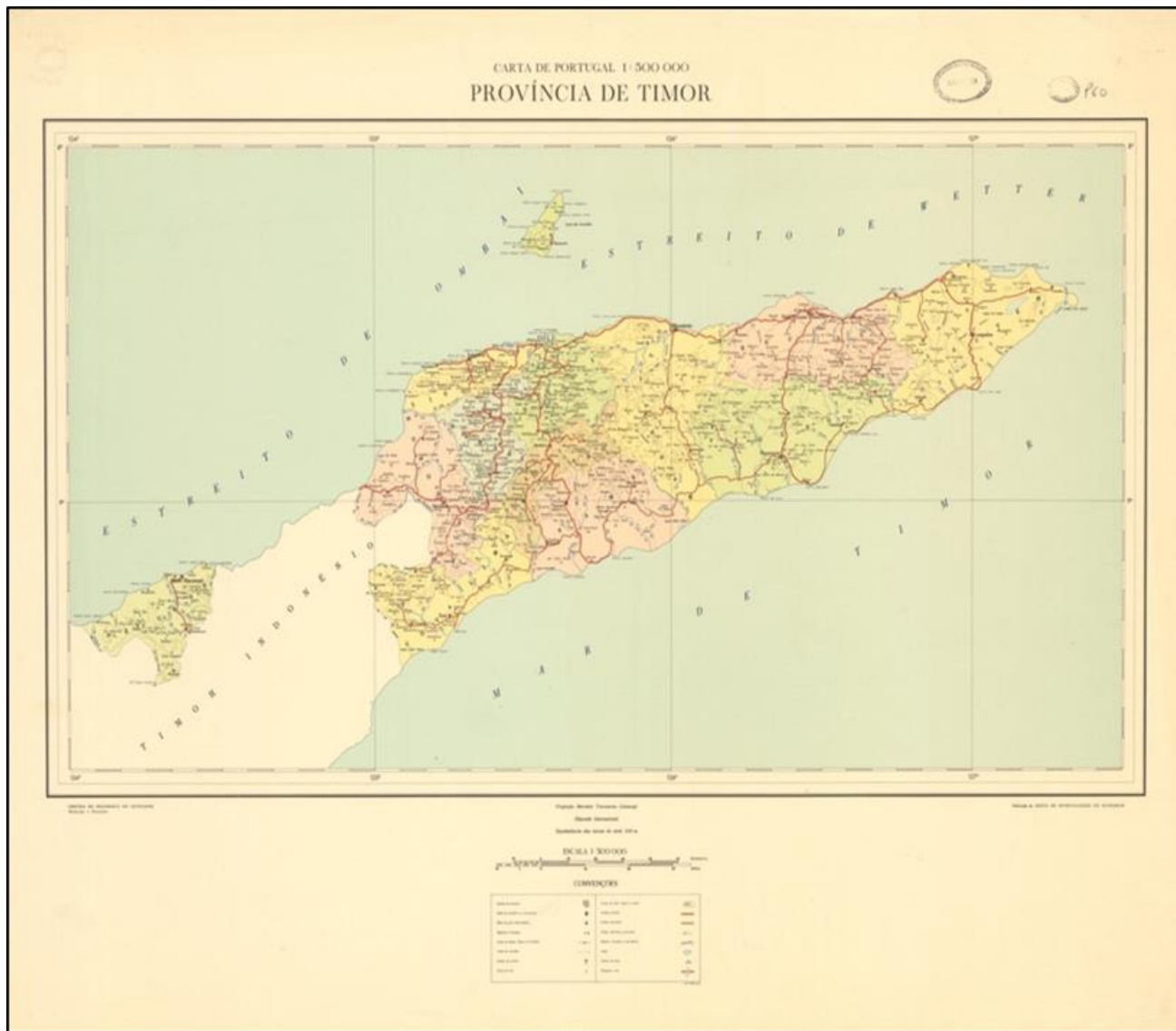


Figura 2.7: Carta VII: A que descreve a nova Divisão administrativa da Província de Timor, em 1970, a partir do Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-2320-1970>. Acesso em 25 de Novembro de 2011

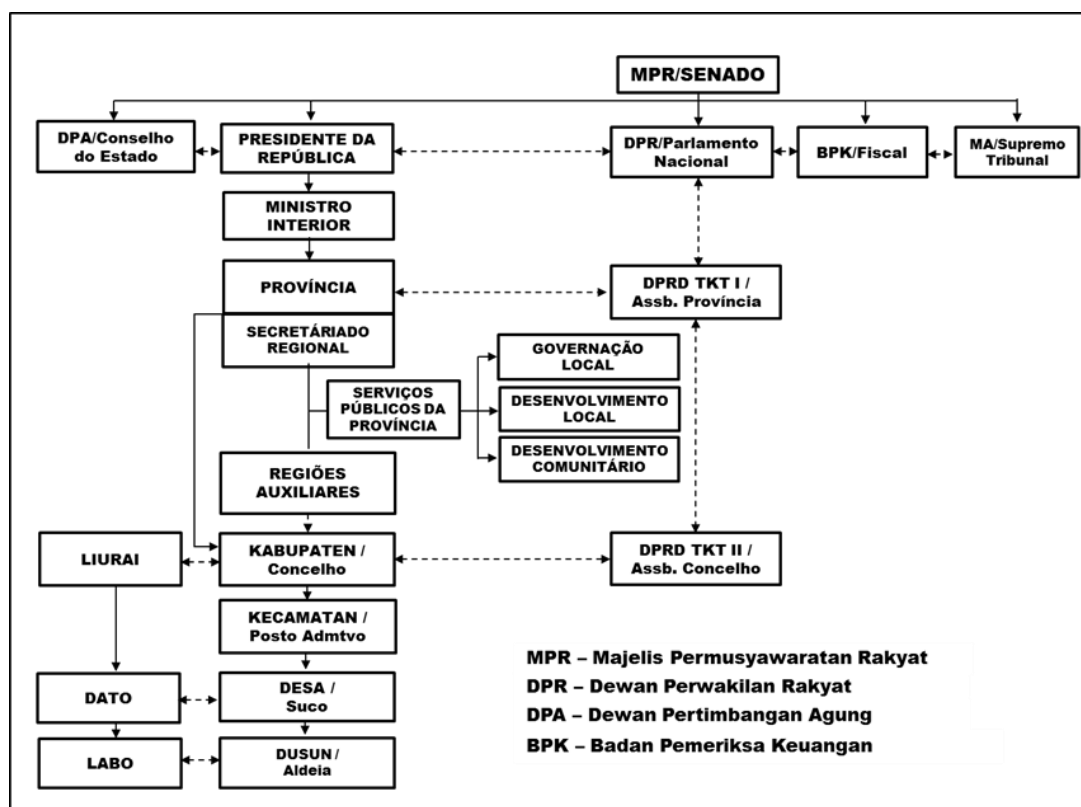


Figura 2.8: Estrutura da organização administrativa de Timor-Indonésio entre 1975 e 1999, baseada na Constituição da República da Indonésia, 1945

2.4 Organização no Período da Administração das Nações Unidas entre 1999 e 2014

Após o referendo de 30 de Agosto de 1999 a administração indonésia foi substituída pela administração da United Nations Transitional Administration for East Timor (UNTAET). A Organização das Nações Unidas reorganizou o sistema político-administrativo passando a designar por Distrito os anteriores Concelhos Administrativos ou Kabupaten, por Subdistrito os anteriores Postos Administrativos ou Kecamatan, readquirindo a designação de Suco e de Aldeia (UNTAET Regulation nº 13/2000). A Figura 2.9 apresenta esta divisão, a qual se manteve em vigor até 2014.

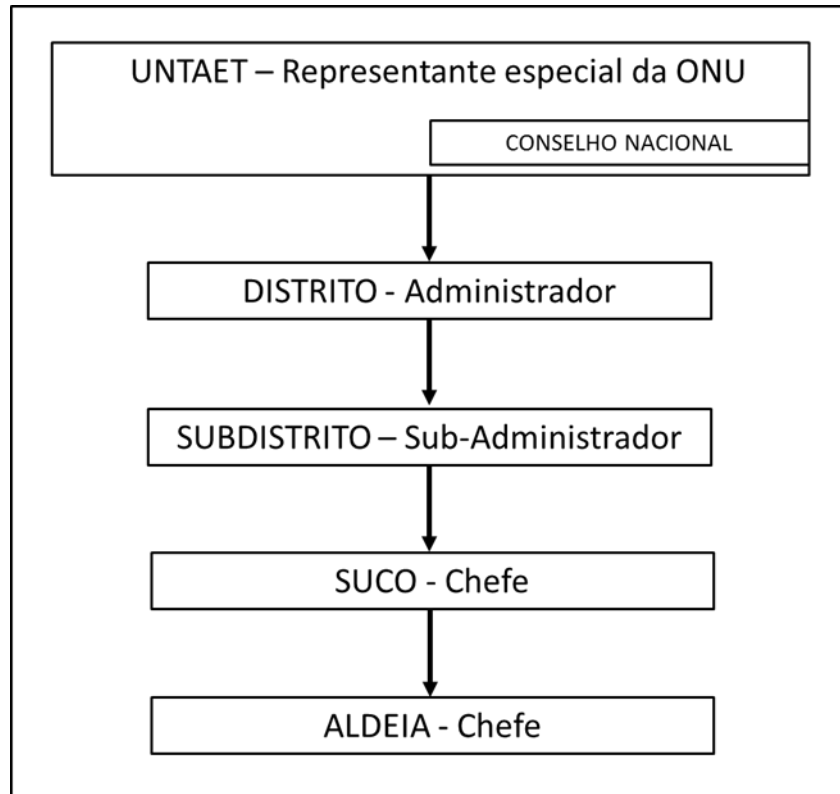


Figura 2.9: Estrutura da organização administrativa de Timor-Leste, a partir de 1999 até Agosto de 2014

A partir de 2014, com a Lei nº 11/2009, de 7 de Outubro, sobre a divisão administrativa do território e o Decreto-Lei nº 4/2014, de 22 de Janeiro, que estabelece o Estatuto Orgânico das Estruturas da Pré-desconcentração, foram resumidas as anteriores unidades administrativas do início da década de 1970, no período colonial português. Contudo, verificou-se a substituição das designações de Distrito e Subdistrito representada na Figura 2.9 por Município e Posto Administrativo, mantendo como áreas territoriais vigentes. Na Figura 2.10 aparece a organização administrativa a partir de 2014.

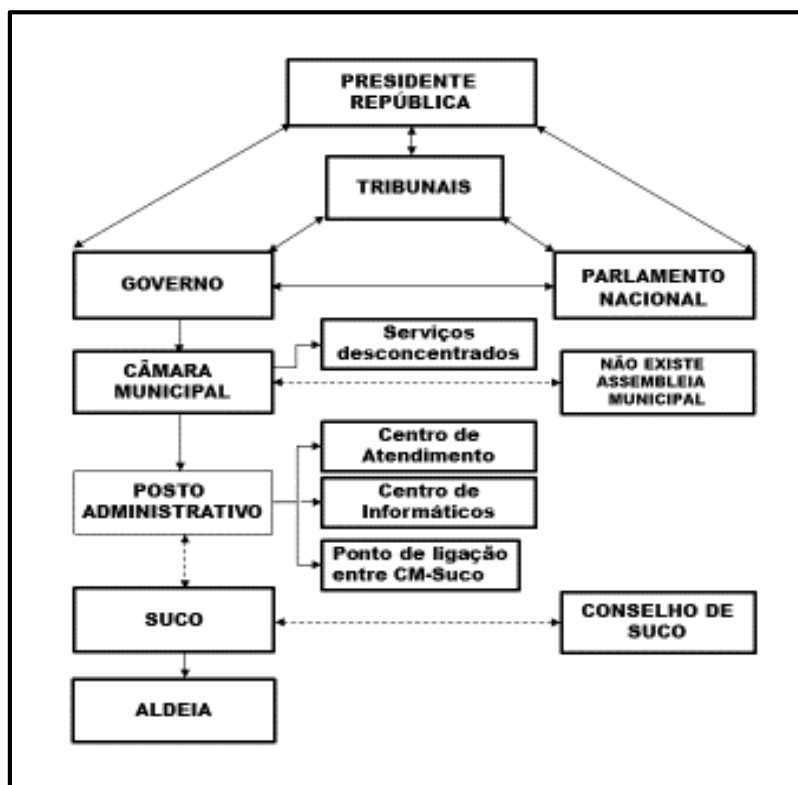


Figura 2.10: Estrutura da organização administrativa de Timor-Leste, a partir de 30 de Agosto de 2014. Fonte: Lei nº 11/2009 e Decreto-Lei nº 4/2014

2.5 Síntese da Evolução da Organização Político-Administrativa

Apresentada a evolução administrativa de Timor-Leste, do período pré-colonial à actualidade, importa valorizar a evolução de acordo com 4 parâmetros: o regime político, a forma de administração, a influência dos valores etnolinguísticos e o nível de centralização administrativa. Esta representação sob forma esquemática, aparece na Figura 2.11.

De acordo com o levantamento a influência dos valores locais de carácter etnolinguístico vêm decaindo desde o período colonial, com uma marcada quebra após a independência. Esta evolução resulta do facto de os líderes tradicionais terem deixado de ter representação directa nas estruturas administrativas, passando a ser eleitos por sufrágio. A centralização administrativa apresentou historicamente dois pontos elevados, que corresponderam a formas de regime militares, como o que aconteceu no

Evolução da organização política e administrativa em Timor-Leste: do período pré-colonial à actualidade

início da colonização portuguesa, e até 1702, e aquando da invasão e ocupação indonésia. Este facto é representado pela chefia militar através da nomeação de capitães-mor até 1702, data em que ocorreu primeira nomeação civil do governador. Durante a colonização indonésia a centralização administrativa foi marcada pela chefia militar das Regiões Auxiliares e pela presença na chefia dos Kabupaten (Concelhos).

A forma de administração com representantes civis, teve especial expressão na última fase de colonização portuguesa, após 1702, e após a independência de Timor-Leste em 2002.

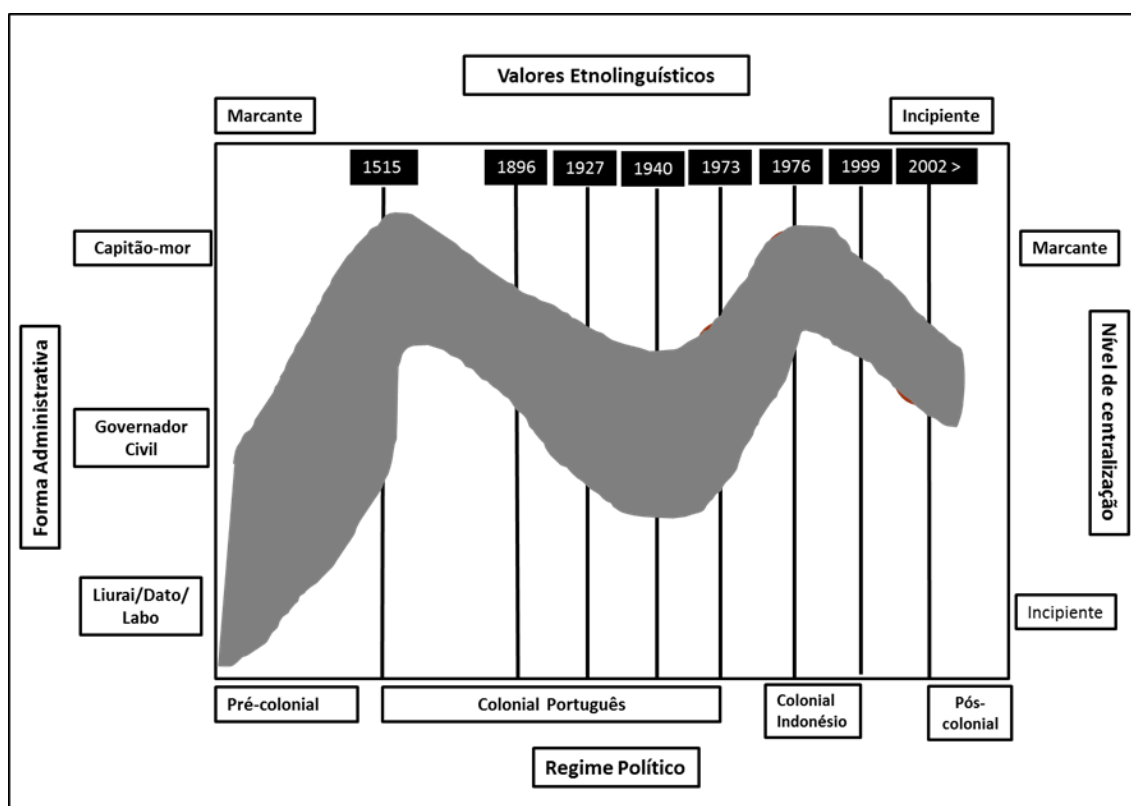


Figura 2.11: Esquema síntese da evolução da organização administrativa de Timor-Leste. A mancha é demonstrativa das características em cada um dos períodos.

Pode-se assim, observar que se evoluiu de uma organização pré-colonial marcada por valores etnolinguísticos, baseada em líderes tradicionais locais e onde a centralização era incipiente, para uma organização administrativa de suporte militar no início da colonização portuguesa do território. Esta ruptura na organização administrativa foi-se reaproximando aos contextos locais, ao longo da colonização portuguesa, descentralizando e valorizando a articulação com os representantes

***Evolução da organização política e administrativa em Timor-Leste:
do período pré-colonial à actualidade***

tradicionais, embora marcada pela diluição dos valores etnolinguísticos, enquanto factores diferenciadores do território. Com a colonização indonésia este processo foi potenciado, fazendo ressurgir a centralização baseada no poder militar e nas políticas de intervenção e infraestruturização do território em orientações *top-down*. Também as características da organização administrativa de base indonésia se foram ajustando às características do território, e à necessidade de envolvimento do poder tradicional, bem como se assistiu ao surgimento de organizações de base civil e religiosa com intervenção na organização político-administrativa de base local.

3. MODELOS ADMINISTRATIVOS DE BASE MUNICIPAL

3.1 Enquadramento dos Modelos Administrativos

No capítulo anterior foi apresentada a evolução político-administrativa em Timor-Leste, anterior à independência e na pós-independência, e salientada a importância do contexto municipal para o desenvolvimento e coesão territorial, como expresso no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2002).

Neste capítulo avaliam-se as dimensões políticas e imateriais dos diferentes modelos na construção do municipalismo, com base nos diferentes actores e utilizando como referência o contexto local. Procura-se, assim, a partir do processo de definição político-administrativa dos municípios em Timor-Leste dar expressão à complexidade e pluralidade de interesses e valores das diferentes partes interessadas, tentando avaliar as fricções entre os actores e valorizar as decisões baseadas na comunidade.

A governação local é um conceito amplo que define a formulação e execução de acções colectivas ao nível local, abrangendo as acções directas e indirectas das instituições formais do governo local e dos vários níveis da administração, bem como as acções informais, redes e organizações e associações comunitárias, visando a definição de objectivos colectivos, de interacções partilhadas, de decisões colectivas e a prestação de serviços públicos locais (Shah & Shah, 2012).

A vida local, assim, pode ser entendida como um processo de governação municipal que integra, segundo Madeira (1966), um grupo de actores em cada um tem um papel a exercer no âmbito da gestão municipal. Os actores são representados quer pelos partidos políticos, como pelos intermediários entre os cidadãos e os processos de decisão política, pelos agentes económicos como fornecedores de atracção e de recepção dos projectos empresariais, pelas associações como lugares de debate de ideias, de mobilização popular, e também de deliberação de gestão pública, pelos funcionários públicos como responsáveis pela mobilização e mudança de gestão municipal e pelos munícipes, que constituem a base da governação municipal.

Com a governação local pretende-se não só melhorar a competência e eficiência dos processos administrativos e da resposta técnica, mas também alargar a sustentabilidade e legitimidade política das decisões com reforço da responsabilidade das metas colectivas e das respostas às exigências básicas dos diferentes segmentos da população (Diniz, 2015), ou como sugere Hope (2000), obter a satisfação e melhorar a capacidade

de resposta das necessidades do público e aumentar a qualidade dos serviços prestados. A responsabilidade do governo local não se restringe, assim, à distribuição e acesso a determinados serviços bem, mas a orientar a comunidade para suprir as suas necessidades, a partir de metas definidas pela mesma (Stoker, 2011).

A discussão sobre os modelos de governação para a administração local tem-se desenvolvido a partir das relações entre os diferentes níveis da administração, privilegiando relações horizontais ou verticais (Hope, 2000; Heinelt & Hlepas, 2006), ou avaliando o nível de eficiência conseguido (Dollery & Johnson, 2005; Afonso & Fernandes, 2006). Autores como Oates (1972), expressaram a partir do teorema da descentralização local, que cada serviço público deve ser disponibilizado na menor área geográfica possível, a qual permita internalizar os custos e benefícios associados. Este princípio resulta da assunção de que o governo local pela proximidade entende as preocupações dos residentes locais, que os processos de decisão são ajustados e que estes permitem ganhos de eficiência e de responsabilidade fiscal, assim como são eliminados os processos e regulamentos desnecessários. Autores como Dollery & Johnson (2005) apontam para inexistência de uma relação sistemática entre a dimensão do município e a eficiência dos serviços prestados.

Num contexto de governação local que se discute para Timor-Leste a criação de um sistema colectivo de tomada de decisão (Bilhim, 2004), no qual o governo central e as autarquias locais cooperam para promover a participação máxima e activa dos cidadãos em todo o processo de desenvolvimento (Silva in Crespo, 2000), e para que se obtenha a disponibilização dos serviços públicos nas escalas geográficas que, simultaneamente, permitam internalizar os custos e benefícios associados, e sejam reconhecidas por parte dos diferentes actores.

A partir de processos participativos e envolvendo uma rede de atores-chave da administração local (Araújo, 2003), discutem-se os modelos para a consolidação do poder local e da cidadania, e promove-se uma rede de cooperação entre os atores locais e a aproximação entre as comunidades que partilham problemas e procuram soluções. No âmbito da afirmação do poder local ressaltam os municípios como células básicas da organização política e de desenvolvimento (Faveron, 2004), onde se promovem mudanças constitucionais e de descentralização de governação que respondem às necessidades efectivas de população (Fernandes, 1993). A representação do Estado ao

nível local, constitui segundo Santos (2005) (...) *O poder que está mais próximo das populações e que conhece melhor e mais aprofundadamente os seus problemas e carências. Ultrapassa-se, assim, o distanciamento do poder central às populações locais. A própria população tem mais confiança no poder local do que no central. Tem uma maior proximidade com a população e isso permite-lhe atacar mais rapidamente os problemas, tornar mais célere a sua resolução.*

A representação do nível local, através dos autarcas eleitos directamente pelos munícipes, permite a atribuição de competências e a definição de responsabilidades (Tonella, 2006) sobre os serviços públicos básicos nas suas áreas de circunscrição, sendo os processos de decisão, realizados através de órgãos de gestão democrática descentralizada (Biehl, 1999; Bookchin, 2000). Fundamenta-se assim a tomada de decisão onde entrevêm grupos e interesses, com diferentes origens, que constituem formas sociais de integração colectiva, de regulação de interesses e de desenvolvimento da visibilidade social (Montalvo, 2003).

Com o modelo de organização político-administrativa à escala local, procura-se para Timor-Leste, estabelecer novas formas de organização, de gestão política administrativa, de prestação de serviços municipais, de exercício de direitos civis e políticos, de participação dos cidadãos, assim como aplicar novos métodos e tecnologias. Cria-se um contexto de mudança e reforma administrativa (Hernández, 2010), permitindo a construção de uma cidadania mais activa e um nível superior de comunicação colectiva, assim como uma coerência funcional e de relações de interdependência (Guttenberg, 1977).

A discussão de um novo modelo da organização político-administrativa do território de Timor-Leste com o objectivo de melhorar a proximidade e prestação dos serviços, iniciou-se em 2003, tendo como referência o modelo de organização proposto pela UNTAET, em 1999. Foi organizada a partir das incipientes organizações administrativas territoriais, sobretudo, em relação à gestão pública municipal, procurando a construção de novo modelo de desenvolvimento mais equilibrado, traduzindo aquilo que pode ser considerado um processo de reterritorialização (Saquet, 2010).

Iniciou-se um processo de estruturação do poder político-administrativo em Timor-Leste, emergindo da vontade popular e com expressão dos reais interesses e aspirações,

fruto de uma lógica identitária, de consolidação dos fluxos, ligações e homogeneidades territoriais. Este processo de reforma da administração local é considerado como imperativo constitucional pelo qual se estrutura a República Democrática de Timor-Leste (Constituição da República, Art.º 5º, 71º, 72 e 137º), o qual configura um compromisso político como do objectivos económicos estipulado no PND (2002) e no PEDN 2011-203 (s/data).

A discussão do modelo político-administrativo para a gestão pública local, baseou-se no envolvimento dos diferentes atores na formulação das opções de um modelo de governação, o qual, como salientou Natário et al. (2013), se deve basear na descentralização de competências para o poder local, transferência de tarefas de serviço colectivo para colectividades não públicas e a desburocratização e a racionalização de grandes serviços públicos. Segundo Silva (2012), recorre-se na construção e afirmação deste modelo à participação pública e ao envolvimento activo dos stakeholders, confirmando os objectivos da participação pública.

Com a construção e discussão do modelo de municipalismo, que se traduz na reinvenção do papel do Estado e na formulação das políticas públicas (Lidskog et al., 2010), o Estado timorense pretendeu promover uma representação democrática, uma responsabilização e transparência, fomentar a participação dos cidadãos, otimizar a eficiência e eficácia administrativa, assim como melhorar os serviços locais, com vista a assegurar um desenvolvimento equilibrado (GTTI, 2006).

3.2 Processo de Selecção do Modelo de Administração Local

Para promover a discussão do novo modelo político-administrativo dos municípios foi criado um Grupo de Trabalho Técnico Interministerial (GTTI), em meados de 2002, pelo I Governo Constitucional de Timor-Leste, sob tutela da Ministra da Administração Estatal. Por Resolução do Conselho de Ministros foi organizado o GTTI que tinha como missão investigar sobre possíveis modelos para delinear a política de descentralização de base local em Timor-Leste. Este Grupo de Trabalho teve a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no recrutamento de recursos humanos e no acompanhamento e apoio logístico dos trabalhos.

O GTTI foi composto por actores estatais e não-estatais e assistido por um grupo de consultores internacionais. Os actores estatais provinham das várias direcções dos ministérios com relação directa com as autarquias locais, como: Ministério da Administração Estatal, representado pela Direcção Nacional da Administração do Território (DNAT), pelo Instituto Nacional da Função Pública (INAP), pelo Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), e pelo Administrador do Distrito de Díli que representava os Administradores Distritais; o Ministério da Educação, representado pela Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL); o Ministério da Saúde, representado pela Direcção Nacional de Administração e Finanças; o Ministério da Agricultura representado pela Direcção Nacional de Recursos Humanos; Ministério dos Transportes e Telecomunicações, representado pela Direcção Nacional dos Transportes; Ministério do Plano e das Finanças, representado pela Direcção Nacional dos Impostos e Taxas.

Os actores não-estatais foram assegurados pela participação do Forum Komunikasi Untuk Perempuan Lorosa'e (FOKUPERS) que representa um ONG que trabalha na capacitação das mulheres na perspectiva dos direitos das mulheres e procurar a sua integração na vida social e política de Timor-Leste.

Os consultores internacionais, também com a função de organização de dados, foram representados pela United Nations Development Programme (UNDP), United Nations Capital Development Funds (UNCDF), e Ireland Aid, esta última organização com participação activa, tanto na construção do modelo, como no financiamento do projecto de estudos.

Foram recrutados pelo PNUD quatro consultores internacionais e um nacional, no âmbito do GTTI, visando identificar os termos da referência para as opções políticas do governo local, recolherem dados e caracterizarem os contextos geográfico, social, económico, cultural e de governação do território de Timor-Leste, e apresentarem propostas para um modelo de governação local. Na Figura 3.1 estão representados os actores que no âmbito do GTTI tiveram responsabilidades na alocação de recursos ou participaram nos trabalhos técnicos e de consultadoria.

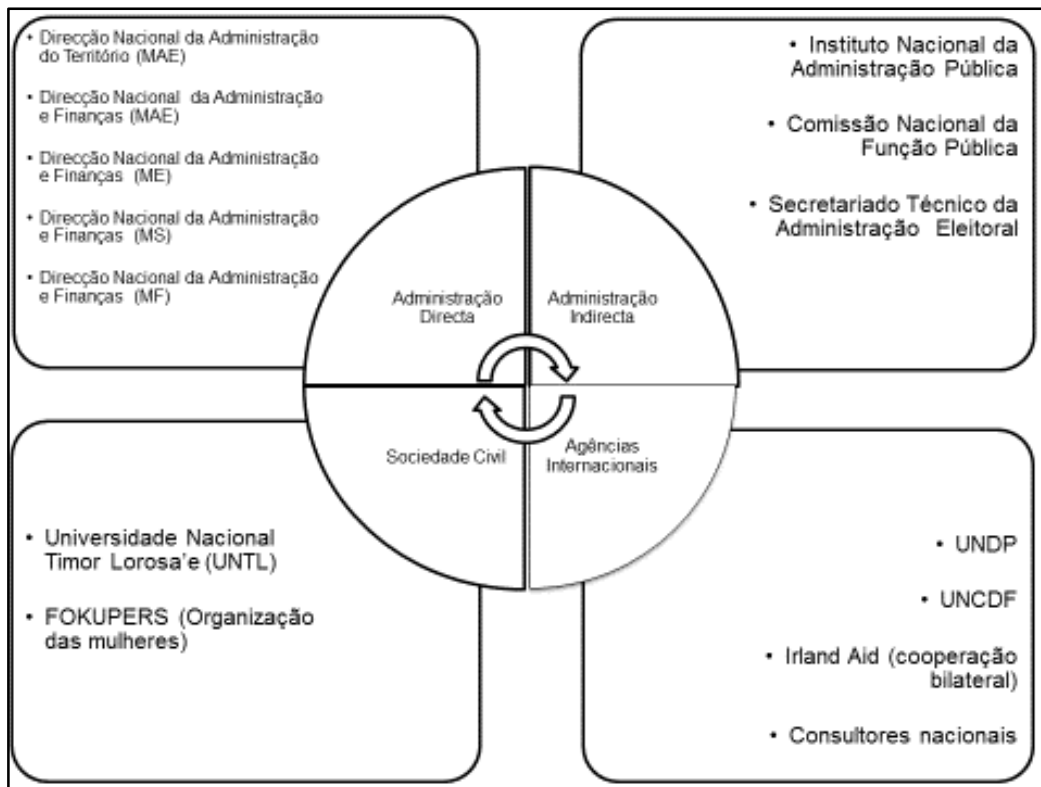


Figura 3.1: Envolvimento dos actores no GTTI para a reforma da administração local de Timor-Leste

Passamos agora a explicitar a metodologia de trabalho e os resultados obtidos por GTTI. Os trabalhos decorreram em 2003 e 2004, tendo recorrido a entrevistas locais, ao levantamento comparativo de modelos e práticas de descentralização local implementados em outros países, e a focus group para seleccionar um conjunto de modelos susceptíveis de aplicação em Timor-Leste.

Na deslocação aos Distritos, na visita a diferentes ministérios, no encontro com responsáveis de ONG's nacionais e internacionais, incluindo as confissões religiosas, realizaram-se entrevistas informais, não orientadas, sobre o desempenho e as expectativas da administração local na pós-independência. Para a avaliação de modelos com possível aplicação em Timor-Leste, realizaram-se três análises comparativas como Cabo Verde, Uganda e Brasil. Os primeiros dois países foram visitados, tendo a experiência do Brasil resultado do trabalho de Dowbore (2003), da Universidade de São Paulo.

A análise comparativa teve três vectores principais: a organização da administração, a democracia participativa, e o desenvolvimento local. Cabo Verde existe um exemplo de um arquipélago, no continente africano, pobre em termos de recursos naturais, mas

apresentando uma elevada de descentralização administrativa e que apresenta um modelo assente em municípios (GTII, 2004). O Uganda evidencia um grande nível de autonomia local, com planeamento participativo, pugnando por serviços mais eficazes e eficientes, com conselhos representativos eleitos (GTII, 2004; Ximenes, 2010). O Brasil revela uma evolução para a descentralização, particularmente do sistema de organização municipal, com mecanismos de distribuição de recursos e de orçamento participativo (Dowbore, 2003).

Em 2004 decorreu uma reunião de discussão e proposta tendo por base a auscultação local vinda das entrevistas e os resultados comparativos. Um conjunto alargado de participantes, onde se incluíram representantes dos ministérios, administradores de Distrito, chefes tradicionais, representantes das organizações internacionais do GTII, ONG/s, consultores internacionais, corpos diplomáticos, representantes das confissões religiosas, académicos, gestores privados, entre outros, foi chamado a apreciar os resultados obtidos até à data, e a expressar as percepções e expectativas sobre diferentes formas de organização e envolvimento local.

Após este levantamento a partir das três fontes, foi organizado um documento de síntese que continha seis Modelos diferenciadas para organização do poder local, com diferentes atribuições político-administrativas de âmbito municipal (GTII, 2004; Ximenes, 2010):

- 1) Opção de status quo: manter o modelo do governo local existente, dividido em 13 Distritos e 65 Subdistritos.
- 2) Opção Província ou Região, os atuais Distritos sofrem uma agregação, dando origem a novos Distritos que resultam da ascensão dos atuais Subdistritos como unidade administrativa. Criam-se assim quatro ou cinco Províncias ou Regiões, 65 Distritos, desaparecendo os Subdistritos.
- 3) Opção Subdistrito como modelo municipal, fazer desaparecer os Distritos e transformar os Subdistritos em 65 municípios.
- 4) Opção Província ou Região com Subdistritos agregados (unitários) esta opção resulta da combinação dos dois anteriores modelos, e corresponde a quatro ou cinco Províncias ou Regiões com a agregação de pelo menos dois Subdistritos.

- 5) Opção Distrito como modelo municipal, transformando os Distritos em Municípios, fazendo desaparecer o nível inferior de Subdistrito.
- 6) Opção Suco como modelo municipal, fazendo aparecer 442 municípios a partir dos actuais sucos.

Na Tabela 3.1 encontram-se sistematizados os perfis dos modelos da administração local e as suas características.

Com os resultados deste grupo foi elaborado um relatório apresentado ao Conselho de Ministros onde se definiram para cada Modelo: (1) o plano estratégico de longo prazo e o plano de acção anual de curto e médio prazo para a descentralização; (2) as acções de acompanhamento e de informação sobre o nível de implementação e resultados atingidos em cada município.

Em face dos resultados o GTTI decidiu recomendar ao Conselho de Ministros a adopção do municipalismo como forma modelo de Governo Local, remetendo para o Governo Central o processo de escolha e decisão sobre o Modelo a implementar.

Entre os seis modelos estudados, os I, II e III Governo Constitucional decidiram optar pelo 4º Modelo caracterizado por “Município ao nível da Região com Subdistritos agregados.” Assim o Governo deliberou dividir o país em cinco regiões administrativas:

- 1) Região I, que inclui os distritos de Lautém, Baucau e Viqueque.
- 2) Região II, que inclui os distritos de Manatuto, Manu-fahi e Ainaro.
- 3) Região III, que inclui os distritos de Díli, Aileu e Ermera.
- 4) Região IV, que inclui os distritos de Liquiçá, Bobonaro e Cova-Lima.
- 5) Região V, a região autónoma administrativa de Oecússi (Decreto-Lei, 2005).

Tabela 3.1: Resumo dos Modelos para a administração local de Timor-Leste (GTTI, 2004)

<i>MODELOS</i>	<i>CARACTERÍSTICAS</i>
1 - Status Quo	<p>Manter as unidades administrativas existentes como Município.</p> <p>A ser implementada pela administração central, se esta considerar que não estão reunidos os recursos para a implementação da reforma, ou se considerar que a reforma cria processos de instabilidade social e política.</p>
2 - Província ou Região	<p>Este modelo é marcado pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Desaparecimento dos Subdistritos enquanto unidades administrativas de nível subnacional, criando-se quatro ou cinco Províncias ou Regiões. Os Subdistritos ascendem a Distritos, com os seus respectivos administradores;2. Os Sucos mantem-se como unidades administrativas de nível inferior. As províncias ou regiões tornam-se as unidades chave dos serviços públicos e unidades políticas ou estatísticas;3. Todos os ministérios têm representação no nível da Província ou Região, com esta opção procura-se sincronizar as diferentes representações no território da administração central;4. A opção Província estabelece um governador com capacidade de nomear os administradores distritais e com competência de planeamento, de implementação do programa de desenvolvimento, de gestão de recursos humanos e financeiros;5. O Governador tem ainda competências de coordenação das políticas sectoriais ao nível da província;6. O Governador pode ser nomeado pelo Governo central ou pode ser eleito, através das eleições gerais. É assistido por um Conselho consultivo. No caso da eleição o conselho consultivo passa a ter também funções deliberativas;7. A opção Região estabelece um coordenador regional nomeado pelo Governo central, com limitadas competências.

MODELOS	CARACTERÍSTICAS
<p>3 - Subdistritos como Municípios</p>	<p>Este modelo é marcado pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desaparecem os distritos enquanto unidade administrativa, mas tecnicamente podem assegurar prestações de serviços públicos e assessorar tecnicamente os municípios; 2. Os Subdistritos transformam-se em Municípios, como unidade administrativa fundamental; 3. Assume-se a implementação deste modelo de forma faseada de acordo com as especificidades territoriais e os recursos disponíveis, tendo-se elaborado uma lista de Subdistritos/Municípios com 4 classes (A, B, C, e D); 4. Cada município tem um órgão executivo presidido pelo Presidente da Câmara e uma Assembleia Municipal com poder legislativo e de supervisão; 5. O Presidente da Câmara pode ser nomeado pelo Governo central, através de lista apresentada pela Assembleia Municipal, ou eleito directamente, através de eleições gerais de âmbito municipal; 6. Os membros da Assembleia Municipal podem ser indicados pelos Chefes de Suco que constituem os municípios, ou serem eleitos directamente por sufrágio universal; 7. Os municípios têm poderes políticos no âmbito de recolha de taxas, de impostos e decisão política no âmbito das competências atribuídas pela lei; 8. Os Sucos são instituições comunitárias formalizadas com algumas competências básicas atribuídas.
<p>4 - Regiões com Subdistrito agregados como municípios</p>	<p>Este modelo é marcado pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As Regiões resultam dos critérios definidos para o Modelo “Província ou Região”, a que se associam os critérios para a criação dos Municípios segundo o Modelo “Subdistritos como Municípios”; 2. O Coordenador da Região é nomeado pelo Governo central tendo como funções coordenar, supervisionar e monitorizar os serviços das câmaras municipais, não tendo ascendente político e administrativo sobre o Governo local; 3. Os ministérios sectoriais do Governo central tutelam a prestação dos serviços públicos principais (hospitais de referência, escolas secundárias, eixos viários principais, e outras obras públicas com incidência supramunicipal). 4. Os municípios assumem a gestão financeira da prestação dos serviços públicos primários; 5. Os municípios têm poderes políticos no âmbito de recolha de taxas, de impostos e decisão política no âmbito das competências atribuídas pela lei, para além dos direitos de concessões públicas (<i>public grants</i>) transferidas pelo Tesoureiro central. 6. Os Sucos são instituições comunitárias formalizadas com algumas competências básicas atribuídas.

MODELOS	CARACTERÍSTICAS	
<p>5 - Distrito como Municípios</p>	<p><i>A - Distrito como unidade administrativa desconcentrada</i></p>	<p>Esta forma do modelo 5 é marcada pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os atuais Distritos passam a Municípios; 2. Há um Conselho Consultivo municipal, não eleito, que inclui os actuais administradores, os chefes de Suco e os representantes da sociedade civil e confissões religiosas; 3. O governo Central nomeia os Administradores, os quais não têm poder executivo; 4. O financiamento é assegurado pelo Governo central, atribuído de forma discricionária, a quem os Administradores apresentam contas; 5. Os Administradores de Subdistritos são nomeados e tornam-se pontos de contacto com os Sucos. 6. Os Sucos são instituições comunitárias formalizadas com algumas competências básicas atribuídas.
	<p><i>B- Distrito como Município com poderes descentralizados</i></p>	<p>Esta forma do modelo 5 é marcada pelas seguintes opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Os atuais Distritos passam a Municípios, não existindo outras unidades de governo local acima dos municípios; 2. Há uma Assembleia Municipal eleita por sufrágio universal, com poder legislativo e de supervisão; 3. Os Presidentes das Câmaras são eleitos por sufrágio universal, tendo poderes executivos; 4. Ao executivo das Câmaras Municipais cabe aprovar e supervisionar os serviços prestados pelos ministérios sectoriais; 5. Os Municípios possuem um quadro de funcionários públicos, pagos ou não pelo Governo central; 6. Os municípios responsabilizam pelas despesas públicas e têm poderes políticos no âmbito de recolha de taxas, de impostos e decisão política no âmbito das competências atribuídas pela lei, para além dos direitos de concessões públicas (<i>public grants</i>) transferidas pelo Tesoureiro central; 7. Os Sucos mantêm-se como instituições comunitárias formalizadas com algumas competências básicas atribuídas.

<i>MODELOS</i>	<i>CARACTERÍSTICAS</i>
6 - Suco como municípios	<ol style="list-style-type: none">1. Os Sucos são as unidades administrativas chaves de âmbito local;2. Possuem poderes descentralizadas nos assuntos políticos, de planeamento e finanças na prestação dos serviços públicos primários;3. O poder executivo é assegurado pelo Presidente da Câmara Municipal, eleito por sufrágio universal;4. O poder legislativo e de supervisão são assegurados por uma Assembleia Municipal constituída por elementos dos actuais conselhos dos Sucos.

Fonte: Grpo Trabalho Técnico Interministerial (GTTI) 2004

Seguidamente o Governo aprovou um modelo municipal com 65 municípios, os quais foram ulteriormente sujeitos a agregação. O GTTI estabeleceu acções de re-demarcação territorial do país, apoiado pelo Quadro Estratégico da Descentralização (GTTI, 2006). A tarefa do GTTI incluía a definição de critérios para a criação dos municípios, assim como consultas públicas e a submissão ao Conselho de Ministros de uma proposta final com a identificação dos município, para a aprovação.

Foram definidos para suportar a agregação dos Subdistritos, baseados em indicadores de coesão, os seguintes critérios: 1) contexto geográfico; 2) proximidade entre Subdistritos; 3) centralidade da sede de administração; 4) distribuição demográfica; 5) distribuição de recursos naturais; 6) distribuição das unidades industriais, da capacidade agrícola e de comércio; 7) disponibilidade de infra-estruturas básicas e equipamentos colectivos; 8) distribuição de recursos financeiros e rendimento *per capita*; 9) disponibilidade de recursos humanos (níveis educacionais de cada subdistritos); 10) características culturais (Ximenes, 2010).

Apesar desta definição, os trabalhos não evoluíram com a tomada de posse do IV Governo constitucional resultante das eleições democráticas de 2007. Por opção política o Governo assumiu como modelo a implementar o Modelo 5A “Opção Distrito como modelo municipal, transformando os Distritos em Municípios, fazendo desaparecer o nível inferior de Subdistrito.” Esta tomada de decisão resultou do Conselho de Ministros, assumindo uma visão mais centralizada, sem o nível inferior de administração que vinha a ser desempenhado pelos Subdistritos. Os Subdistritos perderam o estatuto como unidade administrativa e assumem competências técnicas

emanadas da administração central e municipal (Distritos), através dos Centros de Atendimento Público.

Para implementar esta opção, e sob proposta do Governo, o Parlamento Nacional aprovou a Lei nº 11/2009, de 15 de Setembro, que extinguiu os 65 Subdistritos e as cinco Regiões. Apesar desta resolução mantiveram-se em vigor como níveis de administração municipal os 13 Distritos e os 65 Subdistritos, até 30 de Agosto de 2014. Tendo por base o Decreto-Lei nº 4/2014, de 22 de Janeiro, procedeu-se à substituição das designações de Distrito/Concelho e Subdistrito por Município e Posto Administrativo, mantendo as áreas territoriais vigentes. Actualmente a administração local em Timor-Leste é assegurada a partir de:

- 1) 13 Municípios, ainda não suportados por uma Assembleia Municipal eleita por sufrágio universal, com poder legislativo e de supervisão, sendo os Presidentes com poderes executivos nomeados pelo Conselho de Ministros, e não por sufrágio universal, conforme o proposto pela GTTI (2004) para o Modelo 5B.
- 2) 65 Postos administrativos com funções de centro de atendimento público, de recursos informáticos, de ponto de ligação entre as autárquicas locais e as autoridades comunitárias na prestação de serviços sociais e públicos.

Observa-se neste processo uma tentativa de reversão nos processos de reterritorialização de Saquet (2010), assistindo-se, como salientado por Saquet (2010), à afirmação da dominação social a partir da expansão do poder do Estado-nação e da problematização do desenvolvimento. Simultaneamente, passa-se a entender o território como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado de estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais, mas a que faltam as relações a diferentes níveis de escalas (desaparecimento dos Subdistritos), como salientado por Sack (1986), o que parece conflitar com o espírito do Art.º 71º da Constituição de Timor-Leste.

A análise do processo de construção e selecção de propostas do modelo administrativo local por parte da GTTI, evidenciou uma ausência de conhecimentos por parte dos trabalhadores da Estado, ou seja, do sector público, na definição das opções políticas e dos instrumentos mais relevantes para a governação local, o que condicionou o nível de discussão e elementos aportados para a formulação dos modelos.

Constatou-se, igualmente, o desconhecimento das principais funções dos departamentos; de processos ineficientes de liderança e de sistemas informáticos desadequados, como aliás retratado no GTL (2006), o que fez salientar a importância da participação dos consultores internacionais. Estas constatações são ainda objecto de discussão na política pública dada a importância ideológica e técnica atribuída a elementos estrangeiros ou timorenses formados no exterior, em detrimento dos actores locais. Foi com base nestas razões que se procurou no âmbito do GTTI o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para neutralizar os conflitos interpessoais na função pública e ao mesmo tempo ajudar desenvolver as capacidades técnicas e profissionais do sector público.

Decorrem destas constatações a criação, no âmbito do PNUD, o Projecto de Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública, o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Capacidades Institucionais) que surgiu na continuidade de assistência inicialmente prestada ao Projeto de Apoio ao Desenvolvimento (2002 a 2004) e o Projecto de Serviços de Assessoria ao Desenvolvimento (SAD).

Reconhecendo estas limitações o GTTI desenvolveu um processo de comunicação com vista a alcançar uniformidade e a coesão de ideias no que diz respeito ao processo de reforma da administração pública.

As propostas de reforma político-administrativa emanadas do GTTI (2004), as quais foram baseadas num leque alargado de actores e de modelos de referência internacionais, assim como a opções políticas do IV Governo constitucional e seguintes, fizeram emergir nos actores políticos, nos responsáveis técnicos e com responsabilidade administrativa desconcentrada, assim como na população em geral, um percepção de indefinição política e de falta de representatividade da administração municipal.

Procurando avaliar o nível de conhecimento e de envolvimento dos stakeholders locais na reforma político-administrativa municipal, bem como as práticas, reconhecimento e expectativas dos cidadãos sobre o modelo municipal que melhor responde aos anseios de promoção do desenvolvimento local e de participação na decisão, são, nos capítulos seguintes, apresentadas instrumentos de análise e resultados que permitem suportar opções para a reforma municipal em Timor-Leste.

4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para responder às questões investigativas, anteriormente formuladas, que procuram avaliar o grau de conhecimento e expectativas dos stakeholders e da população sobre as formas de organização político-administrativa de âmbito local, e os mecanismos de participação associados, foi definida uma metodologia de investigação, de acordo com o modelo investigativo da Figura 1.1.

Um dos eixos fundamentais de qualquer investigação é o metodológico (Galego & Gomes, 2005). A investigação em ciências sociais valoriza significados, motivações, valores e crenças que respondem a noções muito particulares (Boni & Quaresma, 2005), tendo-se nesta investigação privilegiado quer métodos de análise qualitativos e quantitativos (Freitas & Janissek, 2000; Bryman, 2008).

A seleção do método e das técnicas deve estar em consonância com o problema a ser estudado. Usualmente, não se utiliza apenas um método ou uma técnica para investigação (Marconi & Lakatos, 1998), sendo que o que se pretende não é usar uma ou outra em particular, mas combinar a metodologia qualitativa e quantitativa, para promover o desenvolvimento teórico (Strauss & Corbin, 2008). A utilização de métodos mistos proporciona uma melhor compreensão do problema da pesquisa (Creswell, 2003) sendo que as duas metodologias se complementam (Barker et al., 2002).

Na presente investigação, optou-se por uma metodologia mista (qualitativa e quantitativa) (Teddlie & Yu, 2007; Yoshikawa et al., 2013), tendo por base um guião de entrevista semi-estruturada (Flick, 2005) sobre a perspectiva dos stakeholders relativamente à implementação da reforma administrativa, produzido a partir da revisão da literatura. Segundo Serapioni, (2000) trata-se de duas perspectivas aparentemente incompatíveis, mas ambas procuram ter acesso à realidade social. Procura-se assim, em termos metodológicos, uma continuidade na investigação que privilegie, quer a investigação qualitativa que proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, quer uma pesquisa quantitativa baseada na análise estatística (Malhotra, 2006; Chaer et al., 2011).

A análise qualitativa caracteriza-se pelo recurso a uma metodologia de carácter descritivo e continuamente analítico. Dirige-se, especialmente, para a compreensão do significado da experiência e acção humana recorrendo a dados/textos verbais variados (ex., narrativas, observações) (Yoshikawa et al., 2013) sendo, por isso, um processo intuitivo e de interpretação (Bardin, 2006; Strauss & Corbin, 2008; Flick, 2005). Pode

remeter-se a aspectos acerca da vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos e fenómenos culturais (Strauss & Corbin, 2008). O presente estudo é essencialmente qualitativo, embora a abordagem quantitativa também esteja presente, na medida em que os resultados brutos são tratados com o objectivo de serem significativos e válidos (Bardin, 2006).

Esta metodologia de investigação – qualitativa – implica métodos de análise específicos, tais como (Strauss & Corbin, 2008):

- 1) Codificação do conjunto de entrevistas recolhidas.
- 2) Anotação de reflexões/comentários para além dos códigos.
- 3) Identificação de relações entre as variáveis codificadas, padrões, diferenças entre os subgrupos e sequências comuns.
- 4) Elaboração gradual de um conjunto de generalizações que cubram as consistências encontradas ao longo da análise das entrevistas.
- 5) Confrontação destas generalizações com o corpo teórico formal.

A componente quantitativa deste estudo está relacionada com o critério seleccionado para atingir os objectivos propostos, tendo-se optado pela quantificação das referências dos participantes no sentido de identificar as opiniões mais destacadas nas entrevistas. A combinação destes dois tipos de análise permite a recolha de informação mais detalhada sobre o fenómeno em estudo (Teddlie & Yu, 2007).

Relativamente à metodologia utilizada para a recolha de dados, optou-se pela realização de entrevistas individuais. As entrevistas individuais têm como principal objectivo explorar a perspectiva de um indivíduo, considerado perito sobre o tema em investigação, no sentido de captar as suas opiniões e experiências (Flick, 2005).

Para a avaliação do conhecimento e expectativas da aplicação dos modelos de organização político-administrativa de âmbito local por parte dos stakeholders foi utilizado um método misto de pesquisa baseado na análise de conteúdo, suportado um instrumento de análise assente num guião de uma entrevista semi-estruturada. A utilização de entrevistas corresponde a uma metodologia, baseada no trabalho de campo, através da qual os investigadores procuram obter informações, objetivas e subjetivas (Haguet, 1997). De acordo com Bogdan & Biklen (2010) a entrevista é

utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo avaliar como os entrevistados interpretam o mundo. Com as entrevistas semi-estruturadas o entrevistador procura em tempo oportuno dirigir a discussão para o assunto focal, sendo utilizada para delimitar o volume das informações (Boni & Quaresma, 2005). A interpretação dos dados obtidos, ou análise fenomenológica, baseia-se num conjunto de requisitos e princípios (Hycner, 1985).

Os questionários constituem uma fonte de dados sobre a sociedade actual, permitindo testar a compreensão teórica dos processos sociais e psicológicos (Rossi et al., 2013). Este método de análise é o mais ajustado quando os indivíduos são as unidades de análise, assim como é o indicado quando se pretende avaliar uma amostra extensa para ser observada directamente (Bhattacharjee, 2012). Consistem num instrumento de investigação formado por um conjunto de questões que procuram obter resposta de uma forma estandardizada. As perguntas são concebidas para serem compreendidas pelos inquiridos, de forma a obter respostas significativas e apropriadas para o grupo inquirido (Groves et al., 2011). Para facilitar a interacção e comunicação com os inquiridos é possível estabelecer formas de comunicação baseadas em pictogramas, ajustando-se às limitações do grupo inquirido, apesar da introdução de uma ambiguidade semântica (Cho et al., 2007; Cho & Ishida, 2011; Vianney, 2014).

A interpretação do papel e interesses dos stakeholders é actualmente um tema relevante de análise das políticas públicas (Brugha & Varvasovsky, 2000; Reed et al., 2009), dado que permite perceber quem é afectado pelas acções e decisões e identificar as decisões que influenciam os resultados.

Para a avaliação do conhecimento e das expectativas da população sobre a administração local foi utilizado um método quantitativo, com recurso à análise de estatística descritiva, suportada por um questionário pictográfico de aplicação local.

A análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise sistemática e de descrição do conteúdo das mensagens da comunicação, através de indicadores, quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (Bardin, 2011; Câmara, 2013). Procura-se assim, com a análise de conteúdo, a partir da interpretação de textos, a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação (Berelson, 1971; Gageiro, 2009).

A estatística descritiva corresponde ao método de recolha, classificação, síntese, apresentação e interpretação de informação quantitativa através da criação de instrumentos adequados que envolvem indicadores numéricos e que permitem descrever e compreender as relações entre variáveis, num espaço de grande quantidade de dados (Reis, 2009).

4.1 Entrevista Estruturada aos Stakeholders - Instrumento de Análise 1

4.1.1 Participantes

Para a avaliação do conhecimento e expectativas da aplicação dos modelos de organização político-administrativa por parte dos stakeholders foi assim definida uma amostra de elementos para entrevista a partir de quatro municípios em Timor-Leste (Díli, Aileu, Baucau e Bobonaro). Com a selecção destes municípios procurou-se abranger uma representação geográfica e etnolinguística do país. Na Tabela 4.1 aparecem sintetizadas as características dos municípios amostrados.

Tabela 4.1: Amostra para os stakeholders por municípios

<i>Município</i>	<i>Localização</i>	<i>População adulta do município</i>	<i>Grupo etnolinguístico dominante</i>	<i>Número de stakeholders amostrados</i>
Díli	Capital, na costa Norte	146.128	Sem	22
Aileu	Região Central	23.316	Mambae	40
Baucau	Região Leste	61.685	Makasae	24
Bobonaro	Região Oeste	52.444	Bunak	16

O tipo de amostra aplicada foi intencional, permitindo um bom julgamento da população amostrada (Silva & Menezes, 2001). Neste caso foram considerados quatro diferentes stakeholders:

- 1) Directores do Ministério da Administração Estatal, responsáveis pelo processo de reforma administração local.

- 2) Directores dos ministérios sectoriais destacados nos municípios.
- 3) Chefes dos Sucos nos quatro distritos.
- 4) Representantes da sociedade civil, como responsáveis da associação de mulheres, das associações de jovens, dos sectores privados, e das ONGs locais.

Os sujeitos da entrevista foram escolhidos de acordo com as suas experiências e conhecimentos sobre a reforma administrativa. Não se procurou uma amostragem sistemática ou estratificada, baseando-se a selecção na representatividade, tendo-se procurado envolver a totalidade dos Directores e Chefes de Suco dos quatro municípios, e obter pelo menos 10 representantes da sociedade civil em cada município. Os valores inferiores de Díli e Bobonaro resultaram da menor disponibilidade de resposta por parte dos inquiridos.

4.1.2. Entrevista aos stakeholders

Tendo por base a revisão da literatura, foi elaborado um guião de entrevista semiestruturada para analisar as percepções, opiniões e experiências pessoais dos stakeholders participantes sobre esta temática.

O guião de entrevista é constituído por 10 partes¹, a partir de 37 perguntas. Tem por finalidade suscitar questões sobre a reforma da administração local, envolvendo os modelos, os atores, as competências, as formas de relação territorial, os mecanismos de participação, bem como as contribuições e potencialidades que poderão resultar da implementação da reforma político-administrativa local.

Na introdução da entrevista para além da referenciação dos elementos de aplicação da entrevista caracterizaram-se os entrevistados de acordo com o nome, idade, sexo, profissão, cargo institucional e tempo de desempenho. A entrevista estava organizada em 10 partes transpõe na Tabela 4.2.

¹ O referido guião encontra-se integralmente reproduzido no anexo I.

Tabela 4.2: Resumo do guião de entrevista semi-estruturada apresentadas aos Stakeholders

Conjunto de perguntas	Perguntas semiestruturadas/abertas
1 – Avaliar o grau de conhecimento sobre a reforma da administração local, através de duas questões que envolviam os instrumentos legais e as fontes de informação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem acompanhado a reforma da administração local nomeadamente o que resultou da Resolução do Governo nº 6/2006, de 11 de Outubro, sobre a Política de Descentralização e Governo Local em Timor-Leste, e da Lei nº 11/2009, de 7 de Outubro, que estabelece a Divisão Administrativa do Território? 2. Quais são as principais fontes de informação que lhe têm permitido acompanhar a reforma da administração local?
2 – Avaliar a importância atribuída à reforma da administração local pelos stakeholders, enquanto desígnio do Estado ou anseio da população	<ol style="list-style-type: none"> 3. Considera que a reforma da administração local é um dos assuntos fundamentais para o estado de Timor-Leste? Porquê? 4. Considera que a reforma da administração local é importante para os cidadãos de Timor-Leste? Porquê?
3 – Avaliar o grau de conhecimento sobre os vários modelos considerados na reforma da político-administrativa local, nomeadamente os considerados pela GTTI (2004)	<ol style="list-style-type: none"> 5. Conhece os vários modelos de reforma da administração local que estiveram em discussão, nomeadamente os resultantes do Grupo de Trabalho Técnico Interministerial, sobre as Opções de Governo Local em Timor-Leste, de 2004? 6. Conhece os modelos que têm vindo a ser considerados para aplicação na administração local?
4 – Avaliar a posição dos stakeholders sobre os vários modelos apontados na reforma da administração local, nomeadamente na lógica da coesão territorial e social	<ol style="list-style-type: none"> 7. Qual lhe parece o modelo da administração local que possibilita um maior desenvolvimento e coesão territorial de Timor-Leste? Porquê? 8. O que entende por coesão territorial? 9. Qual lhe parece o modelo da administração local que garante uma maior proximidade e participação dos cidadãos? Porquê?
5 – Identificar as responsabilidades e as competências dos representantes e dos outros atores na implementação da reforma político-administrativa local	<ol style="list-style-type: none"> 10. A quem compete a maior responsabilidade de implementação da reforma da administração local? Porquê? 11. Na sua opinião quem deve fazer a ligação entre o governo e os representantes da administração local, visando a implementação da reforma administrativa local? Porquê?
6 – Avaliar a responsabilidade e competências atribuídas aos actuais representantes da administração local;	<ol style="list-style-type: none"> 12. Quem considera ser o representante administrativo e político mais importante atualmente na administração local? Porquê? 13. Quais considera serem as responsabilidades mais importantes destes representantes da administração local junto do estado de Timor-Leste? 14. Quais considera serem as responsabilidades mais importantes dos representantes da administração local junto do cidadãos? Porquê? 15. Quais considera serem as competências mais importantes dos representantes da administração local junto do estado? Porquê? 16. Quais considera serem as competências mais importantes dos representantes da administração local junto do cidadãos? Porquê? 17. Actualmente, quem outros atores consideram que são importantes na administração local? Porquê?

<p>7 – Reconhecer o enquadramento e as competências dos futuros representantes da administração local resultantes da reforma político-administrativa</p>	<p>18. Com a futura implementação da reforma administrativa local, qual deve ser o representante administrativo e/ou político mais importante da administração local? Porquê?</p> <p>19. Com a futura implementação da reforma administrativa local, que novas responsabilidades deve ser atribuídas ao representante administrativo e/ou político da administração local? Porquê?</p> <p>20. Com a futura implementação da reforma administrativa local, que novas competências deve ser atribuídas ao representante administrativo e/ou político da administração local? Porquê?</p> <p>21. Como deve ser eleito ou designado o futuro representante administrativo e/ou político da administração local?</p> <p>22. Quais devem ser as competências principais das assembleias municipais resultantes da reforma administrativa local?</p> <p>23. Como devem ser designados ou eleitos os representantes das assembleias municipais da reforma administrativa local?</p>
<p>8 – Percepcionar a relação e aplicabilidade territorial para a implementação da reforma político-administrativa local;</p>	<p>24. Considera que o modelo de reforma administrativa local deve ser diferenciado entre as diferentes zonas do país? Porquê?</p> <p>25. Considera que o modelo de reforma administrativa local deve diferenciar a cidade de Díli das zonas rurais? Porquê?</p> <p>26. Considera que o modelo de reforma administrativa deve ser implementado faseadamente no território de Timor-Leste de acordo com os contrastes territoriais? Porquê?</p>
<p>9 – Avaliar o nível de participação e envolvimento dos cidadãos na implementação da reforma político-administrativa local</p>	<p>27. Ao nível local considera que na implementação da reforma administrativa devem estar envolvidos outros atores para além dos representantes e população local?</p> <p>28. Considera que aquando da implementação da reforma administrativa local, podem ser eleitos representantes locais que não sejam residentes? Porquê?</p> <p>29. Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realizarem acções de informação dirigidas aos atuais e futuros representantes locais?</p> <p>30. Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realizarem acções de informação dirigidas aos cidadãos?</p> <p>31. Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realize um referendo de âmbito nacional como o permite a constituição da república?</p>
<p>10 – Procura-se com este conjunto de perguntas avaliar os constrangimentos e as dificuldades resultantes da implementação da reforma político-administrativa local</p>	<p>32. Considera que a reforma administrativa local vai contribuir para a coesão territorial de Timor-Leste?</p> <p>33. Considera que a reforma administrativa local vai contribuir para o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste?</p> <p>34. Quem considera que deve gerir o orçamento da administração local? O presidente enquanto representante político escolhido/eleito ou a assembleia municipal enquanto órgão representativo da comunidade local?</p> <p>35. Quais considera serem os principais impactos positivos, a nível local, da implementação da reforma administrativa?</p> <p>36. Quais considera que vão ser as principais dificuldades políticas e administrativas para a implementação da reforma?</p> <p>37. Quando considera que está implementada a reforma administrativa local, com a escolha dos representantes políticos eleitos e da assembleia municipal?</p>

4.1.3. Validação da entrevista

Após a construção do guião da entrevista esta foi traduzida para tétum, tendo por objectivo facilitar a compreensão das questões colocadas. Em Julho de 2012 o guião foi apresentado a 3 stakeholders para validação (Eurico Celestino de Araújo, Professor da Universidade de Timor-Lorosae; Teresinha Reis, Chefe tradicional de Baucau; Domingos Martins, Administrador de Bobonaro).

Esta aplicação prévia demonstrou a extensão da entrevista, tendo sido simplificadas as questões 8 e 9, sobre as especificidades territoriais da reforma político-administrativa. Foram feitas correcções e simplificações de termos para mais fácil e compreensiva aplicação. A validação da entrevista mostrou ainda a necessidade de gravação áudio, para ulterior tratamento.

Dada a abrangência dos tópicos, a extensão e morosidade da aplicação, foi considerada como representativa da amostra a aplicação da entrevista aos stakeholders de 4 dos 13 municípios de Timor-Leste.

4.1.4. Procedimento (Condições de aplicação)

Depois da selecção intencional dos entrevistados, os contactos tiveram autorização do Director Geral do Ministério da Administração Estatal (MAE), através de circular, tendo as entrevistas decorrido depois de contacto prévio e marcação telefónica do local e horário da entrevista. Foi assim apresentado e assinado o consentimento informado, onde os participantes ficaram a par do carácter voluntário da sua participação na investigação, dos riscos e benefícios e a salvaguarda da confidencialidade. Relativamente ao tempo despendido na realização das entrevistas, cada uma demorou, em média, uma hora. As entrevistas foram realizadas, com a prévia autorização dos participantes, para que posteriormente se procedesse à transcrição e análise das mesmas.

O guião de aplicação da entrevista aberta foi seguido e registada a opinião dos stakeholders com recurso áudio e a transcrições escritas pelo entrevistador. Foi disponibilizada, sempre que solicitado, o guião da entrevista em formato de papel, em língua tétum.

A aplicação foi realizada primeiro em Díli, em Julho de 2012, em Bobonaro, no período de Julho e Agosto de 2012, no município de Baucau, em Agosto e Setembro de 2012, e em Aileu, em Setembro e Outubro de 2012.

As entrevistas decorreram numa sala reservada para o efeito, no Gabinete e, em certas circunstâncias na residência dos stakeholders, onde estavam reunidas todas as condições necessárias para a sua concretização (sala iluminada e condições acústicas que não interferissem com a gravação da entrevista).

A entrevista foi conduzida pelo investigador, devidamente familiarizado com esta metodologia, com os objectivos e com o estudo que está a ser desenvolvido. O entrevistador estava preparado para conduzir a discussão tendo em conta as características de cada participante (ex., timidez, falta de atenção, dificuldades de comunicação, interrupções).

As entrevistas foram transcritas e codificadas por categorias segundo os pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 2006), que é um método frequentemente utilizado para analisar dados qualitativos (Smith, 2003). Optou-se por reduzir os dados dos participantes em categorias, obedecendo a um intermédio entre o *bottom-up* – as categorias surgiram dos próprios dados – e o *top-down* – as categorias foram definidas *a priori* (Smith, 2003).

Na incrementação e prossecução deste estudo, atendeu-se, ainda, aos passos propostos por Bardin (2004). Assim, análise de conteúdo organizou-se em três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, as inferências e interpretação (Bardin, 2004).

Para a exploração do material e tratamento dos resultados, recorreu-se ao *Software NVivo10*, que permitiu analisar os dados ao nível das propriedades, similitudes e diferenças, originando uma árvore categorial (Figuras 5.2 a 5.4).

4.1.5. Análise do conteúdo das entrevistas

O resultado de entrevistas é analisado por duas fases. A primeira fase envolve a compilação de dados, o que segundo Bardin (2006), envolve ainda, um trabalho na descrição analítica aprofundada, a qual diz respeito ao *corpus* (respostas recolhidas),

de onde resulta a codificação, a classificação e a categorização de dados. Ou seja, de acordo com Freitas et al. (2005), a análise de conteúdo consiste na leitura aprofundada de cada uma das respostas, onde, codificando-se cada uma, se obtém uma ideia precisa sobre o todo.

Pretendeu-se, assim, organizar os trechos da entrevista reproduzida com recurso a uma matriz com cinco itens de análise do conteúdo (Pereira et al., 2012).

- 1) Na coluna “categoria” foram agrupados os temas-eixo, ou principais, tratados na entrevista.
- 2) Na coluna “subcategorias” os temas tratados dentro de cada temas-eixos.
- 3) Na coluna “unidade de registo” foram encontrados segmentos de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem de frequência, optou-se por fazer recortes com base nos temas tratados na entrevista.
- 4) Na coluna de “contexto” encontram-se as respostas obtidas.
- 5) Na coluna “enumeração” mostram-se os registos a direção da fala do entrevistado.

A segunda fase corresponde às interpretações inferenciais, com condensação e destaque das informações para análise, sendo o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 2006).

4.1.6. Forma de análise

Para o estudo de análise de conteúdo como referido, utilizou-se o NVivo Software. Basicamente, o NVivo é uma ferramenta que intercepta entre os métodos qualitativo e quantitativo (Penna, 2013).

No NVivo deve-se importar e exportar os ficheiros a partir de Excel, do texto, de base de dados; as entrevistas semi-estruturadas e as respostas fixas; dentro e entre

análise do grupo de codificação; a análise de texto; kappa coeficiente; e a análise de cluster de palavra e a semelhança de codificação.

Assim, a ferramenta NVivo assiste o pesquisador durante o processo de análise de dados até o resultado final. Basicamente, o NVivo ajuda a analisar os dados através de três fases. A primeira fase refere-se à recolha de dados que devem ser transportados para o NVivo todas as informações relevantes, por exemplo, o resultado das pesquisas existentes, as informações actuais ou fontes de literatura e as fontes de dados que envolvem as entrevistas, os grupos focais, os inquéritos, as fotografias, os áudios/vídeos, as páginas Web e os media sociais.

A segunda fase é criar o projecto. No projecto deve transportar todos os dados recolhidos. Nesta fase se encontram três áreas-chave que assistem à organização dos dados, as quais envolvem as fontes (organizar os dados e a revisão da literatura), as classificações (organizar as informações bibliográficas e demográficas) e as codificações (organizar as unidades de análise, os temas e os dados emergentes).

A terceira fase tem a ver com análise de dados. Esta parte implica a codificação de dados (rever, amalgamar e refinar), o memoing (ideias-chave, reflectir e ligar), consultas (pesquisa de texto, frequência das palavras, matrix e comparar a codificação) e visualização (modelos, matrizes e gráficos).

4.2 Questionário à População – Instrumento de Análise 2

4.2.1. Participantes

Para a avaliação das percepções sobre os recursos locais e sobre as expectativas da reforma político-administrativa local foi definida uma amostra seguindo a distribuição demográfica dos dados populacionais de Timor-Leste em 2010. Foram considerados como possíveis inquiridos os cidadãos timorenses com idade superior a 17 anos, enquanto eleitores, ou seja, a população efectiva. Neste caso, a total população efectiva dos quatro municípios era de 283.573 pessoas.

A amostra utilizada foi definida de forma aleatória simples, permitindo a representação de cada unidade da população (município) (Fernandes, 1999). Para calcular o tamanho da amostra utilizou-se a fórmula do cálculo amostral (Ribeiro, 2012; Santos, 2014).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

$$n = \frac{283573 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) + 0,04^2 \cdot (283573 - 1)}$$

$$n = \frac{1089374,0368 \cdot 0,25}{3,8416 \cdot 0,25 + 0,0016 \cdot (283572)}$$

$$n = \frac{272343,5096}{0,9604 + 453,7152}$$

$$n = \frac{272343,5096}{454,6756}$$

$$n = 598,985$$

$$n = 599 = 600$$

Onde:

n - amostra calculada; **N** – população; **Z** - variável normal padronizada associada ao nível de confiança; **p** - verdadeira probabilidade do evento; **e** - erro amostral.

De acordo com a expressão foi calculado o valor da amostra total e a distribuição para os 4 municípios (Tabela 4.3).

Tabela 4.3: Amostra para as populações por municípios

<i>Número</i>	<i>Municípios</i>	<i>População superior a 17 anos</i>	<i>Amostra</i>
<i>1</i>	Aileu	23.316	50
<i>2</i>	Baucau	61.685	130
<i>3</i>	Bobonaro	52.444	110
<i>4</i>	Díli	146.128	309
<i>5</i>		Σ 283.573	Σ 599
<i>6</i>	Total		Σ 600

Segundo o censo populacional de 2010, a estrutura populacional de Timor-Leste é composto por 49% do sexo feminino e por 51% do sexo masculino (DNE, 2010).

Relativamente aos números inquiridos por sexo, o intuito foi verificar a proporcionalidade de inquiridos segundo a distribuição demográfica existente. Pelo contrário, o que se aparece na lista da amostra é que o sexo feminino obteve o maior número de inquiridos com cerca de 58% e o sexo masculino com cerca de 42% como aparece representada na Tabela 4.4.

Tabela 4.4: Inquiridos por sexo por município

<i>Número</i>	<i>Município</i>	<i>Sexo</i>				<i>Total</i>
		M	%	F	%	
1	Aileu	18	36	32	64	50
2	Baucau	52	40	78	60	130
3	Bobonaro	51	46	59	54	110
4	Díli	129	42	181	58	310
	Total	250	41,7	350	58,3	600

4.2.2. Questionários às populações

Para a avaliação as expectativas da aplicação dos modelos de organização político-administrativa local por parte das comunidades. Trata-se de uma entrevista fechada em que o entrevistador dá ao inquirido a liberdade de escolher sobre as respostas opcionais sugeridos, a partir de um conjunto de 12 perguntas (Tabela 4.5).

Tabela 4.5: Resumo dos questionários apresentados às populações

<i>Conjuntos de perguntas</i>	<i>Perguntas</i>	<i>Respostas opcionais</i>
<i>1 – Recursos do município</i>	1. Como classifica o local onde vive?	A. Bonito/atrativo B. Tranquilo C. Familiar/tradicional D. Religioso E. Rico/com valor F. Acolhedor G. Bom clima
	2. Como classifica o local onde vive em função dos recursos físicos disponíveis?	A. Com empregos B. Com boas culturas C. Com bom gado D. Com boa água E. Com alimentos para todos F. Com boa floresta G. Com bom ar
	3. Como classifica os equipamentos e infraestruturas do local onde vive?	A. Com boas estradas B. Com boas casas C. Com boas escolas D. Com bom hospital/posto médico E. Com bom abastecimento de água e de energia F. Com bons espaços públicos ou de convívio G. Com bom mercado ou com boas lojas
	4. Como classifica os serviços públicos do local onde vive?	A. Com boa polícia B. Com boa administração C. Com bons médicos/enfermeiros/parteiras D. Com bons professores E. Com bom conselho tradicional/justiça F. Com bom serviço de transportes/táxi G. Com bom serviço de bombeiros

<p>2 – Desempenho da administração e seus representantes</p>	<p>5. Como vê os serviços da administração local?</p>	<p>A. Dão emprego aos funcionários B. Administram e mantêm a ordem pública C. Organizam reuniões com técnicos do governo e com as associações D. Organizam festas e desfiles E. Mandam na polícia e nos funcionários F. Fazem obras nas estradas e nas fontes/poços G. Apoiam as escolas e o centro médico</p>
	<p>6. Como vê o representante da administração local?</p>	<p>A. É o funcionário mais importante B. Representa o estado e o governo C. Representa os cidadãos D. Representa a moral e os bons costumes E. Faz a ligação entre o governo e a população F. Faz a ligação com a igreja e as associações G. Faz pedidos de apoio à administração e ao governo</p>
	<p>7. Como avalia a sua proximidade à administração local?</p>	<p>A. Conheço o administrador há muitos anos B. Conheço muitos funcionários da administração C. Já fui a reuniões da administração D. Já fiz pedidos directos ao administrador E. Já contactei funcionários da administração F. Nunca necessitei de contactar a administração G. Nunca contactei a administração</p>

<p>3 – Expectativa das populações sobre missão/actuação futura da administração local</p>	<p>8. Quais são as expectativas sobre a administração local?</p>	<p>A. Gostava que o administrador fosse da minha aldeia/vila/cidade B. Gostava de ser funcionário da administração C. Gostava de ir a mais reuniões na administração D. Gostava que a administração tratasse dos assuntos mais rapidamente E. Gostava que a administração pedisse menos documentos F. Gostava que a administração resolvesse os títulos de propriedade G. Gostava que a administração fosse mais próxima do povo</p>
	<p>9. Quais são as expectativas sobre a missão/actuação futura da administração local?</p>	<p>A. Aumentar o número de funcionários da administração B. Aumentar a competência dos funcionários públicos C. A administração ser mais influente junto do governo D. Aumentar o emprego no turismo, serviços e indústria E. Melhorar os apoios à agricultura, floresta e criação de gado F. Melhorar os mercados e apoiar o comércio G. Organizar reuniões nos bairros/aldeias para saber como melhorar a qualidade de vida da comunidade</p>
	<p>10. O que gostaria que fosse melhorado rapidamente pela administração local?</p>	<p>A. Melhorar as escolas B. Melhorar os centros de saúde e hospitais C. Melhorar as estradas e pontes D. Melhorar os cemitérios E. Melhorar as praças e jardins F. Melhorar o abastecimento de água e saneamento G. Melhorar a distribuição de energia eléctrica</p>
	<p>11. Com a reforma administrativa e a passagem da administração municipal para os distritos, o que lhe parece que possa acontecer na relação política entre atores?</p>	<p>A. Fica tudo na mesma B. O administrador é mais reconhecido pela administração central C. Os administradores atuais são chamados para a assembleia D. Os sucos e chefes tradicionais são chamados para a assembleia E. As confissões religiosas estão representadas na nova administração F. As associações e organizações comunitárias estão representadas na nova administração G. As empresas privadas estão representadas na nova administração</p>
	<p>12. Com a reforma administrativa e a passagem da administração municipal para os distritos, o que parece que possa acontecer do ponto de vista instrumental?</p>	<p>A. A administração passa a ter dinheiro para fazer muitas obras B. A administração passa a ter influência e dinheiro para grandes obras C. A administração consegue melhorar o seu funcionamento D. A administração torna-se mais pequena e económica E. A administração vai apoiar melhor as associações e organizações comunitárias F. A administração vai apoiar melhor as confissões religiosas G. A administração consegue apoiar melhor os mais desfavorecidos</p>

Tendo em conta a taxa de analfabetismo da população de Timor-Leste de 40% (PEDN, 2011-2030, s/d) optou-se por elaborar um questionário com recursos pictográficos.² Estes recursos foram aplicados por exemplo por Cho & Ishida (2011) e Vianney (2014). A amostra considerada na aplicação do instrumento fez ressaltar o grupo da população que não possui um grau de escolaridade completo, ou não frequentou qualquer grau de instrução (41,5% dos inquiridos).

Procurou-se assim, suscitar questões sobre a reforma político-administração local, envolvendo nomeadamente a qualidade do lugar, a qualidade dos recursos disponíveis; as infraestruturas e os equipamentos, a qualidade dos serviços públicos, as competências do administrador, as funções do administrador, a proximidade administrativa e política dos detentores de cargos. Ainda pretende-se avaliar a percepção sobre a actual administração local, as expectativas da futura da administração local em função da reforma, as expectativas sobre o melhoramento dos serviços públicos, de relacionamento institucional e de financiamento da administração local.

Na introdução da entrevista, para além da referenciação dos elementos de aplicação da entrevista caracterizaram-se os inquiridos de acordo com o nome, o lugar, a idade, o sexo, o grau de instrução, o tempo de residência e a profissão. O questionário está apresentado de forma extensiva no ANEXO II. As questões 1 a 4 avaliam os recursos do município, as questões 5 a 7 suscitam uma apreciação sobre o desempenho da administração e dos seus representantes, as questões 8 a 12 avaliam as expectativas da população sobre a missão/actuação futura da administração local.

Foi estabelecida uma valorização relativa das respostas a partir da distribuição de 10 elementos (seixos) por quatro das sete respostas gráficas. Assim os inquiridos permitiam-se valorizar a maior concordância com a imagem e legenda respectiva em função do número de seixos colocados sobre os pictogramas respectivos; a não colocação de seixos em três das imagens procurava demonstrar o menor concordância relativa.

² Os questionários com os pictográficos encontra-se integralmente reproduzido no anexo III.

4.2.3. Validação do questionário

Após a construção do questionário e dos pictogramas incluídos estes foram objecto de validação através da auscultação de elementos da população local. Este processo decorreu em Abril de 2012, com a aplicação a Lucas de Sousa, Município de Díli, Maria Diamantino, Município de Aileu e José Dionísio, Município de Baucau.

O processo demonstrou a aplicabilidade do instrumento e a necessidade de tradução para tétum da legenda das figuras, facilitando a compreensão dos inquiridos letrados e a explicação pelo administrante do questionário. O questionário foi aplicado nos mesmos municípios onde decorreram as entrevistas abertas aos stakeholders (Díli, Baucau, Aileu e Bobonaro).

4.2.4. Procedimento (Condições de aplicação)

Depois da selecção amostra, os contactos iniciais foram feitos directamente entre o pesquisador e os inquiridos nas suas residências sem a mediação de terceiros. A selecção tinha como ponto de partida as residências familiares da rua principal da aldeia, onde era contactado um elemento por família. Quando não se atingiam as respostas necessárias passava-se para ruas secundárias ou habitações isoladas. Se remanescessem inquéritos, estes eram distribuídos nas outras aldeias do município ou seleccionavam-se novas aldeias para aplicação.

A aplicação dos inquéritos foi realizada por dois períodos, nos anos de 2013 e 2014. Em 2013 a aplicação foi realizada em Baucau e em Aileu, em Junho de 2013; no município de Bobonaro, em Julho de 2013, e em Díli, em Julho e Agosto de 2013. Em Maio de 2014 completou-se a amostragem em Baucau, em Maio; no município de Aileu, em Junho; nas aldeias de Bobonaro, em Julho; e em Díli, em Julho e Agosto.

Os cartões com as imagens eram colocados sobre uma mesa, ou outra superfície horizontal, era explicado o objectivo do questionário e a mecânica de colocação dos seixos sobre as imagens. Depois, e de forma sequencial, eram colocados os cartões de cada uma das perguntas, deixando ao inquirido liberdade de colocação dos seixos. Ocasionalmente o investigador explicava o sentido de alguns dos pictogramas, sendo contudo esta possibilidade pouco explorada (os pictogramas da pergunta 7, relativa às

relações de proximidade com a administração e seus representantes, foram os que necessitaram de maior número de iterações). O tempo médio de aplicação do questionário foi de cerca de 60 minutos, tendo sido possível realizar cerca de 10 entrevistas diárias. Nas Figuras 4.2 e 4.3 estão retratadas as condições de aplicação de dois questionários, em Aileu e Baucau.



Figuras 4.1 (superior) e 4.2. (inferior): Aplicação de dois questionários, em Aileu e Baucau

4.2.5. Análise dos resultados

A análise demonstra dos resultados dos inquéritos envolve duas fases. A primeira diz respeito à compilação de dados. A compilação de dados foi feita através da tabulação de dados utilizando o Office Word simples. A segunda foi transformar os dados na tabela no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, IBM Version 22).

A principal tarefa foi reorganizar as relações entre variáveis e interpretá-las de maneira significativa. O SPSS utiliza tabelas de frequência e/ou tabelas de medidas de estatística descritiva que permitem a contagem das ocorrências em cada categoria/valor da característica em estudo, em termos de absolutos e relativos. Os mais usuais são Analyze | Descriptive Statistic | Frequencies – analyze | Tables | Crosstab. A Crosstab, em particular, permite medir a intensidade e, em alguns casos, o sentido da relação entre duas variáveis (Laureano & Botelho, 2012).

Uma variável é composta por mais de uma categoria. Para ambas as variáveis, cujas categorias foram fixadas no programa do SPSS. O SPSS permite cruzar os valores das categorias relacionadas e analisar o grau de significância. Numa primeira fase, analisamos a distribuição de frequência de 84 categorias incorporadas nas 12 variáveis investigadas e identificamos aquelas que obtiveram maior valor que estão acima do valor de média. Numa segunda fase, produzimos a Crosstab, na qual se enquadra a intersecção de categorias dos indicadores socioeconómicos para obter o grau de influência sobre os valores das 84 categorias.

Importa salientar que, embora seja evidente a significância das categorias dos indicadores socioeconómicos, nem todos possuem o mesmo grau de significância em relação às categorias das variáveis investigadas. Uma categoria pode ter uma relação muito significativa com uma ou algumas categorias de uma variável dependente simultaneamente, mas menos significativa a outras categorias. Por isso, nem todas foram analisadas. A discussão foi focalizada apenas naquelas que conseguiram valores elevados. Assim, tendo por base o resultado da Crosstab, foram identificados dois indicadores que têm relações muito significativas com as categorias investigadas, os quais são, o sexo e o grau de instrução.

***5. ANÁLISE DOS RESULTADOS 1:
PERCEPÇÃO DOS
STAKEHOLDERS SOBRE A
REFORMA ADMINISTRATIVA
LOCAL***

5.1 Caracterização da Amostra

Conforme descrito no capítulo da metodologia de investigação, e procurando a avaliação da percepção dos stakeholders sobre a reforma político-administrativa municipal, foi aplicado um guião de uma entrevista intencional a 102 indivíduos com responsabilidade ou envolvidos no processo da reforma administrativa local.

Os indivíduos que participam na entrevista encontram-se distribuídos em quatro municípios, de acordo com a Tabela 5.1. Os dados que constam para o Município de Aileu resultam do elevado interesse de participação manifestados pelos stakeholders locais, sendo os resultados do município de Bobonaro marcados pela indisponibilidade pessoal ou de carácter profissional para a entrevista. A distribuição pela categoria do sexo mostra a baixa representação de mulheres, devido ao limitado número que ocupa cargos administrativos e políticos na actual administração local e na estrutura dos conselhos tradicionais/justiça.

Tabela 5.1: Distribuição dos entrevistados por município e sexo

<i>Número</i>	<i>Município</i>	<i>Total de entrevistados (nº)</i>	<i>Total de homens (nº)</i>	<i>Total de mulheres (nº)</i>
<i>1</i>	Aileu	40	39	1
<i>2</i>	Baucau	24	22	2
<i>3</i>	Bobonaro	16	15	1
<i>4</i>	Díli	22	19	3

A distribuição etária dos stakeholders entrevistados mostra que a larga maioria das idades está compreendida entre 30 e 60 anos (86%), sendo o maior grupo o dos elementos com idades entre 40-49 anos (40%). Os entrevistados com idades inferiores a 30 anos, bem como os que apresentam de idades superiores (60-69 anos) representam 6%.

A análise por profissão mostra que a maioria dos participantes são funcionários públicos, estando ainda representados quadros superiores e profissionais liberais, chefes dos Sucos, e os membros das associações comunitárias (Tabela 5.2).

Tabela 5.2: Entrevistados por profissão

<i>Número</i>	<i>Profissão</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>1</i>	Associação comunitária	7
<i>2</i>	Chefe tradicional/justiça	35
<i>3</i>	Funcionário público	56
<i>4</i>	Quadro superior e profissional liberal	4

O elevado número de funcionários públicos resulta dos elementos que pertencem à administração local ou ao Ministério da Administração Estatal (MAE).

Os entrevistados com cargos institucionais podem ser agrupados em quatro categorias: Diretores Nacionais, Diretores setoriais destacados no município e Administradores do distrito. Os cargos de chefia são constituídos por Administradores de subdistrito ou por Chefes do Departamento dos Ministérios relevantes. Os cargos políticos são compostos por Chefes dos Sucos e por membros dos Conselhos dos Sucos eleitos. O cargo gestor é ocupado por indivíduos que coordenam a gestão dos projetos empresariais privados. A Tabela 5.3 mostra a distribuição dos entrevistados por cargo.

Tabela 5.3: Entrevistados por cargo institucional

<i>Número</i>	<i>Cargos institucionais</i>	<i>Total de entrevistados (n°)</i>
<i>1</i>	Cargo de direção	23
<i>2</i>	Cargo de chefia	25
<i>3</i>	Cargo político	35
<i>4</i>	Cargo de gestão	9

Quanto se avaliou o tempo de permanência no cargo, procurando-se identificar a relação entre a duração do cargo e o conhecimento local, os dados (Tabela 5.4) mostram que os ocupante recentes correspondem a 6% da amostra, que os que exercem funções entre 1 e 4 anos são maioritários (59%), sendo os que permanecem há mais tempo compreendem a cerca de 37% do grupo. Os resultados para o grupo com funções entre 1 e 4 anos reflectem as eleições que decorreram em 2012 para os Chefes de Suco, assim como as nomeações para os cargos de direcção e chefia da administração pública ocorridas no MAE e Ministérios Sectoriais.

Tabela 5.4: Entrevistados por tempo de ocupação do cargo

<i>Número</i>	<i>Tempo de ocupação de cargo</i>	<i>Percentagem</i>
<i>1</i>	Menos de 1 ano	6
<i>2</i>	1 - 4	59
<i>3</i>	5 - 9	24
<i>4</i>	10 - 14	13

Os resultados mostram assim dois grupos, com experiências e ligações mais e menos prolongadas no tempo – até 4 anos de cargo e mais de quatro anos no cargo.

5.2 Análise de Conteúdo

Com a análise de conteúdo procura-se interpretar textos, a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação (Berelson, 1971; Gageiro, 2009).

Nesta seção, apresentamos a análise de conteúdo construída tendo por base as respostas recolhidas que se referem aos temas principais da reforma da administração local, para de seguida, discutir os resultados de cada um.

A análise das categorias permitiu organizar a informação de forma hierárquica, dando origem a uma árvore categorial constituída por categorias e subcategorias da qual resultaram quatro categorias principais: Modelos da Reforma da Administração Local; Atores da Reforma da Administração Local; Formas de Relações Territoriais; e Contribuições e Potencialidades na Reforma Administrativa Local.

Deste modo, a apresentação dos resultados baseou-se articuladamente na relevância das categorias e subcategorias e na frequência das referências efectuadas pelos participantes em cada dimensão e sub-dimensão. Os temas menos enfatizados pelos participantes (atendendo ao número de referências) ou menos relevantes para o estudo, não foram apresentados nos resultados, embora constem na árvore categorial.

5.2.1. Modelos da Reforma da Administração Local

Avaliou-se o grau de conhecimento dos entrevistados sobre os modelos de reforma da administração local. A categoria Modelos da Reforma da Administração Local (Figura 5.1) abrange quatro subcategorias: grau de conhecimento; importância da reforma administrativa; grau de conhecimento sobre os modelos aplicados na nova administração local; e relação entre os modelos aplicados com a coesão territorial.

5.2.1.1 Grau de conhecimento sobre a implementação da reforma administrativa local

Em relação ao grau de conhecimento sobre o processo da implementação da reforma administrativa local foram identificadas quatro subcategorias denominadas: a forma de acompanhar o processo, o conhecimento sobre os instrumentos legais dedicados a reforma, a apreciação sobre o processo de reforma e, a fonte de conhecimento.

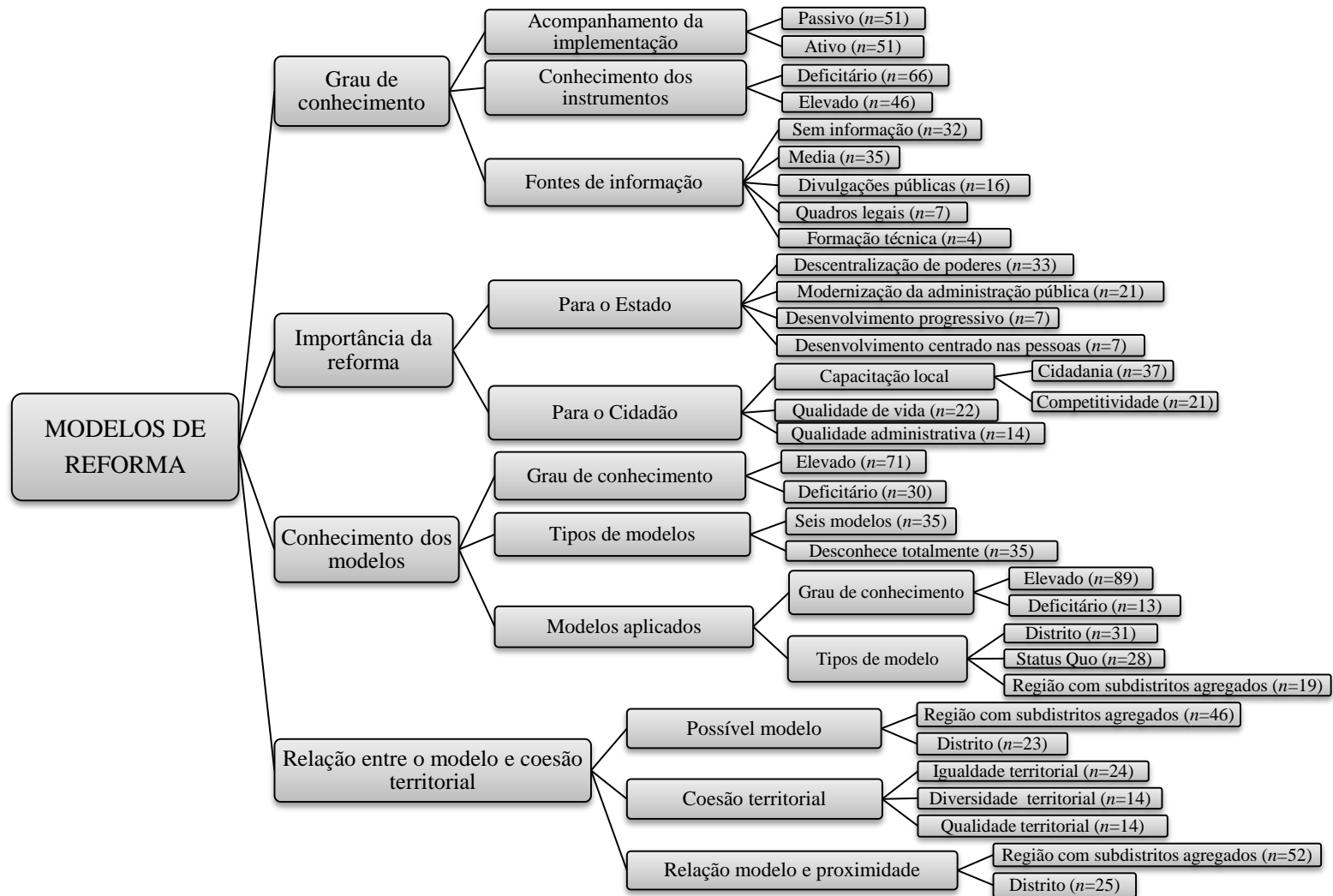


Fig. 5.1: Árvore das categorias mais salientes para os modelos da reforma da administração local

Relativa ao acompanhamento do processo, registamos duas formas de acompanhamento: ativa (X referências – [n=50]³) (...) *Tenho acompanhado a reforma da administração local desde o I Governo Constitucional* (BS, M, 54A, Díli) e passiva (n=51) (...) *Não tenho acompanhado este tema da reforma e não conheço as leis devido à falta de formação* (JS, M, 38A, Baucau) (Tabela 5.5).

Tabela 5.5: Formas de acompanhamento da implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Formas de acompanhamento</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Activa	10	10	8	22	49
<i>2</i>	Passiva	27	15	9	0	50
<i>3</i>	Respostas irrelevantes	1	0	0	0	1

Os stakeholders parecem distribuir-se de forma semelhante quanto à forma de acompanhar o processo de implementação da reforma administrativa local. Aqueles que são residentes no município de Díli tendem a acompanhar mais activamente a implementação da reforma administrativa local. Por seu turno, nos restantes municípios a forma de acompanhar a implementação da reforma é, mais frequentemente, passiva.

Quanto à subcategoria conhecimento sobre os instrumentos de reforma, verifica-se que a maioria dos stakeholders apresenta um deficitário grau de conhecimento (n=66), muitas vezes devido a dificuldades no acesso aos documentos disponíveis no centro da informação municipal, ou por escassez de divulgações públicas por parte dos responsáveis pela reforma em curso: (...) *Desconheço os instrumentos existentes por falta de informações* (MR, M, 36A, Aileu). Por outro lado, menos de metade dos participantes parece ter um conhecimento elevado sobre os instrumentos legais da reforma: (...) *Tenho-me envolvido no processo de estudos da reforma da administração local desde 2003 até 2009, bem como no estabelecimento da Resolução do Governo de 2006 e a Lei sobre a Divisão Territorial de 2009.* (...) *Conheço muito bem os dois instrumentos legais disponíveis* (JC, M, 50A, Díli) (Tabela 5.6).

³ As referências numéricas serão apresentadas pela expressão “n=x”

Tabela 5.6: Grau de conhecimento sobre os instrumentos legais da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Grau</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Elevado	10	10	5	21	45
<i>2</i>	Deficitário	29	17	17	3	65

Os stakeholders residentes no município de Díli demonstram, na maioria das vezes, um maior grau de conhecimento acerca dos instrumentos legais da reforma em comparação com os stakeholders residentes nos restantes municípios. Esta diferenciação pode estar relacionada com a proximidade do Centro de Administração Pública no município de Díli que, nos restantes municípios, parecem estar geograficamente distantes da administração central. No que concerne à subcategoria fontes de informação⁴ sobre o tema estudado, registamos duas fontes principais através pelas quais os entrevistados tinham acompanhado o processo da implementação da reforma administrativa local em todo o território (Tabela 5.7).

Tabela 5.7: Fontes de informação sobre a implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Fontes</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Media	9	8	7	11	35
<i>2</i>	Sem informações	20	10	2	0	32
<i>3</i>	Divulgações	4	3	4	5	16
<i>4</i>	Quadros legais	2	0	0	5	7
<i>5</i>	Formação técnica	0	1	1	2	4
<i>6</i>	Outras	1	0	2	2	5

⁴ É de salientar que as divulgações públicas compreendem as comunicações diretas através dos seminários, das conferências e dos workshops, bem como das comunicações indiretas por meios da comunicação social. Os meios de comunicação social, por sua parte, incluem os media eletrónicos (a televisão e a rádio) e os jornais (os jornais locais e a jornal da república). Os instrumentos legais incluem a Constituição da República, as leis, os decretos-leis e as resoluções publicados no Jornal da República. A formação técnica administrativa é outra fonte organizada pelos Diretores Nacionais e pelo GTTI junto do MAE. Normalmente, os participantes são os funcionários públicos incluindo os responsáveis da ONGs e associações comunitárias interessadas na política da reforma da administração local.

No discurso dos participantes destacam-se os Media ($n=35$) enquanto fonte de informação mais frequente, através da televisão, rádio e imprensa: (...) *Tenho acompanhado o processo através dos media, por exemplo, a radio, a televisão e os jornais* (JL, M, 42A, Aileu). Seguem-se as Divulgações públicas ($n=16$), (...) *A principal fonte do meu conhecimento são as matérias publicadas pelo Gabinete da Secretário de Estado de Assuntos de Reforma Administrativa* (MR, M, 36A, Aileu); os Quadros legais ($n=7$), (...) *A principal fonte de informação são os quadros legais estipulados no Jornal de República* (LT, M, 50A, Díli); e a Formação técnica ($n=4$), (...) *As informações vieram de divulgações e formação técnica organizada pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Baucau* (JB, M, 47A, Baucau).

Da análise dos resultados, verifica-se que os entrevistados do município de Díli tem acesso a todas fontes de informação, das quais, os meios da comunicação social parecem ser a principal fonte de acompanhamento. Nos restantes municípios, verifica-se que os stakeholders recorrem, inferenciadamente, às diversas fontes de informação disponíveis nas suas áreas de residência. Importa salientar que no município de Aileu, nenhum dos stakeholders se envolveu na formação técnica organizada pelo MAE.

Ressalta que a maior parte dos stakeholders revela não ter acesso a qualquer fonte de informação ($n=32$): (...) *Não tenho acesso às informações relevantes à implementação da reforma* (MS, M, 44A, Aileu). Os resultados apontam, assim, para uma importante dificuldade no acesso à informação inerente à implementação da reforma administrativa local por parte dos stakeholders.

5.2.1.2 Importância da reforma administrativa local

Incorporam esta categoria duas subcategorias essenciais: a importância da reforma administrativa local para o Estado e para os cidadãos. Relativamente à importância da reforma administrativa local junto do Estado, procurou-se determinar grau da importância da reforma e analisar as áreas importantes, na perspectiva dos stakeholders, a ser desenvolvidas pela reforma introduzida (Tabela 5.8).

Quando questionados, a maioria dos stakeholders participantes neste estudo reconheceu-lhe elevada ($n=101$) importância. Por outro lado, e embora reconhecendo a

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

importância da implementação da reforma para o Estado, alguns stakeholders manifestaram uma perspectiva crítica ($n=3$) relativamente à sua implementação: (...) *A reforma da administração local é um dos assuntos fundamentais para o estado de Timor-Leste, mas (...) Ainda não conseguiu ser implementada ao nível local* (MG, M, 37A, Díli).

Tabela 5.8: Importância da reforma administrativa local para o Estado

<i>Número</i>	<i>Áreas de Desenvolvimento</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Descentralização de poderes políticos e administrativos	11	8	10	4	33
<i>2</i>	Modernização da administração pública	6	7	3	5	21
<i>3</i>	Desenvolvimento progressivo	6	1	0	0	7
<i>4</i>	Desenvolvimento centrado nas pessoas	4	2	0	1	7
<i>5</i>	Divisão territorial	1	2	0	1	4
<i>6</i>	Desenvolvimento equilibrado	2	1	0	1	4
<i>7</i>	Proximidade política	0	1	0	3	4
<i>8</i>	Relações institucionais	1	0	2	1	4
<i>9</i>	Funcionalismo público	1	0	2	1	4
<i>10</i>	Imperativo constitucional	0	1	1	1	3
<i>11</i>	Fortalecer o Estado democrático	0	1	0	2	3
<i>12</i>	Desenvolvimento territorial	2	1	0	0	3
<i>13</i>	Participação pública	1	0	0	1	2

Relativamente às áreas fundamentais a ser desenvolvidas no âmbito da reforma da administração local, os stakeholders destacaram, por ordem decrescente, a descentralização de poderes políticos e administrativos ($n=33$): “(...) *A reforma da administração local deve distribuir funções a nível municipal para gerir a administração e desenvolvimento local. O Estado não precisa de elaborar todos os planos ao nível central* (MP, M, 43A, Aileu); a Modernização da administração pública ($n=21$): (...) *Timor-Leste é um jovem nação e, precisamente por isso, pode ter uma administração pública moderna.* (LT, M, 50A, Díli); o desenvolvimento progressivo ($n=7$): (...) *A reforma de administração local, (...) Deve acelerar o desenvolvimento em todos os níveis da instituição governamental* (LB, M, 42A, Aileu); e o desenvolvimento

centrado nas pessoas (n=7): (...) *A reforma da administração local (...) Deve levar a cabo as mudanças na vida da sociedade timorense* (AS, M, 56A, Díli).

Em seguida, analisam-se as metas importantes resultantes da implementação da reforma administrativa local, em resultado da análise das entrevistas. No que diz respeito à descentralização política e administrativa foram suscitados os seguintes pressupostos:

- 1) (...) *A atribuição e transferência de responsabilidades, competências e funções para o governo local com vista a formular um plano municipal em função dos interesses locais* (JA, M, 44A, Aileu; MMP, M, 43A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; DFL, M, 38A, Bobonaro; LM, M, 61A, Díli).
- 2) (...) *A capacitação do governo local na tomada de decisões políticas incluindo na resolução dos problemas locais* (JFMB, M, 38A, Aileu; LA, M, 32A, Bobonaro).
- 3) (...) *A incorporação do plano estratégico de desenvolvimento nacional no plano municipal, com o fim de melhorar a eficiência e eficácia dos serviços sociais e públicos* (AA, M, 29A, Aileu).
- 4) (...) *Possibilitar a exploração dos recursos locais disponíveis, visando o crescimento económico* (MS, M, 44A, Aileu; JAC, M, 47A, Baucau; EJF, M, 31A, Bobonaro).

No que concerne à modernização da administração pública, a importância de reforma da administração local, os entrevistados salientaram as seguintes opiniões:

- 1) (...) *Deve visar a simplificação da burocracia administrativa para melhor servir melhor os cidadãos* (JCT, M, 46A, Aileu; CC, M, 49A, Baucau; VSM, M, S/I, Bobonaro; UMFA, F, 40A, Díli).
- 2) (...) *Promover a transparência e maior acesso dos cidadãos aos serviços sociais e públicos* (TR, F, 56A, Baucau).

- 3) (...) *Garantir o processo da construção da nação de forma sustentável* (LT, M, 50A, Díli).
- 4) (...) *Promover o investimento nacional e internacional no município para fomentar o crescimento económico e bem-estar social* (JC, M, 42A, Bobonaro).

Em seguida, avaliamos as perspectivas dos stakeholders sobre a importância da reforma administrativa local para os cidadãos. Quando questionados acerca desta matéria, a maioria dos stakeholders participantes neste estudo reconheceu-lhe elevada ($n=101$) importância. Todos os municípios valorizaram de forma semelhante esta reforma, que tem como objectivo, melhorar as condições sociais e económicas dos cidadãos em todo o território de forma igualitária.

Relativamente às áreas fundamentais a desenvolver no âmbito da reforma da administração local, os stakeholders destacaram a capacitação local, a nível da construção da cidadania ($n=37$): (...) *A reforma da administração também é importante para os cidadãos porque deve possibilitar que estes se envolvam activamente no processo de tomada de decisão segundo os interesses locais* (MR, M, 36A, Aileu); e desenvolvimento de um Governo local competitivo ($n=21$): (...) *A reforma da administração local é um dos assuntos fundamentais para os cidadãos porque deve capacitar o governo local competente para levar a cabo a implementação do programa de desenvolvimento local para o bem-estar social* (JA, M, 44A, Aileu) (Tabela 5.9).

Tabela 5.9: Importância da reforma administrativa local para os cidadãos

<i>Número</i>	<i>Áreas de Desenvolvimento</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	<i>Capacitação local</i>					
<i>2</i>	• <i>Construção da cidadania</i>	15	7	6	9	37
<i>3</i>	• <i>Governo local competitivo</i>	2	10	4	5	21
<i>4</i>	<i>Qualidade de vida</i>	5	8	5	4	22
<i>5</i>	<i>Qualidade administrativa</i>	7	3	1	3	14
<i>6</i>	<i>Proximidade administrativa</i>	1	0	1	1	3
<i>7</i>	<i>Geração de emprego</i>	3	0	0	0	3
<i>8</i>	<i>Distribuição de poderes</i>	2	0	0	0	2

As subcategorias imediatamente mais salientes no discurso dos participantes, ainda relativas às áreas fundamentais a ser desenvolvidas no âmbito da reforma da administração local para os cidadãos, foram a promoção da qualidade de vida ($n=22$): (...) *Deve melhorar as condições de vida dos cidadãos em todo o território* (MS, M; 62A, Baucau) e qualidade administrativa ($n=14$): (...) *Deve melhorar a prestação de serviços públicos às comunidades locais* (DL, M, 38A, Bobonaro).

Os resultados encontrados para capacitação local, no qual está implicado a construção da cidadania e a competitividade do governo local, são os alvos principais a ser alcançados por esta reforma. No que concerne à construção da cidadania, esta área de desenvolvimento teve uma maior saliência no discurso dos stakeholders do município de Aileu em comparação aos restantes três municípios. No que toca à competitividade do governo local, os stakeholders do município de Baucau parecem dar-lhe mais importância.

A qualidade de vida será uma outra área de construção a partir desta reforma. Foram os stakeholders do município de Baucau que destacaram, com maior frequência, a importância de fomentar uma maior qualidade de vida dos cidadãos.

Ressaltam, ainda, dos resultados, a ideia de que a reforma da administração local deverá ter um papel importante na promoção de serviços administrativos com maior qualidade para os cidadãos. Este aspecto é mais esperado pelos stakeholders do município de Baucau.

Passamos agora a analisar os quatro componentes mais salientados, extraídos das respostas dadas. Quanto à questão da construção da cidadania como um indicador da capacitação local, a importância da reforma administrativa local compreende as seguintes proposições:

- 1) (...) *Possibilitar aos cidadãos o envolvimento activo nos processos de tomada de decisão segundo os interesses locais* (MR, M, 36A, Aileu; JEL, M, 28A, Baucau; LA, M, 32A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli).
- 2) (...) *Elevar o estatuto dos cidadãos como sujeito e/ou público-alvo de desenvolvimento local, assim como actor principal na tomada de decisão política, por exemplo, na selecção dos representantes administrativos e/ou*

políticos municipais (JFMB, M, 38A, Aileu; MS, M, 39A, Baucau; MMM, M, 46A, Bobonaro; LM, M, 61A, Díli).

- 3) (...) *Incutir nos cidadãos o sentido de pertença e serem actores primários na implementação da reforma administrativa local* (DC, M, 41A, Díli; JC, M, 42A, Bobonaro; UMFA, FA, 40A, Díli).
- 4) (...) *Proporcionar os cidadãos a oportunidade de utilizar os recursos disponíveis no local de modo criativo e competitivo com vista a melhorar condições socioeconómicas* (MS, M, 44A, Aileu; AB, M, S/I, Bobonaro; EC, M, 48A, Bobonaro; MJS, F, 32A, Díli).

O governo local competitivo, uma outra vertente da capacitação local, resultante de reforma da administração local, segundo os stakeholders, deve:

- 1) (...) *Possibilitar às autarquias locais exercer as competências atribuídas para gerir a gestão pública municipal com base nos recursos e potencialidades locais para alcançar o bem-estar social* (JA, M, 44A, Aileu; TR, F, 56A, Baucau; DFL, 38A, Bobonaro).
- 2) (...) *Possibilitar as autarquias locais na prestação de serviços sociais e públicos de maior empenho e autónomo possível* (JFS, M, 38A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro; FP, M, 47A, Díli).
- 3) (...) *Incentivar as autarquias locais a estabelecer mecanismos de trabalho na administração local em função da melhoria do atendimento público com eficiência e eficácia* (MPB, M, 49A, Baucau).

No que concerne à qualidade de vida das populações, (...) *A reforma administrativa local resultará em transformar as condições de vida das populações em uma condição digna em todo o território ao longo dos tempos da independência* (FRP, M, 49A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; AAS, M, 56A, Díli).

Relativamente à questão de qualidade administrativa, a reforma administrativa local é considerada:

- 1) (...) *Como instrumento mais viável para a melhoria de prestação dos serviços sociais e públicos* (MSAM, M, 64A, Aileu; JSB, M, 47, Baucau; DLL, M, 38A, Bobonaro).
- 2) (...) *Melhorar o atendimento público com celeridade* (AC, M, 33A, Aileu; MMB, M, 49A; Baucau; JC, M, 50A, Díli).
- 3) (...) *A reforma administrativa local enquanto processo indispensável para garantir o desenvolvimento territorial de qualidade* (CC, M, 43A, Aileu).
- 4) (...) *Como forma fundamental de promover boa governança ao nível local em função dos interesses locais* (LL, M, 40A, Aileu).
- 5) (...) *Possibilita a consolidação do sistema administrativo local e de melhoria da gestão pública municipal* (JRD, M, 38A; Aileu; AS, M, 52A, Díli).

5.2.1.3 Modelos institucionais para a nova administração local

Passamos agora a avaliar o conjunto das percepções dos stakeholders sobre o grau de conhecimento em função dos modelos institucionais para a implementação da reforma da administração local.

Esta categoria abrange duas subcategorias: o grau de conhecimento genérico sobre os modelos administrativos resultantes do GTTI e a tipologia de modelos e os modelos que têm vindo a ser considerado na aplicação da reforma da administração local.

Os resultados obtidos, através das entrevistas aos stakeholders, relativamente ao Grau de conhecimento sobre os modelos, encontram-se detalhados na Tabela 5.10.

Tabela 5.10: Número de modelos conhecidos

<i>Número</i>	<i>Áreas de Desenvolvimento</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Seis modelos	7	12	5	11	35
<i>2</i>	Desconhece totalmente	18	6	2	2	28
<i>3</i>	Dois modelos	7	3	1	3	14
<i>4</i>	Três modelos	5	2	2	2	11
<i>5</i>	Um modelo	1	1	1	2	5
<i>6</i>	Quatro modelos	0	1	3	1	5
<i>7</i>	Cinco modelos	0	0	0	1	1

Quando questionados acerca do grau de conhecimento relativamente aos seis modelos de administração local resultantes do GTTI, mais de metade dos stakeholders afirmou deter um grau de conhecimento elevado ($n=71$), admitindo conhecer os seis modelos. Os restantes participantes parecem ter um grau de conhecimento deficitário ($n=31$) que é explicado devido à escassez de informação e/ou divulgações públicas: (...) *Não conhecia. Ouvi dizer sobre o tema, mas não conhecia porque não tinha acesso às informações necessárias* (JB, M, 47A, Baucau).

No que concerne ao número de modelos institucionais para a administração local, verifica-se que os stakeholders possuem diferentes conhecimentos. Uns conhecem somente um modelo ou alguns modelos. Outros conhecem a totalidade dos modelos. No que concerne ao Número de modelos institucionais da administração apreendidos, constata-se que a maioria dos stakeholders refere conhecer seis modelos ($n=35$); uma proporção significativa de stakeholders refere desconhecer qualquer modelo ($n=28$).

Da análise detalhada dos resultados por município, verifica-se que os stakeholders residentes no município de Baucau ($n=12$) e Díli ($n=11$) parecem conhecer o maior número de modelos (seis) resultantes do GTTI, por comparação aos residentes nos municípios de Aileu ($n=7$) e Bobonaro ($n=5$). Importa, ainda, destacar que os stakeholders residentes no município de Aileu ($n=18$) parecem apresentar um grau de conhecimento inferior, ao desconhecerem, em proporção significativa, na totalidade, os modelos.

Quando questionados acerca dos modelos que têm vindo a ser considerados para aplicação na administração local, a maioria dos stakeholders revela um grau de conhecimento elevado ($n=89$) sobre o assunto. Relativamente aos tipos de modelos que têm vindo considerados para aplicação na nova administração local, os participantes deram as respostas que constam na Tabela 5.11.

Os stakeholders participantes no estudo referem que o modelo de Distrito ($n=31$), de Status quo ($n=28$) e de Região com Sub-distritos agregados ($n=19$) são os que têm vindo a ser aplicados na nova administração local. É ainda de referir que os modelos Província ou Região e Sucos não foram mencionados por quaisquer stakeholders. Os resultados demonstram, ainda, percepções contraditórias entre municípios sobre o modelo mais reconhecido: Distrito em Baucau ($n=14$); Região com Sub-distritos

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

agregados em Aileu ($n=12$); Status Quo em Bobonaro ($n=9$). Os resultados revelam, ainda, que os stakeholders do município de Díli e Aileu dividem as suas respostas entre os vários modelos.

Tabela 5.11: Conhecimento sobre tipos de modelos que têm vindo a ser aplicados na nova administração local

<i>Número</i>	<i>Modelos</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	<i>Grau de conhecimento</i>					
<i>a</i>	Elevado	34	22	14	19	89
<i>b</i>	Deficitário	6	2	2	3	13
<i>2</i>	<i>Tipos de modelo</i>					
<i>a</i>	Distrito	9	14	1	7	31
<i>b</i>	Status Quo	9	4	9	6	28
<i>c</i>	Região com Subdistritos agregados	12	3	1	3	19
<i>d</i>	SR (sem resposta)	5	2	2	3	12
<i>e</i>	Incerteza	3	1	3	2	9
<i>f</i>	Subdistrito	2	0	0	1	3
<i>g</i>	Região ou Província	0	0	0	0	0
<i>h</i>	Suco	0	0	0	0	0

As entrevistas demonstram a incapacidade de reconhecimento dos modelos pelos entrevistados, reafirmando (...) *As limitações de divulgação e comunicação das propostas suscitadas pelo GTTI*, para além disso, *não tinham acesso aos documentos existentes* (VNA, M, 27A, Aileu; JEL, M, 28A, Baucau).

Na categoria relação entre o modelo de administração local e a coesão territorial procura-se avaliar a relação entre o modelo e a coesão territorial. Os entrevistados foram solicitados para afirmar os seus posicionamentos sobre qual modelo é o mais adequado para a construção da coesão territorial em Timor-Leste.

Quando questionados acerca do modelo de administração local que possibilitaria um maior desenvolvimento e coesão territorial de Timor-Leste, a maioria dos participantes considera o modelo Região com Subdistritos agregados ($n=45$) mais adequado: (...) *Prefiro o modelo Região com Subdistritos agregados como unidade administrativa porque permite promover a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento* (MR, M, 36A, Aileu) como apresentado na Tabela 5.12.

Tabela 5.12: Relação entre o modelo e a coesão territorial

<i>Número</i>	<i>Possível modelo</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Região com Subdistritos agregados	20	10	7	9	46
<i>2</i>	Subdistrito	4	5	0	1	10
<i>3</i>	Distrito	8	8	2	5	23
<i>4</i>	Status Quo	2	0	0	1	3
<i>5</i>	Incerteza	1	1	5	1	8
<i>6</i>	SR (sem resposta)	5	0	2	5	12

A maioria dos entrevistados afirma que os modelos municipais de Região com Subdistritos agregados e de Distrito são os mais adequados para a construção da coesão territorial do país. Este resultado expressa uma visão escalar do território, onde unidades administrativas com dimensão intermédia são entendidas como apresentado um maior potencial para a coesão.

Alguns dos argumentos apresentados são:

- 1) (...) *Garantir a proximidade administrativa e política entre os representantes administrativos e/ou políticos e os cidadãos porque o governo fica mais próximo das comunidades* (FCM, M, 36A, Aileu; MS, M, 39A; Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; VSM; M S/I, Bobonaro).
- 2) (...) *Promover a participação activa da população em todos os processos de desenvolvimento e tomada de decisões em torno dos seus interesses* (MR, M, 36A, Aileu; AH, M, 55A, Díli).
- 3) (...) *Fundamentação de um governo local económico devido à sua menor unidade administrativa e estrutura governativa* (MASAM, M, 64A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; JC, M, 50A, Díli).
- 4) (...) *Pertinente às condições geográficas do país em estado acidentado que deve facilitar a ligação entre o governo local e os cidadãos* (JFMB, M, 38A, Aileu; MBS, M, 62A, Baucau).
- 5) (...) *Assegurar a melhorar a prestação de serviços sociais e públicos com maior eficiência e eficácia* (DS, M, 42A, Aileu; LT, M, 50A; Díli).

- 6) (...) *Proporcionar o território um desenvolvimento progressivo que deve garantir a equidade socioeconómica em todas as regiões* (SC, M, 43A, Aileu; JFS, M, 38A, Baucau; MMM, 46A, Bobonaro; CS, M, 40A, Díli).
- 7) (...) *Permitir a criação de um mecanismo de articulação que facilite a ligação entre central e local na melhoria da gestão pública municipal* (JFMB, M, 38A, Aileu).

Quando confrontados com a definição de “coesão territorial”, a maioria dos stakeholders entende-a como igualdade territorial ($n=24$): (...) *A coesão territorial significa desenvolvimento que seja capaz de atingir todos os Sucos de igual forma, não somente para alguns* (JE, M, 28A, Baucau); *Diversidade territorial* ($n=14$): (...) *Refere-se à diversidade territorial ao nível distrito que estimule o desenvolvimento físico e sociopolítico de acordo com o princípio de tratamento de igualdade, embora as regiões, por razões de natureza, sejam diferentes* (FP, M, 47A, Díli); e *Harmonização territorial* ($n=14$): (...) *Que passa por uma “harmonização entre as aspirações dos cidadãos e as políticas de desenvolvimento local para melhorar a qualidade de vida das populações do município, assegurando um desenvolvimento equilibrado entre os municípios* (JS, M, 57A, Baucau).

Quando questionados acerca do modelo da administração local que melhor garante a proximidade e participação dos cidadãos, mais de metade stakeholders consideram a Região com Subdistritos agregados ($n=52$) o modelo que melhor fomenta a proximidade, uma vez que (...) *Permite diminuir a burocracia da administração pública para servir melhor o povo* (SF, M, S/I, Bobonaro) (Tabela 5.13).

Em menor número, mais ainda com saliência significativa, alguns stakeholders consideram o Distrito ($n=25$) um modelo adequado para o efeito em estudo, uma vez que permite, por exemplo, (...) *Garantir a proximidade e a participação que tem como objetivo promover a economia das pessoas e famílias ao nível local* (JS, M, 47A, Baucau).

Tabela 5.13: Relação entre o modelo e a proximidade

<i>Número</i>	<i>Possível modelo</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Região com Subdistritos agregados	22	11	10	9	52
<i>2</i>	Distrito	7	10	2	6	25
<i>3</i>	Subdistrito	4	3	1	1	9
<i>4</i>	Status Quo	2	0	0	2	4
<i>5</i>	Região ou Província	0	0	0	0	0
<i>6</i>	Suco	0	0	0	0	0
<i>7</i>	Incerteza	2	0	3	3	8
<i>8</i>	SR (sem resposta)	3	0	0	1	4

Os resultados expressam concordância com os obtidos para o modelo e a coesão territorial. Observa-se que a maioria dos entrevistados concorda que o modelo Região e Subdistritos agregados como nova unidade administrativa é considerado mais apropriado para promover a proximidade administrativa e/ou política entre as autarquias e os cidadãos, assim como para fomentar a participação activa dos cidadãos no processo de tomada de decisões e da implementação dos programas e projectos municipais. Neste contexto, os stakeholders do município de Aileu são os que mais valorizam este modelo local da administração em comparação com outros municípios estudados.

As razões que condicionam o posicionamento dos stakeholders, quer sobre a coesão territorial, quer sobre a proximidade e participação dos cidadãos, não estão associadas à dimensão escalar da pequena estrutura administrativa e de proximidade administrativa, parecendo “valorizar os recursos a mobilizar para os processos de desenvolvimento e de obtenção da coesão potenciadas por escalas intermédias da administração.”

Em síntese, os stakeholders possuem um conhecimento muito equilibrado sobre o processo de implementação da reforma da administração local nos respectivos municípios. É de salientar que a reforma da administração local é muito importante para a descentralização de poderes políticos e administrativos e a modernização da administração pública do Estado timorense. Para além disso, tem enorme importância na melhoria das condições sociais e económicas dos cidadãos.

Quanto ao modelo local da administração, a maioria dos stakeholders possui um conhecimento muito acima da média sobre os modelos estudados pelo GTTI. Salienta-

se, ainda, que o Distrito é visto como modelo adequado para que seja aplicada a nova administração local, apesar de que o modelo Região com Subdistritos agregados é mais aplicável dada a sua dimensão económica, proximidade e participação pública.

5.2.2 Actores da Reforma da Administração Local

Nesta secção, procura-se avaliar as opiniões sobre as responsabilidades e competências dos representantes administrativos e/ou políticos e dos outros atores, tanto no presente, bem como no futuro, na implementação da reforma da administração local resumidas na Figura 2.

Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

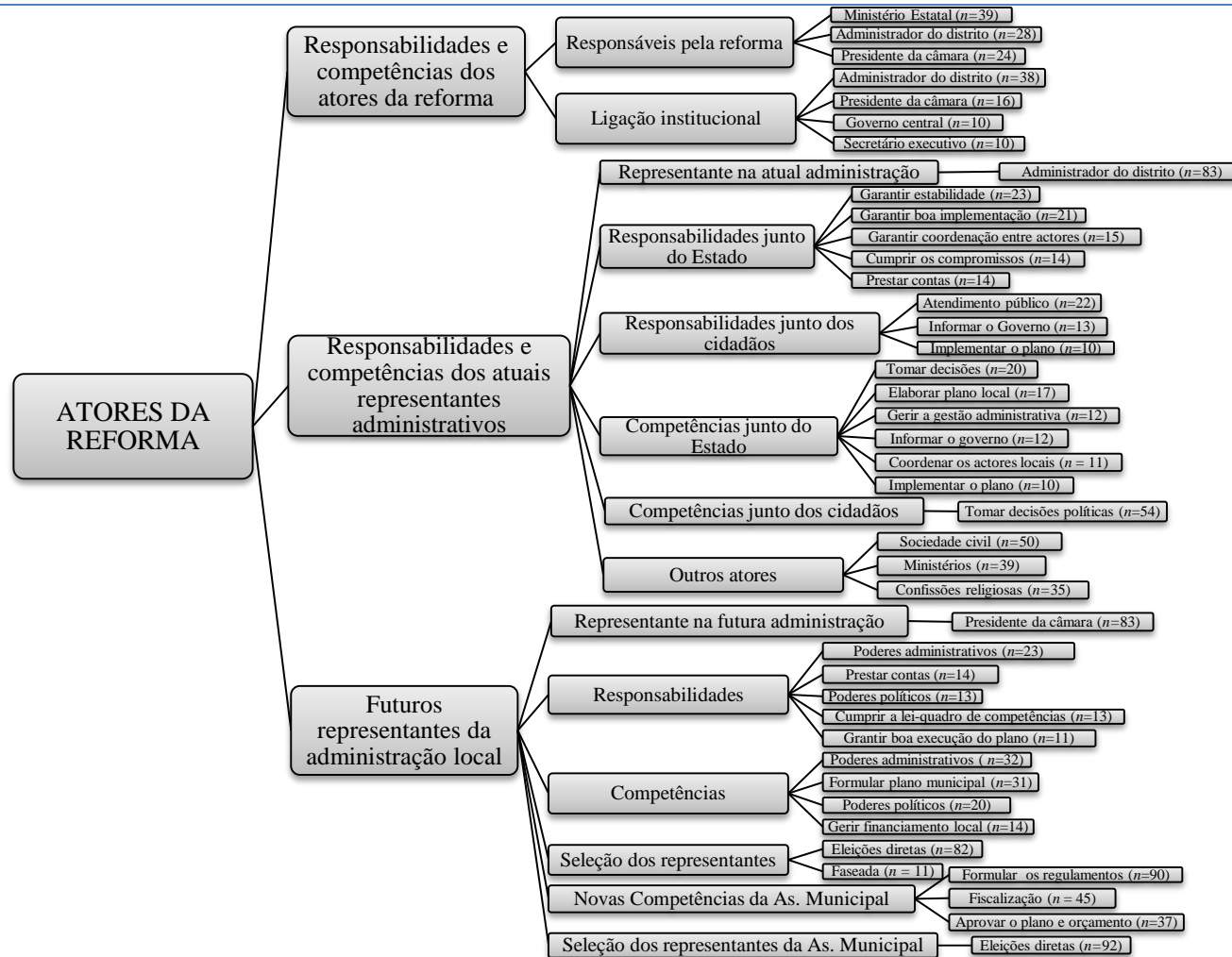


Figura 5.2: Árvore de categorias mais salientadas para os actores da reforma administrativa local

5.2.2.1 Responsabilidades e competências dos actuais actores da reforma administrativa local

Incorporam neste tema quatro categorias principais: actores responsáveis pela implementação da reforma da administração local; as responsabilidades e competências atribuídas aos atuais representantes administrativos e/ou políticas, quer para o Estado quer para os cidadãos; e o envolvimento de outros actores não estatais.

Em primeiro lugar, avaliaremos os actores responsáveis pela reforma administrativa local. Por um lado, analisam-se dos actores com mais responsabilidades na implementação da reforma administrativa. Por outro lado, aos actores que fazem ligação entre as instituições envolvidas na implementação desta reforma.

Quando questionados a quem compete a maior responsabilidade de implementação da reforma da administração local, os stakeholders apontaram, na maioria, para o Ministério de Administração Estatal ($n=39$): (...) *Porque é responsável máxima pela política da reforma do Estado timorense, para além do modelo centralismo aplicado* (MS, M, 47A, Aileu; AB, M, 40A, Baucau; SF, M, Bobonaro). Seguindo-se o Administrador do Distrito ($n = 28$) e o Presidente da Câmara ($n = 24$) (Tabela 5.14).

Tabela 5.14: Actores responsáveis pela implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Actores</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	MAE	20	4	4	11	39
<i>2</i>	Administrador do distrito	11	1	7	9	28
<i>3</i>	Presidente da Câmara	4	18	2	0	24
<i>4</i>	Local e MAE	2	1	1	0	4
<i>5</i>	GTTI	0	0	1	1	2
<i>6</i>	Incerteza	2	0	1	0	3
<i>7</i>	SR (sem resposta)	1	0	0	1	2

Da análise detalhada dos resultados, ressalta-se que são os stakeholders de Aileu ($n=20$) e de Díli ($n=11$) quem identifica, com maior frequência, o Ministério de Administração Estatal enquanto órgão responsável pela implementação da reforma de administração local. Igualmente interessante de verificar que foram os stakeholders

residentes no município de Baucau ($n = 18$) que mais identificaram o Presidente da Câmara, enquanto responsável pela implementação da reforma, por comparação aos municípios de Aileu ($n=4$) e Bobonaro ($n=2$).

Quando questionados acerca da entidade que melhor conseguiria fazer a ligação entre o governo e os representantes da administração local, visando a implementação da reforma administrativa local, os stakeholders entenderam que o Administrador do distrito ($n=37$) é a entidade mais adequada para o efeito. (...) *Porque é a autoridade superior do distrito* (MSAM, M, 64A, Aileu; JPHP, M, S/I, Bobonaro), (...) *Como representante do governo central* (LB, M, 42A, Aileu; JEL, M, 28A, Baucau; LA, M, 32A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli), (...) *Como responsável ou coordenador da implementação da reforma administrativa no distrito* (CC, M, 43A, Aileu; AFB, M, 40A, Baucau; EC, M, 48A, Bobonaro; LM, M, 61A, Díli), (...) *Como representante dos cidadãos* (JA, M, 44A, Aileu; JEL, M, 28A, Baucau), (...) *Como coordenador do desenvolvimento local* (JEL, M, 28A, Baucau; AFM, M, S/I, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli). Seguiu-se o Presidente da Câmara ($n=16$) e, em igual proporção o Ministério de Administração Estatal ($n=10$) e o Secretário executivo ($n=10$) (Tabela 5.15).

Tabela 5.15. Actor que faz a ligação institucional na implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Ligação institucional</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Administrador do distrito	15	4	7	12	37
<i>2</i>	Presidente da Câmara	5	9	0	2	16
<i>3</i>	MAE	8	0	0	2	10
<i>4</i>	Secretário executivo	0	9	1	0	10
<i>5</i>	DNAL	4	2	1	2	9
<i>6</i>	GTTI	1	0	3	1	5
<i>7</i>	Chefe do Suco	1	0	1	1	3
<i>8</i>	Diretores regionais	1	0	1	1	3
<i>9</i>	Íncerteza	2	0	2	1	5
<i>10</i>	SR (sem resposta)	3	0	0	0	3

Da análise da distribuição das frequências, das subcategorias, por município, verifica-se que os stakeholders de Aileu ($n=15$) e de Díli ($n=12$) são o que mais entendem que deve ser o Administrador de distrito a entidade de ligação entre o governo e os representantes da administração local.

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

Em segundo lugar, avaliamos as responsabilidades e competências dos actuais representantes da administração local. Procura-se com esta categoria identificar as responsabilidades e competências dos actuais representantes administrativos sobre a implementação da reforma da administração local no território. Esta categoria é composta por seis subcategorias: o representante administrativo e/ou político mais importante na actual administração local; as responsabilidades junto do Estado; as responsabilidades junto dos cidadãos, as competências junto do Estado; as competências junto dos cidadãos e o envolvimento dos actores não estatais na implementação da reforma administrativa local.

Quando questionamos sobre os representantes administrativos e/ou políticos mais importante na actual administração local em função da implementação da reforma administrativa local, os stakeholders entenderam que o Administrador do Distrito ($n=83$) é o actor mais importante para esta função como aparece representada na Tabela 5.16.

Tabela 5.16: Representante administrativo/político mais importante na actual administração local

<i>Número</i>	<i>Representantes</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Administrador do distrito	32	20	16	15	83
<i>2</i>	MAE	0	3	0	0	3
<i>3</i>	Administrador Subdistrito	3	0	0	0	3
<i>4</i>	Administradores de distritos e de subdistritos	1	0	0	2	3
<i>5</i>	Administrador do distrito, Administrador do subdistrito e chefe do suco	1	0	0	1	2
<i>6</i>	Órgãos municipais	0	0	0	2	2
<i>7</i>	Administrador distrito e MAE	1	0	0	0	1
<i>8</i>	Chefe do Suco	0	1	0	0	1
<i>9</i>	Funcionário público	0	0	0	1	1
<i>10</i>	Presidente da Câmara	1	0	0	0	1
<i>11</i>	Assembleia municipal	1	0	0	0	1
<i>12</i>	Chefe do departamento	0	0	0	1	1

**Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local**

O Administrador do Distrito é actor mais importante porque (...) *É o representante do governo central, coordenador do desenvolvimento local, chefe (autoridade) do território; é o responsável da administração local; é coordenador pela implementação da reforma administrativa local em curso e, também, como mediador entre governo local e central* (MS, M, 47A, LB, M, 42A, Aileu; JSB, M, 47A, CC, M, 49A, Baucau; MMM, M, 46A, Bobonaro; SS, M, 32A, Díli). Este reconhecimento é igualmente distribuído em quatro municípios estudados, onde no município de Aileu se encontra a maior distribuição de frequência e Díli com menor frequência.

Quando os stakeholders foram questionados sobre as responsabilidades dos actuais representantes administrativos e/ou políticos, os resultados mostram que genericamente os entrevistados consideraram as seguintes responsabilidades (Tabela 5.17).

Tabela 5.17: Responsabilidades dos representantes administrativos e/ou políticos para o Estado

<i>Número</i>	<i>Tipos de Responsabilidades</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Garantir a estabilidade política e social	13	5	0	5	23
<i>2</i>	Garantir boa implementação do plano de desenvolvimento local	11	5	4	2	21
<i>3</i>	Garantir boa coordenação entre os actores locais	4	3	3	5	15
<i>4</i>	Honrar as competências atribuídas	7	2	4	1	14
<i>5</i>	Assegurar boa prestação de contas	4	7	2	1	14
<i>6</i>	SR (sem resposta)	3	2	0	3	8
<i>7</i>	Informar o governo	1	3	1	1	6
<i>8</i>	Prestação de serviços	2	2	1	1	6
<i>9</i>	Formular o plano de desenvolvimento local	3	2	0	0	5
<i>10</i>	Estabelecer regras	3	0	0	1	4
<i>11</i>	Gerir o financiamento local	0	3	0	1	4
<i>12</i>	Educação e mobilização social	1	1	0	0	2
<i>13</i>	Honrar as leis	2	0	0	0	2
<i>14</i>	Imparcialidade	0	0	0	2	2
<i>15</i>	Informar os cidadãos	1	1	0	0	2
<i>16</i>	Maior dedicação	1	0	1	0	2
<i>17</i>	Representar os cidadãos	2	0	0	0	2
<i>18</i>	Incerteza	1	0	0	1	2
<i>19</i>	Garantir transparência administrativa	0	0	1	0	1
<i>20</i>	Ligação governamental	0	0	1	0	1
<i>21</i>	Manutenção dos projectos	0	0	1	0	1
<i>22</i>	Poder político	0	0	0	1	1

Apontam-se seguidamente as responsabilidades mais salientadas retiradas a partir das opiniões dos stakeholders:

- 1) (...) *Garantir a estabilidade política e social no território* (n=23) (AC, M, 33A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; LT, M, 50A, Díli).
- 2) (...) *Garantir boa implementação do plano de desenvolvimento local* (n=21) (AC, M, 33A, Aileu; CC, M, 49A, Baucau; JC, M, 42A, Bobonaro).
- 3) (...) *Garantir boa coordenação entre os actores locais de desenvolvimento* (n=15) (JFMB, M, 38A, Aileu; AFB, M, 40A, Baucau; LA, M, 42A, Bobonaro; FP, M, 47A, Díli).
- 4) (...) *Honrar as competências atribuídas pela Lei Base da Descentralização e do Poder Local* (n=14) (MSAM, M, 64A, Aileu; JFS, M, 38A, Baucau; DLL, M, 38A, Bobonaro; MG, M, 37A, Díli).
- 5) (...) *Prestação de contas, tanto financeira, bem como as responsabilidades políticas e actos administrativos perante o governo e os cidadãos* (n=14) (GG, M, 33A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; BS, M, 54A, Díli).

Da análise da distribuição das frequências, das subcategorias, por município, verifica-se que os stakeholders de Aileu (n=13) são o que mais consideraram a garantia da estabilidade política e social, a qual deve constituir a responsabilidade principal a ser implementada pelos actores administrativos locais, por comparação aos municípios de Baucau (n=5) e de Díli (n=5). Foi igualmente interessante de verificar que são os stakeholders residentes no município de Aileu (n=11) que mais consideraram que a garantia de boa execução do plano de desenvolvimento local é uma das responsabilidades mais importantes a ser efectuada pelos administradores e/ou políticos em comparação com outros municípios (Baucau n=5), Bobonaro n=4, e Díli n=2). No que diz respeito à garantia de boa coordenação entre os actores locais é igualmente considerado importante pelos stakeholders (Díli n=5, Aileu n=4, Baucau n=3, Bobonaro n=3). Enquanto ambas as responsabilidades, honrar as competências atribuídas e prestação de contas são igualmente importantes (Aileu n=7/4, Baucau n=2/7, Bobonaro n=4/2, Díli n=1/1).

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

Quando questionados acerca de responsabilidades dos actuais representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos, foram destacados algumas tarefas que devem ser exercidas pelos representantes administrativos e/ou políticos para fazer face às necessidades dos cidadãos, como aparecem representadas na Tabela 5.18.

Tabela 5.18: Responsabilidades dos representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos

<i>Número</i>	<i>Tipos de Responsabilidades</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Atendimento público	5	7	2	8	22
<i>2</i>	Informar o governo	1	8	1	3	13
<i>3</i>	Implementar o plano de desenvolvimento	2	1	3	4	10
<i>4</i>	Qualidade de vida	4	1	3	1	9
<i>5</i>	Estabilidade política e social	6	2	0	0	8
<i>6</i>	Educação cívica	3	1	1	1	7
<i>7</i>	Maior dedicação	2	0	3	2	7
<i>8</i>	Poder político	3	2	0	1	6
<i>9</i>	Informar os cidadãos	1	3	0	1	5
<i>10</i>	Ligação entre cidadãos e governo	3	1	0	1	5
<i>11</i>	Prestação de serviços	2	0	0	3	5
<i>12</i>	Prestar contas	1	0	3	0	4
<i>13</i>	SR (sem resposta)	3	0	0	1	4
<i>14</i>	Defesa dos direitos humanos	2	0	1	0	3
<i>15</i>	Imparcialidade	1	2	0	0	3
<i>16</i>	Manutenção dos projectos	2	0	0	0	2
<i>17</i>	Mobilização social	2	0	0	0	2
<i>18</i>	Resolução de conflito	1	0	0	0	1

As responsabilidades foram as seguintes:

- 1) (...) *Atendimento público* (n=22) (DV, M, 43A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; JPHB, M, S/I, Bobonaro; LT, M, 50A, Díli). No contexto territorial, foram os stakeholders residentes de Díli que reconheceram com maior frequência (n=8). Seguindo-se por municípios de Baucau (n=7), de Aileu (n=5) e de Bobonaro (n=2).
- 2) (...) *Informar o governo central as necessidades básicas dos cidadãos* (n=13) (LB, N, 42A, Aileu; DFL, M, 38A, Bobonaro; FP, M, 47A, Díli). Esta foi particularmente ressaltada por stakeholders residentes do município de Baucau

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

(n=8). Seguindo-se por stakeholders de Díli (n=3). Enquanto de Aileu e de Bobonaro com muito menos frequência (n=1 respectivamente).

- 3) (...) *Garantir boa implementação do plano de desenvolvimento local* (n=10) (MS, M, 47A, Aileu; CJR, M, 42A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli). A este respeito, verifica-se de forma decrescente, as frequências optadas por municípios as seguintes: Díli (n=4), Bobonaro (n=3), Aileu (n=2) e Baucau (n=1).

Quando questionados acerca das competências dos actuais representantes administrativos e/ou políticos para o Estado, foram considerados na análise e com expressão territorial, as competências que transparecem na Tabela 5.19.

Tabela 5.19: Competências dos representantes administrativos e/ou políticos para o Estado

<i>Número</i>	<i>Tipos Competências</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Tomar as decisões políticas	15	3	1	1	20
<i>2</i>	Elaborar o plano de desenvolvimento local	6	4	2	5	17
<i>3</i>	Gerir a gestão administrativa	3	2	2	5	12
<i>4</i>	Informar o governo	4	4	2	2	12
<i>5</i>	Coordenar os actores locais	3	2	3	3	11
<i>6</i>	Implementar os planos de desenvolvimento	4	0	2	4	10
<i>7</i>	Estabilidade política e social	5	2	0	2	9
<i>8</i>	SR (sem resposta)	2	3	1	1	7
<i>9</i>	Informar os cidadãos	1	4	1	0	6
<i>10</i>	Aprovar dos regulamentos	3	0	1	2	5
<i>11</i>	Atender o público	0	1	1	0	2
<i>12</i>	Controlar o projecto	0	1	1	0	2
<i>13</i>	Cumprir as leis	0	0	0	2	2
<i>14</i>	Melhorar condições do trabalho	2	0	0	0	2
<i>15</i>	Educação cívica	1	0	0	0	1
<i>16</i>	Gerir orçamento local	1	0	0	0	1
<i>17</i>	Integridade administrativa	0	0	0	1	1
<i>18</i>	Ligação entre central e local	0	0	1	0	1
<i>19</i>	Incerteza	0	1	0	0	1

Da análise detalhada dos resultados, ressaltam-se cinco competências básicas que devem ser atribuídas e exercidas pelas autarquias locais junto do Estado:

- 1) (...) *A tomada de decisões políticas segundo os interesses locais* (n=20) (AC, M, 33A, Aileu; AAALG, M, 29A, Baucau; MMM, M, 46A, Bobonaro; FP, M, 47A, Díli).
- 2) (...) *A elaboração do plano de desenvolvimento local segundo as prioridades locais* (n=17) (LB, M, 42A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; JC, M, Bobonaro; DC, M, 41A, Díli).
- 3) (...) *Gerir a gestão administrativa local de acordo com as competências atribuídas* (n=12) (MS, M, 47A, Aileu; EG, M, 45A, Baucau; MB, F, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).
- 4) (...) *Informar o governo central as necessidades dos cidadãos* (n=12) (MS, M, 44A, Aileu; CJR, M, 42A, Baucau; DFL, M, 38A, Bobonaro; SS, M, 32A, Díli).
- 5) (...) *Coordenar os actores envolvidos no desenvolvimento local para evitar sobreposição ou conflitos de interesses* (n=10) (GG, M, 33A, Aileu; PSP, M, 39A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; JA, F, 47A, Díli).
- 6) (...) *Implementar o plano de desenvolvimento local estabelecido pelo governo central financiado pelo orçamento do Estado para elevar o crescimento económico no local* (AA, M, 29A, Aileu; EC, M, 48A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli).

Relativamente à primeira competência, foi particularmente valorizada por stakeholders residentes de Aileu (n=15). Seguindo-se por stakeholders de município de Baucau (n=3), e dos municípios de Bobonaro e de Díli (n=1 e n=1 respectivamente).

Quanto à segunda competência, para a distribuição de frequência, por ordem decrescente destacam-se: o município de Aileu (n=6), de Díli (n=5), de Baucau (n=4) e de Bobonaro (n=2).

No que concerne à terceira competência, verifica-se que os stakeholders de Díli quem concederam a maior frequência (n=5). No município de Aileu, a frequência é de (n=3). Nos municípios de Baucau e de Bobonaro, ambos reconheceram com uma frequência igual (n=2 respectivamente).

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

No que toca à quarta competência, foi igualmente distribuída por municípios as seguintes frequências: nos municípios de Aileu e de Baucau ($n=4$ respectivamente) e nos municípios de Bobonaro e de Díli ($n=2$ respectivamente).

No que concerne à quinta competência, foi igualmente considerada por stakeholders dos municípios de Aileu, de Bobonaro e de Díli com a mesma distribuição de frequência ($n=3$ respectivamente). No município de Baucau com uma frequência de ($n=2$).

No que diz respeito à sexta competência, a qual foi igualmente reconhecida por stakeholders nos municípios de Aileu e de Díli com a mesma frequência ($n=4$ respectivamente). No município de Bobonaro com uma frequência de ($n=2$). Esta não foi reconhecida no município de Baucau.

Quando questionados sobre as competências exercidas pelos actuais representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos, a resposta privilegiou uma única competência que é a tomada de decisões políticas baseando em interesses dos cidadãos locais por uma maior frequência ($n=54$) como aparece representada na Tabela 5.20.

Tabela 5.20: Competências dos representantes administrativos e/ou políticos para os cidadãos

<i>Número</i>	<i>Tipos Competências</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Tomada de decisões políticas	16	7	5	11	54
<i>2</i>	SR (sem resposta)	0	8	2	3	13
<i>3</i>	Educação cívica	4	3	1	0	8
<i>4</i>	Participação pública	7	0	0	0	7
<i>5</i>	Atendimento público	0	3	1	2	6
<i>6</i>	Coordenar os actores locais	1	1	1	2	5
<i>7</i>	Cumprir as regras	2	0	1	2	4
<i>8</i>	Prestação de serviços sociais	1	2	0	1	4
<i>9</i>	Estabilidade política e social	1	0	0	2	3
<i>10</i>	Informar o governo	0	2	0	1	3
<i>11</i>	Qualidade de vida	1	0	1	0	2
<i>12</i>	Defesa dos interesses dos cidadãos	1	0	0	0	1
<i>13</i>	Informar os cidadãos	0	1	0	0	1
<i>14</i>	Intervenção dos actores	1	0	0	0	1
<i>15</i>	Manutenção dos projectos	0	0	1	0	1
<i>16</i>	Prestar contas	0	1	0	0	1
<i>17</i>	Relação entre cidadãos e estado	1	0	0	0	1
<i>18</i>	Incerteza	1	0	0	0	1

Na expressão territorial, o resultado de estudo verifica-se, por ordem decrescente, as seguintes distribuições de frequências: no município de Aileu ($n=16$), de Díli ($n=11$), de Baucau ($n=7$) e de Bobonaro ($n=5$).

Passamos a avaliar o envolvimento de outros actores na implementação da reforma da administração local. Quando os stakeholders foram suscitados sobre outros atores determinantes a envolver na reforma administrativa local, surgiram atores/entidades que, em parceria com os órgãos estatais, têm, segundo os entrevistados um papel importante no desenvolvimento local, como expresso na Tabela 5.21.

Tabela 5.21: Envolvimento dos actores não-estatais na implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Actores</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Sociedade civil	22	31	18	9	80
<i>2</i>	Ministérios sectoriais	18	3	4	14	39
<i>3</i>	Confissões religiosas	12	14	7	2	35
<i>4</i>	Autoridades comunitárias	10	9	2	3	24
<i>5</i>	Setor privado	5	9	4	5	23
<i>6</i>	SR (sem resposta)	6	1	2	0	8

Da análise detalhada dos resultados, verifica-se que os stakeholders entenderam que a Sociedade civil ($n=80$), os Ministérios sectoriais ($n=39$) e as Confissões religiosas ($n=35$) desempenham um papel importante no desenvolvimento local, a par dos órgãos estatais.

No que diz respeito à Sociedade civil, os entrevistados consideraram as ONG's e as associações comunitárias (ex., Universidade) integram este grupo, sendo estes participantes especialmente considerados no município de Baucau e de Aileu. (...) *A Sociedade civil é um parceiro do governo local no processo de implementação dos programas de desenvolvimento local* (DV, M, 43A, Aileu; AS, M, 52A, Díli, e (...) *Desempenha um papel importante como fiscalizador sobre a implementação dos programas do governo* (AAALG, M, 29A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro), assim como, (...) *Conhecida pelas suas posições críticas mas construtivas para a melhoria da governação local* (FP, M, 47A, Díli).

Relativamente aos Ministérios sectoriais que têm representações territoriais, também foram essencialmente reconhecidos nos municípios de Aileu e de Díli, o que não é de estranhar neste último caso, dada a presença da administração central. Segundo os stakeholders, (...) *Os ministérios sectoriais são agentes do Estado que fazem atendimento ao público nas suas áreas de competências* (MMP, M, 43A, Aileu).

No que concerne à participação das Confissões religiosas, por sua vez, foi considerada importante especialmente no município de Baucau e de Aileu, a qual, também (...) *São considerados parceiros no desenvolvimento local* (JFMB, M, 38A, Aileu).

No que toca às Autoridades comunitárias (...) *São autarquias elementares eleitos pelo povo*” (JA, M, 44A, Aileu) (...) *Que desempenha papel fundamental na implementação da reforma administrativa local ao nível Suco* (NLP, M, 33A, Aileu).

Quanto aos Sectores privados (...) *É outro parceiro principal no desenvolvimento local em função da execução do orçamento alocado para o desenvolvimento local* (DV, M, 43A, Aileu).

5.2.2.2 Enquadramento do futuro representante administrativo e/ou político local

Esta categoria envolve cinco subcategorias: os novos representantes administrativos e/ou políticos mais importantes na nova administração local; as responsabilidades e competências atribuídas; a selecção dos novos representantes administrativos e/ou políticos; as competências da Assembleia Municipal; e a selecção dos representantes da Assembleia Municipal.

Foram identificados os novos representantes administrativos e/ou políticos mais importantes na nova administração local resultante da política de reforma da administração local. Segundo o resultado de estudos, verifica-se que o Presidente da Câmara ($n=83$) será o actor mais importante na nova administração local (Tabela 5.22).

Quando se analisam os dados na tabela, observa-se que a maioria dos stakeholders concordaram que o Presidente da Câmara ($n=83$) será o principal representante

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

administrativo e/ou político na nova administração local consequente da política da reforma administrativa local introduzida. Não se valoriza nesta apreciação formas de partilha da representação administrativa e/ou política. Sendo este, stakeholders especialmente considerados no município de Aileu e de Baucau com maior frequência ($n=31$; $n=23$ respectivamente). Enquanto nos municípios de Díli e de Bobonaro com menor frequência ($n=17$; $n=12$ respectivamente).

Tabela 5.22: Actores administrativos e/ou políticos mais importantes na nova administração local

<i>Número</i>	<i>Actores</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Presidente da Câmara	31	23	12	17	83
<i>2</i>	Presidente da Câmara e Assembleia Municipal	2	0	0	4	6
<i>3</i>	Administrador do Distrito	2	0	0	1	3
<i>4</i>	Assembleia municipal	1	1	1	0	3
<i>5</i>	Incerteza	1	0	1	0	2
<i>6</i>	Ministério Estatal	1	0	0	0	1
	SR (sem resposta)	1	0	0	0	1

Na perspectiva dos entrevistados, (...) *O Presidente da Câmara será representante administrativo e/ou político mais importante porque é eleito pelos cidadãos* (AC, M, 33A, Aileu). (...) *Porque é superior máximo do município* (JSB, M, 47A, Baucau), (...) *Porque é decisor principal na administração municipal* (AB, S/I, Bobonaro) e, (...) *Como chefe do executivo e responsável principal da implementação da reforma administrativa local no município* (JC, M, 50A, Díli).

Quando questionados sobre quais as responsabilidades mais importantes dos novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração, os stakeholders apontaram às cinco áreas como aparecem representadas na Tabela 5.23.

Da análise detalhada dos resultados, verifica-se que os stakeholders entendem que a responsabilidade administrativa ($n=21$), a garantia de boa execução do plano municipal ($n=17$), o cumprimento da Lei-quadro de atribuição de competências ($n=16$), a responsabilidade política ($n=12$) e a prestação de contas públicas ($n=12$) são as mais importantes que têm vindo a ser implementadas na nova administração local.

Tabela 5.23: Responsabilidades dos novos representantes administrativos e e/ou políticos na nova administração local

<i>Número</i>	<i>Tipo de Responsabilidades</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
1	Responsabilidades administrativas	6	7	6	2	21
2	Garantir boa execução do plano municipal	5	6	2	4	17
3	Cumprimento da Lei-quadro de atribuição de competências	11	1	3	1	16
4	Incerteza	8	2	4	1	15
5	Responsabilidades políticas	2	2	1	7	12
6	Prestação de contas públicas	3	4	1	4	12
7	SR (sem resposta)	5	5	1	1	12
8	Monitorização do projecto	3	1	0	2	6
9	Estabilidade política e social	3	1	0	1	5
10	Gerir o financiamento local	2	2	0	1	5
11	Coordenar os actores locais	3	0	0	1	4
12	Discussão pública	1	1	1	0	3
13	Cumprir as regras	1	0	1	0	2
14	Educação cívica	1	0	1	0	2
15	Harmonizar as relações institucionais	2	0	0	0	2
16	Prestação de serviços sociais	0	0	1	1	2
17	Atendimento público	0	0	0	1	1

Relativamente à responsabilidade administrativa foi essencialmente reconhecida nos municípios de Baucau e seguindo-se Aileu, Bobonaro e Díli. De acordo com stakeholders, a responsabilidade administrativa abrange as seguintes áreas:

- 1) (...) *Responsabilização pelos actos dos seus subordinados que, quer por ilícito quer por negligência, que tenham causados danos aos públicos* (AC, M, 33A, Aileu; CJR, M, 42A, Baucau).
- 2) (...) *Responsabilização pela formulação e implementação do plano municipal perante a autoridade central e os cidadãos* (MR, M, 36A, Aileu; AGG, M, 57A, Baucau).
- 3) (...) *Mobilização dos recursos produtivos para a realização dos objetivos e metas de desenvolvimento municipal traçado* (NLM, M, 65A, Aileu; HM, M, 37A, Díli).

- 4) (...) *Garantia de utilização dos recursos financeiros disponíveis incluindo à angariação de fundos para a adequação dos programas e projectos planeados* (FA, F, 35A, Aileu; AGG, M, 45A, Baucau).
- 5) (...) *Preparação dos quadros administrativos, tanto no recrutamento, bem como na avaliação dos funcionários municipais de forma transparente para assegurar o regular funcionamento da administração local em função dos interesses locais* (JAC, M, 47A, Baucau; EC, M, 48A, Bobonaro).

No que toca à garantia de boa a execução do plano municipal, foram os stakeholders residentes de Baucau que apresentaram a maior frequência, seguindo-se de Aileu, de Díli e de Bobonaro. Neste caso, diz sobretudo, aos esforços dos representantes administrativos para (...) *Levar a cabo a garantia de boa implementação da gestão administrativa municipal descentralizada, observando-se os fundos apropriados para fazer face às necessidades dos cidadãos* (FCM, M, 56A, Aileu; JFS, M, 38A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro).

No que diz respeito ao cumprimento da Lei-quadro de atribuição, foram os entrevistados de Aileu que fazem sobressair esta responsabilidade. Na opinião dos stakeholders, os representantes administrativos são obrigados a (...) *Cumprir as suas responsabilidades segundo a lei-quadro de atribuição de competências* (MSAM, M, 64A, Aileu; EG, M, 45A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; JC, M 50A, Díli).

Além disso, eles estão sujeitos ao (...) *Cumprimento das orientações políticas do governo central em relação à matéria da implementação da reforma da administração local em curso* (LP, M, 51A, Aileu; NA, M, S/I, Bobonaro).

No que concerne à responsabilidade política, foi principalmente reconhecida no município de Díli com maior frequência e os outros com menor frequência. Para esta, os stakeholders destacaram duas principais áreas de intervenção. Primeira, (...) *A garantia da integridade de acções dos representantes administrativos e/ou políticos para que exerçam justamente as suas funções* (AC, M, 33A, Aileu).

Segunda, (...) *A garantia na implementação das decisões políticas tomadas quanto às questões administrativas, como por exemplo, recolha de taxas e impostos municipais*

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

para o bem-estar social (TM, M, 55A, Aileu; MS, M, 39A, Baucau; AFM, M, S/I, Bobonaro; FP, M, 47A, Díli).

Quanto à prestação de contas públicas, foi particularmente reconhecido pelos stakeholders nos municípios de Baucau e de Díli com a mesma frequência. Seguiu-se dos municípios de Aileu e Bobonaro com menor frequência. A prestação de contas tem a ver, sobretudo, com (...) *A apresentação do relatório financeiro alocado para os projectos estabelecidos no plano municipal perante o governo central e a Assembleia Municipal* (GG, M, 33A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli).

Quando questionados acerca das competências atribuídas para os novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração, os stakeholders identificaram quatro principais competências (Tabela 5.24).

Tabela 5.24: Competências dos novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração local

<i>Número</i>	<i>Tipos de Competências</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Competências administrativos	25	23	19	27	94
<i>2</i>	Competências políticas	11	4	3	9	25
<i>3</i>	SR (sem resposta)	8	3	1	2	14
<i>4</i>	Incerteza	3	0	2	1	6
<i>5</i>	Lei-quadro de atribuição	3	0	1	1	5
<i>6</i>	Atendimento público	1	2	0	0	3
<i>7</i>	Coordenar os actores locais	1	1	1	0	3
<i>8</i>	Harmonizar as relações institucionais	2	0	0	0	2
<i>9</i>	Estabilidade política e social	1	0	0	0	1

Da análise detalhada dos resultados, verifica-se que as respostas dos stakeholders especificamente classificadas em duas grandes partes: as competências de poderes administrativos ($n=94$) e de poderes políticos ($n=25$).

Relativamente à competência de poderes administrativos, foram os entrevistados no município de Díli e de Aileu que destacaram a maior importância do que os dois municípios. É de afirmar que a competência de poderes administrativos se destacam os seguintes domínios:

- 1) (...) *Recrutar e avaliar os funcionários residentes no município a ser integrado no quadro profissional municipal* (LB, M, 42A, Aileu; MSG, M, 59A; Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; LT, M, 50A, Díli).
- 2) (...) *Recolher taxas e impostos para incrementar as receitas municipais, para além das concepções públicas para financiar os programas sociais e públicos municipais* (AS, M, 58A, Baucau; NA, M, S/I, Bobonaro; LT, M, 50A, Díli).
- 3) (...) *Celebrar o acordo de investimento com os investidores nacionais e exteriores para financiar obras grandes municipais* (LB, M, 42A, Aileu; MSG, M, Baucau; LT, M, 59A, Díli).
- 4) (...) *Formular o plano e orçamento de desenvolvimento municipal e submeter à aprovação pela Assembleia Municipal* (AC, M, 33A, Aileu; JAC, M, 39A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro; AMA, M, 63A, Díli).
- 5) (...) *Implementar o plano e orçamento municipal aprovado pela Assembleia Municipal* (AC, M, 33A, Aileu; SF, M, S/I, Bobonaro).
- 6) (...) *Implementar os regulamentos aprovados pela Assembleia Municipal no abrigo da Lei do poder local* (FCM, M, 56A, Aileu; JFS, M, 38A; Baucau).
- 7) (...) *Gerir o financiamento da administração local* (REB, M, 31A, Baucau; AT, M, 38A, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli).
- 8) (...) *Monitorizar a implementação do plano e orçamento* (MMP, M, 43A, Aileu; TR, F, 56A, Baucau; HM, M, 37A, Díli).

Quanto à competência no domínio do exercício dos poderes políticos devolvidos, foram os stakeholders residentes do município de Aileu que atribuíram maiores frequências. Seguindo-se por municípios de Díli, de Baucau e de Bobonaro. A este respeito, os stakeholders destacam três competências distintas:

- 1) (...) *Elaborar os regulamentos locais* (MS, M, S/I, Aileu; DFL, M, 38A, Bobonaro).

- 2) (...) *Organizar debate público para recolher opinião pública a ser incorporada no projecto de regulamentação municipal* (DA, M, 51A, Aileu).
- 3) (...) *Cooperar ou coordenar com outros actores locais em busca de resolução de problemas sociais no local* (DA, M, 51A; Aileu; LGG; M, 45A, Baucau).

A selecção para os novos representantes administrativos e/ou políticos na nova administração municipal, a análise extraída das respostas dos participantes surge duas hipóteses. A primeira hipótese ressaltando a ideia de que os representantes administrativos e/ou políticos devem ser nomeados. A ideia é que numa primeira fase, caso os municípios sejam instalados no curto prazo, mas sem condições adequadas, é possível nomear os autarcas de acordo com a lista apresentada pela Assembleia Municipal, com o propósito de preparar as condições mínimas para que possam facilitar a implementação da gestão pública municipal nos próximos tempos. Numa segunda fase, os representantes políticos devem ser seleccionados através das eleições directas democráticas de acordo com os princípios de sufrágio universal.

A segunda hipótese salienta que as eleições autárquicas já devem ser implementadas directamente desde início da criação dos municípios, quer com condições, quer sem condições requeridas. A importância das eleições é tornar os representantes da administração local ou políticos eleitos como órgão soberano ao nível da administração local e empossados como autoridades legítimas em nome dos seus cidadãos-eleitores.

É neste contexto que os entrevistados afirmaram os seus desejos como deverá ser feita a selecção para os novos autarcas. Segundo as entrevistas, a maioria dos stakeholders faz sobressair as eleições directas democráticas com maior frequência ($n=82$). Seguindo-se uma selecção de forma faseada, ou seja, de nomeação à eleição directa com uma frequência menor ($n=11$) (Tabela 5.25).

Tabela 5.25: Selecção dos novos representantes administrativos e/ou políticos

<i>Número</i>	<i>Método de Selecção</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Eleições directas	35	20	8	19	82
<i>2</i>	Nomeação à eleição directa (faseada)	3	1	5	2	11
<i>3</i>	Nomeação política	1	0	2	1	4
<i>4</i>	SR (sem resposta)	1	3	0	0	4
<i>5</i>	Decisões do governo	0	0	1	0	1

Observa-se que os stakeholders residentes de Aileu ($n=35$) e de Baucau são aqueles que consideraram esta forma de eleição com maior frequência. Enquanto os stakeholders de Díli ($n=19$) e de Bobonaro ($n=8$) com menor frequência. Importa salientar que (...) *A selecção por via eleição é a regra principal do Estado de direito-democrático* (JSB, M, 47A, Baucau), (...) O qual necessita a participação de todos os cidadãos (LB, M, 42A, Aileu), (...) *Para garantir a legitimidade de poder local* (JFMB, M, 38A, Aileu) (...) *Em conformidade com o princípio de sufrágio universal* (MS, M, 39A, Baucau).

Quando questionados acerca das competências da nova Assembleia Municipal, os stakeholders consideraram várias competências que devem ser atribuídas para o novo órgão deliberativo municipal como aparece representado na Tabela 5.26.

Tabela 5.26: Competências da nova Assembleia Municipal na nova administração local

<i>Número</i>	<i>Tipos Competências</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Competência reguladora	32	24	15	19	90
<i>2</i>	Competência fiscalizadora	12	15	9	9	45
<i>3</i>	Competência legitimadora	10	4	13	10	37
<i>4</i>	Incerteza	7	0	1	0	8
<i>5</i>	Organizar a discussão pública	0	1	1	5	7
<i>6</i>	Solicitar o relatório das contas	1	0	0	3	4
<i>7</i>	SR (sem resposta)	2	0	0	1	3

Segundo o resultado destacado na tabela, salientando três principais competências que devem ser atribuídas para a Assembleia Municipal: competência reguladora ($n=90$), competência fiscalizadora ($n=45$) e competência legitimadora ($n=37$).

Quanto à competência na área de formulação e aprovação dos regulamentos locais, foi particularmente reconhecida por stakeholders residentes nos municípios de Aileu e de Baucau com maior frequência. Enquanto nos municípios de Bobonaro e Díli, também foi apreciada por frequências significativas. A competência reguladora refere-se (...) *À formulação e aprovação dos regulamentos locais, tendo em conta as condições reais do território, por exemplo, sobre o recrutamento e a avaliação dos funcionários locais na recolha das taxas e impostos municipais e solicitar o executivo*

implementá-la (AA, M, 37A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; HM, M, 37A; Díli).

Relativamente à competência fiscalizadora, foi especialmente destacada por stakeholders nos municípios de Baucau e Aileu com maior frequência e seguindo-se por municípios de Bobonaro e de Díli com a mesma frequência. Esta competência diz respeito (...) *Às actividades da Assembleia Municipal na fiscalização ou monitorização da implementação dos planos municipais em concordância com as normas existentes* (AC, M, 33A; Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; LT, M, 50A, Díli).

No que concerne à competência legitimadora, destacam-se os entrevistados nos municípios de Bobonaro. Nos municípios de Aileu e Díli obteve a mesma frequência e no município de Baucau com menor frequência. Na perspectiva dos stakeholders, a competência refere-se (...) *À possibilidade dos membros da Assembleia Municipal aprovar o plano e orçamento municipal preparado pelo órgão executivo* (MS, M, 47A, Aileu; MMS, M, 62A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).

Para as eleições dos membros da Assembleia Municipal, também se destacam duas hipóteses. A primeira hipótese sublinha a ideia de que nos primeiros momentos em que o governo local não detém condições mínimas, as eleições dos deputados da Assembleia Municipal devem ser organizadas faseadamente. Numa primeira fase, os membros da Assembleia Municipal devem ser eleitos indirectamente entre os Chefes dos Sucos, tendo por objectivo, preparar as condições mínimas para efectuar o regular funcionamento deliberativo da assembleia. Numa segunda fase, serão submetidas às eleições directas democráticas conforme as regras eleitorais. Os membros devem ser eleitos directamente por cidadãos-eleitores residentes na localidade. Isto é fundamental para verificar a legitimidade democrática no exercício das funções deliberativas.

A segunda hipótese salienta que os membros da Assembleia devem ser eleitos directamente desde início da criação dos municípios, quer com condições, quer sem as condições requeridas.

Quando questionamos sobre esta categoria, os stakeholders residentes de quatro municípios estudados exigem uma eleição directa para os deputados da Assembleia Municipal, segundo o princípio de sufrágio universal, com maior frequência ($n=92$) (Tabela 5.27).

Tabela 5.27: Selecção dos novos representantes da Assembleia Municipal

<i>Número</i>	<i>Método de Selecção</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
1	Eleições diretas	38	22	12	20	92
2	Nomeação à eleição directa (faseada)	0	1	1	1	3
3	SR (sem resposta)	3	0	0	0	3
4	Respostas inconsistentes	2	0	0	0	2
5	Nomeação política	0	1	0	0	1
6	Decisões do governo	0	0	1	0	1

Pelos dados apresentados pode-se verificar que os stakeholders de Aileu ($n=38$) quase unanimemente concordaram com esta intenção, igualmente partilhado por stakeholders dos municípios de Baucau ($n=22$), de Díli ($n=20$) e de Bobonaro ($n=12$).

Independentemente das hipóteses é salientada a importância das Eleições diretas ($n=92$) (...) *Devem ser eleitos nas eleições democráticas para reforçar o plano de desenvolvimento que possa beneficiar os cidadãos* (MSAM, M, 64A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli) o melhor meio, independentemente do contexto municipal.

Em síntese, os stakeholders compreenderam que, na actualidade, o Administrador do Distrito é o actor mais importante, quer na implementação da política da reforma administrativa quer na ligação institucional da administração pública entre central e local. No futuro será o Presidente da Câmara a exercer esta função administrativa.

O envolvimento dos outros actores na implementação da reforma administrativa local é considerado fundamental para alcançar a sua eficiência e eficácia e reconhecido por todos.

Actualmente, assim como na futura administração local, devem ser atribuídas responsabilidades e competências administrativas para as autarquias locais no âmbito da prestação de serviços sociais e públicos aos cidadãos locais. As responsabilidades e competências deverão ser igualmente atribuídas entre o órgão executivo e deliberativo segundo a Lei Base de descentralização e do Poder Local. Ambos os órgãos municipais devem ser eleitos democraticamente pelos cidadãos residentes no território para que tenham maior legitimidade política e administrativa.

5.2.3 Formas de Relações Territoriais

Este tema visa avaliar duas formas de relações territoriais que incluem a diferenciação e representação territorial como aparece representada na Figura 3.

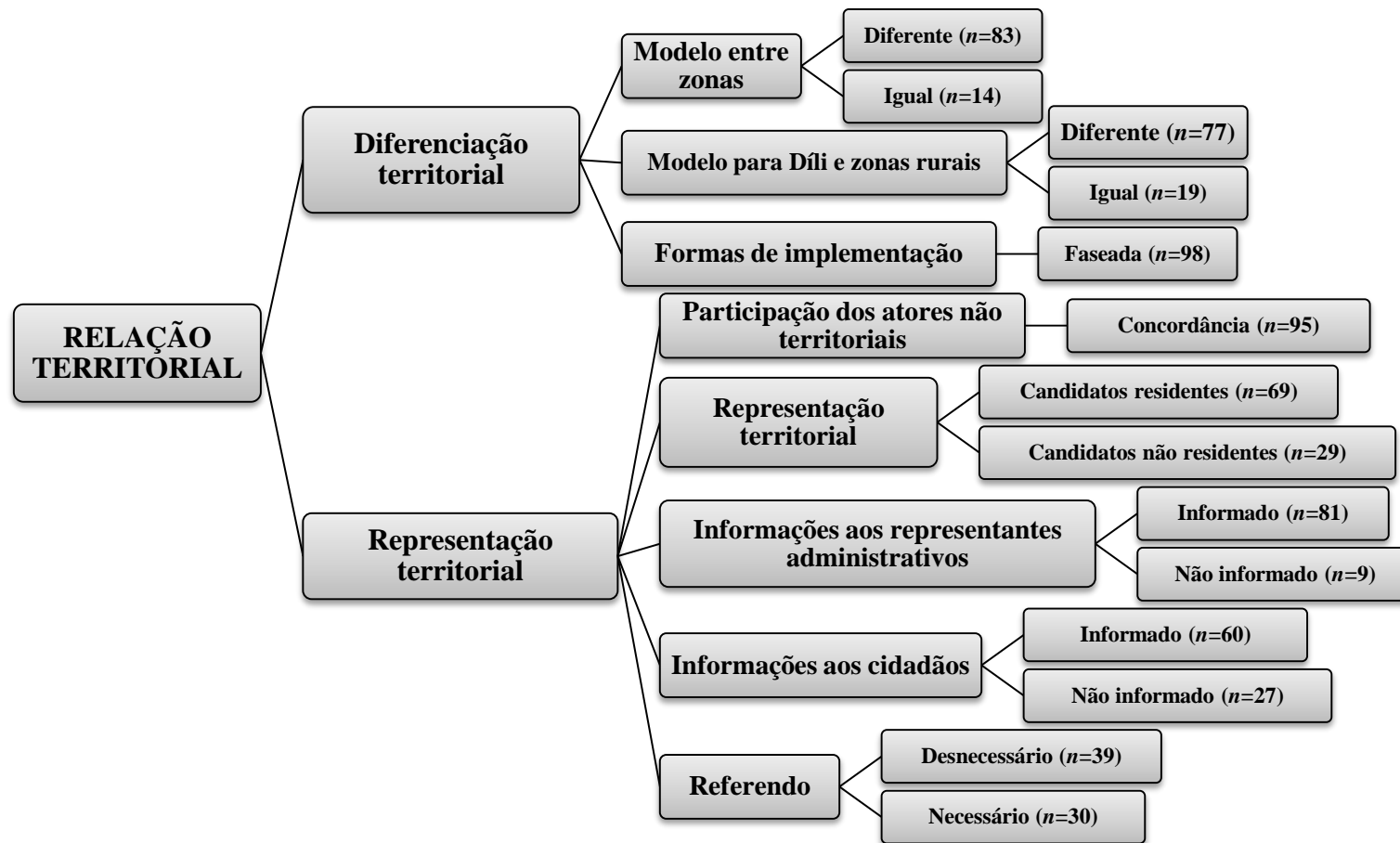


Figura 5.3: Árvore das categorias mais salientadas para as formas de relações territoriais

5.2.3.1 Diferenciação territorial

Passamos agora a avaliar o resultado de estudos sobre a categoria diferenciação territorial. Com a diferenciação territorial fala-se do modelo local da administração que tem vindo a ser considerado na aplicação entre zonas no território nacional, entre cidade Díli e as zonas rurais e a forma como implementar a reforma da administração local. O resultado de estudo para esta categoria apresenta-se na Tabela 5.28.

Tabela 5.28: Diferenciação territorial entre zonas e forma de implementação do modelo

<i>Número</i>	<i>Modelo</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	<i>Modelo entre zonas</i>					
<i>a</i>	Diferente	33	21	14	15	83
<i>b</i>	Igual	4	3	1	6	14
<i>c</i>	SR (sem resposta)	3	0	1	1	5
<i>2</i>	<i>Modelo para Díli e zonas rurais</i>					
<i>a</i>	Diferente	32	16	27	17	77
<i>b</i>	Igual	4	6	1	4	19
<i>c</i>	SR (sem resposta)	2	2	1	0	5
<i>3</i>	<i>Formas de implementação</i>					
<i>a</i>	Faseada	39	22	16	21	98
<i>b</i>	Simultânea	0	2	0	0	2
<i>c</i>	Incerteza	1	0	0	0	1
<i>d</i>	SR (sem resposta)	0	0	0	1	1

Quando questionados se considerariam que o modelo de reforma administrativa local deveria ser diferenciado entre as diferentes zonas do país, a maioria dos stakeholders concordou que o modelo entre zonas deve ser Diferente ($n=83$), atendendo às diversidades territoriais: (...) *O modelo não deve ser implementado igualmente devido aos recursos desequilibrados entre as zonas* (JL, M, 28A, Baucau). Apenas uma minoria acredita que deve ser igual ($n=14$), sobretudo, com o objetivo de reduzir a assimetria territorial do país: (...) *O modelo deve ser igual para poder criar uma sociedade justa* (CC; M 43A, Aileu).

Foram encontrados resultados semelhantes, quando os stakeholders foram questionados sobre a diferenciação da cidade de Díli das outras zonas rurais. A maioria dos participantes concordou que o modelo deve diferenciar a cidade Díli das zonas rurais ($n=77$): (...) *O modelo não deve ser igual devido às diferenças nas áreas geográficas e populações* (MS, M, 64A, Aileu).

Por seu turno, poucos participantes discordam a referida diferenciação ($n=19$): (...) *Apesar das diferenças territoriais, o modelo de reforma administrativa local deve ser igual para alcançar um território equilibrado e uma sociedade justa* (CC; M 43A, Aileu). É de salientar que os dados representam uma concordância absoluta entre os stakeholders em todos os municípios para que o modelo possa a ser aplicado de forma diferente entre as duas zonas territoriais devido à questão de diversidade territorial. De facto, Díli é capital da nação, centro de atividade do sector público, zona de concentração económica e com infre-estruturas quando se compara com as zonas rurais.

Finalmente, quando questionados se o modelo de reforma administrativa deveria ser implementado faseadamente no território de Timor-Leste, de acordo com os contrastes territoriais, praticamente todos os participantes concordaram com a implementação faseada ($n=98$): (...) *O modelo de reforma administrativa deve ser implementado faseadamente no território de Timor-Leste de acordo com os recursos humanos existentes* (JB, M, 47A, Baucau).

5.2.3.2 Representação territorial

Quanto à categoria representação territorial, fala-se do modelo de representação política e/ou administrativa no contexto municipal. Incorporam nesta categoria, quatro questões de representatividade: o envolvimento dos actores não-territoriais; a candidatura ao cargo administrativo e/ou político para a representação territorial; as informações aos cidadãos; e o referendo em função da política da reforma administrativa local. A Tabela 5.29 evidencia o resultado da avaliação para cada subcategoria.

Relativamente à implementação da reforma administrativa, a um nível local, e ao envolvimento de outros atores além dos representantes e população local, a maioria dos stakeholders concorda ($n=95$) que a participação de outros atores pode ser profícua: (...) *Na implementação da reforma administrativa devem estar envolvidos outros atores para além dos representantes porque eles têm conhecimento amplo que pode contribuir para a reforma em curso* (JL, M, 28A, Baucau).

Tabela 5.29: Representação territorial

<i>Número</i>	<i>Representatividade</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
1	<i>Participação dos atores não-territoriais</i>					
a	Concorda	36	23	15	21	95
b	SR (sem resposta)	3	0	0	1	4
c	Não concorda	1	1	1	0	3
2	<i>Candidaturas ao cargo de representatividade</i>					
a	Candidatos residentes	34	17	7	11	69
b	Candidatos não-residentes	5	6	9	9	29
c	SR (sem resposta)	1	1	0	2	4
3	<i>Informações aos representantes administrativos</i>					
a	Informado	33	20	11	17	81
b	SR (sem resposta)	5	2	3	2	12
c	Não informado	2	3	2	2	9
4	<i>Informações aos cidadãos</i>					
a	Informado	31	6	7	16	60
b	Não informado	3	15	7	2	27
c	SR (sem resposta)	5	1	2	2	10
d	Incerteza	1	2	0	2	5
5	<i>Referendo</i>					
a	Desnecessário	15	15	1	8	39
b	SR (sem resposta)	9	7	7	9	32
c	Necessário	16	2	8	4	30
d	Incerteza	0	0	0	1	1

Relativamente à candidatura ao cargo de representatividade, observa-se que a maioria dos stakeholders locais argumentaram que a representação territorial deve caber, em exclusivo, a residentes locais ($n=69$): (...) *Não é aceite eleger as pessoas não residentes para o cargo de representação territorial pela questão proximidade e identidade territorial* (PS, M, 46A, Bobonaro).

Com frequência significativamente menor, alguns stakeholders aceitam a possibilidade de não-residentes se candidatarem ao cargo de representatividade ($n=29$): (...) *Devem eleger as pessoas fora do distrito, mas tendo em conta a sua capacidade que de lidar com os residentes domésticos. Isto é importante para a construção de um território coeso* (NP, M, 33A, Aileu).

Importa salientar aqui, duas razões primordiais a esta rejeição. A primeira razão resulta que os cargos do executivo municipal podem ser assumidos não somente pelos

residentes locais, mas também pelas pessoas não-residentes. Esta última é aceitável desde que tenham feito serviços há muito tempo e mostrado bons comportamentos e dedicações em função dos interesses dos cidadãos locais.

Já no caso dos órgãos deliberativos (Assembleia Municipal), os seus representantes políticos não podem eleger elementos não-residentes em função da representação territorial, dada a questão de proximidade política, as diversidades culturais e a confiança política. Os representantes do povo pertencem às pessoas que possuem residência permanente no local e que são disponíveis para fazer contactos com os seus cidadãos de forma regular e capazes de conquistar confiança e trabalhar em função dos seus beneficiários.

A segunda opinião ressalta que, quer o poder executivo quer o legislativo deve resultar de eleições entre os residentes locais. A razão explicativa é que os municípios são criados para os interesses das comunidades residentes na localidade. Cada município tem assim, os seus próprios recursos humanos em função da construção do território, sendo possível elevar a identidade dos municípios e torná-los cada vez mais autónomos.

No que concerne à informação sobre o processo da implementação da reforma administrativa local para os representantes administrativos e/ou políticos, verifica-se que a maioria dos representantes administrativos e/ou políticos foram informados ($n=81$), sendo assim, já tinham um conhecimento suficiente sobre a implementação desta política da nas suas áreas residenciais; o mesmo se verificou relativamente aos cidadãos locais. Segundo o resultado das entrevistas, observa-se que a maioria dos cidadãos, também já foram informados sobre a implementação da reforma administrativa local desde o início da sua introdução, quer por meio da divulgação pública no local feito pelos responsáveis da reforma, quer por meios da comunicação social. Importa salientar que esta opinião é justificada, sobretudo pelos stakeholders nos municípios de Aileu e de Díli. No município de Baucau ressalta o facto de que muitos dos cidadãos locais ainda não foram informados sobre esta questão. No município de Bobonaro, os entrevistados dividem-se entre duas opções ($n=7$ respectivamente).

Relativamente à questão do referendo sobre a política da reforma da administração local, os stakeholders dos municípios de Baucau, de Bobonaro e de Díli realçaram que

não é necessário convocar referendo para levar a cabo a implementação de tal reforma. No município de Aileu, os stakeholders entrevistados sublinham que deve ser feito um referendo sobre a matéria da reforma administrativa local. Quando questionados sobre esta possibilidade de referendo de âmbito nacional, anterior à implementação da reforma administrativa local, os stakeholders dividem-se entre a necessidade de realizar um referendo ($n=30$): (...) *Deve organizar-se um referendo sobre esta matéria. Porque está previsto na constituição da república* (AC, M, 33A, Aileu); e a inutilidade do acto ($n=39$): (...) *Não há necessidade de convocar um referendo porque a política de reforma da administração local é um programa ordinário do governo* (JB, M, 47A, Baucau).

Em síntese, no que concerne à diferenciação territorial entre zonas, a maioria dos stakeholders ($n=83$) reconheceram que o modelo local da administração entre zonas no território deve ser diferenciada dada à diversidade territorial do país. Os mesmos ($n=77$) ressaltaram que a diferenciação territorial entre Díli e zonas rurais deve ser diferenciado porque a cidade Díli é capital do país, centro da administração pública, centro de modernidade e com infra-estruturas adequadas. Independentemente da diferenciação territorial, a maioria dos stakeholders ($n=92$) concordaram que o modelo da administração local deve ser implementado de forma faseada em detrimento do conhecimento e dos recursos disponíveis no local.

No que diz respeito à representação territorial, a maioria dos stakeholders ($n=95$) aceitaram que o órgão deliberativo não deve ser preenchido por representantes políticos não residentes tendo em consideração a questão proximidade e identidade territorial. Enquanto o órgão executivo pode ser assumido por representantes políticos não residentes desde que possuam capacidades de liderança junto dos residentes domésticos. Relativamente à informação sobre o processo de implementação da reforma administrativa local, a maioria reconheceu que quer os políticos quer os cidadãos já estão informados. Quanto ao referendo, os stakeholders ($n=39$) consideraram que o assunto é desnecessário.

5.2.4 Contribuições e Potencialidades da Reforma Administrativa Local

Procura-se agora perceber junto dos entrevistados quais as contribuições e potencialidades que poderão resultar da implementação da reforma administrativa local. Na figura 5.4, evidencia as características mais salientadas para ambos os temas.

5.2.4.1 Contribuições na implementação da reforma administrativa local

Segundo o resultado do estudo, pelo menos, quatro contribuições essenciais têm vindo a ser originada na implementação da reforma da administração local: contribuição da reforma administrativa local para a coesão territorial, contribuição da reforma administrativa local para o desenvolvimento socioeconómico, gestão financeira local e, impactos positivos e negativos da reforma administrativa local.

A política da reforma da administração local, não só é importante para a modernização da administração pública, ao possibilitar a divisão de poderes entre governo central e local, mas também teve uma contribuição muito positiva para a construção da coesão territorial e social no país.

Quando se avaliam os resultados das entrevistas sobre este tema presentes na Tabela 5.30, a maioria dos entrevistados destacou a contribuição positiva da reforma da administração local para a construção da coesão territorial no país.

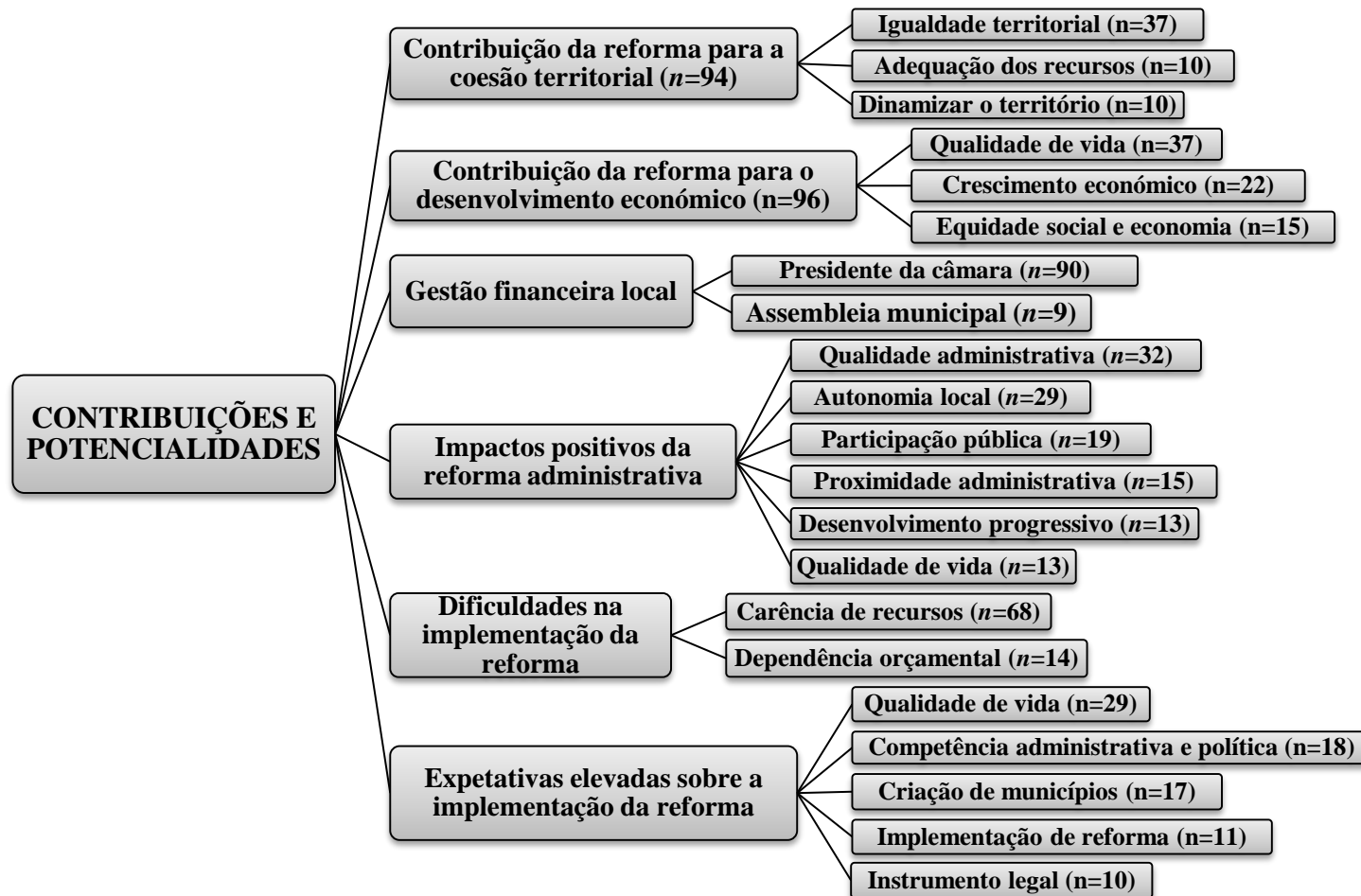


Figura 5.4: Árvore das categorias mais salientes para as contribuições e potencialidades da reforma administrativa local

Tabela 5.30: Contribuição da reforma administrativa para a coesão territorial

<i>Número</i>	<i>Contribuição</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	<i>Grau de contribuição</i>					
<i>a</i>	Elevado	36	21	16	21	94
<i>b</i>	SR (sem resposta)	4	2	0	1	7
<i>c</i>	Deficitário	0	1	0	0	1
<i>2</i>	<i>Tipos de contribuição</i>					
<i>a</i>	Igualdade territorial	8	15	5	9	37
<i>b</i>	Adequação dos recursos disponíveis	4	1	5	0	10
<i>c</i>	Dinamizar o território	8	0	0	2	10
<i>d</i>	Participação pública	5	1	1	2	9
<i>e</i>	Cooperação institucional	4	1	1	0	6
<i>f</i>	Qualidade territorial	1	2	1	2	6
<i>g</i>	Proximidade administrativa e política	1	1	2	0	4
<i>h</i>	Identidade territorial	2	0	1	0	3
<i>i</i>	Sustentabilidade territorial	3	0	0	0	3
<i>j</i>	Divisão territorial	1	0	0	0	1
<i>k</i>	Imperativo constitucional	0	0	0	1	1
<i>l</i>	Proximidade geográfica	1	0	0	0	1

Tal opinião é manifestada positivamente por todos os stakeholders dos quatro municípios estudados. Quando questionados sobre a sua concordância acerca das potencialidades da reforma administrativa relativamente à promoção da coesão territorial de Timor-Leste, a maioria dos participantes concorda com a sua elevada ($n=94$) (...) potencialidade. (...) *A reforma administrativa local vai contribuir para a coesão territorial em Timor-Leste* (MSAM, M, 64A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).

No discurso dos entrevistados destacam-se três contributos da política da reforma administrativa local, enquanto processo da organização da coesão territorial em Timor-Leste como abaixo apresentado:

- 1) A equidade territorial ($n=37$), significa que (...) *A reforma poderá resultar num desenvolvimento equilibrado em todas as zonas do país* (MS, M, 47A, Aileu; JEL, M, 39A, Baucau; PS, M, 46A, Bobonaro), ou seja, (...) *Deve impedir a desigualdade territorial entre zonas, evitar a centralização excessiva de poderes*

políticos e administrativos e a diminuição da concentração de desenvolvimento nas zonas urbanas principalmente na cidade de Díli (LT, M, 50A, Díli).

- 2) *A adequação dos recursos locais (n=10), significa que (...) A reforma administrativa local deverá possibilitar a construção da coesão territorial baseada na utilização dos recursos disponíveis no local com maior eficiência e eficácia em conformidade dos princípios da autonomia local (CC, M, 43A, Aileu; JAC, M, 47A, Baucau; SF, M, S/I, Bobonaro).*
- 3) *A dinamização do território, no sentido de que (...) Os municípios poderão desenvolver o território de forma dinâmica segundo as competências descentralizadas para levar a cabo as mudanças bem-sucedidas na sociedade timorense (DV, M, 43A, Aileu; AMA, M, 63A, Díli).*

Relativamente à questão da equidade territorial foram os stakeholders residentes de Baucau que mais sublinharam a sua importância (n=15) comparando com os restantes stakeholders. Quanto à adequação dos recursos disponíveis, foram os stakeholders dos municípios de Bobonaro e de Aileu que demonstraram maior concordância (n=5, n=4 respectivamente). No que toca à dinamização territorial, foram os stakeholders de Aileu que referiram este processo com maior frequência (n=8).

Quando questionados se a reforma administrativa deveria contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país, a maioria dos participantes na entrevista (n=96) reconhece que a reforma da administração local pode contribuir significativamente para o desenvolvimento social e economia nacional a partir da escala municipal (Tabela 5.31).

Três contribuições mais salientadas, são a qualidade de vida (n=37), o crescimento económico (n=22) e a equidade socioeconómico. Quanto à qualidade de vida, a maioria dos stakeholders afirmou que (...) *A reforma da administração local certamente deverá contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas em todo o território (AC, M, 33A, Aileu; FP, M 47A, Díli), (...) Deverá reduzir os níveis da pobreza do país (JTS, M, 57A, Baucau), sendo assim, (...) Deverá proporcionar os cidadãos o bem-estar comum*” (DLL, M, 38A, Bobonaro).

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

Tabela 5.31: Contribuição da reforma administrativa para o desenvolvimento social e economia

Número	Contribuição	Aileu	Baucau	Bobonaro	Díli	Total (n)
<i>1</i>	<i>Grau de contribuição</i>					
<i>a</i>	Elevado	37	23	15	21	96
<i>b</i>	SR (sem resposta)	3	1	1	1	6
<i>2</i>	<i>Tipos de contribuição</i>					
<i>a</i>	Qualidade de vida	15	13	1	8	37
<i>b</i>	Crescimento económico	7	5	3	7	22
<i>c</i>	Equidade social e económica	7	3	3	2	15
<i>d</i>	Incrementar as receitas municipais	2	1	3	1	7
<i>e</i>	Investimento e empregos	4	1	1	0	6
<i>f</i>	Participação pública	0	1	0	0	1

No que concerne ao crescimento económico ($n=22$), os stakeholders afirmaram que (...) *Esta reforma administrativa deverá contribuir positivamente tanto para a economia nacional, bem como para a economia familiar* (DV, M 43A, Aileu; AAALG, M, 29A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; HM, M, 37A, Díli).

Relativamente à equidade social e economia ($n=15$), os stakeholders afirmaram que (...) *A reforma da administração local poderá contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas, ou seja, garantir a distribuição da riqueza equilibradamente em todas as zonas do território* (CC, M, 43A, Aileu; MSG, M, 59A, Baucau; JC, M, 42A, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).

Quando comparamos os resultados entre os municípios, para a questão de qualidade de vida, foram os stakeholders residentes de Aileu e de Baucau que a consideram mais relevante ($n=15$ e $n=13$ respectivamente). Igualmente interessante de verificar, foram os stakeholders residentes no município de Aileu ($n=7$) e de Díli ($n=7$) que mais consideraram que a tal reforma é pertinente para o crescimento económico do país. Por fim, a equidade social e a economia são mais esperadas por stakeholders do município de Aileu ($n=7$).

Em relação à gestão financeira local, os stakeholders foram questionados sobre quem deve gerir o orçamento local. A maioria dos stakeholders concorda que a gestão financeira local deve caber ao Presidente da Câmara ($n=90$) (Tabela 5.32). Segundo eles, (...) *A gestão financeira deve ser gerido pelo Presidente da Câmara como órgão executivo e supervisionado pela assembleia municipal* (MS, M, 64A, Aileu).

Tabela 5.32: Gestão do orçamento da administração local

<i>Número</i>	<i>Entidade</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Presidente da Câmara	32	22	16	20	88
<i>2</i>	Assembleia Municipal	6	2	0	1	9
<i>3</i>	Cidadãos	1	0	0	0	1
<i>4</i>	SR (sem resposta)	1	0	0	1	1

Apenas uma minoria dos stakeholders crê que essa gestão deva ser feita pela Assembleia Municipal ($n=9$): (...) *Deve caber à Assembleia Municipal gerir o orçamento local devido às suas funções reguladoras e controlo administrativo* (MS, M, 39A, Baucau).

Quando se analisam as respostas na Tabela acima referida, verifica-se que a maioria dos stakeholders entendeu que (...) *O Presidente da Câmara é que deve gerir o financiamento da administração local* (MSAM, M, 64A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).

De acordo com os stakeholders, o Presidente da Câmara é considerado a pessoa certa para esta tarefa devido à sua função (...) *Como chefe executivo municipal* (MSAM, M, 64A, Aileu; JSB, M, 47A, Baucau; AB, M, S/I, Bobonaro; JC, M, 50A, Díli).

Para além disso consideram que (...) *Como representante dos cidadãos, o qual é eleito directamente nas eleições autárquicas* (MS, M, 47A, Aileu; FMFS, F, 44A, Baucau; AT, M, 38A, Bobonaro).

Por fim, (...) *Como responsável principal da implementação da reforma da administração local* (AB, M, 54, Aileu; PSP, M, 49A, Baucau; DLL, M, 38A, Bobonaro; BS, M, 58A, Díli).

Para além da contribuição da reforma administração local em relação à construção da coesão territorial e ao desenvolvimento socioeconómico, como já explicado, esta reforma também vai ter impactos positivos ao nível local especificamente sobre as actividades administrativas e as condições socioeconómicas.

Quando se avaliam os resultados para esta questão, os stakeholders identificaram os principais impactos positivos de acordo com a Tabela 5.33.

Tabela 5.33: Impactos positivos da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Áreas</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Qualidade administrativa	10	7	3	12	32
<i>2</i>	Autonomia local	15	8	5	5	29
<i>3</i>	Participação pública	3	7	2	7	19
<i>4</i>	Proximidade administrativa	3	3	6	3	15
<i>5</i>	Desenvolvimento progressivo	7	1	0	5	13
<i>6</i>	Qualidade de vida	6	1	2	4	13
<i>7</i>	Confiança pública	2	0	3	2	7
<i>8</i>	Incerteza	0	0	1	0	1
<i>9</i>	Equidade territorial	0	0	0	3	3
<i>10</i>	SR (sem resposta)	2	1	0	0	3

Os stakeholders participantes no estudo acreditaram que a reforma poderá ter impactos muito positivos, sobretudo, nos dois sectores administrativos. Primeiro, ao nível da Qualidade administrativa ($n=33$). Esta opinião foi especialmente reconhecida no município de Díli seguido nos municípios de Aileu, Baucau e Bobonaro. Segundo eles, a reforma passa por melhorar, particularmente duas vertentes administrativas:

- 1) (...) *Reduzir o peso da burocracia existente, para a melhoria dos serviços administrativos* (LB, M, 42A, Aileu; VM, M, S/I, Bobonaro; HM, M, 37A, Díli).
- 2) (...) *Melhorar o atendimento público de maior eficiência e eficácia* (MS, M, 44A, Aileu; PSP, M, 44A, Baucau; JPHB, M, S/I, Bobonaro; JA, F, 37A, Díli).

A nível da autonomia local ($n=29$), foi particularmente apontado por stakeholders no município de Aileu ($n=15$). Salienta-se que (...) *Os principais impactos positivos da implementação da reforma administrativa são o possibilitar as autarcas no sentido de possuírem mais poderes na tomada de decisões, gerir os seus próprios orçamentos, ter mais competências administrativas e garantir um desenvolvimento equilibrado em todo o território* (CC, M, 43A, Aileu).

Com menos frequência, mas igualmente significativo, os stakeholders acreditam que a reforma pode ter impacto positivo, também, nas áreas de Participação pública, de desenvolvimento progressivo, de proximidade administrativa e/ou política e de qualidade de vida. No que se refere à participação pública ($n=19$) foram os stakeholders nos municípios de Baucau e de Díli que lhe deram mais importância. É de salientar que, (...) *Um dos impactos positivos da implementação da reforma administrativa é fomentar cada vez mais a participação das comunidades na implementação da reforma administrativa local* (JL, M, 28A, Baucau).

Quanto à questão de desenvolvimento progressivo ($n=13$) este foi reconhecido particularmente pelos entrevistados nos municípios de Aileu ($n=7$) e de Díli ($n=5$). Os stakeholders argumentaram que (...) *Os principais impactos positivos da implementação da reforma administrativa local deve dinamizar os municípios na progressão de desenvolvimento em todo o território* (MS, M, 47A, Aileu; JSF, M, 38A, Baucau; JA, F, 37A, Díli).

A proximidade administrativa ($n=15$) foi reconhecida particularmente pelos stakeholders no município de Bobonaro. De acordo com os entrevistados, (...) *Os principais impactos positivos, a nível local, da implementação da reforma administrativa são aproximar o governo da população* (JC, M, 50A, Díli).

Por último, a qualidade de vida ($n=15$) como um resultado positivo da reforma. Com efeito, foram os entrevistados no município de Aileu que destacaram, segundo os stakeholders, (...) *Os principais impactos positivos, a nível local, da implementação da reforma administrativa são aumentar o rendimento económico para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no local* (MSAM, M, 64A, Aileu; MPB, M, 49A, Baucau; VSM, M, S/I, Bobonaro; HM, M, 37A, Díli).

5.2.4.2 Constrangimentos na implementação da reforma administrativa local

Apesar dos impactos positivos, a implementação da reforma administrativa não se afasta das dificuldades ao seu redor (Tabela 5.34).

Tabela 5.34: Dificuldades administrativas e políticas na implementação da reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Áreas</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Carência de recursos	27	19	4	18	68
<i>2</i>	Dependência orçamental	7	3	2	2	14
<i>3</i>	Conflito de terra e propriedade	0	0	7	0	7
<i>4</i>	Disputas políticas	5	1	0	1	7
<i>5</i>	SR (sem resposta)	5	0	2	0	7
<i>6</i>	Incipiência administrativa	4	0	1	1	6
<i>7</i>	Desemprego e pobreza	0	0	3	2	5
<i>8</i>	Insegurança sociopolítica	4	0	0	1	5
<i>9</i>	Mínima participação pública	5	0	0	0	5
<i>10</i>	Falta de conhecimento	2	1	1	0	4
<i>11</i>	Incerteza	1	0	0	2	3
<i>12</i>	Desigualdade territorial	0	0	1	0	1
<i>13</i>	Rejeição	1	0	0	0	1

Quando se analisam os dados da tabela, a principal dificuldade política e administrativa para a implementação da reforma apontada pelos sujeitos foi a carência de recursos ($n=68$) de várias naturezas. Este caso foi especialmente reconhecido por stakeholders residentes no município de Aileu ($n=27$) e também destacado pelos entrevistados nos municípios de Baucau ($n = 19$), de Díli ($n=18$), mas com muito menor no município de Bobonaro ($n=4$). Para os stakeholders, (...) *As principais dificuldades políticas e administrativas dizem respeito aos recursos humanos limitados e recursos naturais insuficientes* (CC, M, 43A, Aileu).

No que concerne à carência de recursos financeiros ($n=14$) foi apontado, sobretudo no município de Aileu ($n=7$) e com menor frequência nos restantes municípios. Neste caso, os stakeholders opinaram que (...) *Atualmente, o cofre do Estado timorense quase totalmente proveniente das receitas petrolíferas. Enquanto as receitas não-petrolíferas ainda estão longe de ser bem cobradas. Isto significa que a maioria dos capitais de*

desenvolvimento nacional é derivada do fundo petrolífero com uma pequena porção das receitas não-petrolíferas. Em relação à implementação da reforma administrativa local, também vai ser dependendo da mesma fonte de despesa sem uma contrapartida das receitas municipais. Desse modo, casos os municípios não sejam capazes de gerir as suas receitas próprias, acrescentando que se o petróleo encontrasse esgotado, estes ficarão insustentáveis, isto se não entrarem em colapso, levando-os à extinção (DV, M, 43A, Aileu; AC, M, 33A, Aileu; MTM, M, 21A, Aileu; JTS, M, 57A, Baucau; DLL, M, 38A, Bobonaro; LT, M, 50A, Díli).

5.2.4.3 Expectativas sobre a reforma administrativa local

A implementação da reforma da administração local visando a modernização da administração pública e o melhoramento das condições sociais e económicas das pessoas em todo o território tem vindo a levantar grandes expectativas das pessoas.

Quando questionados sobre quando está implementada a reforma da administração local com seus órgãos eleitos, os stakeholders ressaltaram cinco aspectos, como aparece representados na Tabela 5.35.

Tabela 5.35: Expectativas sobre a reforma administrativa local

<i>Número</i>	<i>Expectativas</i>	<i>Aileu</i>	<i>Baucau</i>	<i>Bobonaro</i>	<i>Díli</i>	<i>Total (n)</i>
<i>1</i>	Qualidade de vida	0	17	9	3	29
<i>2</i>	Competências administrativas e políticas	3	3	6	6	18
<i>3</i>	Criação dos municípios	14	0	0	5	17
<i>4</i>	Implementação da reforma	7	0	1	2	11
<i>5</i>	Instrumento legal	4	2	2	2	10
<i>6</i>	Conhecimento sobre a reforma	3	2	1	2	8
<i>7</i>	Eleições autárquicas	5	0	0	2	7
<i>8</i>	SR (sem resposta)	1	0	0	5	6
<i>9</i>	Recursos disponíveis	2	0	1	2	5
<i>10</i>	Outputs da reforma	1	1	1	0	3
<i>11</i>	Coordenação entre actores	0	0	0	1	1
<i>12</i>	Participação pública	0	0	0	1	1

Igualmente ressaltando contextos territoriais, os resultados na tabela mostram que quanto à expectativa sobre a qualidade de vida ($n=29$), são os stakeholders residentes de Baucau ($n=17$) os mostram mais expectativas.

Importa salientar a ideia de que (...) *A reforma deve ser realizada quando o bem-estar social e economia estiverem alcançados* (JSB, M, 47A, Baucau), ou seja, (...) *Quando as populações locais conseguirem viver num ambiente criativo e cheio de prosperidade* (AB, M, S/I, Bobonaro). Por outras palavras, (...) *Os municípios devem trazer benefícios aos seus cidadãos* (JA, F, 37A, Díli).

Relativamente às competências administrativas e políticas ($n=18$) foram particularmente apontadas pelos stakeholders nos municípios de Bobonaro e de Díli. Os entrevistados salientaram que (...) *A reforma deve ser implementada quando as autarquias locais estiverem em pleno exercício das suas funções e quando responsabilidades e competências atribuídas forem exercidas de modo regular* (MS, M, 47A, Aileu), ou seja, (...) *Quando os órgãos municipais exercerem as suas funções regularmente* (AAALG, M, 29A; Baucau), e (...) *Sem interferências pelo governo central nos assuntos locais* (LT, M, 50A, Díli).

Relativamente à criação dos municípios ($n=19$), foram os stakeholders de Aileu que assinalaram com maior frequência ($n=14$). Neste caso os stakeholders consideraram que (...) *A reforma é considerada implementada quando os municípios foram instalados* (AC, M, 33A, Aileu; BS, M, 54A, Díli).

Pelo que toca à realização da implementação da reforma administrativa ($n=11$) foram os stakeholders do município de Aileu que a desejavam mais com frequência ($n=7$). Os stakeholders ressaltaram que (...) *A reforma é implementada quando os planos municipais foram bem definidos e implementados em torno da sociedade* (JM, M, 47A, Aileu), ou (...) *A gestão administrativa municipal foi bem gerida* (VSM, M, S/I, Bobonaro). No sentido mais amplo, (...) *Quando os municípios conseguirem extrair os recursos naturais disponíveis para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento local sem criar dificuldades para as futuras gerações* (CS, M, 40A, Díli).

No que concerne aos instrumentos legais ($n=10$) foi particularmente reconhecida a sua importância no município de Aileu. A este respeito, os entrevistados ressaltaram

que (...) *A reforma será implementada quando a Lei do Poder Local entrou em vigor* (LB, M, 42A, Aileu), incluindo (...) *Quando a política do governo sobre a descentralização estiver realizada* (MA, M, S/I, Bobonaro).

Em síntese, os stakeholders assumiram que a contribuição da reforma da administração local é indispensável, quer na organização da coesão territorial, quer no desenvolvimento social e económico das pessoas em função da redução da pobreza no território nacional.

De igual modo, de uma forma generalizada, a reforma administrativa local, também tem um impacto muito positivo sobre a qualidade administrativa, a proximidade, a participação e a melhoria da qualidade vida das populações.

Apesar da contribuição e dos impactos positivos, a reforma vai enfrentar desafios políticos e administrativos significativos principalmente no que toca à carência de recursos disponíveis nos municípios.

Por fim, os stakeholders têm grandes expectativas sobre a implementação da reforma administrativa local, a qual poderá trazer as mudanças drásticas no desenvolvimento territorial e modernização administrativa local nos próximos tempos.

5.3 Síntese Reflexiva

Os resultados da aplicação do questionário aos stakeholders locais permitem realçar alguns aspectos fundamentais, comprovando algumas distinções territoriais e os objectivos comuns que decorreram das entrevistas aos 102 entrevistados.

Relativamente ao grau de conhecimento da reforma administrativa é possível salientar a presença de interlocutores repartidos entre um posicionamento passivo e activo, onde se reflectem condições de proximidade à administração central e de acesso à informação. Sob um generalizado posicionamento positivo sobre a importância da reforma administrativa local, emergem a descentralização e a modernização como objectivos principais. Contudo o município de Aileu constitui-se como o território onde ressaltam as maiores dificuldades de acesso a informação sobre os Modelos e sobre os instrumentos decorrentes da reforma, e onde as questões de reforço da cidadania são

mais valorizadas. Os municípios de Baucau e Díli apresentam um nível de conhecimento mais detalhado dos Modelos, emergindo a capital como o território onde os stakeholders afirmam um melhor conhecimento sobre a implementação da reforma.

A reforma é vista como forma de construção da coesão territorial, nomeadamente permitindo a observação de critérios de equidade, diversidade e harmonização, o que suscita uma dimensão estratégica e consolidada para a administração local. Para a concretização destes critérios emerge uma visão escalar do espaço municipal, enquanto dimensão intermédia da administração, possibilitando relações de proximidade e de maior capacidade resolução de questões práticas, com reflexo na qualidade de vida da população.

Quando se avaliam os atores intervenientes na reforma administrativa surge o entendimento de que cabe ao Ministério de Administração Estatal e aos Administradores de Distrito a implementação da reforma de administração local, mas no caso do município de Baucau surge o enfoque no Presidente da Câmara, o que faz realçar condições de representação e interlocução específicas.

O Administrador do Distrito é ainda considerado a autoridade mais importante na actual administração local, o que de acordo com funções desconcentradas atribuídas, faz realçar a importância das estruturas intermédias da administração, entre a Administração Central e os representantes locais, ou suscita o restrito conhecimento das responsabilidades e competências dos representantes administrativos nos Subdistritos e nas Câmaras Municipais.

No entanto decorre como evidente que com a implementação da reforma será o Presidente da Câmara o principal representante administrativo e/ou político na nova administração, embora se salientem falhas de conhecimento sobre os aspectos instrumentais de implementação da reforma administrativa e de partilha da representação administrativa e/ou política. Esta constatação parece ainda expressar uma reserva de opinião para questões concretas da aplicação da reforma administrativa local.

A mesma reserva, ou uma visão concertada sem disrupções, é extraída sobre os processos de selecção da administração, ao nível do Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal. Os processos faseados, admitindo uma nomeação não sufragada eleitoralmente são equacionados por um número consistente de stakeholders, sendo

baseados na necessidade de preparação de condições mínimas para a gestão municipal. Estas constatações são independentes da consideração genérica da importância da eleição dos representantes da administração local ou políticos eleitos e da representação enquanto autoridade legítima dos cidadãos-eleitores.

Evidenciou-se ainda da apreciação dos stakeholders, a valorização da participação da Sociedade civil e das Confissões religiosas no desenvolvimento local e nos órgãos de decisão administrativa, a par dos órgãos estatais, com variações de acentuação local, o que reflecte diferentes percepções ou prévias formas de envolvimento destas organizações.

A diversidade territorial enquanto princípio de aplicação da reforma administrativa local é vista de forma consistente e nomeadamente reflecte o contexto da cidade de Díli e do seu município, e as outras zonas rurais. As relações territoriais são apresentadas menos pelas dinâmicas e práticas locais de participação e envolvimento, mas essencialmente resultantes da actividade do sector público, da concentração económica, e do nível de infra-estruturação.

A representatividade da administração deve reflectir essencialmente os residentes locais, atribuindo os stakeholders ao órgão deliberativo da Assembleia Municipal a maior restrição de representação territorial atendendo a questões de proximidade política, de expressão das diversidades culturais e do nível de confiança e representação política atribuída. A expressão de diferenciação territorial a propósito de referendos locais, salienta dinâmicas locais e de representação política, como a verificada no município de Baucau.

A contribuição e expectativas resultantes da reforma da administração local, têm essencialmente a ver com a modernização da administração pública, a contribuição para a construção da coesão territorial e social no país e a criação de recursos humanos e materiais

Há assim, uma visão pragmática sobre a implementação da reforma, com reflexo no desenvolvimento socioeconómico, assim como na adequação da gestão financeira aos interesses locais. Contudo, entre as expectativas são identificados aspectos específicos com expressão local, sublimando a importância da reforma administrativa, tanto junto

do Estado como dos cidadãos. Não se verifica ao nível das contribuições e expectativas resultados que marquem uma dicotomia urbano/rural, reflectindo um posicionamento aberto que procura consolidar recursos, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a capacitação do território.

De acordo com a análise de conteúdo das entrevistas efectuadas aos stakeholders, a reforma administrativa local pode ser vista como o modelo colaborativo para a gestão pública municipal, substituindo um modelo burocrático. Baseia-se na transferência de competências de poderes políticos e administrativas entre a administração central, visando uma resposta pragmática de melhoria da prestação de serviços sociais e públicos, de valorização dos recursos endógenos, e das condições socioeconómicas da população, baseado num modelo equitativo, diverso e homogéneo. Esta noção de proximidade e de representatividade permite, segundo o levantamento, aproximar as políticas e os programas do Estado e do Governo às suas populações locais.

Verifica-se um posicionamento faseado e de continuidade na implementação da reforma administrativa, permitindo enquadrar as competências e representações dos actuais atores, protagonizados pelos Administradores de Distrito, no Presidente da Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. A eleição por sufrágio directo e universal por parte dos residentes deve assegurar a representatividade e envolvimento de diferentes atores, mas suportada por condições mínimas de implementação, quer políticas quer de capacitação territorial.

A noção da reforma administrativa suportada pela expectativa de qualificação de recursos, da consolidação de equipamentos e infra-estruturas e da resolução de problemas quotidianos, como o conflito sobre terras e propriedades, o desemprego ou a insegurança social, remete para abordagens estratégicas baseadas em análise *ex ante* dos contextos locais. Contudo esta visão estratégica e baseada em aproximações *bottom up*. Contradiz uma visão centralizada, baseada em instrumentos e práticas *top down* emergindo da Administração Central, enquanto forma de disponibilização de recursos materiais e humanos e de legitimação do poder local.

Nesta aproximação o Distrito é visto como unidade base para a concretização da reforma, sendo o nível escalar de Subdistrito percebido como o ideal para cumprir a coesão territorial e social, garantindo uma melhor eficácia na gestão de recursos, a

Análise dos resultados 1:
Percepção dos stakeholders sobre a reforma administrativa local

proximidade administrativa e/ou política e a participação pública, assim como a integridade territorial o respeito pela diversidade e cultura locais. De acordo com os resultados os contextos locais emergem para potenciar a respostas locais, e não ao nível de princípios gerais, e por vezes acentuam dinâmicas e representações locais que devem ser tidas em consideração na implementação da reforma. O município de Díli salienta-se até pelo nível de conhecimento da reforma, dos Modelos associados e dos instrumentos, o que permite enquadrar formas diferenciadas para a reforma administrativa local, até para evitar redundâncias de recursos e conflitos de interesses e representação. A Figura 5.5 apresenta a síntese reflexiva do resultado do instrumento 1 efectuado aos stakeholders.

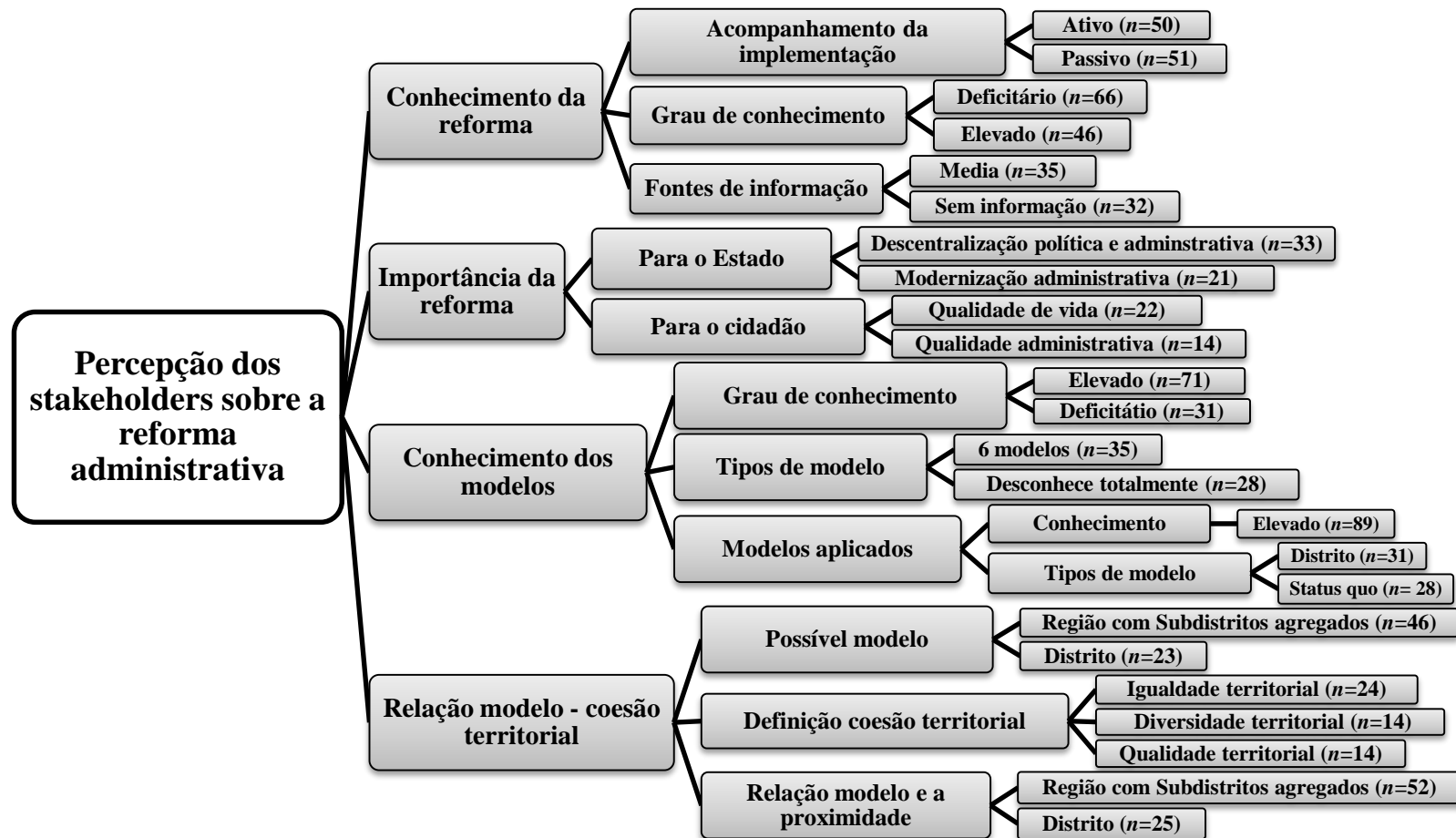


Figura 5.5: Árvore das categorias mais salientadas para a síntese reflexiva

***6. ANÁLISE DOS RESULTADOS 2:
AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO E
EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO
SOBRE A REFORMA
ADMINISTRATIVA LOCAL***

6.1 Caracterização da Amostra

De acordo com o descrito no capítulo 4, e procurando a avaliação da percepção e expectativas da população à reforma político-administrativa municipal, foi construído um instrumento de análise composto por um questionário, o qual foi aplicado a 600 indivíduos maiores de idade, distribuídos por quatro municípios previamente seleccionados.

A distribuição dos inquiridos está patente na Tabela 6.1, para os quatro municípios considerados representativos da população de Timor-Leste.

Para além dos critérios de distribuição geográfica e de representação demográfica diversa dos quatro municípios considerados, é ainda possível atribuir aos municípios características distintivas, do ponto de vista etnográfico e cultural, de interioridade/litoralidade, de características urbano/rurais, dos sectores de actividades mais representativos, do nível de associativismo e das organizações ligadas à igreja, do nível de infraestruturação e acessibilidade. Estes forçadores territoriais potencialmente emergem nas respostas nos inquiridos. Assim, em termos de síntese é possível considerar as seguintes características para os municípios:

Aileu – município interior e montanhoso, com dificuldade de acesso a vários postos administrativos, dependente da agricultura e pecuária de subsistência, onde domina o grupo etnolinguístico *manbae*, com características agrárias conservadoras, onde o associativismo é escasso e onde as instituições ligadas à igreja católica são referenciais;

Bobonaro – município de interior e de fronteira, com dificuldade de acesso a alguns postos administrativos, com duplicidade urbano/rural, dependente da agricultura e do comércio tradicional, onde dominam os grupos etnolinguísticos *kemak* e *bunak*, onde o associativismo relacionado com a agricultura e o comércio está presente e onde as instituições ligadas à igreja são referenciais;

Baucau – município litoral, mais distante da capital Díli, onde dominam os grupos etnolinguísticos *makasae*, *midiki* e *wai-ma'a* com características agrárias produtivas, onde o associativismo relacionado com a actividade comercial está bem estabelecido, onde se verifica um dinamismo económico e cooperativo, onde as instituições ligadas à igreja católica são referenciais;

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Díli – município urbano, litoral, onde se localiza a capital do país, onde não há domínio de grupos etnolinguísticos, com uma dinâmica populacional de imigração, muito baseado no sector terciário, onde se verifica um dinamismo económico e associativo, marcado por um nível superior de infraestruturação e pela concentração de equipamentos públicos e privados.

Tabela 6.1: Inquiridos por Municípios

<i>Número</i>	<i>Município</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Percentagem válida</i>	<i>Percentagem cumulativa</i>
<i>1</i>	Aileu (A)	50	8,3	8,3	8,3
<i>2</i>	Baucau (Ba)	130	21,7	21,7	30,0
<i>3</i>	Bobonaro (Bo)	110	18,3	18,3	48,3
<i>4</i>	Díli (D)	310	51,7	51,7	100,0

Conforme indicado anteriormente a repartição da amostra faz-se entre 58% de inquiridos do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Na Tabela 6.2 aparece a distribuição não intencional da amostra pelos 18 Postos Administrativos dos municípios tomados.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Tabela 6.2: Inquiridos por Posto Administrativo

<i>Número</i>	<i>Postos Administrativos</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Percentagem válida</i>	<i>Percentagem cumulativa</i>
<i>1</i>	Aileu Vila (A)	17	2,8	2,8	2,8
<i>2</i>	Atabae (Bo)	20	3,3	3,3	6,2
<i>3</i>	Balibo (Bo)	20	3,3	3,3	9,5
<i>4</i>	Baucau Vila (Ba)	43	7,2	7,2	16,7
<i>5</i>	Bobonaro (Bo)	22	3,7	3,7	20,3
<i>6</i>	Cailaco (Bo)	20	3,3	3,3	23,7
<i>7</i>	Cristo Rei (D)	74	12,3	12,3	36,0
<i>8</i>	Dom Aleixo (D)	91	15,2	15,2	51,2
<i>9</i>	Laga (Ba)	14	2,3	2,3	53,5
<i>10</i>	Laulara (A)	13	2,2	2,2	55,7
<i>11</i>	Lequidoe (A)	6	1,0	1,0	56,7
<i>12</i>	Maliana (Bo)	28	4,7	4,7	61,3
<i>13</i>	Na'i-Feto (D)	77	12,8	12,8	74,2
<i>14</i>	Quelicaí (Bo)	38	6,3	6,3	80,5
<i>15</i>	Remexio (A)	14	2,3	2,3	82,8
<i>16</i>	Vemasse (Ba)	14	2,3	2,3	85,2
<i>17</i>	Venilale (Ba)	21	3,5	3,5	88,7
<i>18</i>	Vera Cruz (D)	68	11,3	11,3	100,0

Dado que os inquiridos considerados na amostra eram representados pelos indivíduos maiores de 17 anos, obteve-se a distribuição etária que consta na Tabela 6.3.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Tabela 6.3: Inquiridos por faixa etária

<i>Número</i>	<i>Idade</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Percentagem válida</i>	<i>Percentagem cumulativa</i>
<i>1</i>	17-19	16	2,7	2,7	2,7
<i>2</i>	20-34	212	35,3	35,3	38,0
<i>3</i>	35-44	153	25,5	25,5	63,5
<i>4</i>	45-54	116	19,3	19,3	82,8
<i>5</i>	55-64	64	10,7	10,7	93,5
<i>6</i>	+65	39	6,5	6,5	100,0

É de salientar que aproximadamente 90% da amostra é representada pela população produtiva (entre os 20 e os 65 anos), a qual representa 54% da população de Timor-Leste (DNE, 2010).

Pretendendo identificar a relação temporal entre os envolvidos e os serviços da administração inquiriu-se sobre o tempo de residência, tendo ressaltado que cerca de 70% da população residia nos locais há mais de 20 anos.

Na Tabela 6.4 aparece representado o grau de instrução dos inquiridos, onde sobressaiu o grupo que não possuía um grau de escolaridade completo, ou não frequentou qualquer grau de instrução, com 41,5% da amostra. Este facto foi determinante para o desenho e aplicação do instrumento de análise, como realçado no capítulo 4.

Tabela 6.4: Inquiridos por grau de instrução

<i>Número</i>	<i>Instrução</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Percentagem válida</i>	<i>Percentagem cumulativa</i>
<i>1</i>	Sem instrução	249	41,5	41,5	41,5
<i>2</i>	Ensino básico	117	19,5	19,5	61,0
<i>3</i>	Ensino secundário	159	26,5	26,5	87,5
<i>4</i>	Frequência universitária/bacharelato	31	5,2	5,2	92,7
<i>5</i>	Ensino superior	39	6,5	6,5	99,2

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Procurando caracterizar a população inquirida, aparece expressa na Tabela 6.5 representação por profissão ou ocupação principal, onde se salientam os trabalhadores domésticos, com 189 inquiridos, a qual expressa a ocupação informal da maioria das mulheres. Ressalta ainda a importância dos trabalhadores agrícolas/rurais e dos negociantes rurais o que demonstra a relevância da agricultura e pecuária tradicional para a subsistência familiar. Os funcionários públicos e os trabalhadores agrícolas/rurais estão maioritariamente representados pelo sexo masculino.

Tabela 6.5: Inquiridos por profissão

<i>Número</i>	<i>Profissão</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem válida</i>	<i>Porcentagem cumulativa</i>
<i>1</i>	Cargos de direcção e chefia	9	1,5	1,5	1,5
<i>2</i>	Empresários e proprietários rurais	6	1,0	1,0	2,5
<i>3</i>	Quadros superiores e profissionais liberais	2	0,3	0,3	2,8
<i>4</i>	Funcionários públicos com qualificação intermédia	81	13,5	13,5	16,3
<i>5</i>	Trabalhador agrícola/rural	71	11,8	11,8	28,2
<i>6</i>	Desempregado	43	7,2	7,2	35,3
<i>7</i>	Doméstica	189	31,5	31,5	66,8
<i>8</i>	Estudante	33	5,5	5,5	72,3
<i>9</i>	Negociante rural	89	14,8	14,8	87,2
<i>10</i>	Reformado	46	7,7	7,7	94,8
<i>11</i>	Outras	31	5,2	5,2	100,0

6.2 Procedimentos Para a Análise de Dados

Passaremos seguidamente a descrever os resultados encontrados para cada grupo de questões colocadas aos entrevistados, para seguidamente valorizar as relações com as categorias dos indicadores socioeconómicos (particularmente aqueles que têm relações significativas com base nos dados da Crosstab do software SPSS®). Assim foram identificados dois indicadores sociodemográficos principais, ou seja, os indicadores desagregados que incluem os variáveis “sexo” e “instrução” com valores de expressão territorial apresentados pelo resultado de Crosstab. Cada uma destas relações abrangem categorias como foram definidas no rótulo do programa SPSS®.

6.2.1 Recursos do município

Fazem parte dos recursos municipais a qualidade de lugar onde vive, a função dos recursos disponíveis, os equipamentos e as infra-estruturas existentes e os serviços públicos prestados pelas autarquias locais. Quando questionados sobre a qualidade de lugar os respondentes deram as respostas que constam na Tabela 6.6.

Tabela 6.6: A percepção da população sobre a qualidade de lugar

<i>Número</i>	<i>Qualidade</i>	<i>N</i>	<i>F</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Qualificação</i>			
					<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>
<i>1</i>	Bonito/Atrativo	600	311	51,8	0	5	1,68	1,162
<i>2</i>	Tranquilo	600	259	43,2	0	5	2,10	1,054
<i>3</i>	Familiar/Tradicional	600	188	31,3	0	4	1,08	1,214
<i>4</i>	Religioso	600	150	25	0	5	1,28	1,333
<i>5</i>	Rico com valores	600	196	32,7	0	7	1,62	1,414
<i>6</i>	Acolhedor	600	145	24,2	0	5	1,28	1,310
<i>7</i>	Bom clima	600	118	19,7	0	3	0,97	1,219

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Relativamente à forma como percebem o local de residência é de salientar a qualificação atribuída ao lugar como Bonito/Atractivo e Tranquilo, o que traduz uma valorização das condições de amenidade, a que se associam características de vivência familiar com valores tradicionais. Há assim uma adesão dos inquiridos ao lugar de vida e de relações com a terra, com a família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos exteriores.

Quando se analisam os resultados para a qualidade de bonito/attractivo, observa-se que é no município de Díli que esta classe é mais valorizada, do total amostra seleccionada, sendo que 33% dos homens e quase 45% das mulheres têm esta percepção. Quando se utiliza o indicador sexo do conjunto da amostra, verifica-se que este não é determinante dado ao nível das respostas de adesão (município de Bobonaro 30% do sexo masculino, 33% do sexo feminino; Baucau, 19% homens e 31,5% mulheres; Aileu, 18% homens e 14% mulheres).

Relativamente à relação das categorias do sexo com a categoria tranquilo, verifica-se que esta percepção é mais valorizada pelas mulheres que pelos homens (Baucau, 31,5% homens e 53% mulheres; Díli, 35% homens e 48% mulheres; Aileu, 28% homens e 48% mulheres; Bobonaro, de 110 das amostras seleccionadas, 31% homens e 42% mulheres).

A qualidade do município - rico com valores -, apresenta o maior desvio padrão para as respostas consideradas, e a que corresponde uma pontuação máxima de 7. Os resultados evidenciam respostas mais positivas pelas mulheres (Díli, 25% do sexo masculino e 38% do sexo feminino; Bobonaro, 25,5% de homens e 30% de mulheres; Aileu, 22% do sexo masculino e 28% do sexo feminino; Baucau, 17% de homens e 25% de mulheres).

Relativamente ao indicador grau de instrução em função das qualidades do lugar, os dados mostraram que é a categoria sem grau de instrução que mais valoriza a tranquilidade do local de residência. A qualificação do local de residência como bonito não parece determinada pelo indicador grau de instrução, dado que há variações municipais entre a representação das categorias sem grau de instrução e com o ensino secundário.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Relativamente à relação entre as categorias do grau de instrução e a qualidade local de município rico e com valores, os resultados mostram que esta qualidade é mais percebida pelo grupo de inquiridos sem grau de instrução (Bobonaro, 26,5%; Díli, 24,5%; Aileu, 26% e Baucau, 22%).

Quando questionados sobre os recursos disponíveis no município de residência os inquiridos valorizaram a qualidade dos recursos hídricos disponíveis, os empregos e a qualidade dos recursos para a agricultura (Tabela 6.7).

Tabela 6.7: Percepção da população sobre a função dos recursos do município disponíveis

<i>Número</i>	<i>Recursos</i>	<i>N</i>	<i>F</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Qualificação</i>			
					<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>
<i>1</i>	Com empregos	600	233	38,8	0	6	1,87	1,291
<i>2</i>	Com boas culturas	600	223	37,2	0	5	1,54	1,245
<i>3</i>	Com bom gado	600	144	24	0	5	1,23	1,314
<i>4</i>	Com boa água	600	244	40,7	0	7	1,90	1,311
<i>5</i>	Com alimento para todos	600	190	31,7	0	5	1,65	1,296
<i>6</i>	Com boa floresta	600	121	20,2	0	4	1,01	1,263
<i>7</i>	Com bom ar	600	117	19,5	0	4	0,79	1,160

Esta construção do território, como lugar de vida e de relações entre pessoas, parece determinada pelas características naturais (água, solo, potencial agrícola), representando relações cognitivas entre a rede local e o meio, o qual permite assegurar alimento para todos e emprego.

Quando se avaliam as categorias dos recursos com os indicadores socioeconómicos mais relevantes verifica-se que as variáveis do sexo e do grau de instrução são marcantes no coeficiente de correlação. O sexo feminino valoriza mais o acesso a boa água que os inquiridos homens (Baucau, 43% e 24%; Díli, 42% e 26%; Aileu, 36% e 22%), com excepção do município de Bobonaro (29% para ambos os sexos), em resultado da dificuldade de acesso a recursos hídricos subterrâneos.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Quanto à relação entre as categorias do sexo e o emprego disponível, o resultado mostra que o sexo feminino genericamente considera que o local onde vive proporciona empregos, apesar de se verificarem assimetrias entre os quatro municípios (Baucau, 54,6% do sexo feminino e 22,3% do sexo masculino; Bobonaro, 45,5% e 33%; Díli, 41% e 18%; Aileu, 24% e 14%, respectivamente). Este resultado parece expressar a importância de emprego feminino associado ao comércio tradicional e à agricultura, assim como, as baixas expectativas dos homens de acederem ao funcionalismo público.

No que concerne à relação entre as categorias do sexo e o potencial de boas culturas, os resultados mostram que, nos quatro municípios as mulheres valorizam mais este recurso que os inquiridos homens (Aileu, 40% são feminino, 28% pelo sexo masculino; Bobonaro, 45% e 34%; Baucau, 41% e 29%; Díli, 25% e 23%, respectivamente). Verifica-se que, genericamente, há uma maior preocupação por parte deste grupo em função do maior envolvimento nas actividades produtivas ligadas à agricultura. Os valores inferiores do município de Díli mostram naturalmente o menor potencial agrícola do município, relativamente aos restantes municípios.

A relação entre as categorias do grau de instrução e o acesso a boas culturas mostra que só em Díli por ser mais urbano, não é valorizado de forma expressiva este acesso por qualquer dos grupos. Nos restantes municípios é a categoria de sem grau de instrução que mais valoriza este recurso (Baucau, com 45% do grupo sem grau de instrução; Bobonaro, 39%; Aileu, 36%).

No que toca à relação entre as categorias do sexo e o acesso a bons alimentos para todos, verifica-se que genericamente há uma maior preocupação por parte das mulheres na suficiência alimentar da família. No município de Bobonaro as respostas dos inquiridos do sexo feminino e masculino equivaleram-se com um baixo valor (25%), o que parece contraditório dado o potencial orizícola do município.

As preocupações no acesso a boa água para consumo foram especialmente valorizadas pela categoria dos inquiridos sem grau de instrução, com valores entre 38% em Baucau e 18% em Aileu, revelando a dependência relativamente aos recursos com meio subsistência na economia familiar.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

A relação entre as categorias do grau de instrução e o acesso a emprego mostra que em Bobonaro e em Baucau o grupo sem grau de instrução é o que considera de forma mais favorável o acesso ao emprego. Nos municípios de Aileu e de Díli o emprego não aparece como um recurso presente, com valores inferiores aos dos outros dois municípios, e em que esta falta de emprego está patente em diferentes categorias do grau de instrução (Díli, o grupo sem grau de instrução com 26,5%, ensino secundário com 22,5% e o grupo com ensino básico com 14%; Aileu, o grupo sem grau de instrução com 14% e o grupo com ensino secundário com cerca 10%).

Quando questionados sobre a disponibilidade e acesso a infra-estruturas e equipamentos os inquiridos deram as respostas que constam na Tabela 6.8.

Tabela 6.8: Percepção da população sobre os equipamentos e as infra-estruturas disponíveis

Número	Equipamentos e infraestruturas	N	F	Percentage m	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Boas estradas	600	202	33,7	0	5	1,61	1,339
2	Boas casas	600	210	35	0	4	1,79	1,248
3	Boas escolas	600	190	31,7	0	5	1,70	1,321
4	Bom hospital/posto médico	600	197	32,8	0	5	1,60	1,331
5	Bom abastecimento de água e energia	600	186	31	0	7	1,70	1,339
6	Bons espaços públicos ou de convívio	600	128	21,3	0	5	0,90	1,194
7	Bons mercados e lojas	600	121	20,2	0	5	0,69	1,103

Observa-se um posicionamento aberto dos inquiridos, dado que se encontram valores muito semelhantes para os cinco primeiros tópicos e com uma percentagem de selecção no intervalo entre 31 e 35%. Pelo contrário, só um número limitado de inquiridos assinala para as localidades de residência o acesso a bons espaços públicos ou de convívio, assim como a existência do bons mercados e lojas, o que é confirmado pelo baixo valor da média de qualificação (<1).

Quando se avalia o acesso a boas estradas, de acordo com o sexo, os resultados mostram que as mulheres valorizam menos a falta destas infraestruturas, relativamente

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

aos homens (Baucau, 45% e 22%; Aileu, 34% e 18%; Díli, 30% e 26%; Bobonaro, 35% e 34%). Estes resultados demonstram ainda uma diferenciação territorial entre os municípios mais urbanos (Díli e Bobonaro), com percepções próximas para ambos os sexos e os municípios mais rurais (Baucau e Aileu), com respostas mais diferenciadas segundo o sexo. Ao se analisar o acesso a vias em função das categorias do grau de instrução, observa-se que esta relação não existe.

A relação entre o indicador sexo e a existência de boas casas mostra que nos quatro municípios, os inquiridos mulheres valorizam mais este recurso que os inquiridos homens (Baucau, 45% e 29%; Bobonaro, 42% e 28%; Aileu, 40% e 24%; Díli 32% e 25%).

Quanto à relação entre as categorias do grau de instrução e a existência de boas casas, os dados mostram que o grupo sem grau de instrução é o que mais valoriza este recurso, como nos municípios de Bobonaro, Baucau e Aileu (40%, 41% e 36%, respectivamente), para no município de Díli este tópico é menos valorizado e com valores próximos para as diferentes categorias (sem grau de instrução, com ensino básico, com ensino secundário).

No que respeita à relação entre o sexo e o acesso a boas escolas, esta tem mais significado nos municípios de Aileu e de Díli, na qual os inquiridos do sexo feminino valorizam mais este tópico que o sexo masculino (Aileu, 52% e 26%; Díli, 35% e 25%). Nos municípios de Bobonaro e de Baucau as respostas dos inquiridos de ambos os sexos são inferiores.

No que concerne à relação entre as categorias do grau de instrução e o tópico de acesso a boa escola, os resultados mostram que os inquiridos no município de Baucau se destacam, apresentando valores superiores aos restantes municípios, nomeadamente nos inquiridos sem grau de instrução (46%).

No que diz respeito ao acesso a bom hospital/posto médico, os resultados mostram que a categoria sexo feminino valoriza mais este tópico que o sexo masculino, assim como o grupo sem grau de instrução. Verifica-se ainda que são os municípios mais rurais de Aileu e Baucau que apresentam uma melhor valorização deste recurso em comparação com os municípios de Díli e Bobonaro.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

No que concerne à relação entre as categorias do sexo e o acesso a bons abastecimentos de água e de energia eléctrica, nos municípios mais urbanos de Díli e Bobonaro os resultados são independentes, contrariamente aos municípios com características mais rurais de Baucau e Aileu, onde a valorização dos inquiridos do sexo feminino é superior. Quando se observa a relação entre as categorias do grau de instrução e o acesso a bons abastecimentos de água e de energia eléctrica não existem diferenças entre os municípios, sendo tendencialmente os inquiridos sem grau de instrução os que apresentam respostas mais favoráveis.

Os resultados obtidos mostram uma construção social do território de acordo com o acesso a infraestruturas e equipamentos, com desigualdades, que variam à escala local em função de características naturais e das condições de uso e ocupação do solo mais rurais ou urbanas. Verifica-se ainda que a valorização dos recursos territoriais é superior nas mulheres, em comparação com os homens, bem como pelo grupo sem grau de instrução; esta tendência é igualmente marcada pelas características urbanas. O acesso a água e energia eléctrica parece traduzir um tópico transversal às comunidades, independente de outros indicadores.

Quando questionados sobre a qualidade dos serviços públicos no município de residência os inquiridos valorizaram sobretudo três aspectos – qualidade da administração, qualidade dos serviços prestados por médicos, enfermeiros e parteiras, e a qualidade dos serviços de educação, como aparecem representadas na Tabela 6.9.

É de salientar que a qualidade da segurança pública é a que revela menor valorização, quer envolvendo o policiamento, quer a resposta de emergência. Demonstra-se, assim, a baixa capacitação institucional ao nível destes serviços públicos.

Relativamente à relação entre as categorias do indicador sexo e a qualidade dos serviços da administração, esta é mais valorizada pelas mulheres, em relação aos homens (Baucau, 52% e 28%; Bobonaro, 44% e 37%; Díli, 42% e 31%; Aileu, 42% e 26%, respectivamente). Quando se avaliam as respostas por grau de instrução, verifica-se que a qualidade da administração é essencialmente valorizada pelo grupo sem grau de instrução, verificando-se igualmente uma valorização dos inquiridos com o ensino secundário em Díli, facto que parece resultar da maior representatividade deste grupo no município.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Tabela 6.9: Percepção da população sobre a qualidade de serviços públicos

<i>Número</i>	<i>Serviços públicos</i>	<i>N</i>	<i>F</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Qualificação</i>			
					<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>
<i>1</i>	Bom policiamento	600	135	22,5	0	5	0,90	1,216
<i>2</i>	Boa administração	600	255	42,5	0	5	2,12	1,204
<i>3</i>	Bons médicos, enfermeiros e parteiras	600	240	40	0	5	2,04	1,147
<i>4</i>	Bons professores	600	191	32	0	5	1,74	1,285
<i>5</i>	Bom desempenho do Conselho tradicional	600	180	30	0	5	1,28	1,262
<i>6</i>	Bons transportes e táxis	600	151	25,2	0	6	1,19	1,318
<i>7</i>	Bons serviços de bombeiros	600	97	16,2	0	5	0,74	1,175

Quanto à relação entre as categorias do sexo e a qualidade dos serviços prestados quer pelos médicos/enfermeiros/parteiras, quer pelos professores, mostra-se uma diferenciação entre os municípios mais urbanos (Díli e Bobonaro) relativamente a Baucau e Aileu. Nos primeiros municípios não há grande diferença entre a percepção de mulheres e homens com valores de aceitação moderados (entre 45,5% e 27%), mas nos municípios com características mais rurais, as diferenças entre os sexos diferenciam-se (41% e 18%), com pior valorização da qualidade dos serviços. Estes resultados contrariam as expectativas de que as mulheres valorizariam mais estes serviços relativamente aos homens, o que parece indicar que a qualidade destes serviços se constituem com transversais à sociedade timorense, mas diferenciando o contexto urbano/rural.

Quando se analisam os resultados da qualidade dos serviços prestados quer pelos médicos/enfermeiros/parteiras, quer pelos professores, de acordo com o grau de instrução verifica-se ainda uma diferenciação municipal de acordo com a predominância urbana ou rural. Assim, a qualidade dos serviços nos municípios de Díli e Bobonaro é essencialmente valorizado por dois grupos (sem grau de instrução e com ensino

secundário), contrariamente a Baucau e Aileu onde os serviços são mais valorizados pelo grupo sem grau de instrução.

Assiste-se, assim, a uma diferenciada construção do território a partir dos sistemas estruturantes, como são a educação e a saúde, em função das características naturais e de indicadores sociais.

No conjunto das questões sobre os recursos disponibilizados a nível local é possível considerar que genericamente as respostas obtidas são abertas, com frequências inferiores a 50%, e caracterizadas por valores médios no intervalo [0,69; 2,12], sendo os valores de máxima qualificação – 7 – sido obtidos para o local de residência rico com valores, com boa água e com abastecimento de água e energia eléctrica. Os indicadores de sexo e grau de instrução parecem ainda genericamente condicionar a apreciação, sendo que as mulheres e o grupo sem grau de instrução apresentam a maior valorização dos recursos naturais locais. Observa-se ainda uma distinção na valorização dos recursos e da qualidade dos serviços disponibilizados entre os municípios com características mais urbanas (Díli e Bobonaro) e os municípios mais rurais e homogéneos no uso e ocupação do solo (Baucau e Aileu).

Na Figura 6.1 procura-se sintetizar de forma gráfica os resultados em função de: (1) qualidade de lugar, valorização dos recursos, acesso a equipamentos/infraestruturas e serviços prestados; (2) factores condicionantes da valorização; (3) da expressão dos valores ou visão.

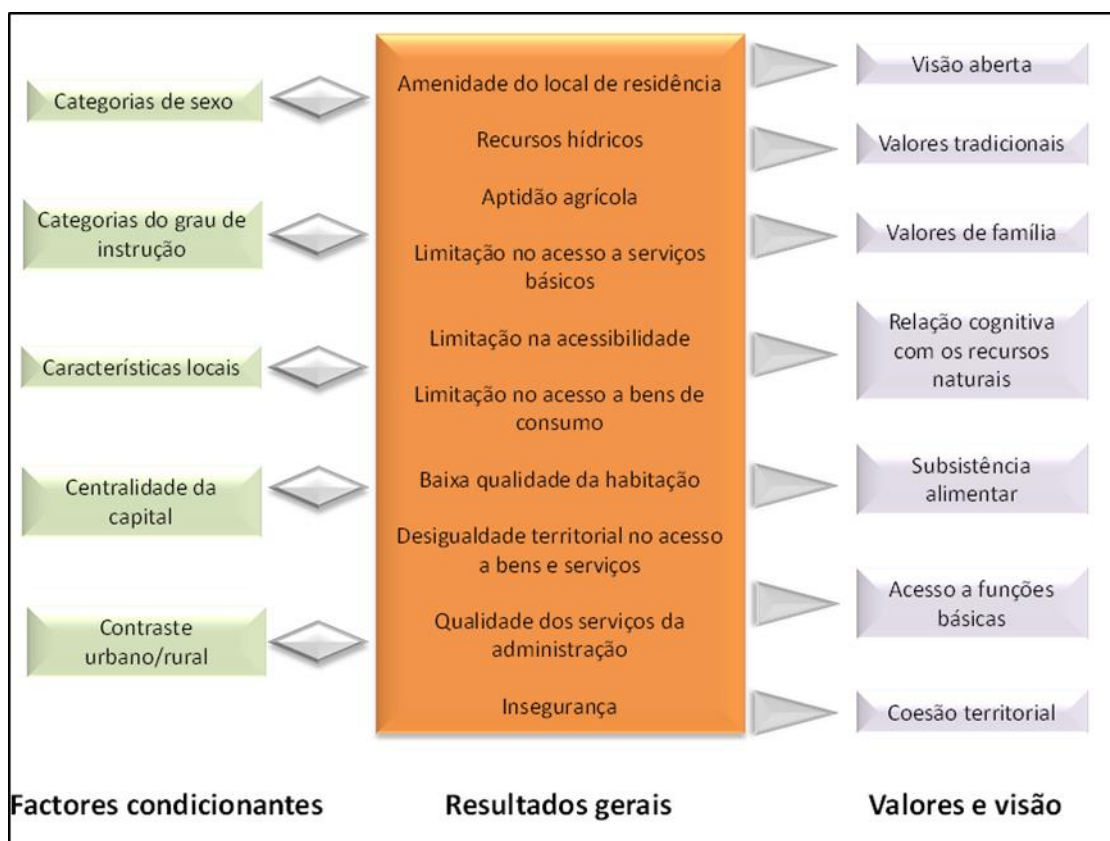


Figura 6.1: Síntese dos resultados em função dos recursos do município

6.2.2. Desempenho da administração e dos seus representantes

Após a análise sobre a percepção dos inquiridos sobre os recursos e serviços disponíveis à escala local, passamos a descrever o desempenho da administração e dos seus representantes. Nesta secção, apresentam-se os resultados dos estudos que dizem respeito às questões de serviços da administração local, as funções dos representantes da administração local e a proximidade dos cidadãos à administração local.

Quando os inquiridos foram chamados a pronunciar-se sobre as competências do administrador, observou-se um posicionamento aberto dos inquiridos (Tabela 6.10), repartindo maioritariamente a selecção entre questões eminentemente administrativas (administra e mantêm a ordem pública; manda na polícia e nos funcionários), nomeadamente relacionadas com a segurança e com o funcionamento da administração local, e em questões de resposta técnica por parte dos serviços públicos (organizar reuniões com técnicos do governo e as associações; fazer obras nas estradas e nas

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

fontes/poços). A dispersão dos resultados, mostra a influência da repartição da selecção, com frequência igual ou inferior a 42%, o que se traduz por uma valorização das diferentes competências com valores inferiores a 2.

Tabela 6.10: Competências dos representantes administrativos e/ou políticos da administração local

Número	Competências	N	F	Percentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Dar emprego aos funcionários	600	135	22,5	0	5	0,84	1,207
2	Administra e mantém a ordem pública	600	246	42	0	4	1,98	1,105
3	Organizar reuniões com técnicos do governo e as associações	600	240	40	0	4	1,89	1,147
4	Organizar festas e desfiles	600	125	20,8	0	5	1,00	1,258
5	Manda na polícia e nos funcionários	600	190	31,7	0	5	1,64	1,261
6	Fazer obras nas estradas e nas fontes/poços	600	190	31,7	0	6	1,70	1,294
7	Apoiar as escolas e os Centros Médicos	600	106	17,7	0	5	0,96	1,309

É de salientar nestas respostas a baixa relação evidenciada entre as competências da administração com os serviços de educação e saúde (valor médio <1 de selecção), configurando que os inquiridos consideram que estes domínios de actuação devem ser exercidos por outros níveis da administração, nomeadamente pelo governo central.

A análise dos resultados mostra ainda que, em todos os municípios, são as mulheres ou o grupo com menor grau de instrução, que mais valorizam a competência da administração para manter a ordem pública.

Quanto à segunda competência mais valorizada - organizar reuniões com técnicos do governo e as associações – são igualmente as mulheres e o grupo com menor grau de instrução que mais valorizam esta competência.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Regista-se contudo que é no município de Díli, eventualmente pela característica mais urbana e dados os maiores índices de criminalidade que se regista uma menor diferenciação entre sexos e entre os grupos com níveis de instrução, relativamente à competência de mandar na polícia e nos funcionários.

Esta última selecção quando associada às respostas para a competência de administrar e manter a ordem pública, salienta que os inquiridos valorizam as questões de segurança pública ao nível local, o que eventualmente traduz níveis elevados de insegurança sentidos pela população. As competências associadas a aspectos técnicos da administração - fazer obras nas estradas e nas fontes/poços, são mais valorizadas pelas mulheres e pelo grupo com sem grau de instrução; somente no município de Díli, e em função da maior representação do grupo com superior grau de instrução, esta repartição é mais alargada.

Em seguida, descrevem-se os resultados sobre a representação simbólica do administrador. Os dados que constam na Tabela 6.11 ilustram o papel de mediação e de proximidade atribuída ao administrador, dada a selecção elevada de funções como - representa os cidadãos e faz a ligação entre o governo e as populações.

Tabela 6.11: Percepção da população sobre as funções do representante da administração local

Número	Funções	N	F	Percentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	É o funcionário mais importante	600	111	18,5	0	5	0,70	1,136
2	Representa o Estado e Governo	600	170	28,3	0	5	1,30	1,310
3	Representa os cidadãos	600	259	43,2	0	5	2,19	1,263
4	Representa a moral e os bons costumes	600	222	37	0	5	1,57	1,226
5	Fazer ligação entre o governo e as populações	600	255	42,5	0	5	2,11	1,248
6	Fazer ligação com a Igreja e as Associações	600	204	34	0	5	1,41	1,248
7	Fazer pedido de apoio à administração e ao governo	600	111	18,5	0	5	0,72	1,125

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Estas competências atribuem genericamente ao administrador uma representação elevada ao nível local, superando a mera qualificação de executor administrativo, como é evidenciado pela menor representação das funções - é o funcionário mais importante ou e tem como função fazer o pedido de apoio à administração e ao governo.

Quando se avalia a relação entre as categorias sexo e as funções do administrador, os resultados mostram valores muito semelhantes entre a representação para as mulheres para os homens; a análise entre as categorias do grau de instrução e as funções do administrador, parecem ter respostas semelhantes entre os diferentes grupos, sendo apenas determinados pelo número de inquiridos de cada grupo. Não se observam ainda diferenças entre os municípios com características mais urbanas ou rurais.

Quando questionados sobre a proximidade administrativa e/ou política no município de residência os inquiridos demonstram proximidade ao administrador assim como dos funcionários da administração (conheço o Administrador há muitos anos e conheço muitos funcionários da administração), como consta na Tabela 6.12.

Tabela 6.12: Percepção da população sobre a proximidade administrativa

Número	Proximidade	N	F	Porcentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Conheço o Administrador há muitos anos	600	237	36,8	0	7	1,81	1,248
	Conheço muitos funcionários da administração	600	256	42,7	0	5	1,94	1,140
3	Já fui a reuniões da administração	600	242	39,5	0	5	1,90	1,228
4	Já fiz pedidos directos ao Administrador	600	221	40,3	0	5	1,92	1,163
5	Já contactei os funcionários da administração	600	133	22,2	0	4	1,10	1,270
6	Nunca necessitei de contactar a administração	600	97	16,2	0	4	0,78	1,178
7	Nunca contactei a administração	600	68	11,3	0	5	0,55	1,081

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Contudo, quando se avalia a proximidade em relação à eficácia para a resolução de problemas, os inquiridos valorizam essencialmente o papel do administrador relativamente aos outros funcionários da administração.

Em termos genéricos é ainda possível salientar que as relações com a administração parecem decorrer de acções efectivas face-a-face e com alguma regularidade (já fui a reuniões da administração; já fiz pedidos directos ao Administrador; já contactei funcionários da administração) demonstrando-se assim a interacção entre os inquiridos e a administração, por oposição aos baixos valores encontrados para as opções de menor proximidade administrativa (nunca necessitei de contactar a administração; nunca contactei a administração).

Quando se avalia a relação entre as categorias do indicador sexo e a proximidade administrativa, observam-se respostas semelhantes entre homens e mulheres, obtendo-se para o município de Aileu o menor reconhecimento do Administrador por parte de ambos os grupos. Por exemplo, a opção de proximidade - já fui a reuniões da administração, tem resposta semelhantes entre municípios, quer para o sexo, como para o grau de instrução. O outro resultado que se mostra diferenciador entre municípios resulta das respostas sobre - já fiz pedidos directos ao Administrador, onde os inquiridos em Baucau apresentaram menores valores de escolha, o que parece indiciar uma menor proximidade. A conjugação destas respostas parece evidenciar menor proximidade administrativa em função das características menos urbanas dos municípios de Aileu e Baucau, ou isolamento geográfico (orografia) mais acentuada.

Em síntese pode-se afirmar que os inquiridos têm um posicionamento positivo e aberto sobre as competências da administração local, relacionando-as por exemplo com questões de segurança pública e de resposta a questões básicas de serviço público em detrimento de outras competências, como de educação e saúde, as quais parecem remetidas para níveis superiores da administração. Observa-se ainda um posicionamento estratificado sobre os diferentes níveis da administração, relegando nomeadamente as questões relacionadas com a educação e saúde para níveis superiores.

A representação simbólica do administrador parece ser independente das categorias da população, embora o grau de proximidade pareça ser influenciado pelas características urbano/rural dos municípios e de acessibilidade.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Na Figura 6.2 estão sintetizados os resultados sobre a visão e competências atribuídas à administração local, e os factores condicionantes desta apreciação e os valores e visão decorrentes.



Figura 6.2: Representação gráfica das funções e representações da administração

6.2.3. Expectativas da população sobre a missão/actuação futura da administração local

Inclui esta parte as expectativas dos cidadãos sobre a missão actual da administração local, a missão futura da administração local, a melhoria dos serviços públicos e a gestão financeira dos municípios. Em seguida avaliam-se as respostas dos inquiridos sobre as expectativas de acção da administração local em resultado da reforma administrativa (Tabela 6.13).

As expectativas de relacionamento e resolução da administração local parecem genericamente ser independentes do município, do sexo e do grau de instrução.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Salienta-se contudo no município de Bobonaro uma expectativa na administração para resolver os títulos de propriedade, testemunhando os conflitos relacionados com a ocupação de terrenos por novos habitantes em áreas urbanas.

Tabela 6.13: Percepção da população sobre a missão actual da administração local

Número	Expectativas	N	F	Porcentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Gostava que o Administrador fosse da minha aldeia/vila/cidade	600	195	32,5	0	5	1,32	1,289
2	Gostava de ser funcionário da administração	600	146	24,3	0	5	1,12	1,279
3	Gostava de ir a mais reuniões na administração	600	155	25,8	0	5	1,21	1,270
4	Gostava que a administração tratasse dos assuntos mais rápido	600	258	43	0	6	1,98	1,235
5	Gostava que a administração pedisse menos documentos	600	191	31,8	0	4	1,37	1,262
6	Gostava que a administração resolvesse os títulos de propriedade	600	222	37	0	5	1,78	1,303
7	Gostava que a administração fosse mais próximo do povo	600	141	23,5	0	5	1,23	1,366

Avalia-se as expectativas específicas sobre a missão futura da administração. De acordo com os resultados, as opções seleccionadas evidenciam respostas abertas para as várias opções.

Parece existir algum reconhecimento das opções que valorizam o emprego (aumentar o número dos funcionários da administração; aumentar o emprego no turismo, serviços e indústrias) como aparecem representadas na Tabela 6.14.

As respostas ressaltam ainda a necessidade de melhorar o desempenho da administração (aumentar a competência dos funcionários públicos; aumentar a influência da administração junto do governo), bem como da prestação de serviços

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

(apoios à agricultura, floresta e criação de gados; melhorar os mercados e apoiar o comércio).

Tabela 6.14: Percepção da população sobre a missão/actuação futura da administração local

<i>Número</i>	<i>Expectativas</i>	<i>N</i>	<i>F</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Qualificação</i>			
					<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>
<i>1</i>	Aumentar o número dos funcionários da administração	600	205	34,2	0	5	1,34	1,280
<i>2</i>	Aumentar a competência dos funcionários públicos	600	193	32,2	0	5	1,75	1,289
<i>3</i>	A administração ser mais influente junto do governo	600	145	24,2	0	4	1,00	1,228
<i>4</i>	Aumentar o emprego no turismo, serviços e indústrias	600	221	36,8	0	6	1,96	1,291
<i>5</i>	Melhorar os apoios à agricultura, floresta e gados	600	158	26,3	0	6	1,44	1,348
<i>6</i>	Melhorar os mercados e apoiar os comércios	600	171	28,5	0	5	1,50	1,349
<i>7</i>	Organizar as reuniões nos bairros/aldeias para saber como melhorar a qualidade de vida das comunidades	600	126	21	0	5	1,01	1,302

No que diz respeito à relação entre a futura missão da administração e as categorias do sexo e grau de instrução, estas parecem ser independentes. Ressalta da análise que o município de Baucau, dadas as suas características rurais, apresenta uma menor valorização da opção de aumentar o emprego no turismo, serviços e indústrias. Por sua vez os resultados do município de Bobonaro evidenciam uma menor valorização da missão que envolva a melhoria dos mercados e apoiar o comércio, o que parece reflectir o elevado número de população no comércio tradicional neste município.

Passamos agora a avaliar o conjunto das expectativas da população sobre a prestação de serviços em função da implementação da reforma da administração local. Os resultados que transparecem na Tabela 6.15 fazem sobressair a educação e a saúde

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

como áreas nucleares que a administração municipal deverá reforçar, a que se associa em menor grau a melhoria das acessibilidades.

Tabela 6.15: Percepção da população sobre o melhoramento dos serviços públicos

Número	Serviços públicos	N	F	Percentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Melhorar as escolas	600	265	44,2	0	4	1,76	1,222
2	Melhorar os hospitais/centro médicos	600	293	48,8	0	5	1,85	1,077
3	Melhorar as estradas e pontes	600	219	36,5	0	5	1,74	1,284
4	Melhorar os cemitérios	600	148	24,7	0	7	1,14	1,277
5	Melhorar as praças e jardins	600	139	23,2	0	3	1,01	1,220
6	Melhorar o abastecimento de água e saneamento	600	174	29	0	5	1,45	1,305
7	Melhorar a distribuição de energia eléctrica	600	100	16,7	0	7	1,05	1,364

Ressaltam nos resultados os valores elevados de valorização da melhoria dos cemitérios e da distribuição da energia eléctrica (7), o que parece resultar de expectativas pontuais dos entrevistados. A melhoria do espaço público urbano, como função importante da administração municipal, é a opção menos valorizada e que apresenta um valor médio próximo de 1.

Quando se avaliam os resultados em relação às categorias do sexo, verifica-se que para a melhoria serviços prestados pelos hospitais/centro médicos e escolas existe uma maior valorização pelos inquiridos do sexo feminino, não se sentindo a diferenciação em termos territoriais. Os resultados encontrados para a melhoria das acessibilidades fazem salientar uma expectativa superior evidenciada pelo grupo das mulheres, mostrando que nos municípios mais rurais de Aileu e Baucau, o grupo dominante dos entrevistados sem grau de instrução, tem expectativas superiores quando comparado com os resultados obtidos em Díli e Bobonaro.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Quando se avalia a relação institucional com a administração municipal resultante da reforma administrativa é possível observar na Tabela 6.16 a elevada expectativa no envolvimento de atores, em oposição à visão imobilista (Fica tudo na mesma), a qual é somente referenciada por cerca de 16% dos inquiridos.

Tabela 6.16: Percepção da população sobre o relacionamento institucional

Número	Relacionamento institucional	N	F	Percentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Fica tudo na mesma	600	98	16,3	0	5	0,71	1,172
2	O Administrador é mais reconhecido pela central	600	121	20,2	0	5	0,94	1,250
3	Os Administradores actuais são chamados à Assembleia	600	266	44,3	0	5	2,26	1,263
4	Os Chefes tradicionais/justiça são chamados à Assembleia	600	296	49,3	0	4	2,18	1,155
5	As confissões religiosas estão representadas na nova Administração	600	192	32	0	5	1,29	1,244
6	As associações comunitárias estão representadas na nova Administração	600	239	39,8	0	7	1,43	1,216
7	As empresas privadas estão representadas na nova Administração	600	209	34,8	0	4	1,17	1,165

Os resultados demonstram igualmente que cerca de metade dos inquiridos consideram que a partilha entre os representantes políticos actuais e os representantes tradicionais constitui a melhor solução, mas evidenciando uma abertura a outros actores, como os representantes das associações comunitárias, representantes de associações privadas e representantes das confissões religiosas. Apesar da valoração de um modelo mais participado, os inquiridos parecem reconhecer que a reforma administrativa municipal não representa um acréscimo de reconhecimento junto da administração central.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Relativamente à relação entre sexo, nomeadamente sobre a chamada dos actuais administradores à Assembleia, os resultados mostram um equilíbrio de respostas entre Bobonaro e Baucau, em que os inquiridos de ambos os sexos valorizam de igual forma esta participação com valores em torno de 35%, enquanto para os municípios de Díli e Aileu os valores de referência são superiores a 45%, nomeadamente para os inquiridos do sexo feminino.

No que refere à relação entre o sexo e a participação dos Chefes tradicionais na futura Assembleia, os resultados mostram que as mulheres valorizam mais esta participação (valores sempre superiores a 40%), enquanto os valores para os homens variam entre 40% em Bobonaro e 22% em Aileu). Há assim um posicionamento de envolvimento que parece ocasionado por condições locais.

A relação entre a categoria do grau de instrução, e a pergunta relacionando os Administradores actuais na nova Assembleia Municipal, mostra que a resposta é transversal aos vários grupos, sendo função da representatividade municipal de cada grupo, e independente do município.

Quando se avaliam as respostas dos inquiridos sobre as expectativas de financiamento da administração local (Tabela 6.17) observa-se que cerca de um terço dos inquiridos considera que a reforma administrativa permite obter mais recursos, realizar mais obras, melhorar o funcionamento e apoiar os mais desfavorecidos.

Há assim, uma genérica visão positiva da reforma da administração local, no sentido institucional e das repercussões sociais, mas também no sentido estrito de captação de recursos para a realização de obras públicas (valor de qualificação médio de 2,34 e de valorização máximo de 7). Estes mesmos elementos contrastam com os valores inferiores relacionados com a aplicação de recursos financeiros para apoiar associações comunitárias e confissões religiosas.

A análise dos resultados por categorias de sexo mostram uma visão mais optimista pelas mulheres no que concerne à obtenção de mais recursos/dinheiro para a realização de muitas obras (valores superiores a 35%), sendo as respostas independentes do município e do grau de instrução.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Tabela 6.17: Percepção da população sobre financiamento local

Número	Gestão financeira	N	F	Percentagem	Qualificação			
					Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	Administração ter dinheiro para fazer muitas obras	600	236	39,6	0	7	2,34	1,405
2	Administração ter mais influência e dinheiro para fazer grandes obras	600	198	33	0	5	1,86	1,311
3	Administração consegue melhorar o seu funcionamento	600	202	33,7	0	5	1,82	1,237
4	Administração torna-se mais pequena e económica	600	151	25,2	0	4	1,08	1,245
5	Administração vai apoiar as associações comunitárias	600	115	19,2	0	5	0,87	1,219
6	Administração vai apoiar as confissões religiosas	600	124	20,7	0	5	0,86	1,179
7	Administração consegue apoiar os desfavorecidos	600	198	33	0	7	1,17	1,179

A análise da capacidade de obter mais influência e financiamento para a realização das grandes obras em função das categorias do sexo mostram uma aproximação dos resultados, e verifica-se uma expressão superior pelos inquiridos de Bobonaro e Baucau, eventualmente em função do menor grau de infraestruturização actual. As respostas obtidas de acordo com o grau de instrução mostram uma independência dos grupos.

No que concerne à relação entre as categorias do sexo e a expectativa de que a administração irá conseguir melhorar o seu funcionamento, os resultados mostram respostas sempre mais positivas dos inquiridos do sexo feminino, verificando-se para o município de Baucau os valores menores e mais equilibrados de apreciação (29% para o sexo feminino e 24% para o sexo masculino).

A relação entre as categorias do grau de instrução e a perspectiva da administração melhorar o seu funcionamento mostra-se independente do grau de instrução, e função da representatividade de cada grupo.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

Pode-se assim considerar que em relação às expectativas de funcionamento futuro da administração, os inquiridos apresentam uma visão optimista sobre o desempenho, transversal à amostra, e onde se diluem as distinções entre categorias da população e os contrastes geográficos. Há ainda por parte dos inquiridos uma expectativa de resolução de problemas locais, relacionada com a consideração de que a reforma não incrementa de forma clara o reconhecimento da administração junto de outros níveis da administração. Pode ser ainda reconhecido pelos resultados que a população se revê num modelo de administração envolvendo múltiplos actores, visando a aquisição e condições básicas de vida.

Em função dos dados obtidos para a expectativa de prestação de serviços e de funcionamento da administração local em função da implementação da reforma é possível as expressar graficamente os resultados (Figura 6.3).

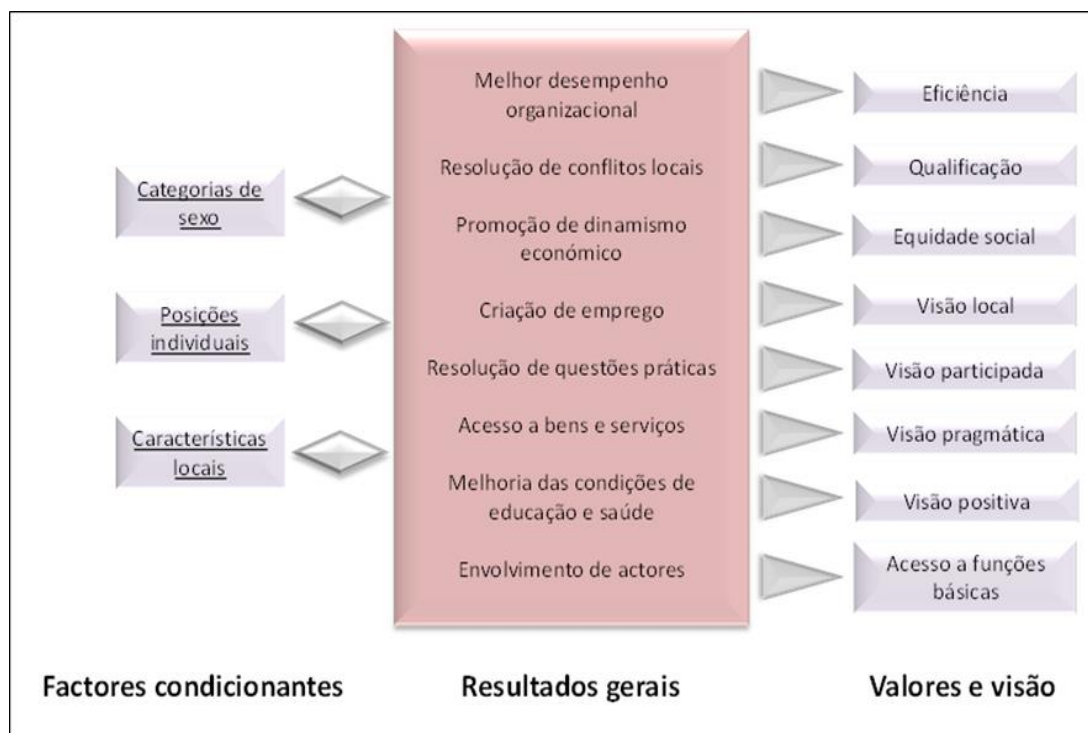


Figura 6.3: Representação gráfica das expectativas de desempenho e acção da futura administração

6.3. Síntese Reflexiva

Em síntese pode-se afirmar que a visão dos cidadãos sobre as vivências e condições de vida é baseada numa construção social do território de acordo com o acesso a necessidades básicas, infraestruturas e equipamentos, com desigualdades, que variam à escala local, ou baseados no contraste urbano/rural. A localização do município de Bobonaro na fronteira ou a importância do sector do comércio, neste município e em Baucau, faz emergir percepções imateriais e valores relacionados com os instrumentos e participação nos processos de decisão.

Nesta construção social da percepção e visão futura do território observam-se diferenças em função das categorias de sexo e grau de instrução, mas atenuadas quando se avalia o desempenho futuro da administração em resultado da reforma.

Ressalta das apreciações a valorização das questões de segurança em função da eficiência e capacitação da administração, sendo este um dos vectores fundamental na implementação da reforma administrativa local. A distribuição municipal destes valores faz salientar os contextos urbanos e menos a proximidade à fronteira, o isolamento, ou o sector de actividade económico mais relevante.

A prestação dos serviços de saúde e educação correspondem a funções que na actualidade são pouco relacionadas com as actividades e competências da administração local, mas que correspondem a vector a consolidar em resultado da reforma administrativa local. Há assim, uma evidência de mudança em função da administração local ao nível do acesso e prestação de serviços. Estes resultados parecem ainda ter maior relevância se se considerar que embora transversais, a comunidade, e independentemente do sexo e grau de instrução, estão marcados por contrastes territoriais, por exemplo urbano/rural.

De acordo com apreciação e expectativas expressas há um posicionamento positivo e pragmático sobre a administração local, em que a reforma administrativa se constitua como forma de mais fácil resolução de problemas locais, através da capacitação institucional, captação de recursos, melhoria da eficiência e resolução de conflitos.

Da análise agregada dos resultados surge, ainda, como importante a representação simbólica da administração, enquanto factor de envolvimento, mediação e ligação com

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

os níveis superiores e tradicionais da administração. Esta visão resulta genericamente independente das categorias da população e do contexto local. Não emerge das apreciações uma associação entre a dimensão simbólica da administração e a importância do associativismo local ou da influência de organizações relacionadas com a igreja.

Os resultados revelam ainda um posicionamento dos inquiridos sobre o envolvimento e proximidade com a instituição e representantes da administração local, privilegiando formas participativas e a inclusão de representantes tradicionais de outros actores.

Assim pode-se considerar que as expectativas de representação e desempenho da administração local determinada pela reforma, é transversal à sociedade timorense, existindo uma genérica visão positiva da reforma da administração local, no sentido institucional e das repercussões sociais, mas também no sentido estrito de captação de recursos para a realização de obras. Esta constação parece ser independente da presença dos diferentes grupos etnolinguísticos para os municípios de Aileu, Bobonaro e Baucau.

Na Figura 6.4 enquadram-se as percepções e expectativas que resultam dos resultados do inquérito à população nos quatro municípios, nomeadamente sobre o território e a administração.

Sobressaem do território as diferenças locais no acesso a bens, serviços básicos, subsistência, emprego, acessibilidade e segurança, que determinam uma construção social determinada por indicadores como o sexo, grau de instrução, contraste urbano/rural, ou condições locais e posicionamento individual.

A projecção de valores e competências sobre a administração local é baseada numa visão aberta, pragmática, positiva e suportada por valores tradicionais (e familiares) e de equidade, sendo a reforma administrativa vista como capaz de promover o envolvimento e a participação dos cidadãos e actores, a proximidade e a mediação de conflitos, a melhoria organizacional (eficiência e capacitação) e o desenvolvimento económico e social.

Análise dos resultados 2: Avaliação da percepção e expectativas da população sobre a reforma administrativa local

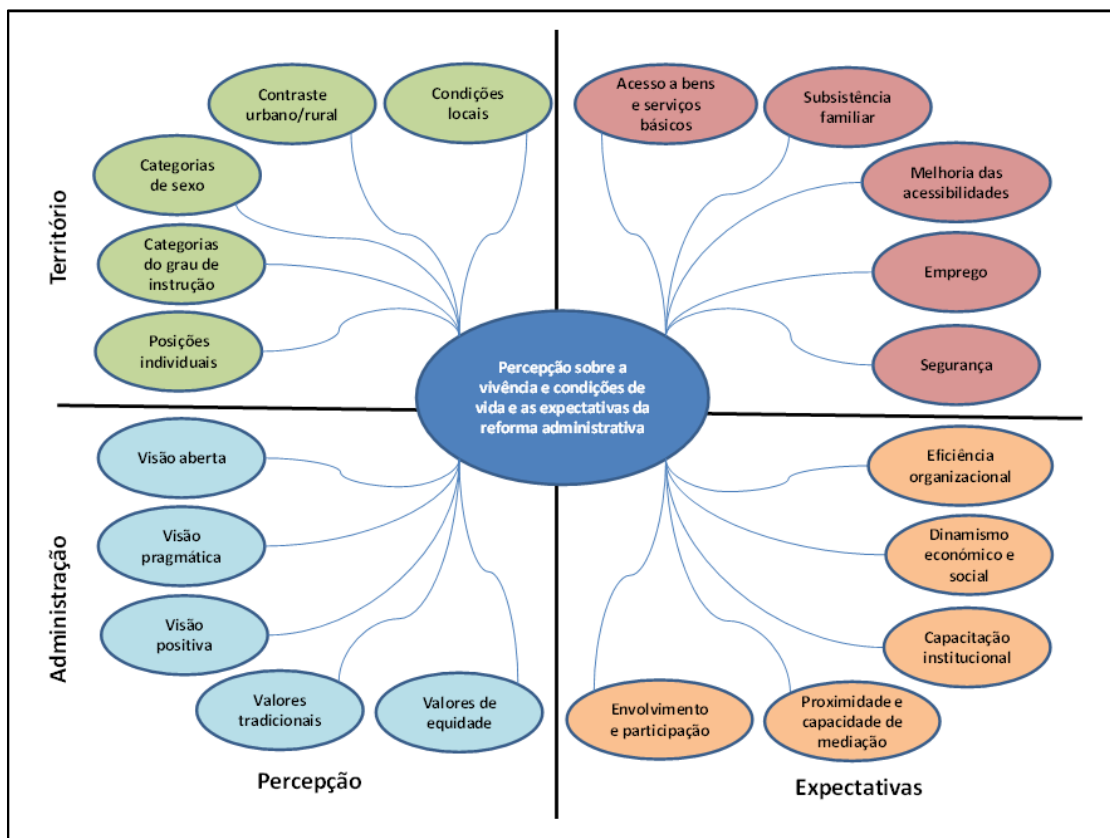


Figura 6.4: Síntese dos resultados sobre a percepção e expectativas decorrentes da reforma administrativa local

7. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

7.1. Discussão dos Resultados

Os resultados sobre o conhecimento, percepção e expectativas dos stakeholders e da população sobre as condicionantes locais e a reforma político-administrativa municipal, a partir da amostragem dos quatro municípios pesquisados, permitiu identificar um conjunto de pressupostos que condicionam as políticas territoriais, enquanto processo reterritorialização em Timor-Leste. Procura-se assim, obter uma visão colaborativa sobre a construção de um modelo de administração local, em oposição a uma visão político-institucional ou administrativo-organizacional, como suscitado por Ferrão (2014).

A implementação de reforma da administração local, no âmbito da reterritorialização em Timor-Leste, através de um modelo administrativo, é considerada fundamental para o fortalecimento das instituições governamentais representativas e descentralizadas, como sugerem Oates (1972) ou Dollery & Johnson (2005), assim como uma administração descentralizada é entendida como mais flexível, próxima, eficientes, promotora da resolução de problemas práticos, quotidianos e locais, para além de permitir enquadrar valores, e compromissos, como apontam Osborne & Gaebler (1993).

A reforma administrativa local assume, assim, um potencial de modernização da administração pública, com a descentralização de competências para o poder local, a par da capacitação de recursos humanos e materiais, o que possibilita quer a desburocratização quer a racionalização dos serviços públicos (Natário et al. 2013), a par da promoção da coesão territorial e a equidade no acesso a funções básicas. Permite-se assim concretizar o objectivo associado à alínea 2ª do Art.º nº 137 da Constituição da República, a qual salienta que (...) *Administração pública é estruturada de modo a evitar a burocratização, aproximar os serviços das populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva.*

A reforma da administração local constitui um processo fundamental para a promoção da democracia participativa, pela qual os cidadãos devem participar e intervir de forma directa no processo de tomada de decisões políticas, como suscitado por Silva (2012) e Ferrão (2014), e simultaneamente incorporar valores tradicionais, bem como organizações representativas da comunidade, visando o desenvolvimento local e a resolução de conflitos (Lidskog et al., 2010).

A auscultação dos stakeholders sobre a reforma administrativa municipal demonstrou um nível de conhecimento reduzido, quer resultante do um posicionamento passivo, quer sobre a informação disponibilizada, o qual é determinado por formas de divulgação sem interlocutores específicos, e onde a informação técnica é residual.

O posicionamento sobre os modelos para aplicação da reforma político-administrativa municipal, ou seja, sobre questões mais instrumentais, os entrevistados expressaram níveis inferiores de conhecimento, repartindo-se por uma multiplicidade de opções, configurando a não interiorização de um modelo específico. Observa-se na repartição das respostas por município a acentuação de modelos diferentes – Baucau, Distrito; Aileu, Região com Subdistritos agregados; Bobonaro, *Status quo*.

Apesar do restrito nível de informação os stakeholders posicionaram-se sobre as oportunidades resultantes da implementação da reforma, quer ao nível da capacitação do estado – descentralização, modernização, desenvolvimento, quer na resposta aos cidadãos – resposta e eficiência dos serviços, participação, qualidade de vida e resolução de questões locais. Afirma-se assim o potencial da reforma local como espaço de transformação no tempo e das múltiplas dimensões do território, como descrito por Gottmann (2005).

Ressalta dos resultados produzidos pelas entrevistas aos stakeholders que o modelo de Regiões com Subdistritos agregados o que aparece uma capacidade de produzir a proximidade aos cidadãos e aos problemas locais. Emerge igualmente, que os modelos que mais influenciam a coesão territorial são os centrados na Região com Subdistritos agregados ou centrados nos Distritos.

Independentemente da origem e exercício de funções, genericamente os entrevistados salientam que na situação actual de referência, é o administrador de Distrito o representante mais importante da administração local. Apesar desta avaliação o posicionamento dos stakeholders perante a responsabilidade de implementação da reforma e as competências decorrentes faz salientar uma visão genericamente *top down*, em que a responsabilidade resulta ou da administração central, através do MAE, ou do administrador de Distrito. Estas constatações fazem realçar o conceito de organização social onde imperam estratégias de influência e controlo do espaço, como identificado por Sack (1986). É contudo de salientar o posicionamento, parcialmente diferenciado,

dos entrevistados em Baucau, que reforçam a actuação do presidente da Câmara Municipal, quer na implementação, quer na ligação interinstitucional, emergindo uma visão centrada nos recursos locais, o que está de acordo com o carácter empreendedor que caracteriza este município.

A dimensão da aptidão agrícola do território, nomeadamente nos municípios e Baucau e Bobonaro, refletindo condições geológicas e de classes de solo específicas, parece ser melhor refletida na percepção dos stakeholders, do que na população em geral. Esta assumpção faz salientar a debilidade dos sistemas produtivos de base local, enquanto formas de coesão e desenvolvimento, com reflexo diminuto no modelo político-administrativa municipal.

Sobre as responsabilidades que os stakeholders associam aos representantes, salientam-se visões muito distintas, privilegiando relações de proximidade e representatividade, as quais suportam em Aileu a estabilidade política e social, o desenvolvimento, a par do honrar os compromissos assumidos. Corresponde a este município um posicionamento conservador centrado na resolução dos problemas da comunidade, em oposição ao posicionamento dos entrevistados de Baucau, onde emerge a atribuição da responsabilidade da prestação de contas pelos políticos.

Do conjunto das entrevistas ressalta, igualmente, uma expressão pouco clara da forma de relacionamento e comunicação com os cidadãos, independente do município, o que faz considerar o não reconhecimento de práticas instituídas de relacionamento ou entre a administração actual e os cidadãos, ou de participação destes na administração. Esta constatação é afirmada pela multiplicidade de respostas sobre as competências dos actuais representantes administrativos e/ou políticos, no âmbito dos interesses dos cidadãos.

É sobre o envolvimento por parte de outros actores na reforma política e administrativa municipal que são suscitadas respostas muito diversas pelos stakeholders dos diferentes municípios. Há um posicionamento diferenciado que vai desde um envolvimento de forças locais, dos cidadãos e da administração central no município de Aileu, dando ênfase à valorização da estabilidade política e social de uma sociedade enquadrada por valores tradicionais de base local, até um posicionamento valorizando a acção da administração central, no caso do município de Díli. Parece existir, neste caso,

uma transferência de objectivos políticos e de gestão da administração governamental para a administração local. É nos municípios de Bobonaro e Baucau que se valoriza, de forma consistente, o envolvimento das confissões religiosas e do sector privado, sendo no último município, pelas suas características empreendedoras de raiz local, onde sobressai a importância da participação da sociedade civil, das autoridades comunitárias e privadas, o que constituem recursos para a construção de identidade territorial, como salientado por Saquet (2010).

Emergem, assim, dos stakeholders, considerações sobre a reforma municipal que estão fundamentadas em variáveis físicas, nas dinâmicas locais, nos valores comunitários e na proximidade à administração central. Esta consideração mostra que não é o modelo da administração ou o grau de descentralização que emerge, mas sim as características dos territórios e dos seus actores que moldam as percepções sobre a reforma política e/ou administrativa local.

Na percepção dos entrevistados cabe ao presidente da Câmara Municipal resultante da reforma, essencialmente funções administrativas, acentuando-se o papel político em Díli e o garante de eficiência administrativa e financeira em Baucau. Cabe, segundo estes, ao futuro presidente da Câmara Municipal a gestão orçamental, o que suscita o papel da fiscalização.

Apesar dos contrastes sobre o papel do futuro presidente da Câmara Municipal, os entrevistados consideram que as eleições directas constituem a forma essencial de escolha do principal representante, assim como da Assembleia Municipal, assim como atribuem a esta última, valores de legitimação, de regulação e legislação. São assim, assumidos os valores democráticos de eleição e de representação dos cidadãos como fundamentais para a implementação da reforma local, independentemente dos modelos ou instrumentos associados, e independentes dos contextos municipais. Este posicionamento reforça as características de um modelo de poder local descentralizado.

Sobre as formas de implementação da reforma os entrevistados assumem a particularidade do município de Díli, o que suscita uma desvalorização do poder local na presença do poder do governo central. Os resultados demonstram ainda, uma posição de continuidade, com um faseamento no processo de implementação da reforma, independentemente dos contextos municipais, o que parece salientar, ou uma atitude

cautelosa e sem conflitos sobre as propostas políticas e administrativas locais, ou a falta de informação sobre o processo, facto este, indiciado pela não saliência do recurso a referendo, com excepção dos entrevistados em Díli.

Sobre as contribuições da reforma, os entrevistados salientam, igualmente, a importância para a coesão territorial e para o desenvolvimento económico, apesar de que a identificação da forma como se irá verificar, seja pouco evidente no município de Aileu. As entrevistas salientam igualmente que a melhoria da qualidade administrativa não está garantida pela implementação da reforma, o que pode ser justificado pela carência de recursos técnicos e orçamentais, ou pela existência de conflitos locais em Bobonaro.

É com as expectativas sobre a implementação da reforma que se obtêm os resultados mais repartidos em termos gerais das entrevistas, demonstrando simultaneamente uma polaridade, entre os propósitos políticos e/ou administrativos e os relacionados com a qualidade de vida, o que coloca num pólo os municípios de Díli e de Aileu e no outro pólo o município de Baucau, com alguma proximidade o Bobonaro. Nestas expectativas não é apontada a participação pública como resultado fundamental da reforma municipal.

A auscultação da percepção da população dos 4 municípios, tendo por base o instrumento de análise 2, fez salientar a visão do território a partir dos recursos endógenos e de valores tradicionais e sobre a família. As relações cognitivas baseadas na capacidade de satisfação de funções básicas e de emprego emergem na valorização do território, subvalorizando as dimensões, política e administrativa, suscitadas pela reforma. Ressaltou assim, uma abordagem a partir dos cidadãos onde os processos identitários, relacionais e de mediação permitem interpretar os modelos de desenvolvimento do território, como descrito por Saquet (2010).

A representação simbólica e de mediação atribuída ao administrador, ou de manutenção da ordem pública, emergem como funções mais reconhecidas pelos cidadãos, remetendo as competências associadas à saúde e educação para níveis superiores da administração, nomeadamente a central, o que configura uma restrição do nível de descentralização proposta por diferentes modelos da reforma municipal, bem

como a afirmação de relações de influência e controlo a diferentes níveis de escala, como demonstrado por Sack (1986).

Assiste-se, pelos cidadãos, à construção social do território partir do acesso a infra-estruturas e equipamentos, assinalada pelas desigualdades territoriais, e onde as categorias dos entrevistados (sexo, grau de instrução) são diferenciadoras, a par de características locais. Não aparece na perceção da população, como diferenciadora, a característica etnolinguística, emergindo porém valores culturais relacionados o poder tradicional inframunicipal.

A qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados são considerados transversais à sociedade, independentes dos grupos amostrados, mas expressando contrastes entre os municípios com características tendencialmente urbanas ou rurais, ou resultante da centralidade da capital Díli. As dicotomias litoral/interior ou fronteiroço/não fronteiroço, não emergem como diferenciadoras de perceção, ressaltando, contudo, as características locais baseadas nas actividades económicas principais, como a agricultura em Baucau, ou o comércio em Baucau e em Bobonaro.

É contudo de realçar os níveis actuais de proximidade, reconhecimento e interacção com os agentes da administração, o que remete para um baixo reconhecimento da necessidade de formas mais desconcentradas e descentralizadas da administração municipal resultantes da reforma político-administrativa, apesar de contrastes de perceção locais.

As expectativas sobre a reforma municipal fazem salientar a resolução de questões básicas e de contexto local, onde a equidade e participação surgem como valores fundamentais. Ressaltam igualmente no posicionamento dos cidadãos expectativas de que a reforma municipal promova a capacitação e eficiência da administração em prol do desenvolvimento económico e social local, nomeadamente na geração de emprego. Sobressai assim, uma construção social do território a partir das desigualdades, e das relações horizontais e com os sistemas estruturantes, o que traduz uma abordagem racional dos processos políticos e administrativos, como salientado por Dematteis (1970).

A partilha de poder entre os representantes políticos com representantes tradicionais e de outras organizações nos municípios é ainda demonstrativa de uma visão aberta e de

base local associada à implementação da reforma política-administrativa local. Os cidadãos expressam uma visão otimista e de construção participada na implementação do modelo municipal, apesar de sublinhados por posições individuais e por características locais.

Emerge da análise dos resultados dos dois instrumentos (questionários aos stakeholders e às populações), a concepção de um modelo de reforma administrativa que promova a resolução dos problemas do quotidiano das populações, o desenvolvimento local com reflexo na coesão territorial, assim como a resolução de especificidades locais, num quadro de maior participação por parte da população e de entidades representativas da sociedade. Ressaltam dos vários intervenientes a valorização da eleição directa do presidente da Câmara Municipal, como da Assembleia Municipal, num referencial de democracia representativa. Afirma-se assim, o princípio democrático de reconhecimento dos interesses locais (Vasconcelos et al., 2011), bem como a construção de uma territorialidade baseada nos elementos e actos sociais (Magnaghi, 2000; Saquet, 2010).

A análise específica dos resultados faz salientar que o conhecimento, percepção e expectativas sobre os modelos de definição municipal para Timor-Leste associam dimensões, quer políticas como imateriais, assim como valores e factores condicionantes sociais e físicos. Este quadro de referência faz sobressair o melhor conhecimento e informação privilegiada sobre a reforma no município de Díli, por oposição ao município de Aileu, o que sublinha o contraste urbano/rural e a importância das acessibilidades no posicionamento.

Por sua vez os entrevistados de Baucau associam a reforma municipal a uma oportunidade para o desenvolvimento local, com melhoria da qualidade de vida e da resposta dos serviços administrativos, o que enquadra a opção dos stakeholders deste município num modelo de reforma municipal centrado no Distrito.

Emerge a partir das entrevistas em Aileu a expectativa de que a reforma administrativa venha a suscitar níveis superiores de participação dos cidadãos, contribuindo para a resolução de funções básicas e de infra-estruturação.

A reforma administrativa local surge, assim, como facilitadora da proximidade administrativa e política entre o Governo e os cidadãos, embora sejam, desde já,

reconhecidos níveis elevados de proximidade, envolvimento e interacção entre os cidadãos e a administração de base local actual, quer por stakeholders, quer por cidadãos, não condicionando, por isso, a selecção e a implementação do modelo da reforma de base municipal.

A este respeito, esta investigação, faz salientar que o modelo de reforma municipal baseado na Região com Subdistritos agregados, embora considerado aplicável, não resulta como garante da coesão territorial e desenvolvimento, surgindo o modelo de reforma baseado no Distrito com poder descentralizado, como aquele capaz de mobilizar política e administrativamente recursos para a resolução dos problemas locais. Há assim o potenciar do desenvolvimento social, económico e da eficiência administrativa, num quadro de sustentabilidade e com capacidade de produzir mudanças sociais, como sugerem Muscarà (1967) e Magnaghi (2000), mas onde imperam estratégias de influência, quer do espaço, dos indivíduos ou das suas actividades, como sustenta Sack (1986).

A reforma administrativa local deve assim possibilitar a construção de um modelo administrativo do território, tendo em conta as dimensões de espaço geográfico, económico, social, cultural e identitário entre a cidade Díli e as zonas rurais, como apontam Gottmann (2005) e Saquet (2010), porém, sem por em causa a equidade territorial.

7.2. Conclusões

A importância da consolidação política e administrativa dos municípios em Timor-Leste constitui um facto sublinhado, na última década, quer pelas entidades externas, pelos stakeholders e pelos cidadãos. Suscita-se com a reforma política-administrativa de base municipal, promover o desenvolvimento do país, em *sensu lato*, a qualidade de vida das populações, assim como, contribuir para a coesão territorial. A investigação privilegiou a avaliação do envolvimento e reconhecimento da reforma político-administrativa na pós-independência, baseado em hipóteses baseadas no posicionamento de dois grupos da sociedade timorense.

Foi considerada de forma apriorística que o desenvolvimento e consolidação da reforma daria expressão à complexidade e pluralidade de interesses e valores, ou criaria fricções entre as diferentes partes interessadas, como suscitado por Ferrão (2014) ou Freire & Lopes (2015). Procurou-se com a avaliação do posicionamento dos stakeholders e dos cidadãos perceber quais as consequências e benefícios associados à reforma municipal, relacionados com a eficiência, sustentabilidade, envolvimento e legitimidade das decisões. Esta avaliação da reforma política e administrativa municipal em Timor-Leste baseou-se na assunção de que a visão da complexidade e a pluralidade de actores permitiria melhorar a governação de âmbito municipal e contribuir para a redução de conflitos, de base local ou entre níveis da administração.

A reforma local em Timor-Leste, baseada no reforço do poder municipal, pode ainda potenciar os processos de reorganização pós-conflito, decorrentes da independência, e de desenvolvimento nacional, como enfatizado por Braathen & Hellevik (2008), constituindo uma forma de procura-construção de raízes, de consolidação-reconstrução de imagens e da identidade dos locais, como processo de reterritorialização, como salientado por Ruivo (1991).

A reforma administrativa municipal permitirá ainda a construção de um modelo de participação mais inclusivo, onde as mulheres e a população sem grau de instrução, enquanto grupos com maiores expectativas, adquiram capacidade de influência na gestão municipal, e a superação de necessidades básicas e de acesso a serviços.

Ao se avaliarem as dimensões políticas e imateriais associadas à reforma político-administrativa local procurou-se, ainda, responder a questões como, quais são os modelos susceptíveis de aplicação e as condicionantes associadas, qual o conhecimento e as expectativas envolvidos nos processos de decisão e os mecanismos de participação.

Procura-se interpretar a evolução do modelo de organização político de raiz local, em que coexistem formas de representação e valores tradicionais com modelos de administração e territorializações influenciadas por períodos coloniais (português e indonésio), onde oscilaram os níveis de centralização administrativa e regimes políticos com componente militar.

O processo de construção e selecção de modelos político-administrativos para Timor-Leste, utilizou numa estrutura múltipla de actores, provenientes da administração central, de organizações não estatais, de consultores nacionais e internacionais, a qual se baseou em pressupostos de descentralização, de distribuição equitativa de recursos, de democracia participativa e de envolvimento local, para suportar a implementação do modelo municipal.

O modelo recomendado para aplicação e que se resultava na construção de municípios que resultavam da agregação dos 65 subdistritos, enquadrados por 5 Regiões (GTTI, 2004 & 2006; Ximenes, 2010), pretendia promover a representação democrática e a responsabilização, otimizar a eficiência e eficácia administrativa, fomentar a participação dos cidadãos e assegurar o desenvolvimento local. Este modelo, identificado como 4º nas propostas do GTTI (2004), pressupunha uma diferenciação entre o poder central, que nomeia o coordenador da região, com funções de supervisão e monitorização dos serviços municipais, mas sem ascendência política e administrativa sobre o poder local. Neste modelo emergem as funções de gestão financeira e de prestação de serviços públicos primários associados ao poder municipal, transitando para os ministérios sectoriais a prestação de serviços públicos principais (saúde, educação, infra-estruturas viárias principais e com incidência supramunicipal).

Parece assim, estar-se na presença de um modelo de reforma política e administrativa local baseado na descentralização de poderes, onde os cidadãos e stakeholders consideram que a forma de concretizar os objectivos da reforma municipal é possuir estruturas fortes, nomeadamente com a passagem dos Distritos a Municípios com poderes descentralizados, que tenham simultaneamente os recursos e a capacidade de interagir com a administração central, mas simultaneamente assegurem a representação e proximidade dos cidadãos, onde as instituições comunitárias formalizadas ainda possuam competências.

Parece assim emergir das entrevistas com os stakeholders ou do questionário à população um modelo próximo da 5ª proposta, como forma reconhecida de implementação da reforma política e administrativa municipal. Curiosamente esta indicação está em parcial consonância com o que resultou da implementação do Decreto-Lei nº 4/2014, onde se mantiveram como estruturas de poder local os 13 distritos e os 65 subdistritos, com nomeação dos presidentes com poder executivo pelo

Conselho de Ministros, e que configura o modelo 5A (Tabela 3.1. Pag. 61). Contudo, verifica-se a divergência entre a prática implementada e os resultados dos instrumentos de análise relativamente à representatividade resultante da eleição, quer da Assembleia Municipal, quer do Presidente do executivo municipal, o que configura um modelo de base local próximo da proposta 5B (Tabela 3.1. Pag. 61).

Emerge assim, um confronto entre um modelo que suporta a proximidade da administração, baseado em autores como Dematteis (1970) ou Saquet (2010), e um modelo onde o território se organiza por estratégias de influência e controlo, como suscitado por Sack (1986). O primeiro modelo apresenta como valor para a abordagem e concepção do território, onde este é definido como produto social, lugar de vida e onde ocorrem interesses locais e das estruturas tradicionais, sendo o segundo modelo do território, delimitado por estratégias de influência individuais ou de grupos sociais, mas assegurando formas de classificação do espaço, comunicação e controlo a partir de relações de poder. Assim, as questões de proximidade e representatividade, a par da emergência de especificidades locais, da dicotomia urbano/rural, da valorização dos recursos agrícolas e pecuários, constituem vectores fundamentais para a construção, implementação e reconhecimento da reforma administrativa municipal em Timor-Leste.

Na Figura 7.1 sintetiza-se o enquadramento e percepção da administração local em Timor Leste, assim como os desafios associados à reforma.

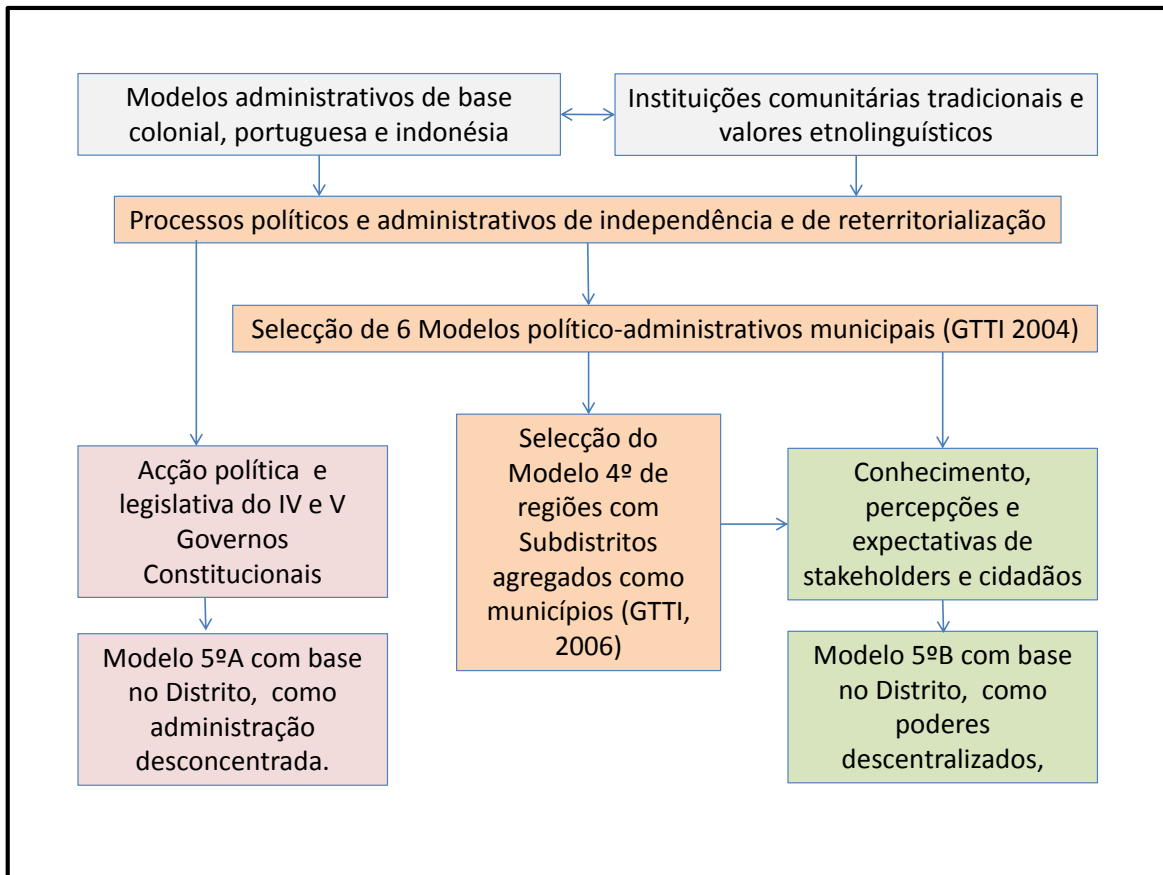


Figura 7.1 Síntese do enquadramento e percepção sobre os modelos da administração local

A capacidade das instituições e dos grupos de actores entenderem o espaço da organização e o processo de planeamento possibilita a criação de novas ordens e de resultados inovadores no planeamento, como afirma Queirós (2007). A construção de lógicas identitárias, baseadas em formas de aprendizagem e participação dos actores locais, permite a consolidação de fluxos e o estabelecimento de estratégias de concretização de anseios e interesses, numa lógica de reterritorialização.

A concretização da reforma político-administrativa municipal assume a dimensão territorial em que a comunidade é levada a implementar as suas próprias estratégias, através da integração de factores sociais, políticos, económicos e culturais. No processo de reterritorialização em Timor-Leste, os actores locais (stakeholders e cidadãos) fizeram sobressair como factores sociais, a relação cognitiva sobre o espaço que habitam, o sexo, o grau de instrução, a dicotomia urbano/rural, e pontualmente os recursos endógenos. Como elementos políticos os intervenientes valorizaram a coesão

territorial e a equidade no acesso a funções, a representação por eleição directa dos administradores municipais e da Assembleia Municipal, as estratégias de influência junto da administração local, a centralidade administrativa da capital Díli, a inclusão na administração de representantes tradicionais e de outras associações comunitárias. A dimensão económica é salientada pelos factores relacionados com o emprego, o desenvolvimento de actividades económicas e da infra-estruturação, e da saliência local para formas de regulação. Os elementos culturais estão presentes na emergência de percepções distintas ao nível local, pela identificação de conflitos, mas igualmente pela valorização da intervenção de elementos tradicionais e associativos.

Na sequência da análise dos resultados, acima apresentada, entende-se que independentemente do contexto territorial, a política da reforma administrativa local que resulta em novas unidades administrativas é importante como: (1) condicionante da geração de confiança, entre as autoridades e os cidadãos; (2) promotora do envolvimento de múltiplos actores e da participação pública activa no processo de tomada de decisão; (3) atractora de investimento e geradora de recursos financeiros familiares; (4) geradora de emprego; (5) dinamizadora da inovação, produtividade e competitividade; (6) promotora da qualidade de vida; (7) redutora do nível da pobreza (8); promotora da igualdade de género; (9) dinamizadora da alfabetização e da formação; (10) e promotora da boa governação territorial. Constroem-se assim, soluções de governabilidade consistentes, que possam garantir a coesão territorial e a equidade social.

Embora seja evidente a importância das expectativas expressas pelos stakeholders e pelas populações, como acima discutidas, o novo modelo de municipalismo que o governo da República de Timor-leste pretende implementar, não é reconhecido por um grande grupo de actores, dada a baixa autonomia, é considerado pouco ajustado às dinâmicas locais e às relações de influências entre os níveis da administração e, revelou resistência e fraquezas na aplicação, nomeadamente na falta de representatividade resultante de eleições directas. O território de Timor-Leste está sujeito a desafios no domínio da governação e nas acções que promovam a construção da coesão social e territorial. Estes desafios envolvem o contraste urbano vs. rural, a evolução demográfica, a educação, a igualdade de género e de oportunidades, o acesso e qualidade dos serviços básicos, a par da taxa de emprego e desemprego e do rendimento familiar.

Do ponto de vista demográfico, a assimetria territorial está associada ao crescimento populacional, nomeadamente na área urbana de Díli, em oposição à perda populacional e económica por parte das zonas rurais. O actual modelo de administrativo de base municipal, não tem alicerce a realidade contemporânea do território, reflectida nas dimensões de espaço geográfico, económico, social, cultural e identitário, mas reflectindo um desequilíbrio onde, particularmente, os Subdistritos (Postos Administrativos), os Sucos e as Aldeias mais distantes dos centros urbanos perdem população e serviços. Este fenómeno, com décadas de expressão e anterior à independência, em que a par do aumento de população, serviços públicos, actividade comercial e comunitárias financiados pelo Estado no município de Díli se verifica o afastamento dos centros de administração e dos equipamentos e infra-estruturas dos centros urbanos mais isolados e dos Sucos e Aldeias. A disparidade territorial na distribuição de riqueza ou o acesso a equipamentos de serviços coletivos e de infra-estruturas é sublinhada por organismos como o ADB-Banco Asiático de Desenvolvimento, a JICA-Agência Japonesa de Cooperação Internacional, o PNUD-Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, a UNCDF-Fundo das Nações Unidas para o Capital de Desenvolvimento, ou a UNMISSET-Missão de Apoio das Nações Unidas para Timor-Leste, constituindo factores condicionante da pobreza.

A necessidade de potenciar os recursos endógenos, passando por uma análise da aptidão e capacidade de uso dos solos e dos recursos minerais, com a valorização de práticas e incentivos à geração de valor acrescentado, à criação de circuitos de produção e comercialização reconhecidos e baseados no associativismo local, permite, para além da capacitação institucional, a construção de coesão social e territorial.

A expressão da relevância da capacitação institucional e técnica da administração, a par do nível de conhecimento e formação dos recursos humanos da administração é sublinhada pelo recente relatório da Comissão da Função Pública (2015), onde se afirma que a elevada concentração em Díli dos 70.000 funcionários públicos de Timor-Leste, a par de taxas elevadas de desemprego jovem em Díli e Baucau. Os dados estatísticos indicam que a taxa de desemprego total evoluiu de 15% para 20%, entre 2002 e 2010 (CIA, 2011; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2011). Este enquadramento constitui, simultaneamente, uma limitação e um potencial da reforma político-administrativa municipal.

Do ponto de vista do rendimento familiar e de incidência da pobreza, os dados estatísticos revelam que, entre 2002 e 2009, a taxa de incidência de pobreza em Timor-Leste atingiu 41%, sendo a população que vive abaixo do limiar da pobreza, com um rendimento de USD\$ 1.20 por dia, cerca de 52,9% da população total, sendo que esta se concentra, maioritariamente, nas áreas rurais, 46% (PNUD, 2002).

A pobreza em Timor-Leste, e a dependência da agricultura de subsistência, afecta, segundo o PNUD (2011), um terço de todas as famílias em Timor-Leste, experimentando, a maioria, regularmente, escassez de alimentos em partes do ano, com relevância para o município de Aileu e parte do município de Baucau.

Do ponto de vista administrativo, a centralização de serviços e a representação política são considerados condicionantes da assimetria territorial, e apresentando, por base, um modelo caracterizado por *red-tape bureaucracy*, na acepção de Ayson & Aligada-Reyes (2000), referindo-se aos serviços sem regras de condutas claras e bem enquadradas, expressando inconsistências na aplicação de recursos financeiros, na gestão de receitas da administração, no recrutamento de recursos humanos técnicos e administrativos, os quais limitam a capacidade, eficiência e autonomia da administração local, como salientam Oxhorn et al. (2004).

É possível concluir que Timor-Leste enfrenta desafios de grande dimensão, particularmente no que concerne à questão de reterritorialização. Assim, é importante valorizar o território como espaço em que as transformações, quer no tempo, quer nas suas múltiplas dimensões económicas, culturais e geopolíticas, traduzam relações sociais, de poder e de dominação reconhecidas pelos stakeholders e pelos cidadãos, através da construção da identidade territorial com a participação pública.

Relativamente ao uso dos recursos municipais, é possível afirmar que a reforma da administração local constitui uma oportunidade para a requalificação ou inovação dos seus recursos locais, para a formação dos recursos humanos, bem como para a capacitação institucional, em *sensu lato*. Constitui ainda, a garantia para o desenvolvimento económico e social nos municípios, garantindo, a todos, o acesso aos serviços públicos de forma igualitária, a melhoria da qualidade de vida, promovendo, assim, a coesão social.

No que concerne às funções e representação da administração, conclui-se que a reforma local proporciona às autarquias o exercício das competências em função dos serviços comunitários, sobretudo: (1) na manutenção da ordem pública; (2) na afectação de recursos financeiros para as obras municipais; (3) na avaliação da aptidão e recursos endógenos, (4) na capacidade de resolução de problemas do dia-a-dia das populações; (5) na capacidade de lidar com outros actores, organizações comunitárias e religiosas ou o sector privado; (6) a representação institucional e dos cidadãos; (7) a capacidade de articulação política e administrativa. Isto deve-se ao facto de que o novo governo local, resultante da reforma administrativa, ficar mais próximo dos cidadãos e das autoridades centrais, ser mais reconhecido pelos actores, e assumir novos níveis de representatividade.

7.3. Desafios Para a Reforma Político-Administrativa Local

Considera-se que a implementação da reforma da administração local, através de um modelo municipal baseado nos Distritos de forma descentralizada, é a melhor forma de promoção da coesão e de processos de organização territorial sustentáveis. Por outras palavras, o processo de municipalização na construção da coesão territorial, procura contrariar as formas político-institucionais de exercício burocrático e centralizado do poder municipal, promovendo a identidade local como unidade processual, relacional e de mediação no desenvolvimento do território, como afirmado por Saquet (2010).

Neste contexto, tendo em conta os desafios identificados no âmbito de implementação de reforma da administração local, recomenda-se a continuidade da avaliação científica sobre a reforma municipal, bem como a monitorização das acções políticas e administrativas de implementação da mesma, nomeadamente através da materialização dos instrumentos e das práticas de descentralização.

O estabelecimento de um planeamento sobre a municipalização em Timor-Leste, baseado em indicadores de ganhos de eficiência administrativa, de investimento local ou de campanhas no terreno (acções) de participação pública, por exemplo, enquadrado por um Observatório da Administração Local, ou por uma estrutura associativa municipal, constituiria uma forma de capacitação institucional e de envolvimento colectivo.

A melhoria do modelo de participação, baseado na democracia activa, através da qual os cidadãos, individualmente ou através das associações e outras organizações de base comunitária, estão envolvidos activamente na gestão local, desde a planificação, apresentação de orçamentos participativos, até à avaliação dos alcançados, permitiria o envolvimento e reconhecimento colectivo, e melhorar a comunicação e o conhecimento sobre os processos e as formas de decisão. A consolidação das funções da Assembleia Municipal, enquanto espaço de debate, mas simultaneamente de regulação e fiscalização, permite melhorar os processos e a transparência dos processos de decisão.

A formação em gestão e liderança dos interveniente locais da nova administração descentralizada, a par do reforço da capacidade de fiscalização política, administrativa e financeira pelas Assembleias Municipais, independentemente do modelo a aplicar, requer a profissionalização de quadro técnicos e administrativos com capacidade para formular problemas, fazer diagnósticos, analisar e propor soluções, apoiar a decisão e implementar mecanismos de regulamentação e fiscalização. O reforço da forma de comunicação entre os diferentes níveis da administração, o estabelecimento e manutenção de níveis de informação e cadastro, a par de instrumento tecnológicos cartográficos e de apoio à decisão, deve ser uma prioridade, onde se insere o acordo de Lisboa de 2013, entre o Governo de Timor-Leste e de Portugal no âmbito da formação para os autarcas em 13 municípios.

A valorização da capacidade das mulheres como grupo de capital social é um desafio importante nesta reforma. As mulheres consideradas com fundamentais na produção agrícola de subsistência e nos trabalhos domésticos, devem passar a ser integradas nas actividades produtivas e a participar na gestão associativa e nas assembleias da comunidade. Por isso, a formação e as políticas de igualdade de género permitem a colaboração activa na implementação da reforma administrativa local e o desempenho nos órgãos políticos e nos serviços administrativos.

Estes contributos marcam o processo de reterritorialização em Timor-Leste, em que a construção e implementação de municípios se deve basear nos interesses e anseios, individuais e da comunidade, na integração das dinâmicas locais e de valores tradicionais, na conquista de autonomia e coesão, a par de modelos processuais de mudança.

BIBLIOGRAFIA

AD URBEM, 2009: Debate do Livro Verde sobre a Coesão Territorial. O presente texto constitui o primeiro contributo da *Ad Urbem* para o debate público dedicado à territorialização da política de coesão social da União Europeia. Disponível em: http://www.adurbem.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=48 Acesso em 20 de Junho de 2011.

Agência Geral das Colónias (1930). *Exposition Internationale das Colonias*. Lisbonne.

Almeida, A. (1968). *Alguns Aspectos Antropológicos do Timor Português*. Academia das Ciências de Lisboa, Portugal.

Araújo, J. F. F. E. (2003). *A Governação Local e os Novos Desafios*. Universidade do Minho, Braga.

The Asian Development Bank & Timor-Leste Fact Sheet as of 13 December 2012. Available at: <http://www.adb.org/sites/default/files/pub/2013/TIM.pdf>. Acesso em 4 de Janeiro de 2014.

Ayson, F. G., & Aligada-Reyes, D. (2000). *Fundamentals of Political Science*. Second Edition. National Book Store, Mandaluyong City, Philippines.

Banco de Portugal (2011/2012). *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*. O texto disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2012.pdf Acesso em 2 de Fevereiro de 2015.

Barata, F. J. F. T. (1963). *Timor, esse desconhecido*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, Portugal.

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977), in MOZZATO, Anelise Rebelato; Grzybovski, D. (2011). *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 15, número 4, julho-agosto, 2011, pp. 731-747. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84018975010>. Acesso em 30 de Abril de 2015.

Barker, C. P. N., & Elliot, R. (2002). *Research Methods in Clinical Psychology: An introduction for Students and Practitioners* (2nd edition.). John Willey & Sons, Ltd.

Bhattacharjee, A. (2012). *Social Science Research: Principles, Methods, and Practices*. Textbooks collection, Scholars Commons, University of South Florida, USA.

Bhilim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Revisão pela Marília Correia de Barros (Editor). Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação; impresso por MAP – Manuel A. Pacheco, Porto, Portugal.

Biehl, J., & Bookchin, M. (1998). *The politics of social ecology: Libertarian municipalism* (pp. 158-180). Montreal: Black Rose Books.

Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). *Aprendendo a Entrevista – como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrónica do Pós-Graduando em Sociologia Política da UFSC, Brasil, Vol. 2 Nº 1 (3).

Bookchin, M. (2000). *The Thoughts on Libertarian Municipalism*. Article was presented as the keynote speech to the conference “The Politics of Social Ecology: Libertarian Municipalism” held in Plainfield, Vermont, U.S.A., on August 26-29, 1999. The speech has been revised for publication. This article originally appeared in [Left Green Perspectives](#) (Number 41, January 2000). Available at <http://www.social-ecology.org/1999/08/thoughts-on-libertarian-municipalism/>. Acesso em 4 de Outubro de 2011.

Bogdan, R. & Biklen, S. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Código: 34112, Edição/reimpressão, 2013. Porto: Porto Editora.

Braathen, E., & Hellevik, S. B. (2008). *Decentralization, Peace Making and Conflict Management: from Regionalism to Municipalism*. *Journal of Peace, Conflict and Development*, 12, 23p.

Brugha, R. & Varvasovsky, Z. (2000). *Stakeholder analysis: a review*. *Health Policy and Planning* 15, 239–246.

Bryman, A. (2008). *Social Research Methods*. Third edition. Published in United States by Oxford University Press.

Camagni, R. (2007). *Progress on an Exante Assessment Tool for Territorial Impact of EU Policies: The Tequila Model and Beyond*. Power Point presentation at EPSON – European Spatial Planning Observation Network in Évora from 12-13 of November, 2007. Available at: [www.espon.eu/.../D1_exante-assessment-tool_Camagni Roberto](http://www.espon.eu/.../D1_exante-assessment-tool_Camagni_Roberto). Acesso em 7 de Junho de 2012.

Câmara, R. H. (2013). *Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), 179-191. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Brasília, Brasil.

Castro, G. P. (1943). *Timor: Subsídios para a sua história*. Publicado pela Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, Lisboa, Portugal, p. anexa.

Central Intelligence Agency (CIA) in World Factbook (2011). Timor-Leste Economy. Available at: http://www.theodora.com/wfbcurrent/timorleste/timorleste_economy.html. Acesso em 26 de Outubro de 2011.

Chaer, G., Diniz, R. R. P., & Ribeiro, E. A. (2011). *A técnica do questionário na pesquisa educacional*. Evidência, Araxá, 7 (7), 251-266.

Cho, H., Ishida, T., Yamashita, N., Inaba, R., Mori, Y., & Koda, T. (2007). *Culturally-situated pictogram retrieval*. Department of Social Informatics, Kyoto University, Japan. In *Intercultural Collaboration* (pp. 221-235). Springer Berlin Heidelberg, New York.

Cho, H., & Ishida, T. (2011). *Exploring Cultural Differences in Pictogram Interpretations*. In *The Language Grid* (pp. 133-148). Department of Interactive Science Sungkyunkwan University, Seoul, Korea and Department of Social Informatics, Kyoto University, Japan. Springer Berlin Heidelberg.

Chrystello, J. C: *Timor-Leste (1973-1975). O Dossier de Secreto, 1976, 1992, 1998, 2012*. Para as Lendas e Memórias de Timor-Leste. Volume 1. O texto disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timorp.pdf>. Acesso em 5 de Janeiro de 2014.

Comissão da União Europeia (2008). *Commission Staff Working Document - Accompanying the Green Paper on Territorial Cohesion: turning territorial diversity into strength* [COM (2008) 616 final]. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SEC:2008:2550:FIN:EN:PDF>.

Acesso em 14 de Julho de 2011.

Conférence Européenne des Ministres Responsables de L'aménagement du Territoire (2006). *Glossary of Key Expressions use in Spatial Development Policies in Europe (non definitive version)*. Document prepared by the Committee Senior Officials of the CEMAT with the assistance of Mr. Jacques Robert, Expert of the European Council).

Correia, A. A. M. (1944). *Memórias: Série Antropológica e Etnológica I – Timor Português. Contribuições para ao seu estudo antropológico*. Imprensa Nacional de Lisboa, Portugal.

Costa, G. R. (1997). *Deputado e membro da Comissão Diretiva do Partido Popular citado em Autarcas e Autarquias*. Uma edição da suplementária para distribuição com o jornal Público nº 2590. Mirandela Artes Gráficas, Portugal.

Crespo, J. L. (2003). *A Participação Pública no Sistema de Gestão Territorial à Escala Municipal*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/D4_14Out_Jos%E9%20L%20Crespo.pdf. Acedido no dia 20 de Setembro de 2011.

Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed method approaches*. (2nd edition.). Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *O anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

DGOTDU [Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano] 2010.

Dematteis, G. (1964). *Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e caratteri della casa rurale*. Atti 19º Congresso Geografico Italiano, Como, vol. III, in

Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Dematteis, G. (1967). *L'organizzazione territoriale del Piemonte secondo l'I. R.E.S.*, Bollettino della Società Geografica Italiana, serie IX, Vol. III, ano C, Vol. CIV, SGI, Roma, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Dematteis, G. (1970). *Rivoluzione quantitativa e nuova geografia*. Laboratorio di Geografia Económica, n. 5, Università degli Studi di Torino, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Dematteis, G. (2001). *Per una geografia della territorialità attiva e dei valor territorial*. In: Bonora, P. (Org.). Slot, quaderno 1. Biologia: Baskerville in in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Diniz, E. (2015). *Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma*. Revista do Serviço Público, 47(2), 05-22.

Dollery, B., & Johnson, A. (2005). *Enhancing Efficiency in Australian Local Government: An Evaluation of Alternative Models of Municipal Governance*. Urban Policy and Research, 23(1), 73-85.

Dowbor, L. (2003). *Democracia e Desenvolvimento Local em Brasil*. Ciências Económicas pela Escola Central de Planeamento e Estatística de Varsóvia, PUC de São Paulo. O artigo citado no relatório final do estudo comparativo, conclusões finais do seminário e workshop, em Maubara (Liquiça), e recomendações sobre as opções preferidas para o modelo do governo local de Timor-Leste, 2004.

Esquível, J. (1936). *Colónia de Timor, 1ª Comissão. Bases relativas à moeda divisionária de Timor*. Primeira conferência económica do império Português. Tipografia Cristóvão Augusto Rodrigues Limit., Lisboa.

Faludi, A. (2006). *From European spatial development to territorial cohesion policy*. Regional Studies, 40(6), 667-678.

Faveron, E. (2004). *Desmembramento Territorial: O Processo de Criação dos Municípios – Avaliação a Partir de Indicadores Económicos e Sociais*. A tese para a obtenção do título de Doutor, junto ao Departamento de Engenharia de Construção Civil da Universidade de São Paulo, Brasil.

Ferrão, J. (2014). *O Ordenamento do Território Como Política Pública*, 2ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.

Fernandes, A. T. (1993). *Poder Autárquico e Poder Regional – comunicação apresentada às 3.M Jornadas de Estudos Norte de Portugal – Aquitânia sobre <<O Poder Regional – Mitos e Realidades>>* Universidade do Porto, 22 a 26 de Março de 1993.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa, Portugal: Monitor.

França, J. C., & Almeida, A. (1960). *Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Publicado pela Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa. Tipografia Minerva, Vila Nova de Famalicão, Portugal.

Freire, M. R., & Lopes, P.L. (2013). *Peace Building in Timor-Leste: Finding a Way Between External Intervention and Local Dynamic*. O artigo disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/finp20>.

Freitas, H. & Janissek, R. (2000). *Análise Léxica e Análise de Conteúdo: técnicas complementares, seqüências e recorrentes para análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sphinx-Sagra (distrib.).

Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: a Stakeholder Approach*. Basic Books, New York.

Garcia, J. M. (2008). *O Livro de Francisco Rodrigues - O primeiro Atlas do Mundo Moderno*. Editora da Universidade do Porto 1ª Edição, Fevereiro de 2008 ISBN - 978-972-8025-78-6.

Gaspar, J. (1995). *O Novo Ordenamento do Território – geografia e valores. Scripta Vetera*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa.

Gaspar, J. (2007). *Notas em torno do processo de elaboração do PNPOP*. Revista Sociedade e Território, 40, pp. 74-86.

Gaspar, J. (2007). *PNPOP preconiza «cultura do ordenamento do território»*. Disponível em: <http://www.ambienteonline.pt/canal/detalhe/5549>.

Galego, C., & Gomes, A. A. (2005). *Emancipação, Ruptura e Inovação: o “focus group” como instrumento de investigação*. Revista Lusófona de Educação, 5, 173-184.

Gil, D., Pereira, M., & Teixeira, J. A. (2011). *The Multi-scale approach of Territorial Cohesion: An Analysis from the European Periphery*. Centros Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Portugal.

Gottman, J. (2005). *Il Significado del Territorio*, Roma: Nexto Books, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Conceções de Território*. Expressão Popular. São Paulo, Brasil.

GTL [Governo Timor-Leste] (2003): *A Pobreza Numa Nova Nação: análise para acção*. Resultado de um trabalho entre o Governo timorense e os parceiros internacionais, nomeadamente The Asian Development Bank (ADB); The Japan International Cooperation Agency (JICA); The United Nations Development Program (UNDP); The United Nations Children’s Emergency Fund (UNICEF); e The United Nations Mission of Support to East Timor (UNMISSET). O texto encontra-se disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/analise%20pobreza.pdf>. Acesso no dia 4 de Janeiro de 2014.

GTL (2006). *Combate à Pobreza Como Causa Nacional: promoção de um desenvolvimento equilibrado e redução da pobreza*. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/relatorio_economico_governo_abr06.pdf.

GTL (2010). Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste.

GTL (2010). *A Caminho da Paz e Prosperidade: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 a 2030* (s/d). o sinopse publicado em 17 de Abril pelo Gabinete do Primeiro-Ministro. O texto disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/06/Sumario-PED-Final_PT.pdf. Acesso em 4 de Janeiro de 2014.

- GTL (s/d). Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional (PEDN 2011- 2030).
- GTTI [Grupo Trabalho Técnico Interministerial] (2004). *Estudos de Opções de Governo Local em Timor-Leste*. Relatório final do estudo comparativo, conclusões finais do seminário (workshop) em Maubara e recomendações sobre opções preferidas para governo local de Timor-Leste.
- GTTI (2006). *Decentralization Strategic Framework: what needs to be done and how do we get there?* Documento Político preparado pelo Ministério da Administração Estatal, Outubro 2006. O documento contido o plano para a criação dos municípios em Timor-Leste.
- GTTI (2006). *Policy Orientation Guidelines for Decentralization and Local Government in Timor-Leste*. O texto disponível em: <http://www.estatal.gov.tl/Document/Ministry/2008Policy/English.pdf>. Acesso em 12 de Dezembro de 2011.
- GTTI (2008). *Policy Orientation Guidelines for Decentralization and Local Government in Timor-Leste*. O texto disponível em: <http://www.estatal.gov.tl/Document/Ministry/2008Policy/English.pdf>. Acesso em 12 de Dezembro de 2011.
- Groves, R. M., Fowler Jr, F. J., Couper, M. P., Lepkowski, J. M., Singer, E., & Tourangeau, R. (2011). *Survey methodology* (Vol. 561). John Wiley & Sons.
- Gunn, G.C. (1999). *Timor Loro Sae – 5000 anos*. Tradução de João Aguiar. Publicado pela Tipografia Greca, Matosinhos, Portugal.
- Guttenberg, A. Z. (1977). *Classifying regions: a conceptual approach in international regional*. Science Review vol. 2, nº 1 in Lopes, A. S. (1984). *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria e Modelos*; 2ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Portalegre, Brasil.

Haguette, T. M. F. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª Edição. Petrópolis, Vozes.

Heinelt, H., & Hlepas, N. K. (2006). *Typologies of local government systems in The European Mayor* (pp. 21-42). VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Hernández, P. A. (2010). *Experiencias Innovadas de Gestión Municipal*. Santo Domingo en los talleres de Impresora Pérez, Rep. Dominicana.

Hope, K. R. (2000). *Decentralisation and local governance theory and the practice in Botswana*. Development Southern Africa, 17(4), 519-534.

Houaiss, A. (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa – Temas e Debates*. Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal.

Hycner, R. H. (1985). *Some Guidelines for the Phenomenological Analysis of Interview Data*. Human Studies 8:279-303.

The International Monetary Fund (IMF) (2010). Country Report nº 10/341: *Democratic Republic of Timor-Leste: Public Financial Management - Performance Report*. Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2010/cr10341.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2014.

Instituto de Habitação e da Reabilitação – I.P. (2011). Disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/HRUPaises-29Agosto/Timor_29Ago2011.pdf. Acesso em 5 de Janeiro de 2014.

Kiernan, B. (2002). *Cover-up and Denial of Genocide. Australia, the USA, East Timor, and the Aborigenes. Critical Asian Studies*. Published by the Routledge, Taylor and Francis Group, Australia.

Jouen, M. (2008). *Territorial Cohesion: From theory to practice*. Notre Europe, Policy Paper, (35).

Laureano, R. M. S., & Botelho, M.C. (2012). *SPSS: O Meu Manual de Consulta Rápida*, 2ª Edição, Edições Sílabo, Lda., Lisboa.

Leme, J. A. (1964). *Esboço Geológico da Província de Timor na escala 1/500000*. In Breve ensaio sobre a geologia da Província de Timor, Curso Geologia Ultramar, Lisboa, Vol. I: 76-161, 16 est.

Lidskog, R., Soneryd, L. & Uggla, Y. (2010). *Transboundary Risk Governance*. First published by Earthscan in the UK and USA. Publishing for a sustainable future. Printed in the UK by TJ International and ISO 14001 accredited company.

Loureiro, R. M. (2001). *Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor*. Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático/Cepesa-Sul. Lusotopic: 143-155. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/loureiro.%20p.pdf>. Acesso em 11 de Abril de 2011.

Madeira, M. (2011). *A Governança Municipal – os desafios da gestão local nas modernas democracias*. Edições Colibri, Portugal. O livro é publicado a partir da dissertação com o mesmo título apresentada em 1999.

Magalhães, A. B. (1990). *East Timor: Land of Hope*. Segundo Simpósio sobre Timor-Leste. Universidade Oporto), Porto, Portugal.

Magalhães, A. B. (1996). *East Timor: A People Betrayed by Lies and Silence*. Published by the Universidade Oporto, Porto, Portugal.

Magnahi, A. Paba, G., Giusti, M., Allegretti, G., & Perrone, C. (2002). *Carta del Nuovo Municipio: per una globalizzazione dal basso, solidale e non gerarchica*. World Social Forum, Porto Alegre, Gennaio, Laboratori e Ricercatori Delle Università di Firenze Bologna, Milano, Roma e Venezia. Italia. Versão inglês – Charter for a New Municipium: Towards a fair and non hierarchical bottom-up globalization. A carta é promovida e discutida pelo World Social Forum em Porto Alegre, Janeiro 2002 e na European Social Forum em Florence (Novembro de 2002) sob a iniciativa de LaPEI – Laboratorio di Progettazione Ecologia Degli Insediamenti, Universidade de Florence.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1998). *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas.

Marques, A. P. & Moreira, R. (2012). *Governança e Territorialidades: Lógicas e Práticas na Administração Local*. Edições Húmus, Lda., Portugal.

Martins, O. (1978). *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Guimarães e C.^a, Editores, Portugal.

Matos, A. T. (1975). *Subsidio Para a História Económico-Social de Timor no Século XVIII*. Braga, Câmara Municipal de Braga, Portugal.

Meneses, D. N. C. (2008). *Timor: de colónia a país nos fins do século XX – um sistema educativo em re-estruturação*. (um estudo documental). Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Portucalense - Infante Dom Henrique, Porto, Portugal.

Medeiros, E. (2011). *Territorial Cohesion: an conceptual analysis*. Centro de Estudos Geográficos / Institute of Geographical and Spatial Planning (IGOT), Faculdade de Letras, Universidade Nova Lisboa, Portugal. Available at: http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/Eduardo_Medeiros/docs/PUB_PAP_EM_Territorial_Cohesion.pdf. Acesso em 7 de Junho de 2012.

Mercer, J., Kelman, I., Rosario, F., Lima, A. D. J., Silva, A., Beloff, A-M., & McClean, A. (2014). *Nation Building Policies in Timor-Leste: disaster risk reduction, including climate change adaptation*. John Wisley & Sons, Ltd., Oxford, UK and Malden, MA, USA.

Ministério das Colonias, Comissão de Cartografia, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa. <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI-2361-1958>. Acesso em 25 de Novembro de 2011.

Miranda, T. C. P. R. (2008). *Ceder Timor – composição em fuga*. Revista USP, São Paulo n° 79, Setembro/Novembro, p. 84-85. O texto disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/09.pdf>. Acesso em 11 de Abril de 2011.

Montalvo, A. R. (2003). *O Processo de Mudança e o Novo Modelo da Gestão Pública Municipal*. Gráfica de Coimbra, Ltd., Portugal.

Morais, A. F. (1934). *Subsídios Para a História de Timor*. Tipografia Ramoel, Bastorá (Índia Portuguesa).

Muscarà, C. (1976). *la società sradicata*. Saggi sulla geografia dell'Italia attuale. Milano: Angeli, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Natário, M. M., Fernandes, G. P., & Silva, S. M. G. (2013). *GOVERNÂNCIA: A Reinvenção da Gestão Pública e a Modernização Municipal*. Instituto Politécnico da Guarda, Portugal.

Nogueira, P., & Rodrigues, D. (2010). *Movimentos de vertente em Timor-Leste: uma abordagem baseada em detecção remota e na análise por SIG*. GEOTIC – Sociedade Geológica de Portugal VIII Congresso Nacional de Geologia. Revista Electrónica de Ciências da Terra Geosciences On-line Journal. Volume 22 – nº 5.

Oates, W. E. (1972). *Fiscal federalism. Books*. Harcourt Brace Jovanovich, New York.

Osborne, D. & Gaebler, T. (1993). *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*. A Plume Book, USA.

Oxhorn, P., Tulchin, J. S. & Selee, A. D. (Eds) (2004). *Decentralization, Democratic Governance, and Civil Society in Comparative Perspective: Africa, Asia and Latin America*. Published by the Woodrow Wilson International Center for Scholars, USA.

Palotino, M. (2014). *East Timor's Oil Resource: Boon or Bane?* The Diplomat: Read the diplomat, know Asia Pacific. Available at: <http://thediplomat.com/2014/11/east-timors-oil-resource-boon-or-bane/>. Acesso em 2 de Fevereiro de 2015.

Pereira, A., Brandão, A., Cardoso, C., Cunha, D., & Albuquerque, R. C. (2012). *Análise Conteúdo de Uma Entrevista Semi-Estruturada*. Universidade Aberta, Lisboa. O texto disponível em Slide e está disponível em: <http://pt.slideshare.net/Deboracunha/anlise-de-contedo-de-uma-entrevista>. Acesso em 30 de Setembro de 2014.

Pinto, M. M. M. S. (1967). *Timor: Aspectos da Acção Governativa do Coronel João Baptista Vieira Godinho – 1784-1787*. Dissertação, 1 Volume, Braga, Portugal.

Queirós, M. (2001). *Os Parques Naturais e o Ordenamento do território em Portugal*. Edições Colibri, Inforgeo, 16 (17), 141-150.

Raffestein, C. (2003). *Imagine e identità territorially*. In Dematteis, G. & Terlino, F., il mondo e i Luoghi: geografie delle identità e del cambiamento, Torino: IRES, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*; Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Ribeiro, J. W. P. (2012). *Pesquisa Sobre a Percepção do Cidadão do Rio de Janeiro Sobre Acidentes Climáticas*. Instituto Paracleto, Brasil.

Reed, T. A., de Smet, M. E., Harahap, B. H., & Sjapawi, A. (1996). *Structural and depositional history of East Timor*. 25th Annual Convention Proceedings (Volume 1), Pages 297-312.

Rossi, P. H., Wright, J. D., & Anderson, A. B. (Eds.). (2013). *Handbook of survey research*. Academic Press. Social and Demographic Research Institute, Department of Sociology, University of Massachusetts, USA.

Ruivo, F. (1990). *Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 30, pp. 75-95.

Ruivo, F. (1991). *Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 33, pp. 189-200.

Ruivo, F. & Veneza, A. (1988) *Seis questões pelo poder local*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 25.26, pp. 7-20.

Sack, R. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University, in Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Shah, A., & Shah, S. (2009). *The new vision of local governance and the evolving roles of local governments*. Journal of Public Administration, 3, 004.

Saquet, M. A., Editor (2010). *Abordagens e Concepções de Território*. Expressão Popular, São Paulo, Brasil.

Santos, G. E. O.: *Cálculo amostral: calculadora on-line*. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em 1 de Junho de 2015.

Santos, M. E. (2005). *Desenvolvimento do País Deve-se ao Poder Local*. As respostas à entrevistas destacadas na revista Fórum Empresarial, Portugal. Disponível em http://www.forum-empresarial.pt/106_eugenia.htm. Acesso em 18 de Setembro de 2011.

Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192. Escola de Saúde Pública do Ceará, Av. Antônio Justo 3.161-60165-090, Fortaleza, CE. Brasil.

Serra, A. M. A. (2006). *Timor Leste: o petróleo e o future*. Docente do ISEG/UTL e coordenador da Unidade de Estudos Asiáticos do CESA, o centro de estudos da área de desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. O texto disponível http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/doc_trab_71.pdf. Acesso em 2 de Fevereiro de 2015.

Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3ª edição. Revisão atualizada, Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal da Santa Catarina, Brasil.

Silva, S. M. G. (2012). *Modernização Administrativa das Autarquias Locais: A Administração Municipal e o Processo de Tomada de Decisão*. Caso de estudo. Município de Oliveira de Azeméis de Figueira de Castelo Rodrigo.

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) (1995-2010). Departamento de Monitorização e Sistemas de Informação do Domínio Hídrico, Instituto da Água, I.P. (INAG). Disponível em <http://www.snirh.pt>. Acesso em 10 de Março de 2011.

Smith, J. (2003). *Qualitative Psychology: A practical guide to research methods*. London, Sage Publications, Thousand Oaks.

Stoker, G. (2011). *Was Local Governance Such a Good Idea? A global comparative perspective*. *Public Administration*, 89 (1), 15-31.

Strauss, A. L., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park, CA: Sage Publications.

Tavares, A. O. (2010). *Riscos Naturais e Ordenamento do Território – Modelos, Práticas e Políticas Públicas a partir de uma reflexão para a Região Centro de Portugal*. O artigo citado na Revista *Perspectiva e Planeamento*, Vol. 17-2010, Lisboa, Portugal.

Tavares, A. O. (2012). *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Autor CES, Laboratório Associado da Universidade de Coimbra. Edições Almedina, S.A., Coimbra.

Taylor, J. G. (1995). *Essays on International Law and the Question of East Timor*. Published by the Catholic Institute for International Relations (CIIR), London, in the International Platform of Jurisdicts for East Timor (IPJET), Netherlands.

Teddle, C., & Yu, F. (2007). *Mixed methods sampling: A typology with examples*. *Journal of Mixed Methods Research*, 1 (1), 77-100. doi: 10.1177/2345678906292430.

Thomaz, L. F. F. R. (1974). *O Problema Político de Timor*. Editora Pax, Braga, Portugal.

Thompson, S. J., & Dili, T. L. (2011). *Geology and soils in Timor-Leste*. Seeds of life program report, 39.

Tonella, C. (2006). *Poder Local e Políticas Públicas – O Papel dos Conselhos Gestores*. Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

United Nations Development Program (UNDP), Timor-Leste (2002). O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2002). *O Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste: O Caminho à Nossa Frente*. Tradução de Eduardo Ferreira, Alexandre Abreu e Sofia Fernandes (CEsA/ISEG/UTLisboa). Revisão da tradução: António Almeida Serra. http://www.tl.undp.org/undp/Publications/UNDP%20Timor-Leste%20publications/NHDR%202002/NHDR%20TL_2002_PT.pdf. Acesso em 26 de Outubro de 2011.

UNDP (2006). *O documento de projeto para o apoio à administração pública de Timor-Leste*, de Julho.

UNDP (2006). UNDP and UNCDF [United Nations Capital Development Fund], Local Development Project – Annual Report, January to December 2006.

UNDP (2011). UNDP, Human Development Report: *Managing Natural Resources for Human – developing a non-oil economy to achieve the MDGs*. Available at: <http://www.laohamutuk.org/econ/HDI10/TLHDR2011En.pdf>. Acesso em 26 de Outubro de 2011.

The United Nations Economic and Social Commission for Asia and Pacific (UNESCAP) (2003). *Atlas of Mineral Resources of the ESCAP Region: Geology and Mineral Resources of Timor-Leste*. Release Date: May, 2004. ISBN 13: 9789211201741. Sales Number: 03.II.F.34. 152 page(s), 8.25x11.5. Binding: Paperback. Series: Mineral Resources Publisher: United Nations, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.

Viana, G. V. F. (2008). O papel das alfândegas no desenvolvimento do Estado: o caso de Timor-Leste.

Ximenes, V. (2010). *Policy Formulation on Local Government Reform in Timor-Leste*. In *Locating Democracy: Representation, Elections and Governance in Timor-Leste*. Edited by Steven Farram, 9-19.

Waldman, M. (2003). *Geografia do Timor Leste*. Membro da directoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Secção Local São Paulo, Brasil.

Yoshikawa, H., Weisner, T. S., Kalil, A., & Way, N. (2013). *Mixing Qualitative and Quantitative Research in Developmental Science: Uses and Methodological Choices*. *Qualitative Psychology*, 1, 3-18. Retrieved from DOI: 10.1037/2326-3598.1.S.3

Documentos Jurídicos

Constituição da República Democrática de Timor-Leste 2002.

[Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste](#) (2011). Coordenação científica por Pedro Carlos Silva Bacelar de Vasconcelos e Andreia Sofia Pinto Oliveira.

Undang-Undang Dasar Negara Kesatuan Republik Indonesia 1945.

UNTAET Regulation n° 13/2000 on the Establishment of Village and Sub-district Development Council for the disbursement of funds for development activities.

Lei n° 11/2009, de 7 de Outubro, que estabelece a Divisão Administrativa do Território.

Decreto-Lei n° 4/2014, de 22 de Janeiro, que estabelece o estatuto orgânico das estruturas da Pré-desconcentração.

Decreto n° 45 378, de 22 de Novembro de 1963, sobre o Estatuto Político-Administrativo de Província de Timor publicada pela Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, MCMLXVII.

Decreto-Lei n° 3/2005, de 29 de Junho, que estabelece a Reestruturação do Primeiro Governo Constitucional.

Decreto-Lei n° 4/2014, de 22 de Janeiro, que estabelece o Estatuto Orgânico das Estruturas de Pré-desconcentração Administrativa.

Diploma Ministerial do Ministério da Administração Estatal n° 199/2009, de 15 de Setembro, que fixe o número de Sucos e Aldeias em Território de Timor-Leste.

Youtube

Penna, S. (2013). *Using NVivo as a Research Tool: An overview of some key features that can assist you in your research process*. Business Development Manager, QRS International at the Stanford University, School of Medicine, Lane Medical Library, California, USA.

ANEXOS

Anexo I

Instrumento de pesquisa para a Assembleia de Stakeholders sobre reforma da administração local em Timor-Leste

Data:.....

Distrito:.....

Identificação de entrevistado:.....

Idade/sexo:...../.....

Profissão:.....

Cargo institucional:.....

Há quanto tempo ocupa o cargo:.....

Este instrumento está organizado em cinco partes, a que se associam perguntas abertas sobre a reforma da administração local, envolvendo os modelos, os atores, as competências, as formas de relação territorial e os mecanismos de participação.

MODELOS

Procura-se com este conjunto de perguntas avaliar o grau de conhecimento e de participação dos stakeholders sobre a reforma da administração local.

1. Avaliar o grau de conhecimento sobre a reforma da administração local.

Tem acompanhado a reforma da administração local nomeadamente o que resultou da Resolução do Governo nº 6/2006, de 11 de Outubro, sobre a Política de Descentralização e Governo Local em Timor-Leste, e da Lei nº 11/2009, de 7 de Outubro, que estabelece a Divisão Administrativa do Território?

Quais são as principais fontes de informação que lhe têm permitido acompanhar a reforma da administração local?

2. Conhecer a importância atribuída à reforma da administração local.

Considera que a reforma da administração local é um dos assuntos fundamentais para o estado de Timor-Leste? Porquê?

Considera que a reforma da administração local é importante para os cidadãos de Timor-Leste? Porquê?

3. Avaliar o grau de conhecimento sobre os vários modelos considerados na reforma da administração local.

Conhece os vários modelos de reforma da administração local que estiveram em discussão, nomeadamente os resultantes do Grupo de Trabalho Técnico Interministerial, sobre as Opções de Governo Local em Timor-Leste, de 2004?

Conhece os modelos que têm vindo a ser considerados para aplicação na administração local?

4. Avaliar o posicionamento sobre o modelo apontado na reforma da administração

Qual lhe parece o modelo da administração local que possibilita um maior desenvolvimento e coesão territorial de Timor-Leste? Porquê?

O que entende por coesão territorial?

Qual lhe parece o modelo da administração local que garante uma maior proximidade e participação dos cidadãos? Porquê?

ATORES

Procura-se com este conjunto de perguntas avaliar as opiniões sobre responsabilidades e competências dos representantes, e dos outros atores, na implementação da reforma administrativa.

5. Avaliar a responsabilidade de implementação da reforma administrativa local.

A quem compete a maior responsabilidade de implementação da reforma da administração local? Porquê?

Na sua opinião quem deve fazer a ligação entre o governo e os representantes da administração local, visando a implementação da reforma administrativa local? Porquê?

6. Avaliar a responsabilidade e importância atual dos representantes da administração local.

Quem considera ser o representante administrativo e político mais importante atualmente na administração local? Porquê?

Quais considera serem as responsabilidades mais importantes destes representantes da administração local junto do estado de Timor-Leste?

Quais considera serem as responsabilidades mais importantes dos representantes da administração local junto do cidadãos? Porquê?

Quais considera serem as competências mais importantes dos representantes da administração local junto do estado? Porquê?

Quais considera serem as competências mais importantes dos representantes da administração local junto do cidadãos? Porquê?

Atualmente, quem outros atores consideram que são importantes na administração local? Porquê?

7. Conhecer o enquadramento dos futuros representantes da administração local resultantes da reforma administrativa.

Com a futura implementação da reforma administrativa local, qual deve ser o representante administrativo e/ou político mais importante da administração local? Porquê?

Com a futura implementação da reforma administrativa local, que novas responsabilidades deve ser atribuídas ao representante administrativo e/ou político da administração local? Porquê?

Com a futura implementação da reforma administrativa local, que novas competências deve ser atribuídas ao representante administrativo e/ou político da administração local? Porquê?

Como deve ser eleito ou designado o futuro representante administrativo e/ou político da administração local?

Quais devem ser as competências principais das assembleias municipais resultantes da reforma administrativa local?

Como devem ser designados ou eleitos os representantes das assembleias municipais da reforma administrativa local?

FORMAS DE RELAÇÃO TERRITORIAL

Procura-se com este conjunto de perguntas perceber a relação territorial com a implementação da reforma administrativa local

8. Avaliar o grau de diferenciação e representação territorial resultante da implementação da reforma administrativa local

Considera que o modelo de reforma administrativa local deve ser diferenciado entre as diferentes zonas do país? Porquê?

Considera que o modelo de reforma administrativa local deve diferenciar a cidade de Díli das zonas rurais? Porquê?

Considera que o modelo de reforma administrativa deve ser implementado faseadamente no território de Timor-Leste de acordo com os contrastes territoriais? Porquê?

9. Avaliar o nível de participação e envolvimento dos cidadãos na implementação da reforma administrativa local

Ao nível local considera que na implementação da reforma administrativa devem estar envolvidos outros atores para além dos representantes e população local?

Considera que, a quando a implementação da reforma administrativa local, podem ser eleitos representantes locais que não sejam residentes? Porquê?

Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realizarem ações de informação dirigidas aos atuais e futuros representantes locais?

Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realizarem ações de informação dirigidas aos cidadãos?

Considera que há necessidade de anteriormente à implementação da reforma administrativa local se realize um referendo de âmbito nacional como o permite a constituição da república?

CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES

Procura-se com este conjunto de perguntas perceber junto dos stakeholders quais os constrangimentos e potencialidades que poderão resultar da implementação da reforma administrativa local

10. Avaliar o grau de diferenciação e representação territorial resultante da implementação da reforma administrativa local

Considera que a reforma administrativa local vai contribuir para a coesão territorial de Timor-Leste?

Considera que a reforma administrativa local vai contribuir para o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste?

Quem considera que deve gerir o orçamento da administração local? O presidente enquanto representante político escolhido/eleito ou a assembleia municipal enquanto órgão representativo da comunidade local?

Quais considera serem os principais impactos positivos, a nível local, da implementação da reforma administrativa?

Quais considera que vão ser as principais dificuldades políticas e administrativas para a implementação da reforma?

Quando considera que está implementada a reforma administrativa local, com a escolha dos representantes políticos eleitos e da assembleia municipal?

Aneksu II

Instrumentu pezquiza ba Stakeholder sira kona-ba reforma administrasaun lokál iha Timor-Leste – Tétum

Loron:.....

Distritu:.....

Identifikasaun entrevistadu:.....

Tinan/seksu:...../.....

Profisaun:.....

Kargu institusionál:.....

Tinan hira okupa kargu:.....

Peskiza ida ne'e halibur iha baluk lima, ne'ebé halibur pergunta sira nakloke kona-ba reforma administrasaun lokál, envolvendu modelu sira, atór sira, kompeténsia sira, forma relasaun territorial no mekanizmu sira partisipasaun nian.

MODELU

Ida ne'e buka atua avalia grau koñesimentu no partisipasaun stakeholders sira nian kona-ba refoma administrasaun lokál.

1. Avalia grau koñesimentu kona-ba refoma administrasaun lokál.

Ita-boot tuir reforma administrasaun lokál ne'ebé rezulta ona iha Rezolusaun Governu nian n° 6/2006, lora 11 fulan Outubru, kona-ba Polítika Dexentralizasaun no Governu Lokál iha Timor-Leste, no Lei n° 11/2009, lora 7 fulan Outubru, ne'ebé harii Divizaun Teritoriál?

Fonte informasaun saida de'it mak fó-fatin ba ita atu akompaña reforma administrasaun lokál?

2. Buka hatene importánsia kona-ba *refoma administrasaun lokál*

Konsidera katak reforma administrasaun lokál ne'e nu'udar asuntu fundamentál ida ba estadu Timor-Leste? Tanbasá?

Konsidera katak reforma administrasaun lokál ne'e nu'udar asuntu fundamentál ida ba sidadaun Timor-Leste? Tanbasá?

3. Avalia grau koñesimentu kona-ba modelu oioin ne'ebé mosu iha *reforma administrasaun lokál*.

Ita hatene modelu oioin reforma administrasaun lokál nian ne'ebé mosu iha diskusaun, nomeadamente rezultante sira husi Grupo de Trabalho Técnico Interministerial, kona-ba Opsaun sira Governu Lokál nian iha Timor-Leste, iha tinan 2004?

Ita hatene modelu ida ne'ebé konsideradu ba aplikasaun iha reforma administrasaun lokál nian?

-
-
-
4. Avalia pozisionamentu kona-ba modelu ida ne'ebé harii ba iha *reforma administrasaun lokál*

Modelu reforma administrasaun lokál ida ne'ebé mak posibilita dezvoltimentu no koezaun teritoriál iha Timor-Leste? Tanbasá?

Saida mak ita-boot hatene kona-ba koezaun teritoriál?

Modelu administrasaun lokál ida ne'ebé mak bele garante proximidade no partisipasaun sidadaun sira nian? Tanbasá?

ATÓR SIRA

Ho konjuntu pergunta sira ne'e buka atu avalia opiniaun sira kona-ba responsabilidade sira no kompeténsia sira hosi representante sira nian, no atór sira seluk, iha implementasaun reforma administrativa.

5. Avalia responsabilidade ba implementasaun reforma administrativa lokál.

Ba sé mak kompete responsabilidade boot ba implementasaun reforma administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Iha ita-boot nia hanoin sé mak bele halo ligasaun entre governu no representante sira administrasaun lokál nian, ho objetivu atu hala'o reforma administrativa lokál nian? Tanbasá?

6. Avalia responsabilidade no importánsia atuál representante sira administrasaun lokál nian.

Sé mak ita konsidera atu sai representante administrativu no polítiku ne'ebé importanteliu ohin loron iha administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Saida de'it mak ita konsidera nu'udar responsabilidade sira importanteliu ba representante sira administrasaun lokál nian iha estadu Timor-Leste? Tanbasá?

Saida de'it mak ita konsidera nu'udar responsabilidade sira importanteliu ba representante sira administrasaun lokál nian iha sidadaun Timor-Leste nia leet? Tanbasá?

Saida de'it mak ita konsidera nu'udar kompeténsia sira importanteliiu ba reprezentante sira administrasaun lokál nian ba estadu Timor-Leste? Tanbasá?

Saida de'it mak ita konsidera nu'udar kompeténsia sira importanteliiu ba reprezentante sira administrasaun lokál nian ba sidadaun Timor-Leste? Tanbasá?

Ohin loron, atór sira seluk ne'ebé mak konsidera importante tebes iha administrasaun lokál nian. Tanbasá?

-
-
-
-
-
-
7. Koñese enkuadramentu ba futuru reprezentante ba administrasaun lokál maihosi reforma administrativa.

Ho futura implementasaun ba reforma administrativa lokál nian, ida ne'ebé mak bele sai reprezentante administrativu no/ka polítiku importanteliiu administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Ho futura implementasaun ba reforma administrativa lokál, responsabilidade foun saida de'it mak sei fobá representante administrativu no/ka polítiku administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Ho futura implementasaun ba reforma administrativa lokál, kompeténsia foun saida de'it mak sei fobá representante administrativu no/ka polítiku administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Oinsá mak atu hili ka dizigna futuru representante administrativu no/ka polítiku administrasaun lokál nian? Tanbasá?

Saida de'it mak bele sai kompeténsia prinsipál sira ba assembleia munisipál sira mosu hosi reforma administrativa lokál? Tanbasá?

Oinsá mak atu hili ka dezigna representante ba assembleia munisipál sira reforma administrativa lokál nian? Tanbasá?

FORMA SIRA RELASAUN TERITORIÁL NIAN

Ho konjuntu pergunta sira ne'e buka atu hanoin kona-ba relasaun teritoriál ho implementasaun reforma administrativa lokál nian

8. Avalia grau diferensiasaun no representasaun teritoriál rezultante hosi implementasaun reforma administrativa lokál

Ita-boot konsidera katak modelu reforma administrativa lokál nian bele lahanesan entre zona sira lahanesan iha nasaun-laran? Tanbasá?

Ita-boot konsidera katak modelu reforma administrativa lokál bele diferensia sidade Díli hosi zona rurál sira? Tanbasá?

Ita-boot konsidera katak modelu reforma administrativa bele implementadu fazeadamente iha teritóriu Timor-Leste tuir kondisaun (kontraste, problema) teritoriál nian? Tanbasá?

9. Avalia nível partisipasaun no envolvimentu sidadaun sira nian iha implentasaun forma reforma administrativa lokál

Iha nível lokál ita konsidera katak iha implementasaun reforma administrativa bele ona envolvidu atór sira seluk alende representante sira populasaun lokál?

Ita-boot konsidera katak, bainhira halo ona implementasaun reforma administrativa lokál, bele hili representante lokál sira ne'ebé lahela iha fatin ne'ebá? Tanbasá?

Ita konsidera katak iha nesesidade ruma uluk (anterior) nian kona-ba implementasaun reforma administrativa lokál nian atu realiza asaun sira informasaun nian ne'ebé hato'o bá representante lokál ohin loron nian no aban-bainrua nian?

Ita konsidera katak iha nesesidade ruma uluk (anterior) nian kona-ba implementasaun reforma administrativa lokál nian atu realiza asaun sira informasaun nian ne'ebé hato'o bá sidadaun sira?

Ita konsidera katak iha nesesidade ruma uluk (anterior) nian kona-ba implementasaun reforma administrativa lokál nian atu hala'o referendu nasionál ne'ebé Konstituisaun Repúblika nian haruka?

KONSTRANGIMENTU SIRA NO POTENSIALIDADE SIRA

Ho konjuntu pergunta sira ne'e buka atu hatene stakeholders sira nia hakarak kona-ba problema saida de'it no potensidade saida de'it ne'ebé bele mosu hosi implementasaun reforma administrativa lokál

10. Avalia grau diferensiasaun no representasaun teritoriál rezultante hosi implementasaun reforma administrativa lokál

Ita konsidera katak reforma administrativa lokál sei kontribui koezaun teritoriál Timor-Leste nian? Tanbasá?

Ita konsidera katak reforma administrativa lokál sei kontribui desenvolvimentu ekonómiku no sosiál Timor-Leste nian? Tanbasá?

Sé mak ita konsidera bele jere orsamentu administrasaun lokál? Prezidente kámara nomeadu/eleitu, ka assembleia munisipál nu'udar órgaun representativu comunidade lokál?

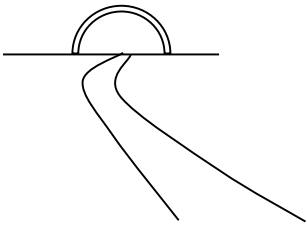


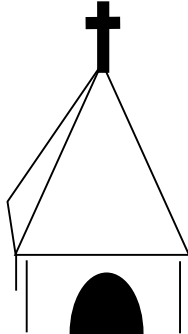

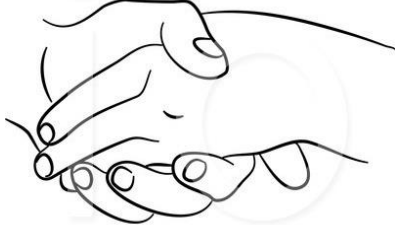
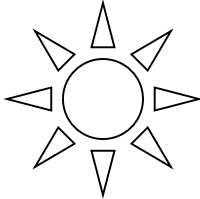
Saida de'it mak ita konsidera hanesan impaktu pozitivu, iha nível lokál, ba implementasaun reforma administrativa?








Saida de'it mak ita konsidera atu sai difikuldade polítika no administrativa prinsipál sira ba implementasaun reforma nian?





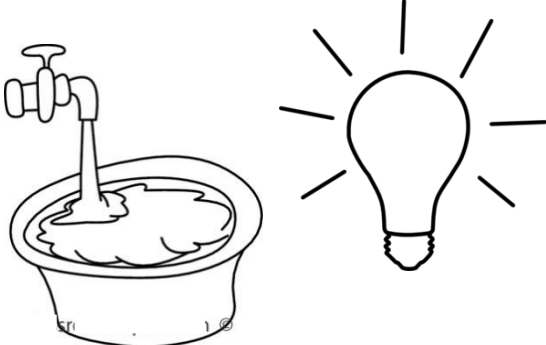


Bainhira mak ita konsidera katak reforma administrativa lokál ne'e hala'o ona, ho reprezentante polítiku sira eleitu nomós assembleia munisipál eleitu?


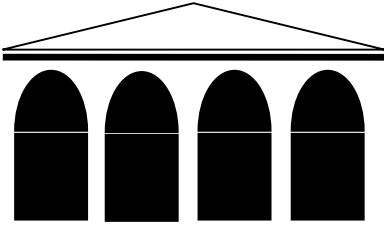

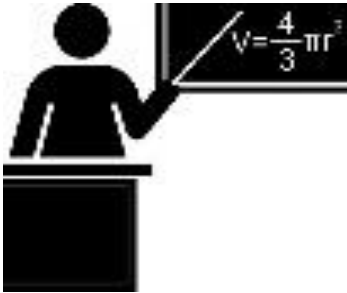



Anexo III

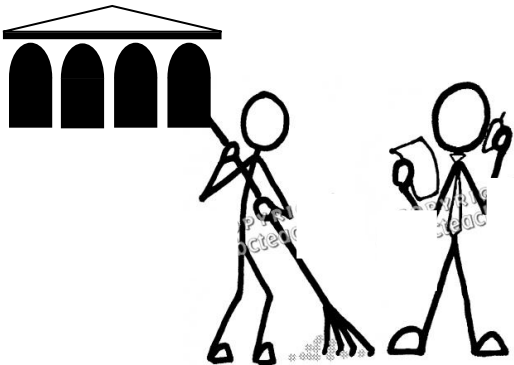



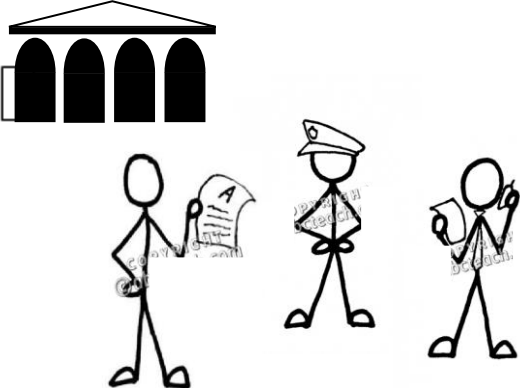
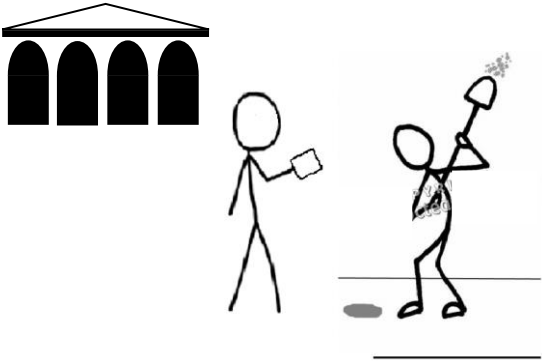
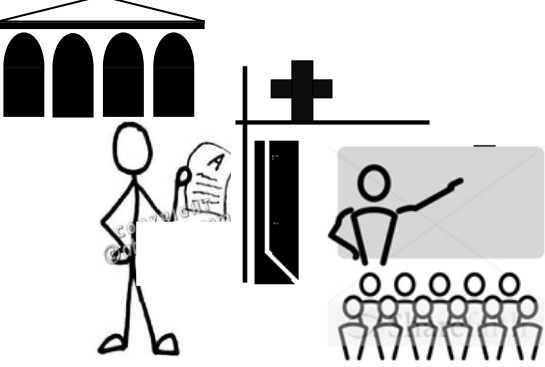
Instrumento de pesquisa para as populações sobre a reforma da administração local em Timor-Leste (Português e Tétum)


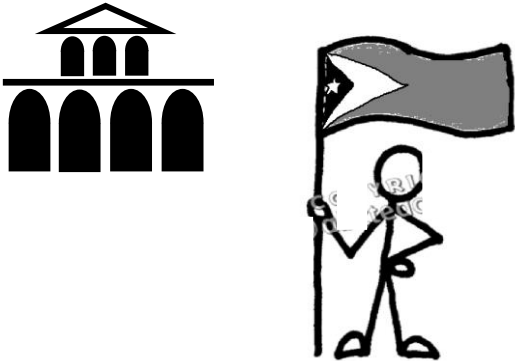
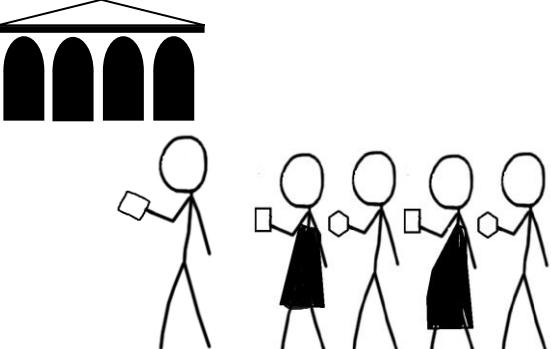
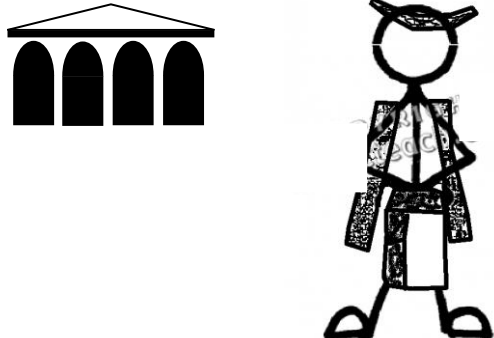



1 Como classifica o local onde vive?	
	
A - Bonito/atrativo	B - Tranquilo
	
C - Familiar/tradicional	D - Religioso
	
E - Rico/com valor	F - Acolhedor
	<p>A – Furak/atrativu</p> <p>B – Hakmatek</p> <p>C – Familiár/lisan</p> <p>D – Fiar</p> <p>E – Riku/ho folin</p> <p>F – Halibur maluk sira (haliburdór)</p> <p>G – Klima di’ak</p>
G - Bom clima	


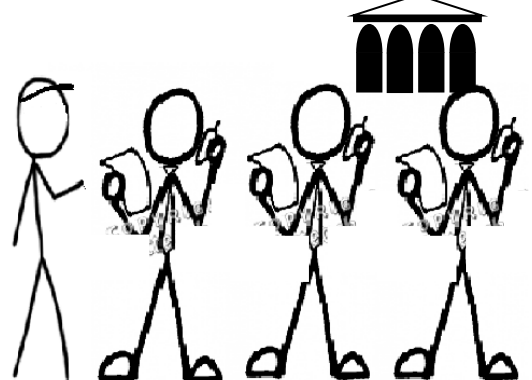
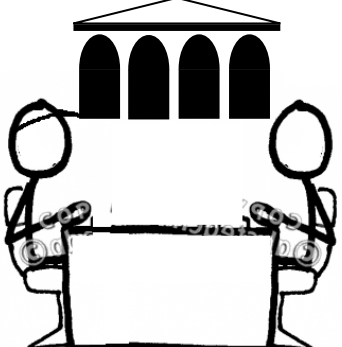


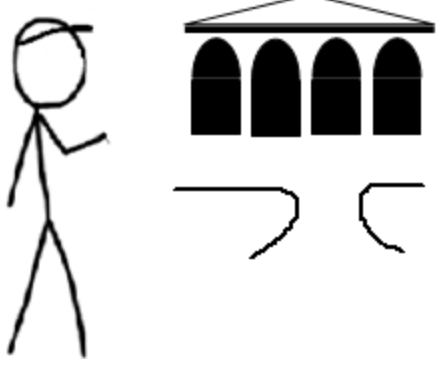
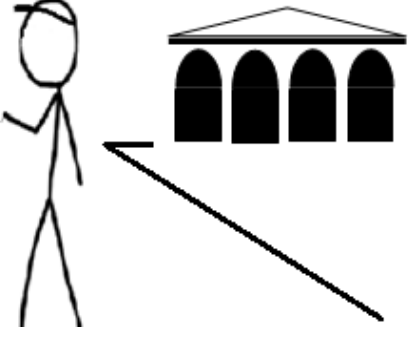
2 Como classifica o local onde vive em função dos recursos físicos disponíveis?	
	
<p>A Com empregos</p>	<p>B Com boas culturas</p>
	
<p>C Com bom gado</p>	<p>D Com boa água</p>
	
<p>E Com alimentos para todos</p>	<p>F Com boa floresta</p>
	<p>A – Ho empregu B - Ho ai-han di'ak C – Ho balada maus di'ak D – Ho bee-hemu di'ak E – Ho hahán di'ak ba ema hotu F – Ho ai-laran tuan di'ak G – Ho anin di'ak</p>
<p>G Com bom ar</p>	

3 - Como classifica os equipamentos e infra estruturas do local onde vive?	
	
<p>A Com boas estradas</p>	<p>B Com boas casas</p>
	
<p>C Com boas escolas</p>	<p>D Com bom hospital/posto médico</p>
	
<p>E Com bom abastecimento de água e de energia</p>	<p>F Com bons espaços públicos ou de convívio</p>
	<p>A – Ho dalan di’ak B – Ho uma hela-fatin di’ak C – Ho eskola di’ak D – Ho ospital/Postu Médiku di’ak E – Ho bee-moos no enérjia eletricidade di’ak F – Ho fatin públiku ka konvíviu di’ak G – Ho merkadu ka loja di’ak</p>
<p>G Com bom mercado ou boas lojas</p>	


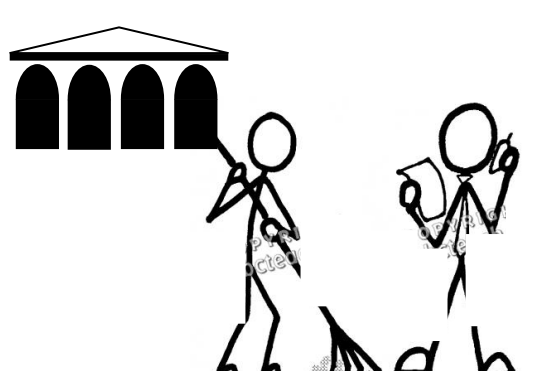
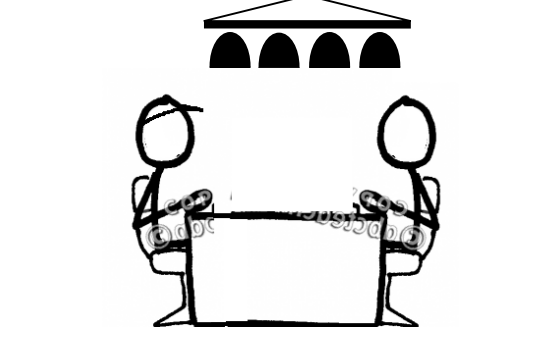


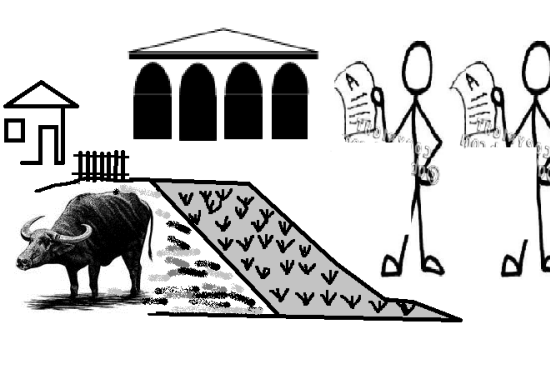
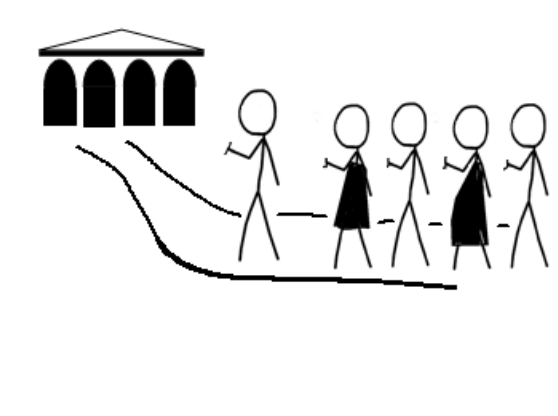
4 - Como classifica os serviços públicos do local onde vive?	
	
<p>A Com boa polícia</p>	<p>B Com boa administração</p>
	
<p>C Com bons médicos/enfermeiros/parteiras</p>	<p>D Com bons professores</p>
	
<p>E Com bom conselho tradicional/justiça</p>	<p>F Com bom serviço de transportes/táxi</p>
	<p>A – Ho Polísia di’ak B – Ho administrasaun di’ak C – Ho médiku/enfermeiru/parteira sira di’ak D – Ho profesór sira di’ak E – Ho Konsellu Suku/justisa di’ak F – Ho servisu transporte/táxi di’ak G – Ho servisu bombeiru sira di’ak</p>
<p>G Com bom serviço de bombeiros</p>	

5 - Como vê os serviços da administração?	
	
<p>A Dão emprego aos funcionários</p>	<p>B Administram e mantêm a ordem pública</p>
	
<p>C Organizam reuniões com técnicos do governo e com as associações</p>	<p>D Organizam festas e desfiles</p>
	
<p>E Mandam na polícia e nos funcionários</p>	<p>F Fazem obras nas estradas e nas fontes/poços</p>
	<p>A – Fó empregu ba funsiônáriu sira</p> <p>B – Administra no tau-matan ba orden públíka</p> <p>C – Organiza soru-mutu ho tékniku sira Governu nian no klibur sira nian</p> <p>D – Halo festa no la’o hadulas knua</p> <p>E – Ukun polísia no funsiônáriu sira</p> <p>F – Halo obra sira iha dalan no bee-hemu nian</p> <p>G – Tulun eskola sira no sentru médiku sira</p>
<p>G Apoiam as escolas e o centro médico</p>	

6 - Como vê o representante da administração	
	
<p>A É o funcionário mais importante</p>	<p>B Representa o estado e o governo</p>
	
<p>C Representa os cidadãos</p>	<p>D Representa a moral e os bons costumes</p>
	
<p>E Faz a ligação entre o governo e a população</p>	<p>F Faz a ligação com a igreja e as associações</p>
	<p>A – Funsionáriu públiku sira mak imprtanteliu</p> <p>B – Repezenta Estadu no Gogernu</p> <p>C – Repezenta sidadaun sira</p> <p>D – Repezenta morál no kustume sira di’ak</p> <p>E – Halo ligasuan entre no governu no populasaun sira</p> <p>F – Halo ligasaun entre uma-kreda no klibur sira</p> <p>G – Husu tulun ba administrasaun no governu</p>
<p>G Faz pedidos de apoio à administração e ao governo</p>	

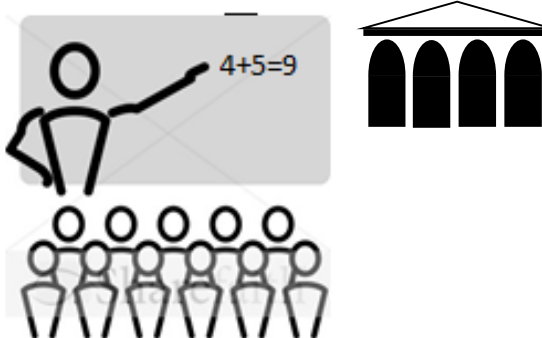

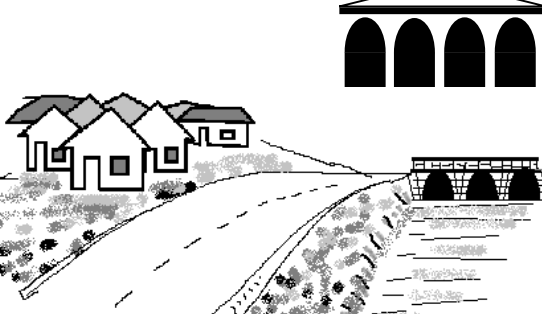
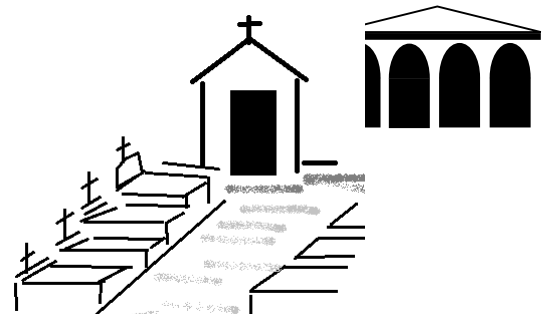


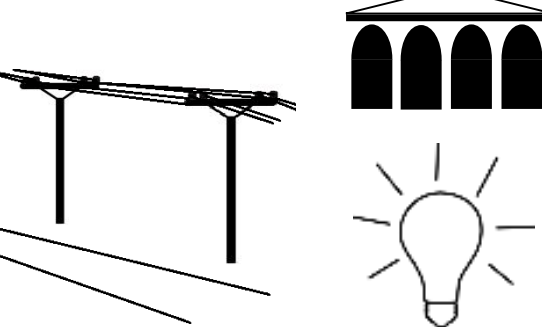
7 - Como avalia a sua proximidade à administração local	
	
<p>A Conheço o administrador há muitos anos</p>	<p>B Conheço muitos funcionários da administração</p>
	
<p>C Já fui a reuniões da administração</p>	<p>D Já fiz pedidos directos ao administrador</p>
	
<p>E Já contactei funcionários da administração</p>	<p>F Nunca necessitei de contactar a administração</p>
	<p>A – Koñese administradór tinan naruk ona</p> <p>B - Koñese funsionáriu sira administrasaun nian</p> <p>C – Ba ona soru-mutu iha administrasaun</p> <p>D – Husu ona tulun ba administradór</p> <p>E – Kontaktu ona funsionáriu sira administrasaun nian</p> <p>F – Lahakarak atu kontaka administrasaun</p> <p>G – Seidauk kontaktu dala ida administrasaun</p>
<p>G Nunca contactei a administração</p>	

8 - Quais são as expectativas sobre a administração local?

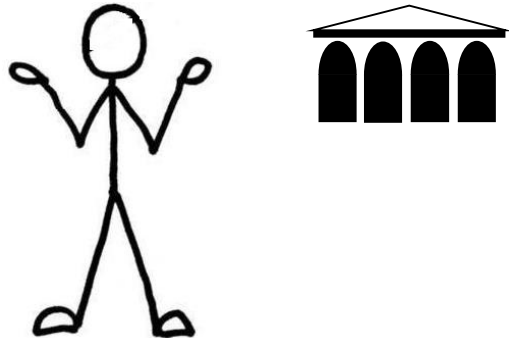

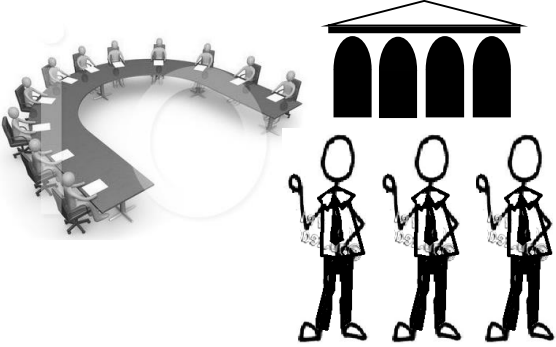
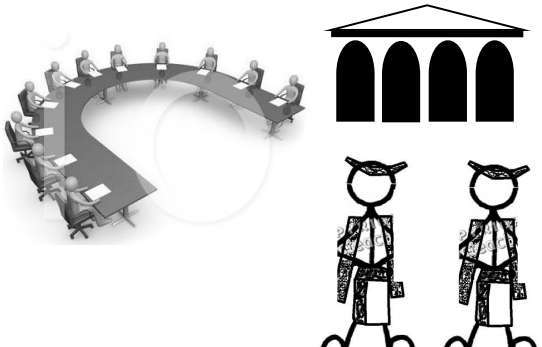
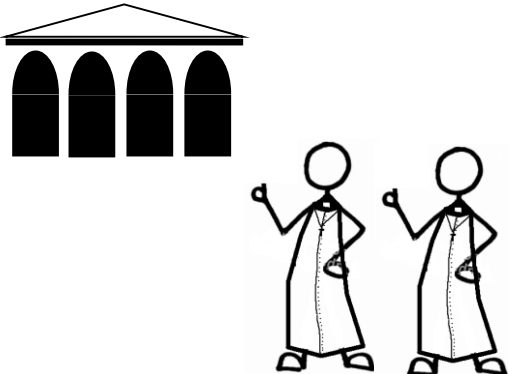
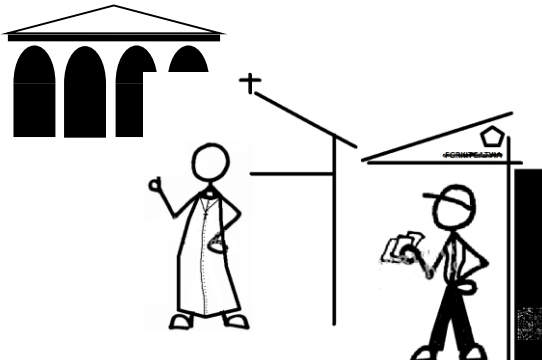
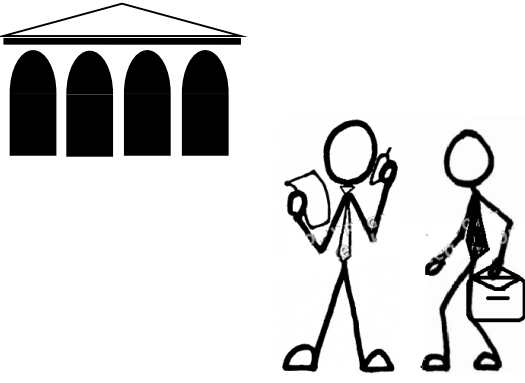
	
<p>A Gostava que o administrador fosse da minha aldeia/vila/cidade</p>	<p>B Gostava de ser funcionário da administração</p>
	
<p>C Gostava de ir a mais reuniões na administração</p>	<p>D Gostava que a administração tratasse dos assuntos mais rapidamente</p>
	
<p>E - Gostava que a administração pedisse menos documentos</p>	<p>F - Gostava que a administração resolvesse os títulos de propriedade</p>
	<p>A – Ha’u hakarak administradór maihosi ha’u nia knuaran rasik</p> <p>B – Ha’u hakarak sai funsióariu administrasaun nian</p> <p>C – Ha’u hakarak ba soru-mutu iha administrasaun</p> <p>D – Ha’u hakarak administrasaun trata ha’u nia asuntu ho lalais</p> <p>E – Ha’u kaharak administrasaun husu dokumentu oituan de’it Ha’u hakarak administrasaun rezolve didi’ak Na’in ba rai no uma</p> <p>G – Ha’u hakarak administrasaun hela besik povu nia leet</p>
<p>G - Gostava que a administração fosse mais próxima do povo</p>	


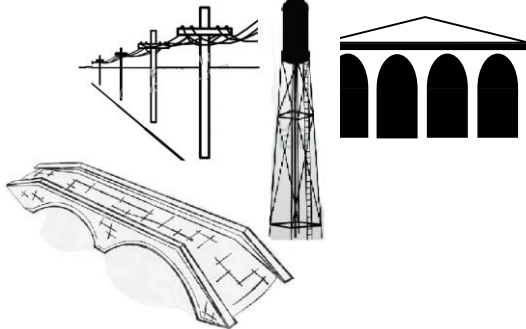

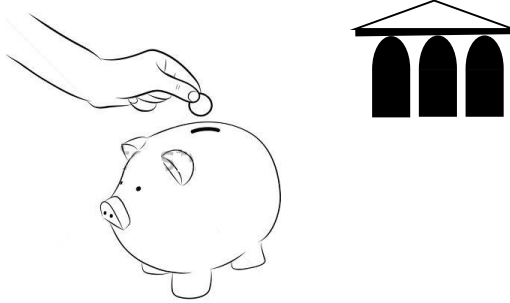

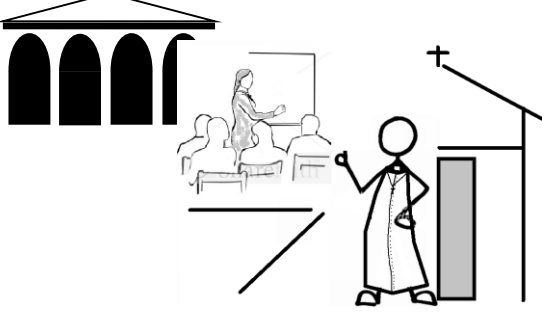
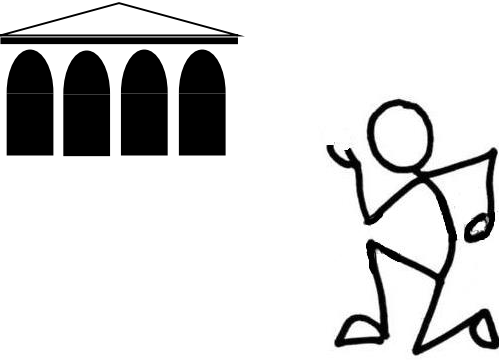
9 - Quais são as expectativas sobre a missão/actuação futura da administração local?	
<p>A - Aumentar o número de funcionários da administração</p>	<p>B - Aumentar a competência dos funcionários públicos</p>
<p>C - A administração ser mais influente junto do governo</p>	<p>D - Aumentar o emprego no turismo, serviços e indústria</p>
<p>E - Melhorar os apoios à agricultura, floresta e criação de gado</p>	<p>F - Melhorar os apoios ao comércio e turismo</p>
	<p>A - Hasa'e número funcionáriu administrasaun nian</p> <p>B - Hasa'e kompeténsia funcionáriu sira nian</p> <p>C - Administrasaun sai maka'as liután iha governu nia sorin</p> <p>D - Hasa'e empregu iha turizmu, servisu no indústria</p> <p>E - Hadi'a fô-tulun ba to'os no natar, ai-laran tuan no balada maus sira</p> <p>F - Hadi'a fô-tulun ba ba komérsiu no turizmu</p> <p>9 - G - Halibur soru-mutu iha knua-laran atu hatene oinsá atu hadi'a ema moris di'ak</p>
<p>G - Organizar reuniões nos bairros/aldeias para saber como melhorar a qualidade de vida da comunidade</p>	

10 - O que gostaria que fosse melhorado rapidamente pela administração local?

	
<p>A - Melhorar as escolas</p>	<p>B - Melhorar os centros de saúde e hospitais</p>
	
<p>C - Melhorar as estradas e ponte</p>	<p>D - Melhorar os cemitérios</p>
	
<p>E - Melhorar as praças e jardins</p>	<p>F - Melhorar o abastecimento de água e saneamento</p>
	<p>A - Hadi'a eskola sira</p> <p>B - Hadi'a sentru saúde no ospital sira</p> <p>C - Hadi'a dalan no ponte sira</p> <p>D - Hadi'a semitériu sira</p> <p>E - Hadi'a prasa no jardim sira</p> <p>F - hadi'a abastesimentu bee-moos no saneamentu</p> <p>G - Hadi'a dada ahi-oan ba uma hotu-hotu</p>
<p>G - Melhorar a distribuição de energia eléctrica</p>	

11 - Com a reforma administrativa e a passagem da administração municipal para os distritos, o que lhe parece que possa acontecer na relação política entre atores?

	
<p>A - Fica tudo na mesma</p>	<p>B - O administrador é mais reconhecido pela administração central</p>
	
<p>C - Os administradores atuais são chamados para a assembleia</p>	<p>D - Os sucos e chefes tradicionais são chamados para a assembleia</p>
	
<p>E - As confissões religiosas estão representadas na nova administração</p>	<p>F - As associações e organizações comunitárias estão representadas na nova administração</p>
	<p>A – Buat hotu nafatin de’it</p> <p>B – Administradór rekoñesiduliu husi administrasaun sentrá</p> <p>C – Administradór sira ohin loron bele ba tuur iha assembleia munisipál</p> <p>E – Konfisaun rekijioza sira iha fatin iha administrasaun foun</p> <p>F – Klibur-oan sira comunidade nian iha fatin iha administrasuan foun</p> <p>G – Empreza privada sira iha fatin iha administrasaun foun</p>
<p>G - As empresas privadas estão representadas na nova administração</p>	

12 - Com a reforma administrativa e a passagem da administração municipal para os distritos, o que parece que possa acontecer do ponto de vista instrumental?	
	
<p>A - A administração passa a ter dinheiro para fazer muitas obras</p>	<p>B - A administração passa a ter influência e dinheiro para grandes obras</p>
	
<p>C - A administração consegue melhorar o seu funcionamento</p>	<p>D - A administração torna-se mais pequena e económica</p>
	
<p>E - A administração vai apoiar melhor as associações e organizações comunitárias</p>	<p>F - A administração vai apoiar melhor as confissões religiosas</p>
	<p>A – Administrasaun sei iha osan rasik atu halo obra barak</p> <p>B – Administrasaun sei iha osan rasik atu halo obra barak</p> <p>C – Administrasaun sei hadi'a duni ninia servisu/knaar</p> <p>D – Administrasaun sei sai ki'ik no ekonómika</p> <p>E – Administrasuan sei tulun hadi'a klibur-oan sira iha comunidade laran</p> <p>F – Administrasaun sei tulun hadi'a konfisaun relijioza sira</p> <p>G – Administrasaun sei tulun hadi'a ema ki'ak sira nia moris</p>
<p>G - A administração consegue apoiar melhor os mais desfavorecidos</p>	

